



REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UERJ



DIA LOGOS

VOLUME 18 | N. 2
JUL-DEZ DE 2024



Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 18, n. 2, jul./dez., 2024



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Reitora

Gulnar Azevedo e Silva

Vice-reitor

Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues

Pró-reitor de Graduação (PR-1)

Antonio Soares da Silva

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Elizabeth Fernandes de Macedo

Pró-reitora de Extensão e Cultura (PR-3)

Ana Maria de Almeida Santiago

Pró-reitor de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4)

Daniel Pinha Silva

Pró-reitor de Saúde (PR-5)

Ronaldo Damião

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Renato dos Santos Veloso

Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mônica Leite Lessa

Vice-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Ricardo Antônio Souza Mendes

Coordenador-Geral do Programa de Pós-graduação em História

Alexandre Belmonte

Coordenadora-Adjunta do Programa de Pós-graduação em História

Marina Monteiro Machado

Coordenador do Doutorado

André Nunes de Azevedo

Coordenador do Mestrado

Rafael Pinheiro de Araújo

Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 18, n. 2, jul./dez., 2024



Expediente

Capa

Ketlin Rodrigues Gonçalves

Imagem

Baku, Azerbaijan.

Do livro “Olhando para o céu”.

Diagramação

Adriano G. Sabino da Silva

Ana Luíza Guimarães Ribeiro

Bárbara de Andrade Campos

Bianca Costa de Matos

Ketlin Rodrigues Gonçalves

Nathália Rodrigues da Silva Nunes

Revisão

Bianca Costa de Matos

Carolina Machado dos Santos

João Vítor Ribeiro Borde de Castro

Lucas Cabral da Silva

Conselho Editorial

Adriano G. Sabino da Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ana Luíza Guimarães Ribeiro - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ana Luzia Pereira Martins – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Andrea da Conceição - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Bárbara de Andrade Campos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Bianca Costa de Matos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Carolina Machado dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

João Vítor Ribeiro Borde de Castro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ketlin Rodrigues Gonçalves - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leila Cristina Gibin Coutinho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Lucas Cabral da Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Cllara Barbieri Farinha Marrafa - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Mariana da Silva Rodrigues de Lima - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Nathália Rodrigues da Silva Nunes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Thiago Campos da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Consultivo

Alex Gonçalves Varela, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Andre Luiz Vieira de Campos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
André Nunes de Azevedo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Antonio Edmilson Martins Rodrigues, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Beatriz de Moraes Vieira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Edgard Leite Ferreira Neto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Edna Maria dos Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Eliane Garcindo de Sá, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Érica Sarmiento da Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Fabiano Vilaça Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Laura Nery, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Lená Medeiros de Menezes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucia Maria Paschoal Guimarães, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Marcia de Almeida Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Marco Morel, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Emilia da Costa Prado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Regina Candido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Teresa Toribio Brittes Lemos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Orlando de Barros, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Oswaldo Munteal Filho, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Paulo Roberto Seda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Sylvia Regina Bastos Nemer, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Thiago Lima Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Correspondência

Rua São Francisco Xavier, 524 – Bloco F – 9º andar – sala 9.037
Maracanã – Rio de Janeiro RJ – CEP 20.550-013
Tel./Fax: (21) 2334-0678 e-mail: rev.dialogos@gmail.com

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da editoria ou da instituição responsável por esta publicação.

Sumário

09 **Apresentação**
Editorial

DOSSIÊ TEMÁTICO: Biografias e trajetórias: um exercício historiográfico

16 **A CONSTRUÇÃO DA PERFORMANCE DE UM SANTO: UMA ANÁLISE DA BIOGRAFIA DE JOÃO DE BRITO**
Alexandre Cabus Moreth Silva

43 **A ESCRITA DE BIOGRAFEMAS COMO POSSIBILIDADE HISTORIOGRÁFICA: LÉLIA GONZALEZ E A CULTURA NEGRA BRASILEIRA**
Taynara Aparecida Ferreira da Silva

63 **AOS REIS DO CHORO E DO SAMBA: AS AMBIGUIDADES DENTRO DE UMA BIOGRAFIA**
Pedro Henrique Souza dos Santos

81 **AS NARRATIVAS DE SI E A ESCRITA DA HISTÓRIA: RELATOS (AUTO) BIOGRÁFICOS DOCENTES, A FORMAÇÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA**
Caio Corrêa Derossi

107 **FRANCISCO FERNANDES PALHA JÚNIOR, O “DELEGADO CHICO PALHA” (1891-1964): A CONSTRUÇÃO DO HERÓI PELAS MANCHETES CARIOCAS**
Gabriel Braz de Oliveira

135 **JOSUÉ DE CASTRO (1908-1973) E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**
Lucas Barroso Rego

159 **JUSTINA MARIA DO ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO DE CASO PARA COMPREENDER GÊNERO, ESCRAVIDÃO E MATERNIDADE A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO RIO DE JANEIRO**
Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos

182 **O FORMAR-SE DO “AFRICANO” “NEGRO ANDRÉ”: A
TRAJETÓRIA DE ANDRÉ REBPOUÇAS A PARTIR DE SUAS
EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE DIREITOS PARA
ALÉM DA LIBERDADE, 1870-1880**
Leandro Duarte Montaña

207 **OS LUGARES DOS LUGARES DE MEMÓRIA DENTRO DO
ESPAÇO BIOGRÁFICO: VESTÍGIOS TRANSACIONAIS E A
ESCRITA DA TRAJETÓRIA DE PADRE PIETRO
COLBACCHINI**
Fábio Luiz Machioski

ARTIGOS LIVRES

234 **A NAÇÃO BRASILEIRA NO CATÁLOGO DA
EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL (1882) DA
BIBLIOTECA NACIONAL**
Marcelo Augusto Mendonça Domingues

APRESENTAÇÃO

Biografias e trajetórias: um exercício historiográfico

Guilherme de Mattos Gründling¹Laura Oliveira Motta²Marcela de Oliveira Santos Silva³

9

Ao longo dos séculos, estudiosos ao se dedicarem à tarefa da escrita da história, refletiram acerca dos métodos que viabilizassem o seu desenvolvimento. Com isso, surgiram obras e vertentes teóricas, cada uma defendendo seu modelo de análise e apresentando suas contribuições para questões ligadas ao uso de conceitos, de fontes e de metodologias adequadas ao fazer historiográfico. Em todas, há um ponto. O indivíduo sempre esteve presente como justificativa para o desenvolvimento da escrita da história. Como Marc Bloch salientou, “são os homens que [a história] quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. **Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça**” (Bloch, 2001, p. 54).

Nesse sentido, devemos nos perguntar: Por que acompanhar a vida de um indivíduo? Por quais razões os historiadores se dedicam a pesquisar sobre uma vida

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2024), Bolsista CAPES. Integrante do Núcleo de Estudos da Política e História Social, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui Mestrado em História também no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2019), Bolsista CAPES. Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015). Trabalha com temáticas relativas à formação do Estado nacional e das forças militares, elites provinciais, biografias e trajetórias e recrutamento e fronteiras do Império do Brasil no século XIX. E-mail: demattosgrundling@gmail.com

² Doutoranda em História com a pesquisa *Nobres Cidadãos Guardas Nacionais: sujeitos, estratégias e conflitos numa instituição militar da corte imperial (1831-1850)* pela UFRRJ. Bolsista CAPES. Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com a pesquisa: *Entre a ordem e o medo: a utilização da Guarda Nacional no policiamento na cidade do Rio de Janeiro (1831-1835)* com bolsa CAPES. Atuou como bolsista PIBID/CAPES. Membro participante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos da Política e História Social, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Dentre seus principais campos de estudo estão História do Brasil Império, Construção da Cidadania, Historiografia e Biografia.

³ Doutora em História pelo programa de Pós-Graduação em História - PPHR/UFRRJ, fui bolsista CAPES – doutorado e, atualmente, bolsista FAPERJ Nota 10 Doutorado, com a pesquisa “Os retratos de Hitler: a biografia como escrita historiográfica”. Mestre em História pela UFRRJ, com a pesquisa “Adolf Hitler, a personagem criada na biografia *Hitler: a study in tyranny* escrita por Alan Bullock, em 1952”; orientada pelo Professor Doutor Luis Edmundo de Souza Moraes. Fui bolsista FAPERJ Nota 10 de Mestrado. Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2016). Fui bolsista de IC FAPERJ (2014-2015). Integrante do Núcleo de Estudos da Política e História Social (NEPHS-UFRRJ).

específica? Como narrar a vida de um ou mais indivíduos? Essas são indagações que costumam emergir quando tomamos a decisão de estudar histórias de indivíduos e de suas diferentes formas de se relacionar (Levi, 2000). Essas também são questões que unem os autores do presente dossiê. Segundo o historiador Carlo Ginzburg (1987, p. 10), quando elegemos a vida de um indivíduo como objeto da escrita, temos condições de recuperar “a fisionomia de uma cultura e o contexto na qual ela se moldou”.

Pesquisas e estudos que têm o indivíduo como ponto de partida – e aqui estamos falando desde célebres personagens até aqueles silenciados –, buscam entender e analisar um determinado acontecimento histórico. A partir de uma trajetória, perceber as diferentes ações dos indivíduos, em situações diversas. A narrativa de vida como acesso às redes de sociabilidades, oferecem destaque às complexidades de tais tramas de relações, de modo a desvelar a posição de tais forças nas dinâmicas do cotidiano (Levi, 2000).

Um exemplo disso é que os novos estudos prosopográficos têm se beneficiado, sobretudo com a possibilidade de perceber que as características dos indivíduos que compõem os espaços e biografias coletivas, não podem ser compreendidas em si mesmas, mas como vetores de estratégias múltiplas. E, neste sentido, apreender através dessas redes e articulações, o funcionamento social real das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados. De igual forma, são as novas perspectivas dos trabalhos da história da elite, bem como da burguesia, que estabelecem a gradativa substituição da história política clássica dos dominantes por um “aporte de mediações finas entre posição social, posição ideológica e dinâmica social” (Charle, 2006, p. 41).

Ao escrever a trajetória de um ou mais indivíduos, estamos submissos a duas demandas: os documentos e os motivos de interrogá-los. As fontes e a melhor forma de interpretá-las são os limites e as possibilidades das investigações que têm como propósito a escrita de uma vida do indivíduo (Ginzburg, 1987, p. 23). Desse modo, testamentos, cartas, livros, documentos de Estado, relatos de viagem, processos jurídicos, registros de batismo, e tantos outros, tornam-se a base, ou como Ginzburg assinala: os fragmentos para compor a narrativa de vida. Esses vestígios podem guiar-nos às dinâmicas sociais, culturais e econômicas de um determinado período histórico, à medida que explicitam a sociedade e as ações de uma personagem. Perpassando assim, diferentes momentos e espaços.

Compreendemos a escrita (auto) biográfica, prosopográfica e de trajetória como instrumentos para a construção dos discursos sobre o passado. Não obstante, entendemos que os temas e análises essenciais da história se diversificam segundo o tempo, o espaço e a instituição ao qual o historiador pertence. Considerando o esforço empreendido por inúmeros trabalhos que versam sobre os estudos de (auto) biografias e trajetórias, este dossiê se propõe a construir um espaço de diálogo e reflexão histórica que problematize com complexidade as correlações entre memória e história e suas múltiplas facetas. Tendo por objetivo congrega pesquisas que têm como tarefa, ao tomar (auto) biografia, prosopografia ou trajetória como fonte histórica, construir uma memória sobre o passado. No sentido de perceber os avanços e limites do campo em questão. E, de modo geral, tenta sugerir as possibilidades ainda não exploradas de métodos e conexões das diferentes metodologias.

O artigo “A construção da performance de um santo: uma análise da biografia de João de Brito”, de Alexandre Cabús, analisa criticamente a biografia escrita por Fernão Pereira de Britto sobre o jesuíta e missionário português João de Brito, canonizado em 1947. A pesquisa parte do pressuposto de que a biografia é mais do que um relato factual: é uma construção discursiva com fins edificantes, usada para legitimar sua santidade. O autor demonstra que João de Brito foi apresentado como um missionário-mártir, com base em arquétipos de santidade valorizados na tradição católica. A análise é feita a partir de duas edições da obra: a de 1722 e a de 1852, observando como cada uma reforça diferentes aspectos da santidade do biografado, especialmente na segunda edição, que inclui documentos e prefácio voltados à beatificação. A metodologia baseia-se na análise de conteúdo e no campo dos Performance Studies, principalmente com base nos conceitos de Richard Schechner. O artigo sustenta que a biografia age como uma performance textual, em que o autor, o leitor e o personagem interagem em torno de um objetivo comum: a construção de um mártir cristão exemplar. O estudo contribui com a historiografia ao propor uma leitura interdisciplinar das hagiografias, entendendo-as como formas de memória performática, que combinam tradição, intenção política e estratégias narrativas.

Também na análise de trajetória, o artigo “Josué de Castro (1908-1973) e a ditadura civil-militar brasileira”, de Lucas Barroso Rego, analisa a trajetória do médico, geógrafo e intelectual pernambucano Josué de Castro, destacando sua atuação antes e durante o regime autoritário instaurado em 1964 no Brasil. A pesquisa está vinculada ao

projeto da UFRJ que investiga as memórias e repressões sofridas por docentes durante a ditadura, da qual Josué foi uma das primeiras vítimas, tendo seus direitos políticos cassados e sendo exilado. O texto percorre desde sua formação acadêmica e engajamento nas áreas de saúde, nutrição e geografia humana, até sua consolidação como referência mundial no combate à fome.

Destaca sua atuação como deputado federal, presidente da FAO e embaixador do Brasil em Genebra. Após o golpe de 1964, foi destituído de seus cargos e, mesmo exilado, continuou sua militância intelectual por meio de palestras, publicações e atividades em universidades e organizações internacionais. O artigo demonstra como Josué de Castro resistiu à ditadura através da produção de conhecimento e da atuação internacional em defesa do desenvolvimento humano e da justiça social. A análise de sua trajetória revela a tensão entre repressão e resistência vivida por intelectuais exilados, bem como sua importância como símbolo de luta contra as desigualdades. O autor utiliza abordagem qualitativa e metodologia indiciária para reconstituir essa trajetória complexa, reafirmando o legado de Josué como figura central no pensamento crítico brasileiro.

Também identificamos abordagens que evidenciam a temática das mulheres, em especial das mulheres negras, suas representações e os desafios que perpassam suas trajetórias. O artigo “Justina Maria do Espírito Santo: um estudo de caso para compreender gênero, escravidão e maternidade a partir da segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro”, de Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos, analisa a trajetória de Justina Maria, mulher negra, ex-escravizada e mãe do abolicionista José do Patrocínio, como chave para refletir sobre as intersecções entre gênero, escravidão e maternidade no Brasil Imperial. A autora defende que conhecer a história de Justina é reconhecer a importância das mulheres negras na história do Brasil, destacando o valor da maternidade como um ato político de resistência diante da violência estrutural da escravidão.

Uma abordagem interessante, o artigo “A escrita de biografemas como possibilidade historiográfica: Lélia Gonzalez e a cultura negra brasileira”, de Taynara Aparecida Ferreira da Silva, propõe uma reflexão sobre o uso da biografia na historiografia a partir do conceito de *biografema*, desenvolvido por Roland Barthes. Em vez de buscar narrativas lineares e totalizantes, o texto defende o uso de fragmentos que revelam aspectos marcantes da vida de um sujeito, valorizando a subjetividade e a afetividade na escrita da história. A autora escolheu como foco a trajetória da brilhante

Lélia Gonzalez, intelectual e militante negra, destacando especialmente sua atuação como professora do primeiro curso de Cultura Negra no Brasil, oferecido na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, entre 1976 e 1978.

A partir da proposta de “biografemar”, a autora constrói uma narrativa que entrelaça memória, ética e política, ao mesmo tempo em que problematiza os limites da historiografia tradicional e denuncia os apagamentos de intelectuais negros nos cânones acadêmicos. O texto também dialoga com o pensamento de autoras como Saidiya Hartman e Sueli Carneiro para discutir os silêncios, violências e lacunas nos arquivos históricos. Ao narrar fragmentos da vida de Lélia Gonzalez, a autora propõe uma escrita comprometida com a pluralidade, a justiça histórica e a descolonização do saber.

Por sua vez, Caio Corrêa Derossi, no texto “As narrativas de si e a escrita da História: relatos (auto) biográficos docentes, a formação e o ensino de História”, através de uma instigante perspectiva metodológica, convida o leitor a considerar as narrativas pessoais como elementos densos e legítimos para a pesquisa histórica, o ensino e a formação docente, sem ignorar as subjetividades, mas compreendendo-as como parte constitutiva do fazer historiográfico. Amparado nas contribuições de Lejeune (2008) sobre as narrativas (auto) biográficas, além das contribuições da Escola dos *Annales*, o autor analisa a trajetória de vida, de trabalho e de formação de Luísa, professora de história da educação básica, a partir dos seus relatos (auto) biográficos. Em um contexto contemporâneo, marcado por grande transformação social, política e tecnológica, a entrevista narrativa (auto) biográfica da professora como fonte e instrumento para a escrita da história, ressalta também as potencialidades heurísticas e hermenêuticas no que tange à formação e ao ensino de história.

Em “Os lugares dos *lugares de memória* dentro do espaço biográfico: vestígios transnacionais e a escrita da trajetória de padre Pietro Colbacchini”, Fábio Luiz Machioski propõe uma reflexão importante a respeito da intersecção entre a memória e o espaço biográfico, avaliando de que maneira os lugares de memória vividos e ocupados pelos personagens históricos estudados podem ser úteis à escrita de sua história de vida. Para tanto, utilizando-se da concepção de “biografemas”, sugerida por Barthes (1990), procura reunir vestígios que constituem não somente a memória como também a trajetória do padre Pietro Colbacchini. Em outras palavras, o autor reconhece a multiplicidade de vozes e imagens que compõem o espaço biográfico desse personagem, evidenciando as

diferentes representações atribuídas a sua memória, assim como as distintas facetas assumidas ao longo de sua trajetória.

No texto de Gabriel Braz de Oliveira, “Francisco Fernandes Palha Júnior: o ‘Delegado Chico-Palha’ (1891-1964): a construção do herói pelas manchetes cariocas”, os leitores são convidados a acompanhar o cotidiano de trabalho da Polícia Civil do Rio de Janeiro, através dos principais periódicos impressos na cidade durante a primeira metade do século XX. O “delegado Chico-Palha”, fio-condutor do artigo, é retratado de forma apologética nas manchetes dos jornais, apesar da arbitrariedade e violência de seus métodos investigativos. Segundo o autor, isso sugere que a imprensa tenha sido cúmplice do processo de construção do “mito do herói”. Sendo assim, o artigo apresenta um interessante problema de pesquisa, entre outras coisas, avaliando os fatores que configuravam a relação entre a Polícia Civil do Rio de Janeiro e a imprensa escrita, entre 1917 e 1948.

O artigo escrito por Leandro Duarte Montañó, “O formar-se do ‘africano’ ‘Negro André’: a trajetória de André Rebouças a partir de suas experiências na construção de direitos para além da liberdade, 1870-1880”, dedica-se à trajetória intelectual do abolicionista negro André Rebouças, entendendo-o a partir do que se denomina “dimensão atlântica de suas experiências”. O autor procura entender a atuação e as reflexões desenvolvidas por Rebouças, a sua crítica aos entraves estruturais do Brasil, em particular o racismo, a concentração fundiária e a exclusão educacional baseadas em preconceitos de raça e de classe social. Sendo assim, ao acompanhar as experiências pessoais e profissionais do personagem, vividas dentro e fora do país – especialmente nos EUA e na Europa –, o autor ilumina uma faceta importante dessa trajetória, em relação aos direitos civis e às transformações sociais e econômicas, que se tornaram fundamentais para o enfrentamento da escravidão.

O texto que encerra este dossiê reflete sobre os desafios e as possibilidades de escrita biográfica no campo da História, através da micro-história enquanto metodologia de análise. Em “Aos reis do choro e do samba: as ambiguidades dentro de uma biografia”, Pedro Henrique Souza dos Santos trabalha com as trajetórias de Alfredo da Rocha Vianna Filho (Pixinguinha) e de seu irmão Octávio Littleton da Rocha Vianna (China), músicos negros que encontraram fama vivendo no Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930). Para tanto, como aporte documental, o autor recorre a periódicos cariocas, em especial *O Jornal*, investigando os silêncios, as contradições e as disputas de sentido que

atravessam as vidas desses personagens. Em outras palavras, tendo como pano de fundo o racismo estrutural, o artigo examina as posturas contraditórias desses sujeitos em relação à cultura afrodiaspórica, evidenciando como o caráter singular de suas vidas iluminam questões estruturais e podem ampliar os horizontes da narrativa histórica.

Por fim, na seção de artigos livres, temos o texto de Marcelo Augusto Mendonça Domingues, intitulado “A Nação brasileira no Catálogo da Exposição de História do Brasil (1882) da Biblioteca Nacional”. O autor identificou como eixo de análise a exposição organizada por Ramiz Galvão, então diretor da Biblioteca Nacional, e reflete sobre a relação entre romantismo, historiografia e construção da ideia de nação no Brasil oitocentista. A partir de uma leitura crítica do catálogo – compreendido tanto como documento quanto como monumento –, o autor examinou a forma como os elementos culturais, artísticos e bibliográficos foram mobilizados com o propósito de configurar uma memória nacional.

Ao recorrer ao contexto intelectual do romantismo brasileiro e à sua vinculação aos projetos de afirmação da identidade nacional, o estudo insere a exposição em um contexto de modernização do Estado imperial e de consolidação de instituições voltadas à produção e difusão de uma história brasileira e na evocação de um passado nacional. Portanto, o catálogo da exposição organizada por Ramiz Galvão, ao classificar, hierarquizar e divulgar um vasto acervo documental, revela não apenas uma seleção de conteúdos, mas também uma forma de pensar a nacionalidade, definindo os contornos daquilo que se pretendia realmente destacar como “História do Brasil”.

Referências:

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

A CONSTRUÇÃO DA PERFORMANCE DE UM SANTO: UMA ANÁLISE DA BIOGRAFIA DE JOÃO DE BRITO

THE CONSTRUCTION OF A SAINT'S PERFORMANCE: AN ANALYSIS OF JOÃO DE BRITO'S BIOGRAPHY

Alexandre Cabus Moreth Silva¹

Resumo

João de Brito foi um importante missionário que atuou na região da Província Jesuítica do Malabar entre os anos de 1673 e 1693. Vindo de família nobre, o jesuíta missionou junto aos povos daquela localidade, obtendo certo sucesso marcado pela conversão de um governante local. Tal feito acabou levando a sua execução, resultado das intensas disputas políticas regionais. Sua morte será consagrada no martírio, quando beatificado em 1852 e posteriormente canonizado em 1947. Analisaremos a obra *História do nascimento, vida, e martyrio do Beato João de Brito*, escrita por Fernão Pereira de Britto, irmão do jesuíta, que teve como intuito construir uma ideia de santidade em torno da vida de João de Brito. Este artigo contribui para a historiografia a partir de seu aparato teórico metodológico interdisciplinar, indo além das abordagens clássicas em torno da literatura martirológica, demonstrando que a partir dos conceitos inerentes a Performance, podemos compreender a biografia como um elemento vivo, que conjuga tradição, memória e objetivos tanto de quem escreve, quanto de quem lê e daquele que foi narrado.

Palavras-chave: João de Brito; Performance; Biografia.

Abstract

João de Brito was a prominent missionary who served in the Jesuit Province of Malabar between 1673 and 1693. Born into a noble family, the Jesuit undertook missionary work among the local populations, achieving significant success, notably marked by the

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é Bolsista do curso de Doutorado em História pela mesma instituição. Desenvolve a Tese intitulada como "O Xavier português: João de Brito e a prática da *acomodatio* na Missão do Madurai (Índia, 1662-1693)". Graduado em História pela UFRRJ, realizou digitalizações, transcrições e sistematizações em bancos de dados de registros de batismos e óbitos da Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy e Nossa Senhora da Conceição do Bananal, atuais municípios de Itaguaí e Seropédica, confeccionados entre os Séc. XVIII e XIX, no âmbito do Programa de Educação Tutorial em História (PET - História), onde foi bolsista entre agosto de 2019 e fevereiro de 2022.

conversion of a local ruler. This accomplishment, however, ultimately led to his execution, a consequence of the intense political disputes in the region. His death was later recognized as martyrdom, with his beatification in 1852 and canonization in 1947. This study examines the work *Historia do nascimento, vida, e martyrio do Beato João de Brito*, written by Fernão Pereira de Britto, the Jesuit's brother, whose objective was to construct an image of sanctity around João de Brito's life. By adopting an interdisciplinary theoretical and methodological framework, this article contributes to historiography by moving beyond classical approaches to martyrological literature. It demonstrates that, through concepts derived from Performance Studies, biography can be understood as a dynamic element, integrating tradition, memory, and the intentions of the writer, the reader, and the subject being narrated.

Keywords: João de Brito; Performance; Biography.

Introdução

A figura do jesuíta português João de Brito chamou-nos bastante atenção pela sua relevante importância no contexto missionário da Província Jesuítica do Malabar, no final do século XVII. Além de ser de origem nobre, Brito exerceu importantes papéis nas dinâmicas missionárias no interior da mencionada província. Tornou-se superior da missão do Madurai em 1685 e foi assassinado no reino de Ginja, na província do Malabar, em 1693. Morte esta que viria a se tornar símbolo de seu martírio.

É interessante notar que, apesar da figura desse missionário ser tão importante para o desenvolvimento das missões jesuítas no sul da Índia, sendo relevante ao ponto de ser beatificado em 1853 e canonizado em 1947, a historiografia tem pouquíssimas contribuições a seu respeito. Em sua tese de doutoramento, Maria de Lurdes Ponce Edra de Aboim Sales (2015) realiza uma breve trajetória de João de Brito; entretanto, por não se tratar do objetivo do mencionado trabalho, a autora não constrói uma análise em torno do missionário. É nesse mesmo viés que as obras por ela levantadas sobre João de Brito se circunscrevem. Apesar da importante contribuição desses trabalhos no que tange à exposição de elementos referentes à trajetória desse missionário, eles carecem de análises científicas sobre o tema e, em maior ou menor grau, pecam por possuírem caráter apologético.

Acreditamos que esse caráter apologético se dá por terem sido escritas em um contexto de produção muito específico sobre a figura de Brito, o de sua canonização. Ao realizarmos um minucioso levantamento bibliográfico, conseguimos perceber que sete biografias foram publicadas no intervalo de 1937 a 1948, sendo a última publicada em 1986. É importante salientar que Brito foi canonizado em 1947, no apogeu do regime salazarista em Portugal. Dessa maneira, podemos compreender a produção dessas obras como completamente conectadas a uma possível propaganda desse, que então se tornaria o mais novo santo português. Nesse sentido, muitas das produções sobre João de Brito seriam, direta ou indiretamente, afetadas.

Concentramos nossos esforços neste trabalho em compreender os mecanismos discursivos utilizados para construir a figura de João de Brito como mártir. Para atingir tal objetivo, inicialmente nos debruçamos sobre duas edições da mesma biografia, escrita por Fernão Pereira de Britto, irmão do jesuíta: a original, publicada em 1722, e a segunda edição, publicada em 1852. Optamos por trabalhar com essas biografias por se tratarem de edições distintas da mesma obra e, principalmente, por apresentarem um vasto compêndio documental que ampliou as perspectivas de análise dessa pesquisa. Além disso, o fato de João de Brito ter sido beatificado em 1853, um ano após a publicação da segunda edição, sugere que essas biografias representam o primeiro esforço bem-sucedido no caminho de sua posterior canonização.

Objetivamos compreender a forma como foram construídas, seus possíveis objetivos e diferenças. Posteriormente, refletiremos sobre os elementos textuais da obra, levantando hipóteses sobre as complexidades inerentes à tentativa de classificá-la em um gênero específico. Por fim, concluímos com postulações referentes à aplicabilidade de conceitos provenientes da área da *Performance* na análise das narrativas sobre João de Brito.

“Venerável” e “beato”: semelhanças e diferenças entre as primeiras edições

Escrita por Fernão Pereira de Britto, irmão de João de Brito, foi trazida ao público pela primeira vez através de um esforço conjunto de D. Fernando de la Cueva, sobrinho do missionário, e da Companhia de Jesus. A obra: História do nascimento, vida e martírio do Venerável Padre João de Brito foi publicada em 1722, em Coimbra, através do Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus. A obra conta com uma estrutura muito bem delimitada, iniciando com uma dedicatória de D. Fernando de La Cueva a D. João V,

seguida de uma declaração ao leitor, um protesto e declaração do autor, e algumas licenças para publicação da mesma, sendo elas: do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço. Posteriormente, a obra segue com uma seção denominada Epigrammas Laudatorios. Essa parte consiste em uma série de poemas, todos em latim, escritos por membros da Companhia de Jesus sobre João de Brito. Logo após, é apresentado um enxuto índice que divide a narrativa da biografia em três partes e um compêndio dividido em duas outras partes. O compêndio conta com um documento de cunho biográfico sobre João de Brito, apresentado à Sagrada Congregação dos Ritos em 1714 e traduzido do latim para o português, e duas cartas escritas ao pontífice por D. João V e D. Maria Ana sobre João de Brito. Em seguida, algumas cartas compõem uma seção chamada Verdadeyras Imagens, onde é possível encontrar documentos de autoria do jesuíta e de seus companheiros de missão.

Sua segunda edição, publicada em 1852, apresenta algumas sutis, porém interessantíssimas, mudanças. A princípio, podemos notar que a edição do século XIX é intitulada História do nascimento, vida e martírio do Beato João de Brito, diferentemente da edição do século XVIII, que se refere, no título, a João de Brito como “venerável padre”. Ou seja, mesmo tendo sido publicada um ano antes da beatificação de Brito, os editores da edição do século XIX já se referiam ao missionário enquanto beato. Inicialmente, a formatação se mantém a mesma; contudo, após o protesto e a declaração do autor, as licenças para publicação são substituídas por um prefácio da segunda edição e uma breve biografia do autor, Fernão Pereira de Britto.

Nessa prefação, estão listadas as principais diferenças entre as edições. A primeira edição conta com uma série de “reflexões” do autor, as quais interrompem a narrativa para realizar ponderações sobre o texto. Contudo, a edição de 1852 retira todas as “reflexões” – totalizando 81 –, por razão de “não fazendo elas parte da história, mas sendo meras considerações sobre o seu texto, em nada aproveitavam a fidelidade histórica e entravam, tornando-a menos deleitosa para a leitura” (Britto, 1852, p. 17). Nesse sentido, embora os capítulos estejam presentes integralmente, sem nenhuma aparente modificação textual, as ponderações de Fernão Pereira de Brito foram retiradas da edição do século XIX. Além disso, as diferenças seguem na alteração da ordem da seção Epigramas Laudatórios, que, na edição oitocentista, antecede diretamente o compêndio. O compêndio, que também se mantém integralmente na segunda edição, é, contudo, acrescido de um importante item intitulado “memória”.

É exatamente essa parte da obra, a “memória”, que faz com que concentremos nossas análises na segunda edição. Partindo do fato de que a primeira edição consta na íntegra e que as “reflexões” do autor não apresentam grandes contribuições à narrativa, valendo-se somente de algumas pontuais ponderações que merecem destaque, a edição de 1852 se mostra muito mais rica em detalhes ao somar, junto à obra anterior, um valioso compilado de publicações, algumas na íntegra e outras em fragmentos.

Podemos observar que, no prefácio da segunda edição, é realizado um levantamento das obras e documentos escritos sobre João de Brito até o momento de sua publicação. Em ordem cronológica, o primeiro documento apresentado é a carta do P. Francisco Laynes, Superior da missão do Madurai, que escreveu, logo após a morte de Brito, aos padres da Companhia, sendo impressa somente em 1717. Segue-se com um folheto escrito pelo jesuíta Manuel Coimbra, em 1695, intitulado: Breve relação do ilustre martírio do V. P. João de Brito, impresso em Lisboa em 1695.

O *Illustre Certame* (Antuérpia, 1697), de autoria do jesuíta Jean Baptiste Maldonado, é uma das obras mais ricas em detalhes sobre a trajetória de João de Brito, que se faz presente na mencionada seção, embora não conste integralmente, mas apenas fragmentos traduzidos do latim para o português. As próximas obras apresentadas são: *A Imagem da Virtude no noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa* e *Annus Gloriosus*, ambas escritas pelo jesuíta Antônio Franco. A primeira foi impressa em Coimbra, em 1717, e a segunda, em Viena, em 1720, e ambas incluem apenas as partes que se referem a João de Brito. Por fim, são apresentadas as obras *Vita del V. Servo di Dio P. Giovanni di Brito*, de autoria anônima e publicada em Roma, em 1738; o 2º tomo da *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado; *História genealógica da Casal Real part. 2.ª*, de autoria de D. Antonio Caetano de Sousa; e *Da História da Companhia de Jesus*, pelo jornalista Cretineau Joly, todas sem informação de data.

No que concerne à narrativa biográfica, ela está dividida em três partes: a primeira é intitulada “Em que se contêm as ações do V. P. João de Brito, desde o seu nascimento até a sua partida para a Índia e chegada a Goa” (Britto, 1852, p. 1-29). Dividido em doze capítulos, este primeiro fragmento narra o início da vida de Brito, seu ingresso e formação na Companhia de Jesus. Nessa primeira parte, é possível observar elementos narrativos que aproximam João de Brito da Companhia de Jesus e, principalmente, da imagem de São Francisco Xavier, através de passagens de provação e interferência direta da Providência Divina, por vezes, utilizando-se da figura de São Francisco Xavier. Logo no

início, a narrativa apresenta a primeira provação de João de Brito, que, aos onze anos, sobreviveu a uma terrível condição de saúde por intercessão de São Francisco Xavier, culminando no uso do hábito jesuíta por Brito durante um ano. Como resultado, Brito ganhou o apelido de “martirizinho” junto aos demais pajens.

A segunda parte é intitulada “em que se contêm as acções que o V. P. João de Brito obra na Índia até ser mandado a Portugal, eleito procurador da sua província do Malabar” (Britto, 1852, p. 30-133). Essa parte, dividida em trinta capítulos, tem por objetivo principal narrar a primeira viagem de Brito para a Índia e toda a sua trajetória missionária antes de retornar a Portugal em 1687. Existe um divisor de águas nessa parte da narrativa, pois Brito ganha uma dimensão interessantíssima após passar pelo episódio chamado de “Primeiro Martírio”. Em 1684, Brito é preso e torturado durante semanas, mas, no momento em que iria ser morto, é liberado por conta de disputas locais. A partir disso, a narrativa passa a afirmar Brito como uma espécie de mártir vivo, pois o jesuíta já teria passado por todo o processo do martírio, só não o havia consumado.

A terceira e última parte é intitulada “Em que se contêm as ações que o V. P. João de Brito obrou depois que chegou a Portugal, e depois que, de Portugal, se embarcou segunda vez para a Índia, até consumir a vida com o glorioso martírio” (Britto, 1852, p. 134-195). Dividida em dezesseis capítulos, essa parte nos chama a atenção para alguns episódios, como uma certa tensão sobre a necessidade de Brito ir ou não à Roma prestar contas da Missão, o que indica tensões entre Portugal e Roma, além, obviamente, da consagração de seu martírio.

Levando em consideração que foram apresentadas as características de nossas fontes, devemos agora apresentar o eixo metodológico que guiou nossa análise. Nesse sentido, aplicamos a metodologia de “análise de conteúdo” como saída para arguição dos materiais levantados. Quanto à análise de conteúdo, podemos defini-la como um conjunto de técnicas de comunicação, com destaque para a aplicação interdisciplinar de áreas da semântica. Compreendemos semântica como a pesquisa do sentido de um texto. Portanto, o método de análise de conteúdo delimitar-se-á através do domínio da linguística, de métodos lógicos, estéticos e formais, de métodos lógicos semânticos, de métodos semânticos e estruturais e, principalmente, da hermenêutica (Campos, 2004).

A análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas, se vale da comunicação como ponto de partida, tendo por finalidade a produção de inferências. Inferir significa realizar uma operação lógica pela qual se admite uma proposição a partir de sua ligação

com outras proposições antes postas. A produção de inferências é o ponto central da análise de conteúdo. Um dado de comunicação é completamente sem valor até que este seja vinculado a outro, e esse vínculo seja representado através de uma teoria.

Produzir inferência a partir desse método significa, portanto, embasar as mensagens com pressupostos teóricos de diversas concepções e com as situações concretas de seus produtores e receptores. A análise de conteúdo vai em consonância com as proposições levantadas neste artigo, pois tem como ponto central a concepção dessas situações concretas a partir do contexto histórico e social em que as produções estão inseridas. Nesse sentido, mesmo que seja uma linha metodológica que se baseie em diversos componentes da linguagem, não corremos o risco de cair em análises exclusivamente semânticas e filológicas.

Aplicamos a metodologia a partir de três fases de desenvolvimento: a primeira fase é a de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do corpus documental. Nessa fase, concentramos nossos esforços em leituras gerais do material coletado, tentando apreender, de forma global, as ideias principais e seus significados gerais. A utilização de uma leitura menos aderente nessa fase pôde promover uma melhor assimilação do material e elaborações que forneceram os indícios para a sistematização das hipóteses apresentadas.

A segunda fase consistiu na seleção das unidades de análise ou de significado. Evidenciar as unidades de análise temáticas, ou seja, os recortes do texto, é um processo dinâmico e indutivo, que exige atenção às mensagens explícitas e às suas significações não aparentes. A opção por uma unidade temática específica se dá a partir da conjunção de interdependência entre os objetivos do estudo, através das teorias explicativas adotadas por nós.

A terceira e última fase se deu a partir da categorização e subcategorização. Podemos definir o processo de categorização como a operação de classificação de elementos constituintes de um conjunto por diferenciação e reagrupamento, segundo o gênero. Podemos constituir as categorias como grandes enunciados que visam abarcar um número variável de temas e questões. A formação das categorias e subcategorias está intrinsecamente conectada aos objetivos da pesquisa e à construção das temáticas abordadas, de modo que a codificação das unidades de análise pôde promover a realização de tal pesquisa.

Missionário-mártir: a construção do arquétipo

Já expostos os elementos que compõem as edições da biografia sobre João de Brito e a forma como iremos trabalhar, podemos agora nos debruçar sobre o que acreditamos ser a motivação fundamental da publicação das mesmas: a construção do missionário-mártir. Vale ressaltar, antes de mais nada, que, no período apontado por Hsia (1998) como correspondente à ação da Contrarreforma (1540-1770), podemos conceber algumas modalidades nas quais se enquadravam os pretendentes à santidade, a partir de seus atributos, ou seja, suas personalidades e conquistas reconhecidas pela Igreja. São sete arquétipos de santos: os fundadores; os reformadores; os místicos; os bispos; os missionários; os obreiros e os mártires. É interessante pensar que, apesar de Brito ser missionário, tendo essa imagem constantemente reforçada em sua biografia, tanto o título da obra quanto sua narrativa culminam em seu martírio. Nesse sentido, apesar de estarmos nos valendo de um missionário e por isso é evidente a presença de elementos próprios desse arquétipo de santidade, João de Brito foi conceituado mártir. Portanto, nos cabe perceber de que maneira podemos dialogar com essas categorias.

Brito morreu em 1693 e, logo após sua morte, algumas importantes obras começaram a circular a seu respeito, construindo uma movimentação sobre sua trajetória missionária e levantando ideias sobre seu martírio. Um dos principais exemplos é o já mencionado trabalho do padre Jean Baptiste Maldonado (1697). Entretanto, Brito foi beatificado somente em 1853. Muito dessa demora, além de possíveis outros fatores, pode ser identificada no fato de que o atributo de mártir não foi muito utilizado pela Igreja da Contrarreforma no reconhecimento da santidade de homens e mulheres no período. As memórias dos mártires eram celebradas, mas seus processos de santificação só foram consumados a partir dos séculos XIX e XX. Para R. Po-Chia Hsia (1998), existem duas possíveis respostas: a primeira sendo ideológica. A Igreja da Contrarreforma encarava a si mesma como uma Igreja militante e triunfante, mas a imagem do martírio, muito conectada com a identidade de uma Igreja apostólica perseguida pelas leis pagãs, não era pretendida pelo papado.

A segunda razão deriva de políticas eclesiásticas e da centralização da administração papal. O processo pelo qual os candidatos eram proclamados santos seguia o mesmo princípio da descrição evangélica sobre a aproximação dos primeiros apóstolos: muitos são chamados, porém, poucos são escolhidos. Esse tipo de movimentação se deu em resposta à proliferação de cultos a santos durante a Idade Média. Nesse sentido, o

papado pós-tridentino centralizou a santificação e uniformizou o processo. Durante a Idade Média, o culto aos santos se desenvolvia de maneira espontânea e a nível local. Buscando extinguir esse tipo de manifestação, a tomada de decisões passou a estar centralizada em Roma, desautorizando cultos locais, delimitando critérios ostensivos para provar a santidade, através de uma intensiva investigação, como a comprovação de milagres, por exemplo (Hsia, 1998). É nesse sentido que a vida de santo de João de Brito foi apresentada à Sagrada Congregação dos Ritos em 1714, estando, posteriormente, anexada ao compêndio de sua biografia.

O movimento geral de renovação literária, próprio da modernidade no âmbito da poesia e hagiografia religiosa, foi composto por autores que procuraram expor os temas do cristianismo numa expressão conjunta às novas sensibilidades estéticas e culturais desse contexto. Esse movimento se deu em alternativa às narrativas em prosa de caráter tradicional e popular. Nesse sentido, as Reformas utilizaram amplamente e reinterpretaram as tipologias literárias fixadas pelo martírio desde o início do cristianismo (Urbano, 2006).

No princípio da Época Moderna, a imagem do mártir era celebrada a fim de evocar o tempo fundador e, envolvida a partir de uma sensação mística, evocava os primórdios do cristianismo. Servindo como uma espécie de instrumento didático, utilizado no disseminado debate doutrinal típico das ações reformadoras, a partir de seu caráter paradigmático, a construção de um “exemplo” estendeu sua influência para além da literatura hagiográfica. Concebendo, assim, a configuração de perfis heroicos presentes em diversos textos literários (Urbano, 2006).

A construção da imagem do santo tem seu efeito realizado a partir de elementos semânticos. Uma destas alternativas é a constituição de nobreza, uma vez que o sangue era a metáfora da graça. Por isso, logo no início da edição, é possível encontrar uma breve genealogia que liga a família de Brito à nobreza, pois o enobrecimento dos santos está em simetria com a santificação dos príncipes. Michel de Certeau (1982) afirma que essas operações recíprocas instauram uma hierarquia social de exemplaridade religiosa, sacralizando a ordem estabelecida, própria do Antigo Regime.

A utilização de uma origem nobre é um sintoma da lei organizativa da vida de um santo. Um texto de caráter meramente biográfico colocará uma evolução e, portanto, diferenças entre as fases do crescimento do indivíduo. Contudo, obras de caráter edificante postulam, a partir de uma eleição divina, que o indivíduo adulto ainda reflete

suas qualidades já encontradas na infância. Para tanto, o santo é aquele que não perde nada do que recebeu (Certeau, 1982).

Os santos missionários partem de uma heroica jornada longe de suas terras, expandindo as fronteiras do catolicismo (Hsia, 1998). A figura do missionário aparece pela primeira vez na narrativa sobre Brito quando ele tinha somente onze anos, sendo São Francisco Xavier o santo responsável por salvar o português de uma terrível doença. A partir desse momento, a narrativa traça o destino de Brito enquanto um missionário, pois evidencia que o jesuíta fez uso das vestes da Companhia durante um ano, sendo essa uma promessa em agradecimento à intercessão de São Francisco Xavier é um divisor de águas na trajetória do pajem. Após o término da promessa, Brito se dedica a entrar na Companhia de Jesus, sendo apresentado ao desejo missionário (Britto, 1852).

Oriunda de uma tradição literária pagã, a presença de um “exemplo” influenciou de maneira incisiva a hagiografia, principalmente a sua vertente biográfica. Entretanto, a literatura de cunho martirológico inicial não descreve o percurso biográfico dos mártires, mas centra suas narrativas em suas mortes. Os textos mais elaborados, mais próximos ao gênero panegírico, surgiram depois, mas com os mesmos fins moralizantes e apologéticos, transformando os heróis em ascetas (Urbano, 2006).

A figura de Xavier esteve constantemente presente, por exercer um papel importante na construção da narrativa sobre João de Brito. Comparar as ações do jesuíta português com as de um santo (Xavier fora canonizado em 1622), ajuda na argumentação de que Brito estaria agindo como tal, sendo a figura de Xavier fundamental por ser a principal referência de um santo missionário, tanto para a Companhia de Jesus quanto para as missões no Oriente. Esse tipo de esforço junto a narrativa se aproxima do propósito central de obras hagiográficas, privilegiando os atores do sagrado, ou seja, os santos. Dessa maneira, há a edificação e construção do que Michel de Certeau (1982) chamou de “exemplaridade”. Podemos trabalhar esse conceito a partir da ideia de modelo. O “exemplo” baliza a construção de uma vida santa, sendo o fator necessário para atingir tal santidade. Portanto, Brito é constantemente comparado a Xavier e evidenciado como fiel seguidor de seus exemplos e ações, a fim de estruturar as condições para que o missionário português possa ser visto como Xavier, ou seja, como um santo (Certeau, 1982).

A ida de Brito à Índia, a contragosto de sua mãe, encerra a primeira parte da biografia e inicia a conceitualização do jesuíta enquanto um possível santo missionário.

Podemos ler a disputa com sua mãe, que recorreu ao núncio papal para que o inaciano não saísse de Portugal, como um rompimento com qualquer ligação que o distanciasse de seu objetivo: a conquista de almas no Oriente. Sendo assim, podemos afirmar que o intuito da primeira parte da obra é apresentar o personagem de Brito como um missionário. A sua formação como um santo está presente na parte seguinte (Britto, 1852).

Dois elementos são fundamentais para a construção do arquétipo do santo missionário: o heroísmo e o desbravamento do desconhecido (Hsia, 1982). Este último fator é constantemente reforçado na trajetória de Brito, sendo enfatizado por toda a segunda parte da obra. Podemos observar que, logo no início do capítulo I da segunda parte, intitulado *Parte de Goa para as terras do Malabar, e descreve-se a sua jornada* (Britto, 1852, p. 30-33), algumas passagens que enfatizam não só elementos “desconhecidos”, mas também a vontade de Brito em enfrentá-los. Ao se direcionar às terras do Malabar, o jesuíta:

Podera fazer a jornada com muito commodo; porque todo lhe ofereceu a caridade do P. Braz de Azevedo, provincial que então era da província do Malabar: mas como o ardentíssimo zelo de padecer era n'elle acção do seu desejo, querendo imitar o grande apóstolo do oriente S. Francisco Xavier, se partiu a pé para passar aquellas celebres serras do Malabar [...] (Britto, 1852, p. 30-31).

Esse trecho compõe o esforço do missionário que, apesar das “forças da fraqueza do corpo por beneficio dos alentos do espírito, prosseguia alegre o caminho” e constrói a imagem de um homem que, apesar dos “muitos ursos, tigres, e elefantes”, manteve-se firme em seu objetivo pela busca de novas almas. (Britto, 1852, p. 30-31)

Uma vez apresentado o desconhecido e formado o palco do extraordinário em que Brito atuava, a narrativa segue para a introdução dos atos de heroísmo do missionário. Tais atos se delimitam a partir de um supostamente nítido impedimento natural em concluir certas ações, que só são superadas por intervenção divina. O primeiro grande episódio referente a esse tipo de construção narrativa se dá no capítulo VIII da segunda parte, intitulado: *Refere-se um caso, em que o V. Padre, e seus companheiros experimentaram os prodígios da divina providência em seu favor* (Britto, 1852, p. 51-55). O episódio narrado acontece através da iminência de um dilúvio que dura três dias. Brito e seus cristãos estariam presos em uma choupana, que foi tomada pelas águas, as quais os cobriram quase completamente. Como se isso não bastasse, as víboras que foram

atraídas pela enchente e a presença da fome caracterizam o quadro caótico que estava se formando.

Nessa altura da narrativa, o personagem de Brito já foi constituído como de saúde bastante fragilizada, seja pelas moléstias por ele enfrentadas no início de sua vida ou pelo físico aparentemente franzino que o impossibilitaria de realizar grandes testes de resistência. Deste modo, o lugar que o jesuíta desempenha em acalmar os locais e direcionar os esforços conjuntos para a oração é alavancado, porque Brito não possuía estas condições naturalmente, sendo a providência divina a responsável para que o jesuíta pudesse guiar a intenção daquelas almas a Cristo. Desta maneira, a narrativa nos apresenta a estiagem das águas como fruto da ação do missionário que, como um verdadeiro homem de Deus, conjugou seus esforços espirituais para salvar seus cristãos.

É a partir do capítulo XI da segunda parte que as imagens do missionário e do mártir começam a se misturar (Britto, 1852, p. 56-59). Até esse momento, João de Brito estava conectado ao ideal missionário, com algumas passagens que fazem referência à intercessão de São Francisco Xavier. Muito esforço foi concentrado na ilustração do exótico e nas maneiras que o jesuíta buscou para sobreviver e converter aquele meio. Entretanto, o mencionado capítulo inicia a perseguição que, anos depois e ao final do texto, culminou em seu martírio. Sendo assim, a figura do missionário não é abandonada, mas utilizada como catalisadora da figura do mártir, ou seja, é a partir da construção do arquétipo de missionário que se desenvolve o do mártir.

O martírio é concebido não apenas pelos mártires, mas pelos fiéis e é encarado como uma benesse ou um privilégio. Desta maneira, não é possível que o cristão conquiste o martírio através de um esforço individual e isolado, mas apenas se for consumado pela ajuda da providência divina, que o enviará as virtudes em forma de dons. A resistência ao sofrimento, por exemplo, tem explicação na graça divina, uma vez que a constância dos mártires junto aos preceitos divinos torna vão os tormentos, graças ao auxílio direto de Cristo. A morte, consumação real do martírio, é sempre oferecida ao fiel por Deus, sendo o mártir o primeiro responsável por aceitá-la, em clima de consolação espiritual, consagrando sua vitória (Urbano, 2006).

Conceber o martírio como um dom aceito livremente pelo homem significa associá-lo intimamente à identificação recíproca do mártir junto a Jesus Cristo. Essa é uma constante martirológica bastante comum à literatura deste gênero. A vida do mártir e de Cristo se consumam em uma só a partir de sua morte. Nesse viés, o mártir não só imita o

gesto de Cristo, que morreu por todos, mas torna-se participante da ação de Cristo já realizada, estando presente junto a sua Paixão em seu próprio martírio (Urbano, 2006).

São João Evangelista foi o principal responsável por modelar a figura de Jesus Cristo como protótipo do mártir para o cristianismo, como um modelo que aceitou voluntariamente a morte, no cumprimento da vontade do Pai, sendo essa revelada nas Escrituras. Como evidência, Urbano (2006), os Evangelhos chamam atenção para a ida de Jesus à Jerusalém e a sua recusa em permanecer na Galileia à espera de ser preso. A natureza voluntária da morte de Jesus é presente em toda a representação joanina de sua prisão, julgamento e morte. Na maneira como salientam alguns exegetas do Evangelho de São João, a Paixão de Jesus não é oriunda de humilhação, mas de triunfo: é a sua glorificação que está em ênfase. Os Atos dos Apóstolos e as Epístolas salientam esse martírio através do entendimento do caminho a ser percorrido pelos seus discípulos (Urbano, 2006).

Evidentemente, essa natureza voluntária frente à proximidade da morte está presente em boa parte da narrativa sobre João de Brito. Entretanto, a primeira vez que aparece é no capítulo XXIV da segunda parte. Já iniciada a perseguição contra o missionário, o capítulo tem como título: *É preso o V. Padre no Reino de Madurey, e livrado do perigo da morte, que o ameaçava apresenta o primeiro episódio em que Brito é confrontado com a iminência da morte e sujeitado à violência gentia* (Britto, 1852: 109-111). Sua recusa em se afugentar é evidente no seguinte trecho:

Tendo porém ele (João de Brito) notícia de que o buscavam, se adiantou a perguntar-lhes quem procuravam. N'este tempo tiveram logar os catecúmenos para se retirarem, e assim prenderam sómente o V. Padre, e os catechistas, que o acompanhavam, vingando n'elles o ódio, que tinham a todos (Britto, 1852, p. 109-110).

Em seguida, são narrados uma série de torturas provocadas contra Brito e seus catequistas que, àquele momento, se tornaram personagens “já consagradas ao martyrio” (Britto, 1852, p. 109-110). Contudo, por não se valer de uma prisão oficialmente determinada pelo *Nāyakkār*, título dado à autoridade local, o grupo de locais que perseguiu e torturou Brito e seus seguidores acabou por libertá-los ainda com vida. Vale ressaltar que a perseguição já se dava de uma maneira mais ampla aos cristãos, não somente ao missionário, pois é citado que, logo após ser livrado da morte, Brito parte do Madurai em direção ao reino de Tanjaor, onde um cristão chamado Gaudiozo foi

perseguido. Doravante, a narrativa apresenta Brito como similar a Cristo, que morreu por todos, pois o jesuíta mandou dizer aos perseguidores:

[...] que se tinham alguma duvida contra a lei de Deus, não era justo averiguarem-n'a com aquelle christão, o qual não era letrado na lei, que professava: que ele allí estava, e como mestre da mesma lei satisfaria com a razão a todas as duvidas, que lhe offerecessem: e não lhes quadrando o verem-se convencidos, não lhes seria difficultoso o tirar-lhe a vida, pois ia metter nas suas mãos. (Britto, 1852, p. 111).

Essa convicção perante a arguição e julgamento provenientes de agentes que representam o pecado é uma outra constante na literatura martirológica, definida no Novo Testamento como fruto da identificação entre o mártir e Cristo. O mártir não deve recuar pelo que dizer e não se deixará invocar outro nome que não o de Cristo, pois nesse momento é o próprio Espírito Santo que intercederá por ele (Urbano, 2006).

Tal elemento fica mais evidente em um capítulo especificamente construído para este tipo de passagem, intitulado *Disputa com os letrados gentios, e convence-os* (Britto, 1852, p. 82-85). Neste capítulo, o texto chama atenção para um debate a respeito da “escritura de cabeça”, que seria uma verdade universal consagrada por *Brahmā* aos gentios. O jesuíta persuadiu os gentios utilizando o argumento de que, se há culto a mais de um deus e seus adeptos disputam sobre a soberania de cada um, a “escritura de cabeça” não pode ser a representação da verdade. Nesse sentido, Brito estaria apresentando a concepção de que a verdade universal só pode se manifestar no monoteísmo. A defesa malsucedida de Brito da verdade cristã resulta na saída inevitável do martírio:

Convencidos tão evidentemente os gentios, e não tendo, que responder a estes argumentos calculatorios, obstinados no seu pecado trataram de encobrir a sua manifesta ignorância com injuriarem de palavra o V. Padre, e o tratarem tão mal, se n'aquella ocasião não deu a vida pela fé, não foi á falta de martyries, mas porque a divina providencia lhe guardava a gloria do ultimo para outra ocasião (Britto, 1852, p. 84).

Existe uma forte associação entre martírio e a inspiração divina, principalmente ao que concerne aos diálogos judiciais que os mártires perseguidos enfrentam junto às autoridades locais. A certeza presente no texto de que João de Brito é constantemente iluminado pela inspiração divina dá condições ao jesuíta para enfrentar os gentios, tornando a perseguição um fator privilegiado para a consumação do martírio e, principalmente, impulsionando sua eficácia enquanto missionário. Esse tipo de defesa aponta para um possível movimento responsável por formular o martírio enquanto uma experiência mística e inevitável, como fica evidente no final da narrativa supracitada (Urbano, 2006).

A construção da idealização do personagem martirizado passa pela reposição de modelos sobrepostos, sendo possível reencontrar, em todas as narrativas hagiográficas, uma estrutura que, de maneira geral, é comum. Se, por um lado, essa estrutura é resultado da narrativa de acontecimentos que seguiram processos semelhantes, sua origem também remonta ao desejo de se referir ao modelo das narrativas da Paixão de Cristo e dos primeiros mártires, os apóstolos (Urbano, 2006).

Existe, portanto, uma relação proposta por E. Mazza (1992) como “ontológica” entre a Paixão de Cristo e todas as construções de martírio presentes no contexto judaico-cristão. Através dessa relação, podemos determinar o sentido tanto dos martírios veterotestamentários quanto dos martírios cristãos. Nesse sentido, o martírio assume um caráter pascal, por sua vez, a própria Páscoa passa a assumir um caráter martirológico. Em toda a literatura hagiográfica, está presente a correlação entre a ascensão do mártir, na imitação de Cristo, e sua humilhação. Sendo, portanto, a Paixão do Mártir entendida como um prolongamento da própria Paixão de Cristo (Mazza, 1992).

Esses elementos podem ser encontrados a partir de uma visão que permite distinguir três gêneros literários presentes na literatura martirológica cristã: os *Acta*, as *Passiones* e as *Legenda*. É importante, contudo, salientar que os textos costumemente integram características de vários gêneros, e sua caracterização, com base na forma literária, não pode ser inflexível. Além disso, é comum a esse tipo de literatura o uso de outras obras como exemplo para a constituição de uma nova, o que pode dificultar uma classificação específica (Urbano, 2006).

Para os fins desta análise, julgamos pertinente contemplar a obra em questão a partir da caracterização de Urbano (2006) sobre as *Passiones*. Isso porque, esse tipo de narrativa apresenta um momento mais detalhado sobre a morte. É presente uma estrutura ambígua, na qual o mártir vence, não pelo discurso, mas pelo heroísmo diante da dor. A tortura é completamente vivida pelo mártir como um deleite frente à inevitabilidade do martírio (Urbano, 2006).

Na narrativa, há dois momentos em que Brito é contemplado com a possibilidade do martírio. Esse movimento acaba por gerar uma construção do personagem que passa pela Paixão do Mártir, mas não a contempla de imediato. A primeira vez que João de Brito é levado ao cárcere pelas autoridades ocorre quando ele e seus catequistas são presos por um general. Como evidenciamos anteriormente, a passagem mais antiga narra a prisão e tortura de Brito por agentes locais, e por isso, não poderiam matá-lo. Sendo assim, a

partir do momento que a narrativa apresenta uma autoridade, ela nos leva a crer que se iniciou, de fato, a trajetória da Paixão do Mártir (Britto, 1852).

Britto é preso junto aos seus catequistas e firmemente torturado. São narrados episódios de tortura, com açoites, exposições públicas enquanto estavam presos em cepos de madeira sob sol quente, diversas agressões físicas, grandes caminhos percorridos a pé e tortura com espinhos e pedras pontiagudas. Todas essas passagens são acompanhadas por um esforço para obrigar o jesuíta e seus seguidores a proclamarem o nome do deus Xivá. Destaca-se uma passagem em que Brito é comparado diretamente a Cristo por, ao mesmo tempo, aceitar o processo de tortura e se mostrar firme junto à sua lei:

[...] o principal d'elles perguntou ao V. Padre, e aos catechistas um por um, se estavam resolutos a dizer, Xivá Xivá: e como todos respondessem que não, lhes deram muitas bofetadas; e dando a primeira ao V. P. João de Brito, ofereceu elle a outra face para lhe darem a segunda; o que vendo um gentio do consistório disse: o primeiro, que ensinou a lei, que este segue. deu por preceito o que elle agora obrou (Britto, 1852, p. 123).

Logo após essa passagem, Brito e seus catequistas são sentenciados a terem os pés e as mãos cortadas e, por fim, serem empalados. Entretanto, quando estavam a caminho do desfecho da sentença:

[...] que então se não executou, por chegar uma carta do rei ao general, em que lhe dizia, que seu cunhado estava resolutos a se rebelar contra elle, e chamava em sua ajuda ao rei de Tanjaor: pelo que deixasse toda a execução, e occupação, que tivesse para outro tempo, e marchando logo com toda a gente de guerra, com que se achasse, se fosse ver com elle (Britto, 1852, p. 124).

Após estar preso por cerca de doze dias, o jesuíta é direcionado a uma pequena choupana, onde passou mais dezoito dias preso em condições precárias, com pouquíssimo acesso à água e comida. Após esse período, chegou uma notícia que a sentença seria aplicada somente a Brito, que seria empalado após ter seus pés e mãos cortados. A narrativa demonstra que, logo após escutar a sentença, a reação imediata do jesuíta foi saber onde e quando a aplicariam, o que pode ser um indicativo da ânsia do missionário pelo martírio, que fica mais evidente na passagem que fecha esse capítulo: “Deu o V. Padre graças a Deus pelo benefício ordenando aos christãos que também as dessem, e todos rezaram em acção de agradecimento um roزاری a Nossa Senhora, para que lhe alcançasse de seu filho graça final” (Britto, 1852, p. 125).

Quatro dias após a proclamação dessa sentença, Brito é encaminhado para outro lugar, onde é deixado preso nos estábulos por cerca de um mês. Nesse período, o jesuíta

teve que enfrentar novamente inúmeros letrados que foram até ele com intuito de colocarem à prova sua fé. Entretanto, diferente da primeira passagem, “todos pela graça de Deus saíram convencidos e tão admirados, que foram dizer ao rei: que o V. Padre ensinava uma doutrina muito rara; e que era contrária à sua, a provava com taes razões e comparações, que ninguém lhe podia resistir”. Perto do martírio, o personagem de Brito é elevado a condições superiores, graças à ação da Providência. Isso pode ser observado na própria confrontação de Brito junto ao rei, sendo o missionário responsável por convencer o líder sobre a nobreza da crença em Cristo, o que resultou na suspensão da sentença de Brito, narrada como a suspensão do “martyrio do V. P. João de Brito e dos seus catechistos, não faltando elles ao martyrio, mas faltando o martyrio a elles” (Britto, 1852, p. 126-128).

Esse trecho ilustra muito bem como, a partir desse momento, a narrativa constrói a figura de João de Brito. A esta altura, Brito já foi consumado como mártir, pois já passou por todas as etapas para atingir tal benesse. Entretanto, devido à interrupção do martírio, por fatores externos, mesmo o jesuíta e seus seguidores tendo se entregado aos agentes locais, não falta a eles o martírio, mas sim o martírio que os falta. Portanto, Brito passa a ser retratado, no texto, como uma espécie de mártir vivo. Algo como a representação de um limiar entre a santidade e o mundo terreno, faltando-lhe apenas a morte em missão, que já o espera.

A obra continua com o retorno de Brito a Goa, tornando-se superior da missão do Madurai. No ano seguinte, em 1687, o jesuíta embarca para Lisboa, lá chegando em 1688. Em Portugal, Brito se ocupa de obrigações junto à Companhia de Jesus e à corte portuguesa. Acreditamos que os primeiros oito capítulos da terceira parte, responsáveis por narrar esse contexto, servem como base para reforçar a ligação de João de Brito junto à Companhia. De certa maneira, estrutura-se a concepção de que o mártir formado na Índia é, intrinsecamente, um mártir jesuíta (Britto, 1852, p. 134-160).

É interessante, entretanto, destacar que, apesar de ficar evidente na narrativa que sua fama se espalhou até mesmo por Portugal, é construído um grande esforço por parte do monarca, D. Pedro II de Portugal, para manter Brito em solo europeu, impedindo seu regresso. O embate entre o jesuíta e o monarca demonstra que o primeiro abdicou da vontade de sua nação, representada por D. Pedro, em nome da divina Providência. O monarca tenta persuadir o inaciano:

[...] com a força de um argumento, querendo provar, que ainda para a cultura da missão era mais útil a sua assistência na côrte, do que em Madurei, e argumentava assim: pergunta, padre, quem trabalhará mais na cultura d'uma vinha, um operario, ou muitos operarios? Isto não é materia de questão: indo vós para Madurei, tem a missão um operario, ficando vós em Portugal, mandarei todos os annos muitos, porque para isso tem o vosso zelo, a vossa agencia, a vossa auctoridade, e o meu favor, o que tudo cessa não estando vós na corte para sollicitar estas disposições: bem tem mostrado a experiencia a verdade d'esta proposição. Pois, se de ficardes em Lisboa, resultará á missão ter muitos operarios para a sua cultura, o que não terá senão ficardes, e se é maior cultura de muitos operarios, que de um só, colhe-se por legitima conclusão, que é á mesma missão convém mais o Padre João de Britto em Portugal que voltar para Madurei (Britto, 1852, p. 146).

A recusa do jesuíta vem em direção à perpetuação da imagem do personagem como um mártir. Para isso, ele deveria, obviamente, consumir seu martírio na missão do Madurai. Isso fica evidente na seguinte passagem do mesmo capítulo:

Com todo o decoro e modéstia recusou tão singular mercê, que lhe propunha o real affecto de um principe tão soberano, pedindo-lhe com toda a submissão e respeito lhe não quizesse estorvar a volta para a sua missão; porque todo o seu desejo era acabar n'ella a vida, ou consumindo-a com trabalhos pelo amor de Deus, ou entregando-a nas mãos do martyrio pela fé (Britto, 1852, p. 145).

Mesmo tendo conseguido a licença real para embarcar novamente para a Índia, não se encerraram os impedimentos contra João de Brito. A narrativa guarda lugar para uma cena épica, construída através da busca interminável do missionário por retornar à sua missão, valendo-se de recursos físicos e, claramente, da ação da Providência. No dia em que deveria embarcar para Goa, o monarca fez questão de estar com o jesuíta uma última vez. Estando Brito na presença de D. Pedro, a narrativa deixa implícito que o rei informou, propositalmente, o horário errado da partida das embarcações do porto, fazendo com que o jesuíta permanecesse em Portugal por pelo menos mais um ano. Entretanto, Brito é avisado por um membro da corte que as embarcações estavam partindo naquele instante. Sendo assim, o jesuíta começa uma corrida contra o tempo para chegar aos portos, dando as costas a D. Pedro, sem se despedir. Lá chegando, Brito encontrou as naus já longe do porto e se lançou a uma canoa para remar em direção a elas. É nesse momento que a Providência coloca uma outra embarcação no caminho, que estava seguindo as naus para prestigiar sua partida. Essa embarcação acaba sendo responsável por ajudar Brito, que, finalmente, consegue embarcar (Britto, 1852).

Toda essa passagem serve como base para a construção do mártir, que, apesar de em certa medida já ter se consagrado, não poupa esforços para ir em direção à sua

receber os soldados com “tão alegre semblante, como quem alcançava o que tanto apetecia” (Britto, 1852, p. 169). É a partir desse momento que o último ato de sua Paixão de fato tem início, com inúmeras torturas antes mesmo de ser levado ao cárcere. Após alguns dias preso, Brito é chamado perante a corte daquele que ficou responsável por sua perseguição e julgamento, um aliado de Raganadadeven, chamado Tiruvrenjadeven. Essa passagem é marcada pelo ato de Brito que, mesmo estando profundamente machucado após dias de tortura e fome, lança-se ao chão para proteger seu crucifixo que foi violado. Nesse momento, podemos estabelecer uma ligação figurativa que apresenta a vida de Brito como protetora da cruz, para tanto, do próprio Cristo. Destaca-se um recurso narrativo em trazer à tona não somente a fala de Brito, mas seus próprios pensamentos:

Persistia o V. P. João de Brito abraçando a imagem do Christo crucificado, a quem podemos crer diria interiormente estes, ou outros mais internecidos colloquios: agora conheço, meu Deus, quanto custa soffrer a tyrannia dos homens. Até agora era para mim allivio padecer por amor de vós, agora sinto o maior tormento vendo-vos padecer por amor de mim (os catequistas). Em quanto as injurias diziam o que eu sou, não podia ter por aggravado as suas acções: em quanto as blasphemias dizem o que vós não sois, é justo que as tenha pelas mais sacrilegas injurias: em quanto eu soffria o mau trato, que me faziam, nada soffria em tolerar o que merecia a minha culpa: quanto vos vejo soffrer o desacato, que vos fazem, é necessário todo soffrimento para ver padecer a vossa innocencia. Agora, Senhor, conheço que deve ser confusão minha o pouco, que padeço pelo vosso amor. Que muito é, meu Deus, que eu me resolva a entregar a vida nas mãos dos homens, se vós permitis, que os homens tenham atrevimento para vos arrojam a meus pés? Quem vir estes excessos da vossa paciencia, como póde avaliar por fineza dar eu a vida pelo vosso amor? E se até aqui m'a quisestes conservar, seja para que m'a tirem vossos inimigos, pois eu sou o que mereço ser injuriado, e não vós, meu Deus, digno de toda a honra, e louvor. (Britto, 1852, p. 174).

Com diversas referências diretas à Paixão de Cristo, a narrativa compara, mais uma vez, Brito à imagem de seu Salvador. Brito estaria agora percorrendo o mesmo caminho que Cristo, tendo, inclusive, discípulos que padeciam em sua presença pela causa evangélica. A estratégia de trazer para o texto os pensamentos de Brito faz a narrativa, que até o momento se passava a partir do ponto de vista de um observador, ser transportada para o próprio olhar do jesuíta. Nesse sentido, o grau de pessoalidade é proveniente de um elemento essencial na hagiografia martirológica: a oração do mártir (Urbano, 2006).

Ponto fundamental do caráter edificante nesse tipo de texto, a oração do mártir pode ocorrer em diversos momentos: no caminho para a prisão, na prisão, no julgamento, nas

torturas e no momento de morte. Ela é uma forma de prolongar o discurso do herói. No trecho exposto, temos uma variação dentro da concepção discursiva de oração do mártir: a prece. Entendida por nós por ter um caráter mais curto e, nesse caso, ser algo apresentado como interno a João de Brito, que pede confiança a Jesus para se manter firme no sofrimento que recebe (Urbano, 2006).

O desfecho dessa epopeia referente a Paixão do Mártir é sua morte. Brito é degolado em 4 de fevereiro de 1693, com um golpe de cutelo. Em seus momentos finais, a narrativa apresenta novamente a figura de São Francisco Xavier, responsável por interceder pelo jesuíta desde o início de sua vida:

Já S. Francisco Xavier vio desempenhada a sua protecção. Já o V. P. João de Britto vio cumprido o seu desejo. Já se pôz o despacho, e o como pede a tantas petições. Já finalmente o grande missionario de Madurei, o incançavel operário da vinha do Senhor, o legitimo filho da companhia de Jesus, o verdadeiro imitador do apostolo do oriente, deu a vida em testemunho da pureza da fé catholica, e da verdade da religião christã que professava, e prégava (Britto, 1852, p. 190).

Acreditamos ser evidente que o texto em questão se trata de uma hagiografia de perfil martirológico, tanto pelos argumentos que vêm sendo desenvolvidos, quanto, principalmente, por sua trajetória culminar na morte de Brito pela fé, consagrando seu martírio. Em alguns textos, a narrativa não termina com a consagração do mártir, mas com o destino de suas relíquias ou até mesmo com os milagres realizados por ele, na apoteose da glória, testemunhando, dessa forma, a mais antiga tradição cristã de veneração dos mártires (Urbano, 2006).

Ao que concerne às relíquias, são narrados os destinos das partes do corpo de João de Brito que, além de degolado, teve seus pés e mãos arrancados após a morte. Seu corpo foi empalado e exposto por oito dias. Sua cabeça caiu “rodando pelas asperezas do monte, foi dar consigo nas correntes do rio, querendo mostrar a providência, de que tal relíquia só era digno sacrário o cristal mais puro” (Britto, 1852, p. 192). Já sobre o resto de seu corpo, é mencionado que foi comido por animais “em satisfação da rogativa, que o V. Padre havia feito a Deus no carcere” (Britto, 1852, p. 192). Entretanto, dois catequistas retornaram ao lugar e conseguiram achar ossos e a cabeça do padre, que foram enviados a Goa e “se guarda no cubículo do padre procurador do Malabar” (Britto, 1852, p. 191-195).

Além disso, é narrado que no mesmo instante em que João de Brito foi degolado, o Procurador do Malabar, padre João da Costa, que se encontrava muito distante do lugar

do acontecimento, recebeu através de um sonho uma mensagem de Brito comunicando seu martírio. Também no momento do martírio, seus catequistas, que estavam presos em outras localidades, foram soltos por ação da Providência, construindo um cenário em que, assim como Cristo, Brito morreu para salvar a vida de seus seguidores (Britto, 1852).

A certeza do lugar privilegiado do mártir transparece na narrativa através da concepção de milagres após sua morte, como forma de evidenciar sua recompensa no além (Urbano, 2006). Tal ponto é evidenciado no primeiro milagre intercedido por João de Brito. Narrado um ano após sua morte, um médico cristão cura um local que estava com febre em estado terminal por intercessão de João de Brito, utilizando seu martírio como exemplo de convicção na fé cristã (Britto, 1852).

Desse modo, a narrativa se encerra com ênfase em seu caráter edificante, demonstrando que, claramente, seu objetivo é evidenciar que Brito viveu e morreu como um santo, sendo um mártir da fé católica:

Este foi o nascimento, esta foi a vida, e esta foi a morte do V. P. João de Britto. Os louvores d'este empenho da natureza, e d'este desempenho da graça, são empreza para talento de outra esfera. Dizer o que ele obrou, foi acção de um incendido affecto. Ponderar o que conseguiu, será empreza de algum elevado discurso. Foi o V. P. João de Britto o que eu não sei dizer que foi: só direi que na vida de missionario, a que se consagrou, ensinou com eloquencia de mestre, serviu com zelo de confessor, acabou com prerogativas de martyr. (Britto, 1852, p. 195).

Nos esforçamos até o presente momento em demonstrar os elementos que compõem uma hagiografia martirológica e de que maneira a narrativa da biografia escrita de João de Brito, publicada em 1852, se enquadra nesse gênero. A partir dessa definição, buscaremos conceber tais elementos através da perspectiva proposta pela área da Performance.

A performance na construção da santidade

Levando em consideração que estipulamos os terrenos em que se insere a obra de Fernão Pereira de Brito e realizamos sua caracterização como pertencente ao gênero hagiográfico, pensaremos agora a obra a partir de uma perspectiva performática. Nesse sentido, levamos em consideração o conceito de performance, postulado pelo antropólogo Richard Scherchner (2013). O fundador do *Performance Group* elabora o conceito de maneira abrangente, concebendo qualquer ação humana como performance. Além de um conceito, Scherchner compreende o *Performance Studies* como uma área do

conhecimento, análoga à antropologia e ao teatro. Ou seja, embora existam diferenças na concepção de performance, segundo o autor, qualquer objeto pode ser estudado através da perspectiva dessa área. Dessa forma, a fim de atingirmos nossos objetivos, compreendemos a performance enquanto um instrumento discursivo que, através dos agentes ligados à produção da biografia, buscou a criação virtual de um performer: o mártir (Schechner, 2013).

Performances são responsáveis por marcar identidades, tempos, reconstruir e adornar corpos e contar histórias. Na concepção de Schechner, performances são constituídas por “comportamentos restaurados”. Isso envolve treino e prática, os quais são desenvolvidos através de gerações (Schechner, 2013). Ao nos depararmos com o caso abordado, facilmente podemos traçar paralelos junto a esse conceito. A escrita hagiográfica, como ficou evidente no subitem anterior, deriva de uma série de práticas e normas que foram construídas através dos tempos, perpassando contextos como a Contrarreforma, por exemplo.

Ao nos concentrarmos no ato da escrita, podemos observar que a questão da performance está associada ao desejo da manutenção de uma produção que perdure e tenha impacto no presente, mesmo que sua tônica esteja ligada diretamente ao passado, como é o caso (Lopes, 2009). Isso é evidente com a produção da biografia, pois as intenções do autor permeavam o desejo de beatificar e canonizar o irmão. Além disso, a perpetuação da arte se dá em outros dois sentidos: primeiramente, na reedição publicada no século XIX, que, após quase um século, busca trazer à tona a imagem de Brito. Em segundo plano, podemos encontrar esse eco nas obras publicadas no século XX. Nesse sentido, é evidente o esforço na construção coletiva de uma performance que perdurou e tomou contornos ligados ao objetivo primordial: a beatificação e canonização de Brito.

A construção dessa performance se deu a partir dos meios próprios do contexto em que se encontrava, ou seja, através de uma hagiografia. Contudo, é próprio ao gênero a existência de uma intencionalidade que permite que não haja compromisso com a veracidade daquilo que é apresentado. Lembrar não é, necessariamente, ter fidelidade junto aos fatos, mas está, sim, ligado ao imaginário, à sua amplitude e possíveis omissões. A distorção dos fatos está conectada diretamente aos próprios mecanismos da memória, na medida em que o responsável por transmiti-la acrescenta ou retira fatos. Portanto, o discurso constituído através do esforço hagiográfico é heterogêneo, fragmentado e disperso, por envolver diferentes sentidos pelos quais ele foi afetado (Lopes, 2009).

A performance, na maneira como se compõe através do texto, apresenta fragmentos de memória que engendram sentidos e se organizam com o intuito de transmitir a informação central: João de Brito teve uma vida santa e, por isso, é digno de ser visto como tal. Não à toa, a obra em questão se dá no formato de uma biografia, pois isso possibilita a presença de reminiscências que facilitam a inscrição na corporeidade do performer, que descreve melhor seu contexto, seu grupo e sua missão. As ações que marcam as virtudes, milagres e provações como essências de um santo também são derivadas de construções performáticas através do discurso. São pontos sensíveis que mesclam estados de repouso e de tensão em seu repertório. Além disso, as passagens de perda, despedida dos familiares, moléstias físicas e demais sofrimentos são responsáveis pelo movimento de desvelar a memória que está sendo apresentada.

A performance está circunscrita na ação de escrever sobre João de Brito. O sentido final dessa performance é divulgar a vida de Brito como a vida de um santo. Logo, a performance também se dá, na fonte analisada, através do esforço da publicação de uma segunda edição. Os atos de Brito, ou seja, sua missão e os registros que podemos encontrar em cartas ânuas, por exemplo, podem ser lidos como performances. Nesse sentido, entre a construção da obra por seu irmão e a publicação da segunda edição, existe uma complexa relação entre os eventos originais, as memórias de Fernão Pereira de Britto e os registros encontrados nas fontes que são apresentadas para corroborar a narrativa. Há, assim, comunicação entre diversos contextos através do ato da escrita. Em primeiro plano, a performance “acontece” (*takes place*), entre a vida missionária de Brito e os registros que foram deixados por e sobre ele. Em segundo plano, ela acontece entre os agentes externos à primeira performance, seu irmão e posteriormente os editores da publicação do século XIX, e a reação daqueles que irão ter acesso à leitura. Em sentido geral, toda a dinâmica que levou até a publicação da biografia é performance (Schechner, 2013).

O performer pode experimentar não ser ele mesmo, ou até mesmo ter sido distanciado de sua identidade. O fato é que, ao partimos dos conceitos inerentes ao *Performance Studies*, devemos enxergar uma multiplicidade de “eus” respectivos a cada contexto de ação (Schechner, 2013). Ao nos debruçarmos sobre a obra de Fernão Pereira de Brito, podemos observar a constituição de alguns personagens diferentes, mas conectados à mesma imagem. O primeiro personagem surge no início da obra: a criança que já nasceu para o martírio. Sua vida fica marcada pelo milagre, por intercessão de São Francisco Xavier, sendo destinada à vida missionária (Britto, 1852, p. 1-29).

O segundo é um jovem obstinado a ser mandado para a Índia, com intuito de seguir os passos de Xavier e buscar o martírio. Chegando a Goa, após se recuperar das provações de sua viagem, outro personagem se compõe: o missionário do Malabar (Britto, 1852: 30-117). O terceiro personagem é forjado pelos moldes do acontecimento que ficou conhecido como “Primeiro Martírio”. Esse evento criou uma espécie de mártir vivo, que, ao regressar a Lisboa, tornou-se amplamente conhecido (Britto, 1852, p. 118-160). Por fim, o ato final da performance fecha o espetáculo com sua consumação máxima: a aparição do mártir (Britto, 1852, p. 161-191).

Todos esses personagens são diferentes entre si, embora compartilhem uma série de componentes em comum, principalmente as virtudes. Contudo, cada um exerce uma função performática específica dentro do discurso, visando preparar o performer para o martírio. Sendo assim, essa combinação de comportamentos restaurados aparece na obra analisada como integrante das especificidades do gênero hagiográfico.

Considerações finais

Ao nos debruçarmos sobre a biografia de João de Brito, escrita por seu irmão, Fernão Pereira de Britto, e publicada pela primeira vez em 1722 e depois em 1852, estamos lidando com um evidente projeto que buscou argumentar sobre a vida santa daquele que é biografado. Nesse sentido, a obra em questão transborda complexidades ao conjugar um exercício de memória com a busca constante pela ênfase da existência do sagrado. Analisar essa fonte, portanto, requer o uso de ferramentas que contemplem sua complexidade.

Estimando alcançar tal tarefa, em um primeiro momento, nos concentramos em pensar seu contexto de produção, bem como as intencionalidades por detrás. Em seguida, analisamos a trajetória do jesuíta narrado na biografia, compreendendo quais seriam os mecanismos discursivos utilizados para a construção de seu arquétipo de santidade, bem como os caminhos delimitados para referendar sua vida santa. Por fim, conjugamos esses mecanismos e caminhos à ideia de *Performances*, objetivando complexificar a análise, a fim de observar as dimensões abrangidas pelo esforço em compor a biografia de João de Brito.

Trazer João de Brito para o foco de uma análise científica não é tarefa fácil, pois são ainda muito escassos os trabalhos que enfocam a trajetória do jesuíta. Entretanto, acreditamos que, além da relevância ecoada na ausência, este artigo contribui para a

historiografia a partir de seu aparato teórico-metodológico interdisciplinar, indo além das abordagens clássicas sobre a literatura martirológica. Demonstramos que, a partir dos conceitos inerentes à *Performance*, podemos compreender a biografia como um elemento vivo, que conjuga tradição, memória e os objetivos tanto de quem escreve quanto de quem lê.

Referências bibliográficas

- Albert S.J. João de Brito e o seu tempo. Braga: Editorial A. O. 1986.
- AMEAL, João. João de Brito, herói da fé e do império. Lisboa: Edições SPN, Lisboa. 1941.
- BRITTO. Fernão Pereyra de. Historia do Nascimento, vida, e martyrio do Vem. Padre João de Brito [...] Por D. Fernando de La Cueva [...] Coimbra: Real Collegio das Artes da Comp. De Jesu 1722.
- BRITTO. Fernão Pereyra de. Historia do nascimento, vida e martyrio do Beato João de Brito [...]. Lisboa: Typographia de A. S. Monteiro, 1852.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev Bras Enferm, Brasília (DF). 2004.
- CERTEAU. Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- DOERING. Henrique S. J. S. João de Brito: De pajem a mártir. Porto: Livraria apostolada da Imprensa. 1948;
- LEITÃO. Joaquim. Crónica de São João de Brito. Lisboa: Ministério das Colônias. 1949;
- HSIA. Po-Chia R. The world of Catholic renewal 1540-1770. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- LOPES, B. A performance da memória. Sala Preta, [S. l.], v. 9, p. 135-145, 2009.
- MALDONADO, Jean Baptiste, S.J. Illustre certamen R. P. Ioannis de Britto e Societatis Iesu Lusitani. Antuerpiae: Petrum Iouret, 1697.
- MAZZA, E.: Les raisons et la methode des Catéchèses mystagogiques de la fin du quatrième siècle, La prédication liturgique et les commentaires de la liturgie. Paris: A. M. Triacca, ed. 1992.
- NEVETT. OSSWALD, Maria Henriques. Vida e morte do beato João de Brito. Porto: Ed. Educação Nacional. 1937.

PERRY VIDAL, Frederico Gavazzo, O Beato João de Brito. Lisboa: Agência Geral das Colônias. 1940.

SILVA MARINHO DA. São João de Brito. Lisboa: Câmara municipal de Lisboa. 1947.

SALES. Maria de Lurdes Ponce Edra de Aboim. Do Malabar às Molucas: os Jesuítas e a Província do Malabar (1601-1693). Tese de doutoramento em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2015.

42

SCHECHNER. Richard. Performance Studies: An Introduction. Londres: Routledge. 2013

URBANO, C. M. Tipologias literárias do martírio na hagiografia: as origens. *Theologica*, v. 41, n. 2, pp. 331-358, 2006.

VASCONCELOS EVARISTO. Beato João de Brito da Companhia de Jesus. Porto: Apostolado da Imprensa. 1937.

**A ESCRITA DE BIOGRAFEMAS COMO POSSIBILIDADE
HISTORIOGRÁFICA: LÉLIA GONZALEZ E A CULTURA NEGRA
BRASILEIRA**

**THE WRITING OF BIOGRAPHEMES AS A HISTORIOGRAPHICAL
POSSIBILITY: LÉLIA GONZALEZ AND BLACK BRAZILIAN CULTURE**

Taynara Aparecida Ferreira da Silva¹

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão acerca das relações entre biografia e história a partir da trajetória da intelectual e militante negra brasileira Lélia Gonzalez (1935-1991). Objetiva-se a utilização do conceito de “biografema”, apresentado pelo escritor Roland Barthes como possibilidade historiográfica, já que a atenção se volta aos rastros e traços deixadas por Lélia. Enquanto fragmento, a concepção de biografema também se opõe a uma perspectiva total da vida da biografada, proporcionando um ponto de partida que não é linear, mas que se concentra, neste caso, na sua atuação como professora do primeiro curso de Cultura Negra no Brasil, inaugurado em 1976, na Escola de Artes Visuais (EAV) no Parque Lage, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Biografemas; Lélia Gonzalez; Cultura Negra Brasileira.

Abstract

This article proposes a reflection on the relations between biography and history based on the trajectory of the Brazilian black intellectual and militant Lélia Gonzalez (1935-1991). The objective is to use the concept of "biographeme", presented by the writer Roland Barthes as a historiographical possibility, since the attention turns to the traces and traces left by Lélia. As a fragment, the conception of biographeme is also opposed to

¹ Autora do livro "Lélia Gonzalez: rebeldias epistêmicas" e mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com bolsa CAPES-PROEX. Possui graduação em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2023), com experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História, História da Historiografia e Estudo das Relações étnico raciais. Participou do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa Residência Pedagógica e foi bolsista de Iniciação Científica onde trabalhou a temática da dicionarização das línguas indígenas na Mesorregião Sul do Brasil. Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (UFFS) desde 2019.

a total perspective of the biographee's life, providing a starting point that is not linear, but that focuses, in this case, on her performance as a teacher of the first Black Culture course in Brazil, inaugurated in 1976, at the School of Visual Arts (EAV) in Parque Lage, in Rio de Janeiro.

Keywords: Biographemes; Lélia Gonzalez; Brazilian Black Culture.

Introdução

As biografias² ou o gênero biográfico possuem relações complexas com o campo histórico, sempre em oscilações quanto aos seus usos, ora em suspeita, ora em grande utilização. Desde a Grécia Antiga, Plutarco, com o seu “Vidas Paralelas”, apresentava a noção de prosopografia como proposta de narrativa acerca de figuras consideradas grandiosas naquele contexto histórico, concentrando-se em uma monumentalidade dessas vidas a partir do exemplo dessas trajetórias. Neste contexto, “a prosopografia era um gênero de estudos e de narrativa que auxiliava os estudos históricos” (Albuquerque, 2019, p.105), mas, mesmo com certa aproximação, história e prosopografia permaneciam sendo compreendidas como diferentes e com atribuições divergentes.

Entre os exemplos citados por Benito Bisso Schmidt (2012) acerca de um balanço das relações entre a história e as biografias, destacam-se as hagiografias medievais, que narravam as trajetórias de santos a partir de uma concepção de predestinação, explícita neste caso, na trajetória em si, conforme os planos divinos. Contudo, o “desgaste gradual dos valores medievais, a emergência correlata do individualismo e a redescoberta da Antiguidade favoreceram a produção de biografias menos estereotipadas” (Schmidt, 2012, p. 189), sendo a noção de exemplaridade uma tônica ainda marcante em todo o período moderno, resultando na noção de “herói”, mas que, no século XVIII sofre, posteriormente, crises devido ao seu aspecto transcendental. O autor também nos conta que é neste período que “a palavra biografia apareceu registrada nos dicionários europeus” (Schmidt, 2012, p. 189), notadamente em inglês, alemão e francês.

Posteriormente, conforme aponta Schmidt (1996), as novas demandas centrais do trabalho historiográfico emergentes no século XX, que perpassam as complexas relações entre indivíduo e sociedade, bem como as querelas acerca da memória, de reparações e

² Este trabalho é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

justiças históricas, colocaram desafios aos aspectos metodológicos da própria historiografia, que passou a se voltar, especialmente após a década de 60, aos sujeitos individuais na história, constituindo-se enquanto uma “reação aos enfoques excessivamente estruturalistas, descarnados de ‘humanidade’ e que caracterizaram boa parte da produção historiográfica contemporânea” (Schmidt, 1996, p. 05). Neste mesmo período, estudos de caso e o grande avanço da micro história, especialmente a partir de Carlo Ginzburg, se mostraram como alternativas a um fazer historiográfico com enfoque no estrutural, recebendo também um grande respaldo dos leitores, não se restringindo somente ao público acadêmico.

Mesmo com suas mudanças ao longo do tempo, entre divergências e convergências, as biografias sempre despertaram certo interesse, não sendo diferente no campo histórico, que começava a se aproximar da antropologia, da literatura e da sociologia, abrindo mão de preceitos historicistas e pensando em aspectos estilísticos desta narrativa que agora não mais tratava somente dos heróis ou grandes figuras, mas que também começava a narrar sujeitos comuns, que permaneciam fora de determinados cânones intelectuais e/ou sociais.

Na década de 1990 ocorreu um grande crescimento de publicações, tanto no campo jornalístico quanto historiográfico, que tratam sobre vidas e trajetórias das mais diversas personalidades. Ocorreram diversas razões para esse crescimento e uma delas, conforme sugere Schmidt (1996) é a massificação da sociedade, a qual se volta para figuras do passado ou até mesmo figuras contemporâneas, que possuem histórias que a tornem singulares nas relações sociais, propiciando uma certa identificação no que tange modelos de condutas e de práticas, especialmente políticas. A segunda razão possível se dá também por uma espécie de crise do espaço público, que de certa forma impulsionou o interesse em descobrir detalhes que outrora eram entendidos somente no âmbito privado destes biografados.

Nos últimos anos, as biografias passaram a se consolidar como possibilidades promissoras no ofício do historiador, se relacionando à história social e cultural para promover uma compreensão mais ampla das dinâmicas históricas e de seus sujeitos. No Brasil, o uso de autobiografias escritas por escravizados, bem como narrativas autobiográficas de pessoas que permaneciam à margem dos cânones institucionais, desempenham um papel fundamental no ensino de História, permitindo que discussões que outrora foram invisibilizadas possam vir à tona, oferecendo novas perspectiva sobre

os processos históricos, como a violência da escravização e suas reverberações no pós-abolição. Na atualidade, iniciativas editoriais como o projeto de Jarid Arraes, “Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis”, de 2017, e a série da UNESCO “Mulheres na História de África”, lançada em 2014, que trata das trajetórias de lideranças africanas, são exemplos de como as biografias têm se tornado instrumentos de recuperação e reinterpretação histórica.

Diante disso, a escrita biográfica ou o uso da biografia enquanto possibilidade historiográfica, deve se voltar também para as formas e abordagens que a pesquisa histórica assume ao narrar vidas. As escolhas subjetivas de quem está narrando são cruciais para os resultados que este exercício de escrita pode proporcionar, pois a “biografia pode ser, simultaneamente, verdadeira e incapaz de alcançar a vida” (Avelar; Schmidt, 2018, p.8), já que os fatores e experiências, bem como as ações deste sujeito biografado, não são suficientes para “explicar” essa trajetória. Novamente, volta-se para a questão da constituição desse historiador (ou do biógrafo) que narra, mas que “se oculta” a partir de uma suposta neutralidade, assumindo uma postura desincorporada e sem localização política capaz de se responsabilizar pela narrativa apresentada.

A questão ética no exercício biográfico é fundamental, pois “até que ponto podemos invadir a vida de um personagem, expor seus segredos, explicitar suas mazelas? (Schmidt, 1997, p. 18). É importante também considerar os campos de possibilidades deste biografado, localizado social e historicamente, sem a reprodução de uma prática colonial de fixação ou até mesmo estereotipada sobre as experiências narradas.

Uma forma de colocar em prática a biografia enquanto “lugar de investimentos não apenas intelectuais, mas afetivos, políticos e memoriais” (Avelar; Schmidt, 2018, p. 11), é empregar a concepção de biografema, proposta por Roland Barthes (2005), como prática de escrita que pretende reconhecer as perdas e ondulações do processo de tecelagem da narrativa histórica. Ressalta-se também a localização de quem está narrando e a responsabilidade ética dos caminhos que a narrativa pode proporcionar.

De maneira geral, Barthes (2005) sugere um movimento duplo ao apresentar a ideia de biografema. Esse movimento se desenha primeiramente a partir das propostas, fontes e escrita do autor, e, em segundo lugar, envolve o leitor, que é o responsável por dar vida aos trechos previamente escritos. Segundo Barthes, essa interação entre autor e leitor cria uma “coexistência” que leva em consideração os corpos de quem escreve e de quem lê. Pino (2016) aponta que, nesse contexto, o corpo assume um duplo significado:

[...] por um lado, podemos considerá-lo como sendo as sensações (auditivas, táteis, gustativas); por outro, como a evidência da morte, do “corpo morto” do autor. Ora, essa evidência se dá exatamente porque quem vive essas sensações, nesse momento, é o leitor, e não uma narrativa da vida do autor. Por isso, Barthes define a palavra que é o centro dessa reflexão, “biografema”. O termo não deve ser compreendido em termos de um elemento particular do autor, mas como aquilo que foi do autor, e que depois se dispersou ou se “disseminou”. (Pino, 2016, p. 18-19).

Ao optar pela noção de biografema para narrar brevemente a experiência de vida de Lélia Gonzalez neste trabalho, proponho uma narrativa composta por fragmentos dessa trajetória, em que a afetividade se configurou como critério de escolha. Ou seja, o movimento consiste em recolher traços e rastros que me instigaram enquanto historiadora negra, marcada pela experiência do racismo, do sexismo e do classismo. Essa abordagem se opõe a ideia de uma história pautada somente na racionalidade, considerando a historiografia, bem como o trato que se dá aos documentos e os arquivos como provocações, pois “coloca à prova a capacidade de quem com ele lida de analisar, pensar, compreender, imaginar, intuir, criar, criticar, desconfiar, argumentar, sentir, se deixar afetar” (Albuquerque Jr., 2019, p. 146), não sendo, portanto, um mero trabalho mecanicista.

A partir da noção de biografema apresentada, o que permanece de Lélia constitui-se como um legado ancestral que se reverbera nas lutas do presente. Como intérprete do Brasil, ela oferece análises originais cujas inquietações e críticas são subsídios para possibilidades epistemológicas que realmente se atentem aos agenciamentos das populações negras e indígenas na construção desses saberes. Neste sentido, Lélia Gonzalez também representa uma potência intelectual e política para se pensar futuros, especialmente em um contexto ainda desigual e violento.

No entanto, não podemos ignorar os desafios biográficos apontados por François Dosse, já que, ao selecionar esses materiais, sobretudo a partir dos critérios apresentados, corre-se o risco de escolher “o que há de melhor dessa documentação íntima, [...] a ponto de alimentar às vezes a ilusão de poder restituir perfeitamente uma vida” (Dosse, 2009, p. 59). O autor destaca que esse desejo de preencher todas as lacunas das trajetórias biografadas é, “ao mesmo tempo a ambição que orienta o biógrafo e uma aporia que o condena ao fracasso” (Dosse, 2009, p. 55). À vista disso, a produção de Dosse, especialmente por sua cartografia panorâmica sobre o gênero biográfico, discute a importância de compreender a biografia como um gênero híbrido, que exige uma combinação entre rigor metodológico e de “elementos ficcionais”. Essa concepção

reforça o papel da biografia como um espaço que articula memória, história e subjetividade, possibilitando novas leituras sobre as trajetórias, articulando sujeitos e espacialidades. Nesse cenário, algumas iniciativas recentes têm buscado outras formas de contar histórias, explorando diferentes abordagens para ampliar o alcance e o impacto desse gênero biográfico.

Em 2021, levando em conta o crescente interesse de leitores, pesquisadores e historiadores, foi lançada uma coleção de obras chamada *Biografemas*, proposta pela Humana Sebo Livraria e Editora, situada em Chapecó, no oeste de Santa Catarina. A coleção contou com a contribuição do historiador Ricardo Machado (2023), que se dedicou à trajetória de Félix Carbajal, um poeta nômade uruguaio. O conceito de biografema foi definido da seguinte maneira:

A grafia de uma vida é necessariamente o movimento desta vida. Biografemar é reconhecer na própria escrita a impossibilidade do todo, recusando a ilusão biográfica, escapando dos códigos e conexões lineares do gênero biográfico. Significa caminhar na direção do outro sabendo que não há como seguir pegadas de uma vida, sem deixar suas próprias marcas. (Machado, 2023, p. 148).

Essa coleção também se preocupa em “biografemar” trajetórias de pessoas que não compõem o dito “cânone” intelectual, mas sim, sujeitos que estão fora do centro e que provocaram reflexões, debates e questões que se estenderam e se reascendem até o tempo presente. Considerando a popularidade das biografias, é possível perceber este campo como um espaço de potencialidades em termos de democratização da escrita da história, uma vez que a multiplicidade de trajetórias tem se tornado, mesmo que a passos lentos, mais evidente.

Em termos metodológicos, quando se narra trajetórias de grupos subalternizados, considerando as intersecções entre gênero, raça, classe, sexualidade e demais marcadores sociais, com ênfase naqueles que vivem as “pós vidas da escravidão”, como provoca Hartman (2020), é fundamental ir além de uma análise investigativa em busca de uma “verdade”, mas sim, lembrar novamente das perdas, ondulações e violências do arquivo para entender a reflexão inclusive sobre quais corpos tem sido biografados, quais corpos possuem registros, documentos e imagens que sustentam uma possível narrativa biográfica, e além disso, quais corpos despertam a curiosidade histórica e pública para possuir produções sobre suas experiências do viver.

A possibilidade biográfica, nesta reflexão, também evidencia a violência do arquivo e da própria história, consistindo, como nos dirá Saidiya Hartman (2020), num

limbo de narrativas as quais nunca poderemos conhecer, representando os limites da disciplina. Em seu texto “Vênus em Dois Atos”, Hartman menciona o seu desejo de fazer mais que uma reencenação da violência a partir de sua narrativa sobre duas garotas escravizadas a bordo de um navio:

Eu quero fazer mais do que recontar a violência que depositou esses traços no arquivo. Eu quero contar uma história sobre duas garotas capazes de recuperar o que permanece adormecido – a aderência ou reivindicação de suas vidas no presente – sem cometer mais violência em meu próprio ato de narração. É uma história fundamentada na impossibilidade – de escutar o não dito, traduzir palavras mal interpretadas e remodelar vidas desfiguradas – e decidida a atingir um objetivo impossível: reparar a violência que produziu números, códigos e fragmentos de discurso, que é o mais próximo que nós chegamos a uma biografia da cativa e da escravizada. (Hartman, 2020, p. 15).

Posto isso, a biografia carrega consigo tanto a promessa de evidenciar vidas e histórias, quanto o risco de consolidar e reproduzir violências sobre essas vidas, perpetuando as desigualdades sociais na atualidade. As propostas contracoloniais, que emergem das reivindicações de movimentos sociais negros e indígenas, nos convidam a reconhecer essas ambiguidades. Elas propõem uma abordagem que vai além da busca por uma "verdade" única e objetiva, mas que se atenta às lacunas e silêncios como espaços de reinvenção e resistência.

Assim, ao optar por uma narrativa sobre a trajetória de Lélia Gonzalez a partir da noção de biografema, proponho uma prática historiográfica que reconhece os limites de suas próprias ferramentas, enquanto busca desestabilizar as narrativas hegemônicas que sustentam a continuidade das violências que ainda permeiam o presente. Ao incorporar essas lacunas e fragmentos como elementos constitutivos da narrativa, os biografemas se distanciam das biografias tradicionais, que frequentemente tentam apresentar uma visão linear e coesa da vida de uma pessoa. Em contrapartida, os biografemas podem permitir que a história seja contada através de vestígios e impressões, sem a pretensão de totalidade. Cada fragmento, cada lembrança, é uma forma de reescrever a história, de desafiar o que foi silenciado e de reconhecer a complexidade das experiências vividas.

À vista disso, este artigo se concentrará em um episódio da vida de Lélia Gonzalez – a criação, de forma institucional, do primeiro curso de Cultura Negra no Brasil, na Escola de Artes Visuais (EAV), no Parque Laje, no Rio de Janeiro, o qual Lélia Gonzalez ministrou entre os anos 1976 a 1978, de fundamental importância para uma área pouco explorada da produção desta grande intelectual: a cultura afro-brasileira e as festas populares no Brasil.

A trajetória de Lélia Gonzalez, especialmente em 2024, quando se completa 30 anos de sua passagem para o órfão, tem sido cada vez mais discutida e rememorada tanto nos espaços acadêmicos quanto na cena política, em reconhecimento ao seu legado na luta antirracista e antissexista, e na denúncia do mito da democracia racial nas dinâmicas sociais brasileiras. Embora suas formulações estejam recebendo o devido reconhecimento, principalmente nos espaços universitários, ainda há um longo caminho a percorrer. Lélia continua sendo frequentemente marginalizada nos cânones historiográficos e nas ciências humanas em geral. É importante destacar que, muito antes desse reconhecimento mais amplo, o Movimento Negro Unificado, junto a coletivos, entidades e organizações da população afro-brasileira, especialmente de mulheres negras, já mantinham viva a memória de Lélia, destacando sua perspectiva amefricana na reinterpretação da história oficial do Brasil.

Tal perspectiva amefricana, em concordância com Barreto (2024), sobretudo no que tange a formação da identidade brasileira, se dá na defesa de que as populações africanas realizaram “um intenso, árduo e sofisticado exercício de mediação de mundos e afirmação de humanidade feito dentro das possibilidades de vida material existentes.” (Barreto, 2024, p. 32). Essa defesa responde às teses que defendiam uma mistura cultural que caminhava em direção ao projeto de embranquecimento nacional, num processo de assimilação completa, cujos elementos que constituíam a formação da nação se restringia somente aos modelos brancos (portugueses), desconsiderando também as contribuições dos povos indígenas. Esse paradigma, presente especialmente nas obras de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., considerados intérpretes do Brasil, descrevem as contribuições das populações africanas e seus descendentes como complementárias, irrelevantes e esporádicas. Por conseguinte, Lélia, que constitua uma rede de intelectuais negros e negras, incluindo Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos entre outros nomes, realizava um movimento de combate à essas narrativas, reivindicando na esfera pública a participação negra na história do Brasil.

Vale citar algumas publicações que tratam de sua vida e obra, bem como exposições e projetos que carregam seu nome: a organização de Márcia Lima e Flávia Rios, “Por um feminismo afro-latino-americano”, que reúne a produção de Lélia Gonzalez; a dissertação de Raquel de Andrade Barreto “Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez, publicado em 2010; o trabalho incrível de Elizabeth do Espírito Santo Viana, “Relações raciais,

gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)”, de 2006; a publicação, em 2010, da coleção Retratos Negros do Brasil, “Lélia Gonzalez”, de Alex Ratts e Flavia Rios; o lançamento do prêmio Lélia Gonzalez pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e pela Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, em 2013; o “Projeto Memória – Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história”, com textos de Sueli Carneiro, publicados em 2014, com sua segunda edição publicada em 2024, “Projeto Memória – Lélia Gonzalez: Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas”; a coletânea “Primavera para as Rosas Negras”, organizada de forma autônoma pela União dos Coletivos Pan-Africanistas de São Paulo; e o artigo publicado no ano de 2024 com autoria de Marcello Assunção e Rafael Petry Trapp “O duplo nó do racismo: Lélia Gonzalez como intérprete da historiografia”, a obra “Lélia Gonzalez: rebeldias epistêmicas”, da coleção Biografemas, entre outros.

Efervescências políticas e o curso de cultura negra no Brasil

O ponto de partida deste biografema é o ano de 1976, caracterizado por uma “retomada política-ideológica” que vinha se intensificando desde o início da década de 70, com as agremiações culturais, associações, coletivos e grupos negros que se formavam pelo país, como definido por Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg em “Lugar de Negro (1982)”. É neste momento que ocorre também mudanças e discussões importantes acerca da cultura afro-brasileira, especialmente no que tange aspectos da memória nacional, já que ocorre a troca do dia 13 de maio, em alusão a abolição, compreendida pelos movimentos negros como uma farsa, para o dia 20 de novembro, a fim de celebrar a consciência negra e homenagear o líder quilombola Zumbi dos Palmares. Tal mobilização surge de uma proposta realizada pelo Grupo Palmares, em Porto Alegre, formado em 1971, que objetivava também, conforme estatuto, comemorar todas as datas alusivas à população negra, cuja primeira realização, conforme Campos (2006) foi um ato cívico em homenagem aos 89 anos da morte de Luiz Gama.

A repercussão do Grupo Palmares, amplificada pela imprensa, facilitou a conexão com outros grupos, coletivos e associações negras em diversos estados do Brasil. Um exemplo notável é o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), fundado no Rio de Janeiro em 1975 por militantes negros, entre eles Lélia Gonzalez, que atuou na Assessoria Política (Carneiro, 2024, p. 65). De acordo com o “Projeto Memória – Lélia Gonzalez: Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas” (2024), o IPCN tinha

como objetivo principal “estudar, pesquisar, denunciar e combater o racismo e todo e qualquer tipo de discriminação racial, representado em suas mais diversas formas” (Carneiro, 2024, p. 65). Entre alguns dos militantes que atuavam no Instituto estavam Beatriz Nascimento, Januário Garcia, Lúcia Xavier e Carlos Alberto Medeiros.

Junto a isso, Alex Ratts e Flavia Rios (2010) mencionam que há também os desabrochares da poesia e literatura negras, com a criação dos Cadernos Negros, em 1978, que se tornou uma importante publicação no campo da literatura negra brasileira, contando com publicações de Conceição Evaristo, que passou a integrar a coleção na década de 1990; e da fundação do Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo (GRANES), em 1975, que contava com presenças como Clementina de Jesus e Paulinho da Viola. A GRANES tinha o objetivo principal de retomada dos espaços culturais negros, enfatizando a importância central da cultura africana na formação cultural brasileira. Neste contexto, a crítica era direcionada a apropriação desses espaços, desconsiderando a contribuição popular e visando somente o lucro, como exposto na intervenção feita ao Jornal “Mulherio”, em 1982, intitulada “De Palmares às escolas de samba, tamos aí”, a qual Lélia Gonzalez problematiza essa questão, afirmando que antes, tais manifestações culturais eram reprimidas, visto de forma negativa, mas que “hoje fazem parte de um ‘patrimônio cultural nacional’ do qual, é claro, os beneficiários não são ‘os neguinhos’, mas as secretarias e as empresas de turismo” (Gonzalez, 2020, p. 206).

Sueli Carneiro (2024) nos conta que Lélia gostava muito de samba e sempre que possível participava das rodas que aconteciam. Numa dessas ocasiões, Lélia conheceu Candeia, o então presidente do GRANES, que escolheu para o enredo daquele ano de 1975, o tema “Noventa anos de Abolição”, baseado nas produções e discussões de Lélia. No livro “Lugar de Negro”, Lélia expõe sua emoção e responsabilidade ao ver o seu nome como homenageada ao lado de outras figuras, tais quais Edson Carneiro, Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Alipio Goulart, junto a incumbência de representação da Escola de Samba no Ato Público do MNU em 1978:

“Surpresa e emocionada, disse-lhe que ainda não tinha um trabalho publicado digno de ter meu nome ao lado daqueles ‘cobras’ (afinal, um artiguinho aqui, outro acolá, e de tempos em tempos, não significava nada). Ele [Candeia] retrucou, dizendo que sabia muito bem do trabalho que eu vinha realizando ‘por aí’ e que isso era tão importante quanto os livros dos ‘cobras’. E foi aí, então, que me incumbiu de representar a Quilombo no Ato Público: ‘Não importa o que você diga, eu assino embaixo.’ Pela primeira vez, para mim, alguém me fazia refletir sobre a responsabilidade que se tem quando se começa um trabalho ‘por aí’.” (Gonzalez; Hasenbalg; 2022, p. 58-59).

Lélia Gonzalez nos diz que neste período ocorreram diversas articulações culturais que se tornaram estopim para o ato que ocorreu em 1978 nas escadarias do teatro de São Paulo, quando se leu em coro a carta aberta à população promovendo a denúncia do racismo, caracterizando a reestruturação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em um contexto de repressiva ditadura. É fato que ao falar de Movimento Negro, devemos nos referir a ele no plural, já que há uma imensa multiplicidade de organizações e perspectivas teóricas e práticas. Todavia, os debates entorno da criação de um movimento de caráter nacional já se fazia presente nas movimentações anteriores ao referido ano em que ocorre o ato.

Em meio a estas grandes mobilizações, Lélia inicia em 1976 o primeiro curso de Cultura Negra no Brasil, na Escola de Artes Visuais (EAV), do Parque Laje, via estado do Rio de Janeiro, em que, segundo ela, só foi possível devido a uma direção que constantemente se renovava. Ela menciona que a instituição promovia a reunião de “artistas e intelectuais progressistas, cuja produção implicava uma visão crítica da realidade brasileira” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 51), tornando-se um dos maiores espaços culturais do Rio de Janeiro. Lélia conta que além do seu curso de cunho teórico, que posteriormente se articulou com um curso de danças afro-brasileiras e um outro de capoeira, a EAV se tornou um centro vivo de expressão artística e intelectual da comunidade negra carioca:

Durante três anos (1976, 1977, 1978), no mês de novembro, realizamos exposições de artistas plásticos, apresentações de grupos de dança e de poesia, exibição de filmes, seminários, lançamentos de livros, espetáculos de música etc. O mais significativo de tudo isso foi o espírito de solidariedade e colaboração não só dos amigos e colegas de EAV (que juntamente com seus alunos, ajudaram na realização dos eventos), mas dos irmãos e companheiros do Olorum Baba Min, do IPCN, do Cebea, da Simba³, da Zona Norte, da Zona Sul, dos subúrbios, das favelas e até mesmo da África (o cineasta nigeriano Olá Balogun e o cantor angolano Sá Moraes). (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 52).

Estes eventos que aconteciam na EAV, segundo Lélia, contavam com forte presença de membros do MNU, o que também provocou um certo receio por parte de alguns artistas cariocas, que temiam a repressão da ditadura militar, considerando tais ações demasiadas radicais. Porém, o curso permaneceu recebendo alunos e alunas de diferentes espaços durante sua aplicação, contando com figuras ilustres, como a atriz

³ Respectivamente, Cebea diz respeito ao Centro de Estudos Brasil-África e Simba é a abreviação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, ambas associações localizadas a época no Rio de Janeiro.

brasileira Zezé Mota, que em entrevista para a “Revista Raça Brasil”, no ano de 2001, presente no “Projeto Memória – Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história”, comentou sua experiência:

Quando saí pelo mundo para divulgar Xica da Silva, as pessoas me perguntavam sobre cultura negra e eu não sabia nada. Então eu fiz um curso com a antropóloga Lélia Gonzalez e dele fazia parte assistir a um ritual de Candomblé. Já havia uma suspeita de que eu era filha de Oxum. No dia em que fomos assistir ao ritual, era justamente uma festa para Oxum. Adorei, achei lindo e descobri mesmo que era filha dela. [...] Toda vez que eu entro em cena, peço licença à Oxum para viver uma filha de Iemanjá e peço a Deus que meu trabalho resulte em algo bom. [...] Durante muito tempo, e ainda acontece, as pessoas acharam que Candomblé e Umbanda eram religião de gente ignorante. Espero sinceramente que a Mãe Ricardina possa ajudar a quebrar esse preconceito. (Mota, 2001 *apud* Carneiro, 2014, p. 55).

A reinterpretação da história do Brasil sob a ótica da população negra, indígena e periférica era um dos objetivos principais deste curso, visando a desconstrução das visões coloniais acerca da cultura afro-brasileira, incluindo as religiões de matriz africana, mas também manifestações culturais, sociais e religiosas de origem eurocatólicas, mas que a partir da diáspora, se manifestavam de maneira única e popular, com influências dos povos tradicionais e africanos.

Sueli Carneiro (2014) afirma que o curso de Lélia discutia sobretudo os processos de agenciamento da população negra, africana e escravizada no Brasil, demonstrando a presença destes sujeitos na construção do Brasil, e enfaticamente, na cultura popular. Em sua ementa, as seguintes temáticas aparecem: 1. O problema da unicidade de uma cultura negra; 2. A religião enquanto simbolismo cultural dominante: a) Candomblé, b) Umbanda; 3. O negro na literatura; 4. Expressividade negra e artes plásticas; 5. Samba, carnaval e futebol ou os fardos da cor; 6. Contrastes e confrontos. Como bibliografia, encontram-se diversos autores, entre eles Roger Bastide, Edson Carneiro e Octávio Ianni.

Em uma segunda variação desta ementa, Lélia incorpora outras temáticas nas discussões sobre Culturas Negras no Brasil, demonstrando fortemente a sua filiação, de forma crítica e geopoliticamente localizada, à psicanálise: 1. A ideia de cultura – Cultura e linguagem – Níveis da linguagem; 2. Caracterização das culturas africanas vindas para o Brasil; 3. A questão da identidade em face do novo espaço cultural: resistência e integração; 4. O negro no Brasil moderno – o racismo enquanto discurso de exclusão; 5. Arte – linguagem – psicanálise; 6. Presença negra na cultura brasileira – Religião e folclore – Arte “erudita” e arte “popular”. Lélia acrescenta alguns autores que já haviam sido duramente criticados em suas produções, especialmente pela abordagem racista e

sexista dos mesmos, como Gilberto Freyre, mas também não deixa de lado seu descontentamento com uma abordagem paternalista sobre as populações negras presentes em autores como Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda. Vale mencionar a inclusão de duas obras importantíssimas para os estudos psicanalíticos: “Mal-estar na civilização” (1930) e “Totem e Tabu” (2006), de Sigmund Freud, somados a versão em francês do escrito “Televisão” de Jacques Lacan.

A relação de Lélia Gonzalez com a psicanálise é fundamental para entender sua abordagem crítica sobre identidade e cultura. Desde a década de 1960, Lélia atuou como tradutora de francês, com diversos textos traduzidos presentes em livros de filosofia, como as obras “Curso Moderno de Filosofia” e “Compêndio Moderno de Filosofia”, com autoria de André Vergez e Denis Huisman. Traduziu também um livro que é considerado uma grande introdução aos estudos do pensamento freudiano, “Freud e a Descoberta do Inconsciente”, de Octave Mannoni, um ano depois da fundação, em 1975, do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, junto com MD Magno e Betty Millan, tornando-se, conforme afirma Raquel Barreto, uma das primeiras instituições a divulgar o pensamento de Lacan. Em sua trajetória pessoal, Lélia também nos conta a importância da psicanálise para compreender sua identidade enquanto mulher negra:

Tive que parar num analista, fazer análise etc e tal, e a análise neste sentido me ajudou muito. A partir daí fui transar o meu povo mesmo, ou seja, fui transar candomblé, macumba, essas coisas que eu achava que eram primitivas. Manifestações culturais que eu, afinal de contas, com uma formação em filosofia, transando uma forma cultural tão sofisticada, claro que não podia olhar como coisas importantes. Mas enfim, voltei as origens, busquei as minhas raízes [...]. Meu lance na psicanálise foi muito interessante, a psicanálise me chamou a atenção para meus próprios mecanismos de racionalização, de esquecimento, de recalçamento etc. Foi inclusive a psicanálise que me ajudou neste processo de descobrimento da minha negritude. [...] Comecei fazendo análise com Carlos Byngton, que é jungiano. (O Pasquim, 1986, p. 10 *apud* Ratts; Rios, 2010, p. 60-61).

Interdisciplinariedade e largo repertório teórico crítico acerca da produção de conhecimento, sobretudo voltado à história do Brasil, são questões latentes na produção intelectual e política de Lélia Gonzalez. Tais questões são visíveis em um texto pouco circulado da autora, com o título “A presença negra na cultura brasileira”, que foi incorporado na recente publicação da editora Boitempo, em parceria com o Instituto Memória Lélia Gonzalez, “Festas Populares no Brasil”, livro este que foi publicado originalmente em 1987, sendo o único de autoria solo de Lélia, com uma tiragem de 3 mil exemplares. Esta obra, em sua recente edição, também reúne fotografias de Januário

Garcia, Walter Firmo, Maureen Bisilliat e Marcel Gautherot, e recebeu, à época de sua primeira publicação, um prêmio na Feira de Leipzig, na Alemanha, na categoria de “Os mais belos livros do mundo”. Contudo, esta obra ainda é pouco conhecida no Brasil, especialmente pela dupla inscrição de Lélia Gonzalez enquanto intelectual e militante:

Isso se deve em parte à dificuldade de encontrá-la, uma vez que, produzida com patrocínio de uma multinacional e distribuída como presente de fim de ano, não chegou a ser lançada oficialmente no mercado livreiro. Talvez mais importante, contudo, seja o fato de que esse apagamento é também capítulo de um processo mais amplo de obliteração da produção intelectual de Lélia Gonzalez como um todo. (Barreto, 2024, p. 24).

Um dos bordões de Lélia expressava com clareza suas propostas emancipatórias e sua crítica à forma como a história frequentemente infantilizava os sujeitos negros. Ela disse, em entrevista ao jornal *O Pasquim*, em 1986, que “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido ao gosto deles”. Com essa sintetização, Lélia realizava “um trabalho de revisão crítica sobre o lugar, o protagonismo e a importância da população negra na africanização da cultura brasileira. Para tanto, atribuiu à Mãe Preta a responsabilidade de introduzir valores e códigos dos povos africanos.” (Carneiro, 2014, p. 54). Sobre o curso na EAV, ela comenta o seguinte:

A proposição do curso sobre culturas negras no Brasil realizado no Parque Lage visa a desenvolver um trabalho de reflexão crítica que possibilite a designação do lugar do negro na cultura brasileira. E, ao tentar apontar para tal lugar, ele pretende também trazer sua contribuição no sentido de que o próprio negro se situe e assumam a si e a seus antepassados enquanto presença marcante na nossa realidade cultural. [...] Enquanto isso, em nível de discurso dominante, a contribuição das diferentes falas culturais negras é vista numa perspectiva folclorizante que evidencia o desinteresse em apontar para a nossa realidade cultural. (Gonzalez, 2024, p. 159).

Raquel Barreto menciona, no apêndice da publicação “Festas Populares no Brasil”, que este texto foi publicado originalmente no *Jornal da Galeria de Arte Moderna*, no ano de 1977, operando como uma espécie de balanço acerca das aulas ocorridas no curso, junto a outras produções docentes da Escola de Artes Visuais. Barreto nos conta também que logo em seu primeiro ano de aplicação, “o curso apareceu listado pelo Ministério da Aeronáutica de Geisel como ameaça à ordem imposta” (BARRETO, 2024, p. 158), demonstrando a rebeldia e subversão de uma intelectual negra que criticava veemente as desigualdades raciais que a população negra e indígena se encontravam.

Os diálogos presentes no contexto político e social em que o curso de Cultura Negra no Brasil ocorreu evidenciam a influência de Lélia Gonzalez e a sua consolidação como intelectual orgânica, conforme nomeou-a Januário Garcia, justamente por transitar

espaços diversos, como conferências internacionais, espaços de política institucional, salas de aula, eventos acadêmicos e científicos, escolas de samba, associações culturais e movimentos sociais, sempre ajustando sua comunicação conforme o grupo que dialogava. Tanta relevância de Lélia, foi convidada pelo Departamento Cultural da Prefeitura de Salvador para ministrar aulas em um outro curso intitulado “Noventa anos de abolição: uma reflexão crítica”, em que ela menciona ter sido de extrema importância para ampliar os diálogos entre a juventude negra e suas organizações. A produção intelectual de Lélia, notadamente de 1970 a 1990, ganhou certo destaque na comunidade negra, consolidando-a enquanto uma figura pública, mesmo que sem a atenção devida de seus pares acadêmicos à sua produção teórica rigorosa e transgressora. Conforme Ratts e Rios (2010):

Aparece aí mais um aspecto de sua transformação pessoal: a liberdade de expressão escrita e falada de uma mulher que, em tempos de escola e formação acadêmica, havia se conformado aos padrões formais de comportamento. Com sua performance pública, ela a um só tempo se inseriu no território discursivo e o construiu. (Ratts; Rios, 2010, p. 72).

É fundamental destacar que o curso de Cultura Negra ministrado por Lélia Gonzalez na Escola de Artes Visuais (EAV) não representa um evento isolado, mas sim uma manifestação de uma mobilização mais ampla das reivindicações dos movimentos sociais. Esses debates, intensificados especialmente durante o Centenário da Abolição, em 1988 — um ano após a publicação de “Festas Populares do Brasil” —, integraram uma agenda de luta política e intelectual promovida, em grande parte, por pessoas que desafiaram as fronteiras entre a atuação acadêmica e uma militância. Nesse contexto, destacaram-se as contribuições de intelectuais negros e indígenas, cujas vozes e perspectivas ainda enfrentaram desaprovações significativas em uma Academia marcada por estruturas tradicionais.

Inserido em um contexto de efervescência cultural e ativismo social, o curso possibilitou maior fortalecimento das mobilizações negras que já questionavam as narrativas históricas oficiais e a exclusão sistemática das contribuições afro-brasileiras. Assim como a reestruturação do Movimento Negro Unificado (MNU) e a revalorização de figuras históricas como Zumbi dos Palmares, o curso representava uma resposta à negação das identidades negras e indígenas no discurso dominante. A partir da EAV, Lélia Gonzalez não apenas (re)construiu saberes e reflexões críticas, mas também dialogou diretamente com uma coletividade que se organizava para transformar a

sociedade brasileira, reafirmando o papel fundamental das culturas negras na formação do país e contestando o racismo e sexismo em pleno período ditatorial.

Considerações Finais

Para além do exercício do ofício, a partilha e a identificação com certas experiências, reflexos daquilo que Fanon (2008) chamou de experiência vivida, no que tange o racismo epistêmico e, por vezes, o apagamento de si, para conseguir se fazer presente em espaços institucionalmente feitos somente para uma parcela privilegiada da sociedade brasileira, a biografia de Lélia Gonzalez, cuja trajetória intelectual e política é memorável, se torna possibilidade de refletir criticamente acerca da disciplina histórica e das suas relações com as escritas biográficas enquanto espaço de transformações e de identificações.

De maneira particular, conhecer a trajetória desta grande intelectual, enquanto uma mulher negra e historiadora que compartilha, em certa medida, das experiências de Lélia Gonzalez, é-me mobiliza enquanto sujeito político. Me causa o mesmo sentimento que Maria-Nova, personagem do livro “Becos da Memória”, publicado em 2017, de Conceição Evaristo, busca atribuir quando reflete sobre a expectativa em um dia escrever uma história que é viva e que dá conta da sua realidade e da sua vivência.

O descontentamento com a disciplina histórica, operada como meramente racional e historicista, foi vivido por uma grande parcela de intelectuais negros e negras, que viam neste cânone de “intérpretes do Brasil”, “as relações de força da racialização como tecnologia de poder epistemicida” (Assunção; Trapp, 2024, p. 266). O curso de Cultura Negra na Escola de Artes Visuais (EAV), neste sentido, não só representou uma proposta pedagógica inovadora, mas também se configurou como uma resposta ativa às reivindicações de protagonismo da população negra brasileira. Ao reexaminar sua contribuição, percebemos como a narrativa biográfica pode se configurar enquanto análise crítica que desafia as perspectivas dominantes, ressaltando a importância das vozes afro-brasileiras na construção da história. Assim, o legado de Lélia se revela não apenas como uma ação isolada de sua atuação pessoal, mas como parte de um movimento coletivo, em um processo dialético que continua a lutar por reconhecimento e justiça social, reafirmando a centralidade das culturas negras na formação do Brasil.

Entre apagamentos e reconhecimentos de sua importância enquanto intelectual, militante e figura pública, a trajetória de Lélia Gonzalez não é apenas uma narrativa de

vida, mas um poderoso instrumento de resistência que dialoga com as lutas sociais contemporâneas. Longe de uma predestinação, Lélia fez-se e tornou-se, “saiu do ‘lugar de negro’, tornou-se mulher negra, tornou-se Lélia de Almeida Gonzalez, viajou por lugares negros, pensou, escreveu, falou e disse. E nós, aproximando-nos dela, vimos muito, imaginamos mais ainda [...]” (Ratts; Rios; 2010, p. 156). Sua relevância na atualidade é notável, pois suas reflexões e práticas continuam a ecoar nas lutas dos movimentos negros no presente. À medida que enfrentamos desafios persistentes relacionados ao racismo, sexismo e as desigualdades sociais, o legado de Lélia oferece um alicerce teórico e prático que nos encoraja a refletir sobre questões que permanecem ecoando.

A grafia da vida de Lélia Gonzalez deixou rastros marcantes na minha forma de escrever a história. “Biografemar”, como sugerido ao longo deste artigo, é um ato de reconhecer a complexidade e a multiplicidade das narrativas, e essa abordagem ressoa profundamente naquilo que compreendo como historiografia. Ao me deparar com sua trajetória, fui instigada a desafiar as convenções tradicionais, reconhecendo que a história não é um caminho linear, mas um espaço dinâmico onde cada voz e vivência se entrelaçam. Os rastros deixados por Lélia propõem incorporar uma diversidade de perspectivas, reconhecendo o protagonismo e beleza das experiências afro-brasileiras, bem como a necessidade de um olhar que contemple as diversas intersecções sociais, construindo uma narrativa que não apenas conte, mas que também transforme.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História*. São Paulo: Intermeios, 2019. 276 p.

ARRAES, Jarid. *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017. ISBN 978-85-938-4945-9.

ASSUNÇÃO, Marcelo Felisberto de; TRAPP, Rafael Petry. O duplo nó do Racismo: Lélia Gonzalez como intérprete da Historiografia. *Projeto História*, São Paulo, v. 79, p. 262-285, Jan/Abr 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/62572>. Acesso em: 23 set. 2024.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. Apresentação: o que pode a biografia hoje? In.: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, p. 7-16, 2018.

BARRETO, Raquel. Apêndice. In: GONZALEZ, Lélia. *Festas Populares no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2024.

BARRETO, Raquel. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. 2005. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/e2809cenegrecendo-o-feminismoe2809d-ou-e2809cfeminizando-a-rac3a7a-narrativas-de-libertac3a7c3a3o-em-angela-davis-e-lc3a9lia-gonzalez-raquel-de-andrade-barreto.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

BARRETO, Raquel. Prefácio – Pensar o Brasil com suas festas: o que Lélia nos ensina. In: GONZALEZ, Lélia. *Festas Populares no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2024.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARNEIRO, Sueli. *Projeto Memória – Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história*. Brasília: Abravídeo. Fundação do Banco do Brasil e Rede de Desenvolvimento Humano, 2014. 120 p.

CARNEIRO, Sueli. *Projeto Memória – Lélia Gonzalez: Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas*. 2. ed. atual. Fundação do Banco do Brasil e Rede de Desenvolvimento Humano, 2024. ISBN 978-65-983710-3-6.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. Orientador: Charles Monteiro. 2006. 196 p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2360>. Acesso em: 15 jan. 2025.

DAMASCENO, Caetana; SANTOS, Mícenio; GIACOMINI, Sonia. *Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil – precedido de um perfil das entidades dedicadas à questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: 1988. ISBN 0102-3055. Disponível em: <https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/comunicacoes-do-iser-catalago-de-entidades-de-movimento-negro-no-brasil.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização*, Editora Imago, Londres, 1930

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

- GONZALEZ, Lélia. *Festas Populares no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, tamos aí. In: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 204-206.
- GONZALEZ, Lélia. Entrevista ao Jornal O Pasquim. In: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 313-324.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino Americano: Ensaios, intervenções e diálogos* / org. RIOS, Flávia; LIMA, Marcia. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, [s. l.], v. 23, ed. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640/pdf. Acesso em: 03 set. 2024.
- LACAN, Jacques. Televisão. In: LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MACHADO, Ricardo. *Félix Peyrallo Carbajal: Atlas Poético*. 1. ed. Chapecó: Editora Humana, 2023. 150 p. ISBN 978-65-992233-9-6.
- PINO, Claudia Amigo. De um corpo para outro: Roland Barthes e a biografemática. *Criação e crítica*, São Paulo, n. 17, p. 15-29, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/124012>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- PLUTARCO. *Vidas paralelas*. Traduzido por Antonio Ranz Romanillos. [S.l.]: Elejandrias, 1821.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2010. 173 p.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e afastamentos. *Estudos históricos*, v. 10, n. 19, p. 03-21, 1997. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2040>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012. cap. Capítulo 10, p. 187-205. ISBN 978-85-352-4892.
- SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*, v. 4, n. 6, p. 165-192, 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História (São Paulo)*, v. 33, n. 1, p. 124-144, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/GkSkGgjBGzFYRHj8xCckbkG/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SILVA, Taynara. *Lélia Gonzalez: rebeldias epistêmicas*. 1. ed. Chapecó: Editora Humana, 2024. ISBN 978-65-981663-7-3

União dos Coletivos Pan Africanistas (São Paulo) (org.). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. 477 p.

VIANNA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990*. Orientador: Flavio Gomes dos Santos. 2006. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/ElizabethDoEspiritoSantoViana.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

**AOS REIS DO CHORO E DO SAMBA: AS AMBIGUIDADES DENTRO DE
UMA BIOGRAFIA****THE KINGS OF *CHORO* AND *SAMBA*: AMBIGUITIES WITHIN A
BIOGRAPHY**Pedro Henrique Souza dos Santos¹

Resumo

O trabalho aqui desenvolvido teve como temas principais jogar luz na relação entre trabalho biográfico e historiográfico como um caminho produtivo, especialmente através dos métodos da micro-história. Desta forma, a partir de dois sujeitos históricos, músicos negros vivendo no Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930), a construção de suas biografias nos aponta para questões, dúvidas e possíveis elucidaciones na busca pela cidadania da população negra que vivia naquele contexto, ainda permeado pelo pensamento escravocrata. Ao mesmo tempo, ambas as trajetórias são exemplos de como a relação entre micro-história e biografia pode ser dotada de dificuldades, sendo muitas vezes o ponto de partida de novos desenrolares, fruto das diversidades e complexidades da personalidade humana.

Palavras-chave: micro-história; samba; biografia; Primeira-República.

Abstract

The work developed here had as its main focus shedding light on the relationship between biographical and historiographical work as a fruitful path, especially through the methods of microhistory. In this way, based on two historical subjects, Black musicians living in Rio de Janeiro during the First Republic (1889–1930), the construction of their biographies points to questions, doubts, and possible clarifications in the pursuit of citizenship for the Black population living in that context, still permeated by pro-slavery thinking. At the same time, both trajectories are examples of how the relationship between microhistory and biography can be fraught with difficulties, often becoming the starting

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense. Técnico Universitário II na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor de História do Colégio Maria Imaculada..

point for new developments, stemming from the diversity and complexity of human personality.

Keywords: microhistory; samba; biography; First Republic.

Os Oito Batutas no Rio da década de 1920

64

Pensar em biografias é um exercício deveras desafiador, por diversos motivos. Talvez, o mais difícil deles seja lidar com a humanidade da pessoa analisada, suas contradições, seus percursos, suas escolhas de vida, muitas vezes seus silêncios. É um árduo exercício que deve ter como ponto principal uma palavra, que, como diria Marc Bloch, “domina e ilumina nossos estudos: ‘compreender’”, sem, entretanto, exercer o papel de juiz (Bloch, 2001, p. 128). Compreender, ao fim e ao cabo, as complexidades e nuances da vida de uma pessoa. Tal trabalho torna-se ainda mais difícil quando escolhemos para biografar a vida de pessoas públicas, com trajetórias consolidadas, com fama, nome, seja no âmbito nacional, seja no internacional.

No trabalho aqui desenvolvido falaremos de um recorte cronológico um tanto quanto curto, a década de 1920, justamente para compreendermos as dificuldades de se biografar personagens históricos, especialmente no que diz respeito às sensíveis contradições que um ser humano pode ter ao longo da sua vida. Começemos pela figura de Alfredo da Rocha Vianna Filho, nascido no bairro da Piedade, atualmente Subúrbio do Rio de Janeiro – ou, mais precisamente, na Zona Norte –, no ano de 1897. Ainda jovem, Alfredo mudou-se com sua mãe Raimunda Maria da Conceição e seu pai Alfredo Vianna para a região do Centro do Rio de Janeiro, no bairro do Catumbi. O pai de Alfredo, que era músico, flautista reconhecido na região pelas suas participações em rodas de Choro, inseriu seu filho na música. Percebendo o talento do jovem, começou a pagar para que ele tomasse aulas com Irineu de Almeida, renomado músico especialista em Choro da época. Alfredo, o filho, estreou no mundo da música com tenra idade, entre 13 e 14 anos, no grupo Choro Carioca e no rancho carnavalesco Filhas da Jardineira, em 1914 criou junto de amigos o Grupo Caxangá. Nosso querido músico faleceu em 1973, vítima de infarto, deixando um legado robusto, com centenas de músicas e dezenas de gravações.

Contudo, dito desta forma, com alguns silêncios, o leitor pode se questionar se a figura em questão realmente é dotada de fama, ou, algum músico que, apesar do talento, infelizmente não teria desfrutado de prestígio junto à sociedade, tal qual inúmeros excepcionais músicos. Não é o caso. Mas um silêncio aqui é revelador. Alfredo tinha um

apelido, e foi desta forma que ele ficou internacionalmente reconhecido: Pixinguinha². Fica uma ressalva para a importância dos silêncios dentro de uma biografia. Pequenos ou não, detalhes são reveladores de toda uma trajetória, mas esse não é exatamente o ponto aqui.

Nosso Pixinguinha, ainda jovem, foi convidado no ano de 1919, por Isaac Frankel, gerente do Cine Palais, localizado na Avenida Central – atual Avenida Rio Branco –, nobre endereço da época, para apresentar-se na casa, algo bastante usual para a década. Naqueles anos, havia apresentações em “trios, quartetos ou quintetos”, tocando instrumentos, como pianos, e executando “tangos argentinos, valsas de vários países, operetas vienenses, trechos de óperas, foxtrots americanos, maxixes e polcas nacionais” para atrair o público às salas de cinema (Almirante, 2013, p. 39). Pixinguinha estendeu o convite feito a ele para outros músicos, como seu irmão, Octávio Vianna, mais conhecido como China, dentre outros, formando os Oito Batutas. O grupo conseguiu se consolidar e fazer fama, apresentando-se para os reis da Bélgica, em 1920, a convite da prefeitura, além de ter realizado uma excursão à Paris, em 1922 (Santos, 2022, p. 16-21).

China, assim como Pixinguinha, é outra personagem central para as questões postas neste trabalho, por isso vale também uma apresentação sobre sua pessoa. Octávio Littleton da Rocha Vianna, famoso com o apelido de China, era irmão de Pixinguinha somente pelo lado materno. Nasceu no Rio de Janeiro, em 16 de maio de 1888 – ou seja, somente 3 dias após a assinatura da Lei Áurea e consequentemente Abolição da Escravidão –, e, assim como seu irmão, também teria tido lições musicais com Irineu de Almeida. Além disso, também teria integrado o grupo Choro Carioca e os Oito Batutas. Apesar de ter falecido relativamente jovem, com 38 anos, em 1926, vítima de um aneurisma da aorta torácica, como cantor, gravou discos por algumas casas musicais da época, como a Phoenix e a Favorite Record da Casa Faulhaber³.

No que diz respeito aos silêncios dentro de uma biografia, vale destacarmos uma questão que, como veremos, será significativa na trajetória dos músicos: o fato de que todos os dois foram pessoas negras.

Enquanto músicos do grupo Oito Batutas, a cor da pele deles foi algo sempre pontuado pela crítica. Em setembro de 1920, encontramos uma delas no jornal *O Paiz*, feita de maneira não identificada, falando sobre a escolha do grupo para tocar perante o

² Os dados biográficos de Pixinguinha estão disponíveis em: <<https://pixinguinha.com.br/vida/>>. Acesso em 10 out. 2024.

³ Disponível em: <<https://pixinguinha.com.br/perfil/china/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

rei e a rainha da Bélgica, que visitavam o Brasil. A crítica fala sobre “ideias infelizes”, como a escolha de “um grupo musical de *pretos cantores*”. O autor anônimo da crítica diz que “não é que esses rapazes não possam dar uma face curiosa das nossas músicas populares”, a grande questão é que, na sua opinião, ao escolher um grupo para apresentar-se para nobreza belga, deveria ter sido escolhido “um fino artista, cuja sensibilidade pode ser transmitida aos ouvidos educados sem a rudeza das vozes em *estado natural*”, seria preferível “que se confiasse a uma verdadeira orquestra a execução de músicas caracteristicamente brasileiras”, ou seja, deixando de lado “um programa de cantigas, não só populares, mas até desgraciosas, como certos *sambas carnavalescos*”⁴.

Chama a atenção a escolha de certos termos, como “preto cantores” e “vozes em estado natural” para descrever uma banda que contava, em sua maioria, com músicos negros. Segundo Sidney Chalhou, após a abolição da escravidão – e somente três dias antes do nascimento de China –, a necessidade de conformar os libertos numa nova ordem econômica e social, agora livre, fazia com que houvesse o entendimento de que os egressos da escravidão precisavam ser disciplinados, partindo do pressuposto de que “os libertos traziam em si os vícios de seu estado anterior, não tinham a ambição de fazer o bem e de obter um trabalho honesto e não eram civilizados o suficiente para se tornarem cidadãos plenos em poucos meses” (Chalhoub, 2001, p.67-68). A escolha dos termos para tecer críticas aos Oito Batutas não é aleatória e deve ser entendida através do binômio civilizado *versus* selvagem. Desta forma, os “preto cantores” ainda estariam com suas “vozes em estado natural”.

Sendo assim, não é difícil compreender quais teriam sido as características escolhidas pelo anônimo autor da infeliz crítica dentro do espectro de um “fino artista”. Se ampliarmos a análise, veremos que o tom da crítica não parece ser isolado.

Segundo o jornalista da época Benjamin Costallat, “foi um verdadeiro escândalo quando, há uns quatro anos, os ‘Oito Batutas’ apareceram. Eram músicos brasileiros que vinham cantar coisas brasileiras! Isso em plena avenida”. Prossegue o jornalista nos comunicando sobre o que teria escandalizado naquele momento: “começaram os despeitados a alegar a cor dos ‘Oito Batutas’, na maioria pretos. Segundo os descontentes, era uma desmoralização para o Brasil ter na principal artéria de sua capital uma orquestra de negros!”⁵. Bem, fica mais contextualizada a crítica feita, e de maneira não isolada, aparentemente, pelo anônimo.

⁴ O Paiz, Rio de Janeiro, 24 set. 1920, ed. B13123, p.3, grifos meus.

⁵ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 22 jan. de 1922, ed.00019, p.3.

Para nossa felicidade, o anônimo não foi o único a ter voz nos jornais da época. E aqui voltaremos aos nossos personagens, assim como às questões que uma biografia pode nos interpelar.

Os reis do choro e do samba: Pixinguinha, China e coadjuvantes nessa história

Em primeiro lugar, é necessário dar mais contexto ao nosso cenário das primeiras décadas do século XX, no que diz respeito ao lugar social de onde nossos músicos falam, bem como do jornalismo da época, entendendo que ambas as questões são centrais e se entrelaçam.

Falamos das décadas iniciais de uma ainda jovem república, proclamada em 1889. Uma república que tinha (e, infelizmente, ainda tem) como chaga relevante o fato de que, poucos anos antes, em 1888, havia sido definitivamente abolida a escravidão. Que lidava de maneira dúbia com essa herança escravocrata, num contexto ainda marcado pela eugenia e discursos racializantes, que descredibilizavam a população negra e a subalternizavam (Munanga, 1999). Inclusive, criminalizando aspectos culturais vinculados a uma cultura afrodiáspórica, como a capoeira, de acordo com o Código Penal de 1890, em seu capítulo XIII (Brasil, 1890). Os ideais escravocratas que sustentaram durante séculos a escravidão não sumiram de uma hora para outra, sendo ainda sustentáculos da república, presente no imaginário social, sendo ele mesmo responsável por criar uma nova ordem social, agora livre, na qual o elemento negro precisava se ajustar e adequar, mesmo que de maneira forçada, à nova ordem (Santos, 2022; Chalhoub, 2001; Kowarick, 1994; Mattos, 2013).

Como lidar com a herança escravocrata e buscar a inserção social plena no Brasil Republicano? A questão estava posta na mesa. E nossos personagens vão trilhar alguns caminhos.

A pesquisadora Paulina Alberto, em *Termos de Inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*, aponta para a presença da população negra nos jornais de algumas cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo a autora, na primeira cidade os jornais pertencentes à elite paulistana não ofereciam espaços para a população negra, o que teria levado a criação de jornais especializados, de pequena e média circulação. Já na cidade do Rio de Janeiro, os grandes jornais eram menos fechados à essa população, não só a própria presença dela nas fileiras trabalhadoras dos jornais, mas também trazendo suas próprias questões, o que teria inibido a criação de jornais especializados no Rio, cenário diferente de São Paulo (Alberto, 2019, p. 125). De uma

maneira ou de outra, os jornais, naquele momento, se tornaram um importante canal para pessoas negras, sejam organizadas coletivamente, sejam com algum tipo de atuação mais individual.

E, vale destacar, que a participação desse grupo social nos jornais fluminenses não teria se dado de maneira rápida. Na realidade, há apontamentos de que essa participação teria sido tecida de maneira minuciosa durante os séculos XIX e XX. Alguns trabalhos dão conta dessa atuação, como é o caso das obras de Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2004; 2020). Segundo as pesquisas de Pereira, o carnaval e a formação de clubes e bailes negros pela cidade do Rio – fenômeno que o autor chama de “associativismo dançante” – foram fundamentais na conquista de espaços nos periódicos da cidade.

Mas, para além, naquele momento estava em construção uma espécie de “modernidade carioca”, como aponta Mônica Pimenta Velloso. Havia um grupo de “intelectuais humoristas” que buscavam pensar a “modernidade brasileira” através do cotidiano do “submundo”, da “marginalidade”, da “boemia” e das “ruas” (Velloso, 2015, p. 48). Para esse grupo, “a conversação calorosa, o gestual, a comunicação visual, a andança pelas ruas da cidade, as noitadas nos cafés boêmios e as festas populares, ensinaram mais sobre o país do que a leitura dos livros” (*Ibid.*, p. 296-298). É dentro dessa espécie de duplo universo, o da busca pela consolidação de direitos e o da construção de uma modernidade carioca, que poderemos compreender melhor a atuação dos nossos sujeitos históricos em análise.

Foi a partir desse contexto que teria sido possível a publicação de uma série de entrevistas entre janeiro e fevereiro de 1925, portanto, próximo aos festejos carnavalescos, com músicos, em sua maioria negros, numa coluna intitulada “Os reis do choro e do samba”, pelo periódico carioca *O Jornal*.

No que diz respeito à construção de biografias, muitas das vezes não é possível que interpelemos diretamente a figura sobre a qual nos debruçamos. Dependemos de documentação histórica feita em diversos cenários possíveis, muitas das vezes sem a perspectiva de que aquele material será utilizado para fins biográficos. Sendo assim, contamos com a sorte, com fortuito destino ou mesmo com a intenção deliberada daquela pessoa para elucidarmos um difícil quebra-cabeça que terá como resultado uma imagem mais ou menos realista do todo ou de uma parte da trajetória de vida de um sujeito.

Esta pequena reflexão se dá pois, curiosamente logo na primeira entrevista da série, um músico de pouco renome, ainda mais se compararmos ele ao Pixinguinha,

explicita a intenção da realização daquelas entrevistas. O entrevistado Victor Hugo Albuquerque, que, segundo a reportagem, muito embora fosse “novo de idade”, já havia produzido “sambas inspirados”, nos diz que “as opiniões emitidas constituirão no futuro, o registro de uma época”, e que, o que ele chama de “folcloristas”, terão nas edições do *O Jornal* “averbado para todo o sempre, o traço deixado por um punhado de autores de música do povo”. Ele ainda agradece a atitude do periódico por realizar “um inestimável e duplo serviço: serve para florescer as vaidades mais justas e serve para coletânea musical de uma época”⁶. Devo acrescentar que, mal sabia ele, nos ajuda também a compreender melhor toda uma realidade social e biográfica de determinadas figuras que, de alguma maneira, chegaram até nós, quase 100 anos depois.

Nossos personagens principais, agora com outros coadjuvantes, como Victor Hugo, eternizaram suas palavras na crônica diária. Começemos com a entrevista de Pixinguinha.

Assim a reportagem descreve nosso talentoso flautista: “em nossa Capital não há quem desconheça o Pixinguinha, o flautista consumado que tem deliciado os frequentadores de nossos teatros e cinemas”, e, segundo um professor de flauta, “Pixinguinha se revela, em qualquer situação, uma encarnação de arte, quer na música clássica, quer na música popular”. Contudo, apesar de toda essa elogiosa descrição, o músico afirma que nunca havia sido entrevistado, e que estaria “pisando um terreno falso”⁷. Mas sua entrevista, se temos como objetivo pensar a trajetória do músico, traz alguns pontos reveladores, e até certo ponto surpreendente.

Muito embora Pixinguinha, atuando pelos Oito Batutas, fosse um profissional eclético, tocando choros, polcas, valsas, tangos e sambas, ele deixa muito claro sua predileção por um estilo específico, o choro, que esteve sempre presente na sua formação musical, ao mesmo tempo que rechaça veementemente um outro estilo musical. Aqui eu deixo, para o leitor, que, de minha parte, houve certo estarrecimento nas palavras versadas por Pixinguinha que vem a seguir:

O músico de fato deve, por amor à arte, *condenar o samba*, por concorrer para *restrição do pensamento musical*. (...) O samba é *música primitiva*, não corresponde a amplitude do pensamento musical. A arte quer amplitude e largueza de expressão. O samba tem apenas 4 compassos para solo e 4 para coro. (...) É uma demonstração de *fraqueza da imaginação musical*⁸

⁶ As palavras de um “novíssimo no samba”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1925, ed.01874, p.5.

⁷ Um flautista de valor – Alfredo Vianna, o “Pixinguinha”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1925, ed.01867, p. 5.

⁸ *Ibid.*

Qual não foi a minha surpresa ao, lendo essas palavras, constatar que o Pixinguinha, o qual sempre esteve presente no universo musical do samba, teria deixado registrado para eternidade tamanho testemunho. Diz ainda que, em algum momento, o povo ficará cansado de sambas e este voltará ao seio das macumbas e dos candomblés de onde saiu para *prejudicar a boa música e o bom gosto*. Ainda no que diz respeito a sua opinião sobre o samba, prossegue Pixinguinha, dizendo que

Os milhões de sambas que tomaram conta do mercado e vieram precipitar a *decadência* da música popular, prometem um renascimento próximo. (...) *O sambeiro tem de cair para regresso do bom gosto*. As minhas reservas estão acumuladas para esse advento da arte, banida, escorraçada do espírito popular pelo samba. De novo, desbancado, o samba subirá as montanhas da Saúde e da Favela, seus castelos de ouro, de onde como rei caído, apreciará as vitórias da boa música, vendo a vidade (sic) fremindo fragorosamente nos três dias da folia, ao som e ritmo admiráveis como outrora⁹

Para compreendermos o peso da entrevista de Pixinguinha, ela não parece ter ecoado complexa somente para nós, quase 100 anos depois. Imerso no mundo musical, o flautista aparentemente teria “pisado no calo” de muita gente, inclusive de seus próprios companheiros de profissão. Podemos inferir isto porque, de forma exclusiva em toda série de entrevistas, o músico teve que se retratar no dia seguinte. Segue seu “mea culpa”:

Bem vi que, não tendo prática de dar entrevistas, logo na minha primeira haveria de cometer omissões. Penitencio-me. (...) A presteza da palestra não me permitiu que me detivesse sobre os autores de sambas, como devia fazê-lo. Não lhes nego inspiração, *não lhes recuso talento*. Entre os sambistas, há alguns que possuem sentimento e o exprimem com propriedade, *embora o pensamento fique algemado, quando, em composições mais amplas, toda a emoção se desdobraria em obra duradoura*¹⁰.

Veja bem, até em seu “mea culpa”, Pixinguinha continua dando leves “alfinetadas” nos sambistas. Aceita que eles têm talento, mas no que diz respeito ao samba em si, continua o acusando de ser, em termos claros, pobre musicalmente. Vale destacar que mesmo tendo criticado, Pixinguinha afirma ter feito alguns sambas, e os teria feito porque “sendo compositor de todos os gêneros e com aceitação, não quis passar por incapaz ou inepto”. Mas, ao fim e ao cabo, a sua grande paixão é o choro: “O choro, o

⁹ *Ibid.*

¹⁰ O nosso samba é dança em que tudo bole! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1925, ed.01868, p. 5.

nosso choro, dá margem para desenvolvimento das frases musicais, com vigor, com fluência, com pujança. (...) Já disse que o choro é arte”¹¹.

Ao nos debruçarmos sobre o músico Pixinguinha, buscando elucidar sua farta, longa e eloquente trajetória, certamente encontraríamos momentos de difícil compreensão. É provável que em qualquer biografia encontremos momentos que desestabilizam narrativas pré-moldadas sobre determinados sujeitos históricos. Essa entrevista do músico com toda certeza é um desses momentos cruciais. É a encruzilhada onde se para e respira, e se pensa, como lidar com um fato histórico que pode desestabilizar toda uma narrativa? Sabemos que, como pesquisadores das ciências, aqui em especial, das Humanas, a pesquisa deve ser conduzida pelas evidências, entrelaçadas e baseadas na teoria, mas também temos nossos conceitos e caminhos muitas das vezes pré-julgados. Imaginem para um pesquisador que buscava elucidar qual era o papel do samba nas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, encontrar um potente discurso, fazendo coro aos críticos do estilo musical, sendo encabeçado por um nome de tamanho peso?

Pixinguinha é um dos nossos personagens escolhidos justamente porque representa a dúvida e a complexidade humana que se apresenta como tenso desafio no uso da biografia como caminho de análise histórica. Voltaremos a esse ponto em momento oportuno. Contudo, é o momento de avançarmos com nosso outro personagem.

China, irmão de Pixinguinha e também integrante dos Oito Batutas, discorre também sobre suas opiniões e impressões sobre o samba, sua origem, mas mais do que isso, sobre a inserção do negro no Brasil:

Todo mundo sabe que o “samba” nasceu na África. Assim como se atribui ao braço negro a grandeza do Brasil, para gozo dos fazendeiros até 1888, não lhe se pode recusar a infiltração nos costumes do povo. Dizem que o negro de puro sangue é burro; talvez seja verdade. (...) Quanto ao mulato, dizem também e eu confirmo – é sempre inteligente e sabido.

O sr. Medeiros e Albuquerque escreveu e eu li, que a raça negra não deu ninguém as nossas artes e as nossas letras. Quanto ao mulato, ninguém disse nada sobre o seu concurso, mas tenhamos consciência de proclamar que, a partir de Calabar, até hoje, o mulato tem sido tudo nesta terra, em todos os ramos especulativos do gênero humano: artista, padre, operário, general, soldado, poeta, tudo, tudo, até coronel. O mulato teima em negar o sangue africano quando tem o cabelo bom e a

¹¹ Um flautista de valor – Alfredo Vianna, o “Pixinguinha”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1925, ed.01867, p. 5.

pele pouco encardida, mas o sangue ferve, – toda a África remota – aparece nele, quando menos espera¹².

Por motivos distintos, tanto a entrevista de Pixinguinha quanto a de China podem causar certa estranheza e, em certa medida, algum desconforto. E é justamente por isso que a biografia é um caminho muito frutífero para o fazer historiográfico, especialmente se buscarmos relacionar o fazer biográfico com o trabalho da micro-história.

As possibilidades e complexidades da relação entre micro-história e biografia

Encontramos disponíveis no mercado um número diverso de biografias, de sujeitos mais ou menos conhecidos. Dessa forma, há, dentro do gênero, biografias feitas para serem consumidas por um público mais amplo, muitas das vezes mais leigo. Mas existem também biografias comprometidas com o gênero historiográfico, com o fazer do historiador, de forma a alicerçar toda uma análise histórica vinculada à trajetória de vida de um ou mais personagens.

Talvez, dentro do gênero historiográfico-biográfico, se permitem o uso desse termo, o mais famoso dos exemplos seja o de Carlo Ginzburg, *O Queijo e os Vermes* (Ginzburg, 2006). Nesta obra, o autor italiano se utiliza da vida de Domenico Scandella, mais conhecido como Menocchio, e dos registros deixados pelo Tribunal da Inquisição a respeito do julgamento do Menocchio, para compreender aspectos da cultura subalterna na Itália do século XVI. O que está em questão aqui, ou seja, o ponto relevante para nós, é mais os métodos utilizados pelo autor do que efetivamente quem foi Menocchio.

A forma como Ginzburg construiu o trabalho em *O Queijo e os Vermes*, muito embora não tenha inaugurado esta tradição historiográfica, é, muito provavelmente, o trabalho mais consolidado no ramo que se convencionou chamar de “micro-história”. E é isso que nos interessa aqui, no que diz respeito à junção do trabalho biográfico e da construção historiográfica. Para Jacques Revel, não há “um texto fundador, um mapa teórico da micro-história”, ela não seria uma “disciplina autônoma”, nem teria um “corpo de proposições unificadas”. Na verdade, ela seria uma “prática de historiadores”, uma “experiência de pesquisa”, que teria nascido como uma “reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos” (Revel, 1998, p. 16). Essa reação teria

¹² Octávio Vianna, “o China”, violão seguro e voz afinada dos “8 Batutas”. Rio de Janeiro, *O Jornal*, 29 jan. 1925, ed.01869, p. 5.

acontecido com a “convicção de que essas vidas minúsculas”, como a de Menocchio, “também participam, à sua maneira, da ‘grande’ história da qual elas dão uma versão diferente, distinta, complexa” (*Ibid.*, p.12).

Aqui reside a importância do trabalho biográfico, mas, de forma historicizada. Nesta tarefa é necessário “levar a sério migalhas de informações e tentar compreender de que maneira este detalhe individual, aqueles retalhos de experiência dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores” (Revel, 1998, p.13). E os periódicos cumprem uma função importante nesse processo. Segundo Tânia Regina de Luca, a partir das décadas de 1960 e 1970, os periódicos foram habilitados como fontes importantes no trabalho do historiador, graças a uma série de renovações historiográficas, como a geração dos marxistas britânicos da *New Left Review* ou mesmo a terceira geração dos *Annales* (Luca, 2015, p. 112-115). Contudo, o uso dos periódicos requer um trabalho cuidadoso e analítico, especialmente de “análise do discurso”, de forma a problematizar a “identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento” (*Ibid.*, p. 139). Ou seja, é necessário sempre contextualizar de forma adequada esses periódicos e os sujeitos que estão por detrás do emaranhado de discursos, pensando sempre quem são esses sujeitos, que lugar social eles ocupam e para quem e com quem eles dialogam.

Quando nos debruçamos em sujeitos históricos como Pixinguinha e China, dois sujeitos de relevâncias sociais distintas, mas, para o âmbito historiográfico de semelhante importância, podemos, através das “migalhas” deixadas por suas trajetórias, compreender aspectos mais gerais do cotidiano. Ou, ainda nas palavras de Jacques Revel, esmiuçando suas trajetórias, fazemos aparecer “por trás da tendência geral mais visível, estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores” (Revel, 1998, p.22). Justamente porque o âmbito cultural “oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (Ginzburg, 2006, p.20). Vamos pensar as entrevistas de Pixinguinha e China a partir desse prisma, como “migalhas” em um conjunto de possibilidades, para entendermos a importância do acompanhamento biográfico na construção de uma narrativa histórica.

Se partimos da lógica que essas “migalhas” são pistas de como esses atores sociais se entendiam e se moviam dentro do cenário da época, temos ganhos significativos. Nas primeiras décadas do século XX o samba tinha diferentes significados, ele poderia ser “arte representativa da brasilidade”; “arte, mas não a de arte nacional”; “uma forma de significação do samba que se aproxima mais da exclusão”; ou seja, o samba como

“exótico”; samba vinculado à religiosidade afrodiáspórica (Santos, 2022, p. 57-61). É dentro deste cenário que tanto China quanto Pixinguinha navegaram em termos discursivos, e, mais do que isso, posicionados como sujeitos históricos dentro de uma realidade de construção e garantia de direitos fundamentais para a parcela negra da população.

Pixinguinha, no momento da entrevista, tinha 27 anos, um pouco mais jovem que seu irmão, que tinha 36 anos. Ambos estavam imersos no cenário musical, em busca de reconhecimento e prestígio. Já haviam gravado e lançado discos, mas, como vimos, Pixinguinha afirmava que aquela teria sido sua primeira entrevista. Talvez isso nos dê pistas do lugar social que, como homens negros, ocupavam naquele momento. Não podemos perder tal fato de vista, especialmente se buscamos compreender a carreira de ambos. Quais poderiam ser suas escolhas dentro desse cenário?

Curiosamente Pixinguinha optou por se afastar da imagem de sambista, que naquele momento muitas vezes era tido como um sinônimo de vagabundagem, ou representativo de uma arte não nacional, ou mesmo a negação de ser algo artístico. Vimos que parte das críticas ao grupo dos Oito Batutas estava vinculado a dois aspectos: racial, quando o anônimo crítico fala de “pretos cantores”, ou mesmo de vozes em estado natural, assim como, segundo Benjamin Costallat¹³, o fato de serem músicos negros tocando na recém inaugurada e prestigiosa Avenida Central teria chocado parte da população carioca; mas, o outro aspecto, e também vinculado à crítica anônima, ao fato de descredibilizar o samba, falando das escolhas para apresentação ante à nobreza belga, falando de um programa de músicas “desgraciosas, como certos *sambas carnavalescos*”¹⁴.

Ser um sambista naquelas décadas nem sempre era tido como fato de prestígio. E dentro da série de entrevistas há quem aponte para isso, como foi o caso de João da Gente, nome popular de Wilton Morgado, um “funcionário público, cronista carnavalesco, repórter”, além de “autor de sambas e choros”. Segundo Morgado, ou João da Gente, “há muita vaidade em certos autores que, embora fazendo sambas, não querem ser envolvidos com os sambistas”¹⁵. Além deste relato, temos também o de Sebastião dos Santos Neves, “um dos novos no choro e no samba”, que disse que “há muita gente, porém, com ‘fidúcia’, que embora fazendo e dançando samba, tem vergonha de figurar no meio dos sambistas”. Contudo, Santos Neves nos dá mais uma pista interessante: “O samba não

¹³ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 jan. de 1922, ed.00019, p.3

¹⁴ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 set. 1920, ed. B13123, p.3

¹⁵ Um sambista improvisado: João da Gente. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1925, ed.01862, p.5.

desmerece nenhuma reputação. A pureza da verdade não degrada. O fato do samba ferver na turba-multa da rua, abstendo-se de todos os preconceitos na sua comunicabilidade, não significa indignidade que encha de rubor à face de um homem de bem”¹⁶.

Desta forma, a posição de Pixinguinha, muito embora esteja longe de ser completamente inteligível a nós, torna-se um pouco mais contextualizada. Nossos coadjuvantes apontam para um fator social importante, que era o fato de que parecia ser expediente comum tecer críticas ao samba, ao mesmo tempo que produziam e vendiam músicas do gênero. Em alguns casos, os entrevistados deram a entender que faziam e dançavam samba, mas que buscavam, de alguma forma, se distanciar desse mundo.

É bastante verossímil que esse afastamento se desse por razões sociais marcantes, como o fato de o samba não gozar, para diversos grupos sociais, de prestígio. Pixinguinha também não foi o único na série de entrevistas a tecer críticas ao samba, ao mesmo tempo que produziam e vendiam músicas do gênero. O mestre J. Rezende integrante da “banda do 6º batalhão da Força Policial”, afirmou na entrevista que o samba “existe apenas abstratamente, é uma criação fantástica e irreal”, seria uma “coisa sem arte, sem limpeza, sem emoção, *muito primitiva*, insossa, sem ritmo, sem graça, integrado no nosso meio musical, inutilizando a nossa música”¹⁷. É curioso o uso do “primitivo” como forma de adjetivar o samba, se aproximando da crítica tecida anonimamente aos Oito Batutas, trazida anteriormente no texto. J. Rezende acrescenta ainda que o samba seria uma “manifestação de desmedido mal gosto”, sendo esse gênero, na verdade, “o ‘jongo’ grosseiro dos pretos africanos, transformado em música”¹⁸. Aqui parece bastante elucidativo o tom da crítica do mestre ao samba, caminhando por um discurso racializante que, muito embora hoje possa soar de maneira bastante infeliz, era muito comum naquele momento.

Curiosamente, J. Rezende, assim como Pixinguinha, ao mesmo tempo que tece críticas ao samba, afirma ter feito “umas coisas e denominei-as ‘samba’”. Segundo ele, teria agido dessa forma para “acompanhar a onda, como compositor”¹⁹. Exatamente o caminho trilhado por Pixinguinha. Desta forma, como compreender o discurso do flautista dentro de uma análise biográfica?

¹⁶ Fala-nos Sebastião dos Santos Neves. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1925, ed.01871, p.5.

¹⁷ A opinião do Mestre J. Rezende. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1925, ed.01888, p.5

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ *Ibid.*

A trajetória do Pixinguinha nos faria crer que, de certa maneira, muito dificilmente encontraríamos algo tão contundente a respeito do samba. Pela sua extensa discografia e suas parcerias, poderíamos crer de antemão, que para o músico, não haveria desprestígio em tocar sambas, dificilmente acreditávamos que ele afirmaria que o samba sequer deve ser tratado como arte. Certamente essa entrevista, dentro da construção biográfica do aclamado músico, nos coloca questionamentos complexos.

Partido da ótica da micro-história e dos apontamentos feitos por Revel, já trazidos aqui, esse tipo de documento histórico nos permite ter acesso, dentro de um cruzamento de outras fontes, a algumas lógicas e formas de operação de determinados grupos, ou aqui, como é o caso, de indivíduos. Existe uma seara de possibilidades para lidar com a entrevista de Pixinguinha. É possível que ele realmente pensasse isso sobre o samba? É possível que ele tenha utilizado uma retórica discursiva para conseguir ingressar em certos espaços sociais? É possível que sejam ambas as coisas? Será que, ao longo de sua trajetória, ele tenha pensado assim e depois mudado de opinião, ou mesmo tenha escondido esse seu lado para conseguir maior engajamento e reconhecimento, tendo em vista a popularidade e as possibilidades de mercado que o samba lhe abriria, possivelmente mais do que o Choro?

Aqui trago mais dúvidas do que afirmações, porque é justamente esse o objetivo. O trabalho biográfico, um aliado de primeira mão do historiador que caminha pela micro-história, lhe impõe sempre uma série de dúvidas que podem, e devem, ter um valor de combustível. A partir dessas dúvidas é possível escrutinar toda uma trajetória e fazer da biografia um instrumento frutífero na construção historiográfica. É desta forma que vamos também pensar a entrevista, tal qual a de Pixinguinha, bastante complexa, de seu irmão China.

China nos ajuda a compreender os significados do samba naquele contexto. Sem rodeios, ele reafirmou a origem africana do ritmo musical, de forma a afirmar que os negros teriam construído o país, tanto no aspecto do trabalho, como no que ele chama de “costumes do povo”. Mas logo ele mesmo se contradiz ao afirmar que talvez seja verdade que “o negro puro sangue é burro”. Como lidar com tamanha contradição? O próprio China nos dá algumas pistas.

O raciocínio do irmão de Pixinguinha parece fluir no sentido de defesa do “mulato”, este “sempre inteligente e sabido”. Alongou-se, inclusive, nesse caminho, afirmando que o “mulato tem sido tudo nesta terra”. Mas, se esse sujeito teria conseguido fazer de tudo “nesta terra”, ele também estaria negando suas origens africanas, quando

consegue ter traços que o diferem. Em linhas gerais, quando consegue ter traços embranquecidos, como o que ele chama de “cabelo bom e a pelo pouco encardida”. Mas mesmo assim, “o sangue ferve, – toda a África remota – aparece nele, quando menos espera”. Qual teria sido a intenção de China com esse relato?

Pensando a partir das disputas narrativas e sociais da época, a posição dúbia de China parece ser a de defesa da integração social do “mulato”, muito embora para isso, ele tenha que tomar uma posição crítica, e bastante complexa, de reafirmar o papel subalterno do negro “puro sangue” naquele contexto. Mais uma vez somos colocados diante de uma narrativa complexa.

O trabalho biográfico, dentro do campo historiográfico, sempre nos coloca em posições de extrema dificuldade. Talvez, esses vestígios, nos ajudem a compreender melhor determinadas posições da época no sentido de lidar com o latente racismo, fruto de anos de escravismo. Esse é o sentido do trabalho da micro-história. Tanto Pixinguinha quanto China, nos colocam em caminhos complexos para entender como operava a lógica de construção da cidadania naquele momento. Eles estavam ocupando espaços fundamentais, tendo voz num jornal de média e grande circulação, como *O Jornal*, e trazendo discursos que nos ajudam a compreender, ou trazer ainda mais dúvidas, sobre as lógicas operativas daquele momento.

Considerações Finais

O trabalho teve alguns objetivos: abordar sobre a relação entre micro-história e biografia; mostrar, numa breve experiência, como essa relação pode ser frutífera; mostrar sobre a agência de sujeitos negros no Rio de Janeiro da Primeira República. Desta forma, muito embora seja um artigo, esse trabalho parece se adequar mais na categoria de ensaio. Talvez, o que tenhamos realizado aqui, se aproxime desse tipo de texto, ou seja, um breve ensaio de caminhos que podem ser trilhados quando aliamos micro-história e biografia.

Sendo assim, pudemos jogar luz na complexidade de se lidar com as biografias, justamente pelas nuances que surgem dela. Porque, ao fim e ao cabo, estamos lidando com pessoas, com seus interesses, desejos, engajamentos, profissões, lutas sociais, mas mais do que isso, com as complexidades inerentes aos seres humanos. Desta forma, analisar biografias históricas, como as de Pixinguinha e China, sem que encontremos incoerências e contradições, é uma tarefa praticamente impossível.

Retorno ao começo do texto quando falamos sobre a abordagem histórica sem que façamos juízos, como apontou Marc Bloch. Seria possível isso? Pensarmos numa produção científica e neutra? Quando olhamos para o trabalho biográfico acredito que

ele, por si só, já parta de alguns tipos de escolhas que têm relação direta com o interesse pessoal daquele que irá produzir o trabalho. Seja pelo conhecimento prévio, como poderia ser o caso do Pixinguinha, seja pelos caminhos profissionais e de pesquisa trilhados, que teriam levado precisamente o pesquisador ao seu objeto de estudo. Sendo assim, há, usualmente, alguma proximidade entre o objeto e o pesquisador, de forma que as incongruências da vida do biografado, muitas das vezes podem gerar desconforto e dúvidas.

Pensar que em algum ponto da vida, uma figura como o Pixinguinha tenha tratado o samba daquela maneira pode e deve gerar certo desconforto. A grande questão é o que fazer a partir disso. Relacionar o trabalho micro-histórico à biografia é um caminho bastante frutífero para lidar com esse tipo de questionamento. A partir do desconforto, é possível desenrolar todo um novelo que pode lhe encaminhar para um trabalho rico e complexo, compreendendo atuações individuais ou coletivas, lógicas de operação de contextos sociais, ajudando a desnudar um todo de relações.

Em nosso caso, a entrevista do Pixinguinha certamente gera mais dúvidas do que conclusões. Jamais poderemos perguntar diretamente a ele sobre quais foram suas reais intenções ao proferir aquelas palavras, e mesmo que pudéssemos realizar esse trabalho de história oral, não teríamos como garantia que sua resposta seria “verdadeira” ou estaria omitindo uma série de questões. O que também tem seu valor, lembremos que os silêncios são bastante elucidativos em diversos momentos. Contudo, naquele momento, aquela foi a posição de Pixinguinha. Talvez uma forma de lidar com o racismo, buscando se afastar de um gênero musical vinculado a uma cultura negra? Talvez fosse realmente sua posição, uma crença deliberada de que o samba é um artigo menos artístico do que outros gêneros, como o próprio Choro. Jamais saberemos.

Contudo, sabemos que o discurso estava operando em algum sentido. E, como pesquisadores e historiadores, é isso que nos interessa. A escolha de termos como “preto cantores”, “vozes em estado natural”, ou mesmo falando sobre a natureza primitiva do samba. São esses vestígios, verdadeiras migalhas, que nos ajudam num duplo sentido: buscar compreender a trajetória de determinados sujeitos, atuando no campo da construção biográfica, além de elucidar, partindo da micro-história, a construção de um cenário macro, que pode ser revelador.

Naquele momento, vimos que o contexto era o de construção de uma brasilidade, de uma identidade histórica e cultural de uma nascente república. Era isso que estava em jogo. Ou mesmo uma “modernidade carioca”, boêmia, das ruas, cenário que ambos os

músicos estavam inseridos. Desta forma, a própria biografia dos autores não pode deixar de levar em conta esse contexto e, partindo dele, desnudar certos relacionamentos e lógicas daquele contexto. Esse talvez seja o mais importante legado e lição da relação entre micro-história, biografia e o trabalho do historiador.

Fontes Primárias

O Jornal. Rio de Janeiro: 1900-1939. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

O Paiz. Rio de Janeiro: 1900-1930. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 1900-1959. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Referências Bibliográficas

ALMIRANTE. *No tempo de Noel Rosa: o nascimento do samba e a era de ouro da música brasileira*. Rio de Janeiro: Sonora, 2013.

BRASIL. *Código Penal de 1890*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p.111-155.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

REVEL, Jacques. Apresentação. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.7-14.

80

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.15-38.

SANTOS, Pedro. *Discursos sobre o samba e os sambistas no Rio de Janeiro da Primeira República*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

AS NARRATIVAS DE SI E A ESCRITA DA HISTÓRIA: RELATOS (AUTO) BIOGRÁFICOS DOCENTES, A FORMAÇÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA**SELF-NARRATIVES AND THE WRITING OF HISTORY: TEACHERS' (SELF) BIOGRAPHICAL ACCOUNTS, TRAINING AND THE TEACHING OF HISTORY**Caio Corrêa Derossi¹**Resumo**

O presente artigo tem como temática a pesquisa qualitativa de abordagem (auto) biográfica, em específico as narrativas docentes, pensando em uma reflexão acerca das potencialidades dos relatos e do movimento de escrita de si para a pesquisa histórica, o seu ensino e a formação docente. Para tanto, o objetivo do texto foi compreender e analisar as trajetórias de vida, de trabalho e de formação de uma professora de história da educação básica, a partir dos seus relatos (auto) biográficos. Deste modo, o trabalho fez um exercício transdisciplinar, heurístico e epistemológico para refletir a construção do conhecimento na abordagem (auto) biográfica.

Palavras-Chave: Narrativas de si; Escrita da história; Relatos (auto) biográficos.

Abstract

The theme of this article is qualitative research with an (auto)biographical approach, specifically teacher narratives, with a view to reflecting on the potential of these accounts and the movement of writing about oneself for historical research, teaching and teacher training. To this end, the aim of the text was to understand and analyze the life, work and training trajectories of a basic education history teacher, based on her (auto)biographical accounts. In this way, the work was a transdisciplinary, heuristic and epistemological exercise to reflect on the construction of knowledge in the (auto)biographical approach.

Keywords: Narratives of the self; History writing; (auto)biographical accounts.

Palavras iniciais

A pesquisa histórica se constrói com base em fontes que tencionam e tratam de sujeitos em contextos sócio temporais, que revelam as trajetórias singulares que se mesclam com dimensões macroestruturais da sociedade, como aspectos políticos, sociais e econômicos, e que, por isso, são de interesse para a história. As fontes escolhidas para a análise no trabalho foram as narrativas (auto) biográficas de uma professora de

¹ Mestre em Educação (2021) e Licenciado em História (2018) ambos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Têm interesse na áreas: Formação de Professores, Formação Continuada, Desenvolvimento Profissional da Docência, Aprendizagem Docente, Socialização Profissional da Docência, Narrativas e História da Educação.

história da educação básica. Ao longo do texto, serão exploradas as nuances do texto (auto) biográfico como possibilidade para a escrita da história, mas, de antemão, já se ressalta que, pela narrativa (auto) biográfica oferecer frações das relações entre os indivíduos comuns, no caso uma professora, ao longo do tempo, é indiciosa para poder pensar uma série de relações pertinentes ao campo histórico.

Deste modo, segue-se um entendimento de Lejeune (2008) de que tais narrativas (auto) biográficas são fontes relevantes para pensar as interseções dos sujeitos com a sociedade e o tempo. Compartilha-se também os pressupostos da Escola dos *Annales* (Reis, 2000; Burke, 1997), com as perspectivas de renovação do conhecimento e das investigações históricas, destacando o que Le Goff (1990) marcou da centralidade do ser humano nas demonstrações sociais e culturais de suas trajetórias. Isto só faz ratificar a possibilidade de se investigar as narrativas (auto) biográficas, reconhecendo sua carga subjetiva, como em todo documento e tipo de fonte, e a implicação do autor na construção do conhecimento, sem perder de vista os critérios científicos. Por isso, também a escolha do referencial citado, que propõe um diálogo da história com os elementos da (auto) biografia.

Tratando dos interesses e das implicações com a pesquisa, utilizo aqui a primeira pessoa do singular, que, embora não muito comum nos textos científicos, se faz necessária na construção da justificativa pessoal do texto e corrobora com o encaminhamento das narrativas (auto) biográficas. Desde a graduação em história, tenho interesse particular sobre aspectos da escrita da disciplina, da agência dos personagens comuns e de suas interfaces com os elementos de ensino. Foi ao final da graduação, adentrando ao campo das investigações narrativas e (auto) biográficas em um grupo de estudos sediado no departamento de educação da universidade, que pude reelaborar experiências acerca do estágio e do Programa de Iniciação de Bolsas à Docência (PIBID), além de elaborar um projeto acerca das narrativas dos professores de história da educação básica que atuaram como supervisores do estágio, para pensar as dimensões de suas aprendizagens e de seu desenvolvimento profissional.

Desta pesquisa (Derossi, 2021), que seguiu todos os critérios éticos de pesquisas com seres humanos, que foram retiradas as narrativas da professora que serão apresentadas posteriormente, produzidas a partir das lentes da entrevista narrativa (Jovchelovitch; Bauer, 2002). Cumpre ressaltar que o contexto original da investigação que produziu em conjunto a narrativa da docente é oriundo de uma dissertação

desenvolvida em um programa de pós-graduação em educação de uma instituição federal de ensino superior.

Originalmente, a pesquisa versou sobre a aprendizagem e o desenvolvimento profissional dos docentes de história da educação básica que atuam ou atuaram como supervisores de estágio obrigatório. Assim, a partir dos relatos (auto) biográficos, refletiu-se no espaço de supervisão, os professores aprendiam e se desenvolviam. Desta forma, o artigo propôs um outro recorte analítico para a narrativa da professora que, neste caso específico, foi escolhida pela potencialidade analítica e por critérios objetivos, a exemplo da extensão do texto.

Desde então, venho reunindo parte dos meus esforços para tencionar as bordas, as franjas entre os campos histórico e educacional, em prol de se pensar, entre outros aspectos, as possibilidades das narrativas (auto) biográficas para a produção dos conhecimentos histórico e educacional. Os trabalhos de Costa Júnior (2023), Alberto (2022), Santos (2020) e Andrade (2016) animam e inspiram a construção do presente artigo.

Nesta perspectiva, as narrativas transcritas da entrevista da professora de história da educação básica contribuem para refletir sobre uma série de aspectos que marcam suas construções pessoais e do seu local de produção (Certeau, 1982), bem como suas relações com as marcas objetivas do tempo e dos contextos históricos. Assim, o movimento de escrita de si é totalmente conectado aos momentos históricos que o sujeito está inserido, demonstrando também a dinamicidade das reelaborações que o indivíduo faz acerca das suas trajetórias e experiências. Deste modo, o objetivo do artigo é compreender e analisar as trajetórias de vida, de trabalho e de formação de uma professora de história da educação básica, a partir dos seus relatos (auto) biográficos.

Lejeune (1997) marcou o período da Renascença e o surgimento da imprensa como contextos que impactaram a comunicação da camada burguesa com as tecnologias da época. Para o autor, com as devidas proporções, reverberou, já com outras características, nas comunicações e nas publicações da internet, com as tecnologias digitais. Deste modo, em uma perspectiva de globalização, as tecnologias corroboraram para o encurtamento do tempo-espaço, para as mudanças nas representações e nos tipos de comunicação que, segundo Lejeune (2008), impactam no tipo da construção da identidade narrativa, já que se percebe uma velocidade acentuada, rupturas e uma relação conflitante entre presente, passado e futuro.

Assim, Lejeune (2008) refletiu que tais transformações sociais e tecnológicas ameaçaram as construções (auto) biográficas, uma vez que a velocidade das relações e as mudanças produtivas propõem um distanciamento entre gerações e de complexidade com o tempo presente, tirando, por vezes, a possibilidade de o indivíduo refletir sobre seus desejos e trajetórias percorridas. Por isto, a produção de uma pesquisa de aparato teórico-metodológico (auto) biográfico, se permite pensar nas construções críticas dos indivíduos acerca de suas memórias, buscando compreender as suas identidades narrativas, mesmo diante das características da contemporaneidade, marcando um diálogo de construção de uma imagem de si, que concatena os demais fatores sociais.

Nesta perspectiva, baseando nas contribuições dos *Annales*, a construção das (auto) biografias não devem seguir uma busca pelas origens, nem um entendimento *magistra vitae* da história, considerando o tempo histórico sem julgamentos anacrônicos irresponsáveis, compreendendo a preponderância das causas e dos efeitos, bem como, das ações do ser humano. Por isso, Le Goff (1990) compreendeu o tempo histórico a partir de uma relação entre passado e presente e como uma construção social, que organiza a cronologia a partir de interesses humanos. É neste sentido, portanto, que elementos da memória, da experiência e da (auto) biografia se organizam em meio a dimensões individuais e coletivas de um tempo cíclico e da ideia de duração (Bloch, 2001).

Assim, a escrita da história sempre foi permeada pela escrita de si, seja pelos movimentos de hagiografias, biografias dos considerados grandes homens, até as mudanças propostas pelos *Annales*, pela micro-história, pela história cultural, corroborando para a compreensão sobre a relevância das (auto) biografias para o entendimento das redes de sociabilidade cultural expressas pela produção escrita dos relatos. O texto também não deixa de ser um ato de resistência frente aos ataques aos professores, principalmente os de história, considerados por extremistas e negacionistas como doutrinadores. Além disso, diante de um contexto de pandemia recente, agravada pela ingerência do governo federal, e o contexto de guerra no mundo, a proposição de se pensar os diálogos e as experiências comunicativas são relevantes diante do compromisso social da educação e do educador.

Para tanto, em termos de organização do texto, para além das seções de introdução e considerações finais, foram propostas três outras divisões para contribuir com a discussão teórico-metodológica. Assim, a primeira seção trará apontamentos das (auto) biografias para a escrita da história. A segunda apresentará algumas discussões das (auto)

biografias docentes e as relações entre a história e a educação. E a terceira, as narrativas da professora Luísa, com sinalizações epistemológicas da sua produção e da autora dos relatos.

(Auto) biografias, escrita de si e a pesquisa histórica

A presente seção trará um sintético apanhado dos usos e interpretações dos textos (auto) biográficos dentro do campo das humanidades, sobretudo na história. Cumpre ressaltar que o termo história, bem como outras matérias das ciências sociais e humanidades, serão escritos com letra minúscula, em razão de uma fluidez estética do texto, mas ambas são consideradas disciplinas e campos do conhecimento.

A apresentação de um referencial teórico extenso almeja tanto a proposição de uma espécie de imagem, de fotografia, que demonstra as transformações e as reflexões heurísticas da temática, como a ideia de observar os pontos de toque e de distanciamento entre os campos da história e da educação. Para além disto, as discussões apresentadas contribuem com a caracterização e com a interpretação teórico-metodológica das narrativas e dos seus aspectos epistemológicos na investigação relatada, como também, em um entendimento holístico entre as áreas.

Seguindo a perspectiva dos *Annales*, no sentido da sua contribuição quanto ao uso das biografias na história, mesmo com algumas resistências e enfoques políticos e sociais, a historiografia francesa deu um passo à frente do entendimento positivista, pensando para além das estruturas já estabelecidas. Neste sentido, destaca-se a contribuição da história cultural, que privilegiando uma relação dialética e invertendo o ponto de partida para a construção do conhecimento, neste caso, iniciando das vozes até então marginalizadas, pode-se entender a biografia como narrativa que reporta sobre as questões sociais, a partir dos pontos de inflexão e de invenção de si (Gomes, 2004; Chartier, 1994).

Deste modo, os relatos (auto) biográficos deixam de ser entendidos apenas como uma narração linear da história de vida de um sujeito, para uma construção complexa e metalinguística, das escolhas e opções do autor, além das dimensões sócio temporais do sujeito da biografia. Por isto, utiliza-se o referencial de Nóvoa e Finger (2010), em que a escrita entre parênteses do termo (auto) biográfico e seus correlatos, indicam para o papel do autor, do pesquisador, do biógrafo, frente uma narrativa

produzida por outrem. Então, não se trata de uma narrativa feita por uma pessoa, mas sim de uma que contém dimensões de escuta e de coprodução de outro sujeito.

Cumprе sublinhar que, no tocante às características da história e do trabalho do historiador, White (1994) propõe um entendimento fronteiriço mais tênue em relação ao campo histórico e o da literatura, praticamente eliminando as diferenças entre uma e outra. Isto é posto já que, pelo autor, a dimensão da imaginação, da invenção, próprias da literatura, se misturam com a memória, com as seleções realizadas pelo historiador. Neste sentido, cumprе destacar que o trabalho científico da história comporta, necessariamente, o uso de fontes, de metodologias e de teorias, o que se diferencia da proposição do literato.

Entretanto, o componente da imaginação percorre também, em alguma medida, o trabalho do historiador, que desde o princípio da pesquisa se mostra implicado com tema e que tem, com recursos distintos, de fazer o exercício de imaginação na proposição de hipótese, frente ao uso das fontes e da literatura especializada. É válido, ao fim, destacar que não é objetivo do texto propor um aprofundamento da leitura das teorias de White e sua fortuna crítica, mas sim, a contribuição do autor foi considerada, no que toca ao relacionamento teórico-metodológico das narrativas (auto) biográficas.

Assim, Ginzburg (1989) propôs uma leitura não dicotômica do sujeito e da sociedade, já que os dois entes são construídos a partir de uma relação dialética e dialógica, marcando a multiplicidade de fatores que atravessam, percorrem e clivam a vida que é retratada. O próprio autor, anos mais tarde (2007), trouxe o entendimento testemunhal do sujeito diante dos demais construtos sociais, reforçando que o conhecimento é construído nas rupturas e nas diferentes lentes que observamos a realidade.

Cunha (2001) sinalizou que a escrita de si e suas diversas fontes são objeto e aporte teórico-metodológico de diferentes investigações nas áreas das humanidades, o que foi corroborado pelos apontamentos de Andrade (2016). Para Cunha (2001), este olhar para as pesquisas sinalizaram um interesse acerca das práticas e significações culturais, que mesmo historicamente desprestigiados em sua autoria e nas relações de fontes para a história, podem oferecer um panorama indicioso das formas de se entender e de se produzir uma vida, uma época.

Neste sentido, Duque-Estrada afirmou que:

“[...] tais autobiografias, ao deslocarem o centro vital de sua narrativa da dimensão do privado, do mundo particular, para a esfera do mundo social, público, tornam-se locais privilegiados para uma discussão que abrange não somente questões literárias, mas também temas ligados à crítica cultural”. (Duque-Estrada, 2009, p. 157).

Logo, as temáticas relativas às sensibilidades, mentalidades, costumes, cultura e a própria história do tempo presente, se constituíram como campos de interesses para o trabalho com as (auto)biografias, considerando a contribuição primeira dos *Annales*, uma vez que ambas as abordagens, compartilham os movimentos de representação de si e do mundo.

Cumprido destacar que, conforme Alberca (2000), tais narrativas são repletas de elementos estéticos, éticos e até terapêuticos que compõem, animam e justificam a produção e a mobilização de significados dos relatos (auto) biográficos. Na mesma perspectiva, Lejeune entendendo a (auto) biografia como “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (Lejeune 2008, p. 17), marcou que a relação entre personagem-autor-narrador é firmada em um pressuposto de autenticidade de quem conta que, apesar de não objetivar um sentido de verdade moderna, busca “honrar sua assinatura” (Lejeune, 2008, p. 17), enfocando suas identidades.

Esta concepção faz pensar que para o referido autor (2008), o relato (auto) biográfico não possibilita e/ou interessa necessariamente acessar o íntimo do autor, mas sim, pensar nas relações temáticas e de organização do texto propostas por quem narra. Assim, a ênfase está no leitor/pesquisador, que vai tencionar e refletir sobre as questões trazidas e os interesses e movimentos do tempo em relação às narrativas. Logo, ficam marcados também os interesses, os desejos e os recortes de se estabelecem determinadas faces da vida para a posterioridade.

Tal questão também pode ser pensada a partir da (auto) biografia como uma produção de identidade para si e para o outro (Dubar, 1997). Além disso, Damião (2006) sinalizou o relato (auto) biográfico para além de uma representação sobre si e para o outro, mas como um elemento de contrato, que sinaliza uma possível forma como o texto é recebido, entendido. Como entendeu Henrique (2009), é uma proposição que pensa sobre si e como se quer ser reconhecido, entre dinâmicas de se ocultar e se revelar, com alguma resistência. Assim, Butler (2017, p. 33) sinalizou que “o sujeito sempre faz um relato de si mesmo para o outro, seja inventado, seja existente, e o outro estabelece a

cena da interpelação como uma relação ética mais primária do que o esforço reflexivo que o sujeito faz para relatar a si mesmo”.

Entretanto, independente das formas que são produzidas e interpretadas, as narrativas (auto) biográficas podem contribuir para o entendimento das questões culturais na interface indivíduo-sociedade (Cunha, 2001), além de possibilitar a reflexão sobre os entendimentos de produção dos textos e, por conseguinte, das representações e construções de si e de uma época (Henrique, 2009).

Propondo a aproximação entre as narrativas (auto) biográficas produzidas na entrevista narrativa e as (auto) biografias, nas diferentes bases de fontes, em seus distintos parâmetros teórico-metodológicos e de percurso entre as áreas da história e da educação, Andrade (2016) situou uma série de obras de caráter (auto) biográfico, com a utilização de diários íntimos como pontos de partida para a produção, nos diversos ramos do conhecimento. Tal proposição sinalizou para o que Lejeune (2008) evidenciou que tais textos vão responder a interesses comerciais, financeiros e de público das editoras, bem como, são indícios para pensar os elementos sociais e culturais imiscuídos nas trajetórias dos sujeitos.

Para Henrique (2009), em termos históricos, a gênese das (auto) biografias é inglesa do século XVII, acontecendo seu apogeu duzentos anos depois, animado pelas relações com a literatura e a representação dos sujeitos e das sociedades com elementos de verossimilhança, demonstrando as transformações sociais, econômicas e políticas que os sujeitos viviam. Para além disto, Henrique (2009) sinalizou para a busca interessada que a escrita (auto) biográfica desempenhava para a construção das identidades próprias e para os outros.

Deste modo, Foucault (1992) sinalizou que desde a antiguidade clássica a produção de escritas de si é registrada, marcando ao longo do tempo, com as devidas particularidades, um sentido de continuidade dos interesses variados, aqui ressaltando os de pesquisa e epistemológicos, em torno das biografias, suas produções e redes de interesse. No sentido das transformações, as (auto) biografias deixaram de ser restritas apenas ao campo de interesse editorial e de seu público, para coexistir, como já apontado em função das mudanças científicas nas áreas das humanidades, um reconhecimento de fonte e de objeto de pesquisa, que pode abarcar uma miríade de temas, oferecendo dois exemplos no campo da educação, o trabalho com memoriais docentes de Abrahão (2011),

Passeggi (2008) e a possibilidade de pensar a educação do campo a partir de memórias de um agricultor de Thies e Peres (2009).

Logo, os elementos assinalados nesta seção sinalizaram para uma análise crítica dos materiais (auto) biográficos pelo historiador, como apontou Ferreira (2002). Além disto, o tópico sublinhou as possibilidades de interação entre as subjetividades e a produção de conhecimentos, frente aos fatores sociais que os compõem.

(Auto) biografias docentes: entre a história e a educação

A presente seção faz um breve arrazoado das perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa de abordagem (auto) biográfica nas ciências humanas e sociais, pensando um destaque para os campos da história e da educação. As pesquisas (auto) biográficas na educação conjugam, dentro da abordagem qualitativa, outras formas de narrar e de produzir conhecimentos, considerando a centralidade da reflexão das experiências, bem como os interesses e as questões postas nas narrativas.

Este tipo de pesquisa permite diferentes formas de produção dos dados, que necessitam de um olhar crítico de análise, tendo como elemento transversal, a consideração da subjetividade, como ponto de caracterização dos fenômenos e mobilizadora da produção de saberes (Genovesi, 2002). Assim, a abordagem (auto) biográfica está presente nas diferentes pesquisas das ciências humanas, tencionando os aspectos de vida, de formação e de trabalhos, nos distintos prismas temáticos, que marcam uma outra perspectiva de se produzir ciência, já que centrar as pesquisas nas histórias dos seres humanos, evidenciam um lastro epistemopolítico (Passeggi; Souza, 2017).

Nesta perspectiva de um outro olhar para a concepção e a realização das pesquisas, questiona-se os modelos já vigentes, apontando outros horizontes, esses preocupados com a possibilidade de aprender com a reflexão das experiências, entendendo que o conhecimento de si (Souza, 2006) reflete aspectos das estruturas da sociedade e do tempo. Assim, é na interseção entre os elementos singulares e coletivos, refletidos na experiência, que a perspectiva narrativa se centra, contrariando os estatutos da ciência moderna.

Souza e Meireles (2018) reconheceram, na Escola de Chicago, uma primeira inflexão no campo das ciências sociais, nas décadas de 1920 e 1930, no trabalho com narrativas (auto) biográficas de migrantes e de outros grupos historicamente marginalizados. A contribuição da Escola de Chicago sinalizou para uma reformulação

dos métodos e técnicas de pesquisas das ciências sociais, em diálogo com as transformações da sociedade da época e contrariando o estatuto científico vigente. Deste modo, fundou-se uma perspectiva compreensiva da sociologia, voltada aos estudos das experiências, com a contribuição da antropologia interacionista, marcando transformações nos modelos experimentais e na constituição de métodos próprios das humanidades.

Neste bojo, que no campo específico da história, se vislumbrou as contribuições da Escola dos *Annales* e da história nova, trazendo uma compreensão distinta dos positivistas. Deste modo, as contribuições da história oral também são observadas, contrariando o estatuto das fontes documentais mais utilizadas, levando para o centro das discussões os aspectos das memórias e singularidades do indivíduo. Para além disto, destaca-se a contribuição da história cultural, interessada nas representações e significações dos sujeitos no/do cotidiano, para além dos contributos de outros campos do conhecimento.

Assim, pensando o campo educacional em um recorte mais específico, pode-se pensar na emergência da pesquisa (auto) biográfica a partir do final dos anos 1970, no contexto europeu, se consolidando e firmando até a década de 1990 (Dominicé, 2010), sendo esta última data citada, a chegada desta perspectiva de investigação no Brasil, muito correlacionada com o desenvolvimento de grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação (Souza, 2006). Para além disto, a criação do Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biográfica (CIPA) em 2004 e posteriormente, em 2008, a criação da Associação Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica (BIOgraph), colaboraram com a consolidação da abordagem de pesquisa.

Deste modo, no campo educacional trabalhos como de Josso (2010; 2007) trataram das (auto) biografias como um projeto de pesquisa-formação dos sujeitos, enfocando os aspectos do desenvolvimento docente. Já Dominicé (2010), referenciou as narrativas a partir de um entendimento das biografias educativas, destacando as potencialidades de se pensar os elementos constitutivos das histórias de vida, reforçando uma ideia de formação contínua e forjada nas relações. Logo, para as pesquisas educacionais, a abordagem (auto) biográfica colabora para refletir sobre as trajetórias de vida, de trabalho e de formação dos sujeitos em interface com os contextos, outros agentes e as instituições, evidenciando a partir de fontes e formas variadas de produção dos dados, a mescla dos elementos subjetivos e coletivos.

O breve apanhado histórico refletiu como as diferentes modalidades de pesquisas e de áreas nas humanidades acompanharam e se apropriaram das narrativas ao longo do tempo, compartilhando da centralidade dos sujeitos e das experiências apropriadas e refletidas. Esta condição biográfica (Delory-Momberger, 2012b) coaduna os aspectos singulares dos sujeitos com as dimensões histórico-sociais que eles participam e produzem, já que partilham de uma temporalidade biográfica (Delory-Momberger, 2012a), que situa a experiência inserida no quadro social, delimitado pelo recorte e pelos interesses que conhece (Arfuch, 2010).

Nesta perspectiva, o processo de seleção e de significação das experiências, diante dos clivos interessados das memórias e das subjetividades, evidenciam os processos de aprendizagem e de reflexão, que marcam a possibilidade da construção do conhecimento a partir das narrativas, o que compreende o olhar epistemopolítico já citado, sem prescindir, portanto, da criação própria do autor de uma realidade. Logo, concorda-se com Goodson (2000) que as experiências e os elementos histórico-sociais compõem os indivíduos, que em suas narrativas, evidenciam uma perspectiva dialógica e dialética das linguagens e das representações nas interações com os sujeitos.

Portanto, a partir do levantado na seção, pode-se perceber que a perspectiva (auto) biográfica é comprometida com um outro olhar de produção do conhecimento, que centrada nos sujeitos e no processo de significação das experiências, colabora com a produção de saberes nas mais distintas áreas. Logo, subvertendo uma ordem da ciência moderna, a abordagem (auto) biográfica produz um conhecimento mais aproximado entre os sujeitos, os contextos e suas experiências.

Relatos (auto) biográficos da professora de história da educação básica

A presente seção trará excertos das narrativas da professora de história da educação básica, Luísa, e alguns apontamentos analíticos correspondentes ao objetivo do artigo, que é compreender e analisar as trajetórias de vida, de trabalho e de formação de uma professora de história da educação básica, a partir dos seus relatos (auto) biográficos. Para tanto, serão feitas as apresentações da docente, em termos de uma caracterização geral, e alguns breves apontamentos teórico-metodológicos da entrevista narrativa. Cumpre destacar também que os processos narrativos da professora já foram socializados em outros momentos, com diferentes abordagens, e que sua escolha encaminha para tanto

o cumprimento de exigências objetivas do trabalho quanto para o reconhecimento do potencial de suas narrativas.

A professora Luísa, à época da entrevista, em 2021, tinha 45 anos, sendo 22 deles de docência como concursada em um colégio de aplicação federal que oferece ensino médio. Mulher branca, solteira, sem filhos, cisgênero e heterossexual, Luísa possui graduação em história, especialização em ciências da religião, mestrado em história e doutorado em antropologia social, ambos realizados em instituições públicas de ensino superior. Advinda de uma família de classe trabalhadora, é a mais velha entre três irmãos e cumpriu seu processo de escolarização todo em escola pública, com exceção do curso pré-vestibular privado que realizou no período equivalente ao atual ensino médio. Tais dados de caracterização da docente são postos para colaborar com o entendimento do local de produção das narrativas (Certeau, 1982).

Quanto à entrevista narrativa, seguindo o entendimento de Jovchelovitch e Bauer (2002) é um modo de produção de dados para a pesquisa de abordagem (auto) biográfica, a partir de uma perspectiva sociolinguística, já que o sujeito narra sobre as suas experiências, memórias e sentidos atribuídos de forma livre, partindo apenas de um tema ou questão propulsora. Embora o pesquisador não assuma um formato de perguntas e respostas de modo estruturado, ele pode ao final ou após a transcrição, perguntar ao sujeito alguma dúvida que teve e se existe o interesse de acréscimos e supressões em suas narrativas. Além disto, a não intervenção direta, não significa em uma relação diretamente proporcional que não está ocorrendo uma troca entre os sujeitos, já que quem conta, o faz de uma perspectiva engajada e que quem ouve não o faz de forma passiva, sinalizando um duplo espaço heurístico entre os envolvidos (Delory-Momberger, 2012). Vale destacar que, em razão do contexto pandêmico, a entrevista foi feita por videoconferência, gravada e transcrita.

Realizadas as observações quanto à professora que narrou e as lentes teórico-metodológicas, parte-se para a apresentação das narrativas e de alguns apontamentos analíticos. A docente iniciou suas narrativas fazendo uma alusão ao texto de Bourdieu (1996), o qual o sociólogo francês fez uma crítica aos modelos das (auto) biografias poderem ser usadas para a construção do conhecimento científico. Assim, ela narrou: “Primeiro, assim... é difícil isso, esse relato biográfico. O Bourdieu tem um texto interessante sobre a ilusão biográfica, sobre como a gente se constrói narrativamente a partir do presente, daquilo que faz sentido ‘pra’ gente”.

Isto é posto, pois, para o autor, como as biografias são textos lineares e cronológicos, marcados pela subjetividade de quem narra, ele não serve aos pesquisadores das humanidades e sociais. Porém, como já destacado, a partir de uma análise crítica, é possível pensar os textos (auto) biográficos como fontes para os estudos, concordando com a proposição de Dias (1998), que sinalizou a relevância da hermenêutica do cotidiano nos estudos históricos.

Luísa continuou suas narrativas falando de sua família da classe trabalhadora, com os pais que possuíam a educação básica completa, destacando o trabalho do pai de mecânico de elevadores que possibilitou uma mudança de moradia para a família. Mas, o que toca as suas experiências de infância e a escolha pela docência, de uma forma antecipada, é a brincadeira de ser professora, que ela narrou que:

Nesse guarda-roupas, esse cantinho, esse quarto apertado muitas vezes foi a minha sala de aula. Depois, o meu pai construiu para mim um quadro, ele fez um quadro “pra” mim, de madeira. Pintou o quadro de preto e a minha sala de aula deixou de ser o quarto. Eu lembro que eu brincava de dar aula... O giz era o grampo de cabelo. E aí, depois que o meu pai fez isso, eu passei a dar aula na varanda. Depois, dei aula numa escada que tinha, que ia para o terraço... dava aula para as bonecas, brincava com todo mundo de dar aula. Dentro dessa ótica, dessa ilusão biográfica, uma coisa que teve sempre presente na minha trajetória pessoal e que se mistura também com a minha trajetória de formação de escolarização e a trajetória docente. (LUÍSA, apud DEROSI et al., 2021, p. 263).

O trecho é indicioso para pensar que, como destacou Valle (2006), que a escolha e a consolidação pela docência se dão em processo anterior ao ingresso no curso de graduação, muito influenciada pelas vivências e experiências ao longo da vida. E uma destas dimensões, amplamente presentes na literatura especializada, é o que Luísa narrou, da influência que um professor de história teve, no período do pré-vestibular, na escolha pela docência. As narrativas de Luísa apontaram para:

Assim, o que definiu na verdade... eu lembro que eu tive um professor no cursinho, no terceiro ano, eu tinha aula de história geral e aula de história do Brasil separadas. E eu gostei muito das aulas do professor de história do Brasil, e, nesse processo, o que eu me lembro é que eu fiquei muito encantada pelo jeito dele dar aula e alguma coisa nas aulas dele me fez lembrar dessa minha infância de dar aula para as bonecas, de dar aula para os alunos imaginários, de dar aula no guarda-roupas usando um grampo como se fosse giz e depois tendo o meu próprio quadro com giz mesmo, com pó de giz - esse quadro que eu falei que o meu pai fez. E aí, eu lembro que, na época, quando eu decidi... Lembro de um dia que eu estava caminhando, voltando para a

casa com uma colega e esse professor também estava voltando a pé, era um caminho parecido e a gente encontrou em um determinado ponto e aí eu fui conversando sobre o curso de História e tal, e eu sei que eu acabei decidindo fazer História. (LUÍSA, apud DEROSI et al., 2021, p. 263-264).

Outro aspecto que Luísa citou, correlacionando os diversos tempos e os demais elementos políticos e sociais do período, foi o seguinte:

Foi uma época que eu estava muito empolgada porque em 1992 teve o Fora Collor e aí, eu lembro...Teve uma manifestação, o pessoal parou embaixo do cursinho e começou a chamar para descer e a gente desceu... aquela manifestação de cara pintada. Então, tem uma foto com bandeira do Brasil pintada no rosto. Até pouco tempo eu peguei essa foto e falei: “Meu Deus, isso hoje iria parecer bolsonarista”. Teve um movimento na época que foi bem significativo, eu acho que nos mobilizou muito, nós que entramos no curso de História. (Luísa, apud Derossi et al., 2021, p. 264).

Esta narrativa, sinaliza novamente que, a partir de um recorte subjetivo e da memória do sujeito, pode possibilitar a reflexão de processos sociais, ao longo dos diferentes tempos. Este entendimento, também reforça uma contribuição de Miglievich-Ribeiro (2015) a partir da teoria de Simmel (2006), ao apontar que os círculos sociais que os sujeitos participam e produzem, contribuem para uma individualização do sujeito, marcando que as singularidades são forjadas nas dinâmicas coletivas.

Simmel (2006) também ofereceu um destaque, quando retratou que as sociabilidades narradas e praticadas pelos sujeitos são uma interação não natural, portanto, com intenção e com desejos, inseridos em um contexto histórico-social. Por isto, é interessante entender as interfaces das subjetividades como possibilidade de construção da pesquisa em história e em educação.

A professora ainda destacou que sua escolha representou, em um primeiro momento, um ponto de resistência familiar, observada a histórica desvalorização social da docência e como na época o sistema de ingresso universitário tinha particularidades mais restritas, que não desanimaram a sua escolha, já que o vestibular era feito de forma específica para um curso. Luísa novamente fez um paralelo entre a sua vida e a escolha pelo curso de história e pelos outros trajetos formativos, sinalizando a importância da imbricação do sujeito na construção dos objetos de pesquisa, evidenciando as experiências e as suas significações na abordagem (auto) biográfica. Deste modo, ela narrou que:

A minha família é católica, né, então eu já tinha vários questionamentos que eu fazia à Igreja antes de entrar no curso. Quando eu comecei a estudar e a ver o percurso histórico da Igreja Católica e a estudar A Inquisição, eu comecei a me revoltar com aquilo e aí foi interessante... Toda vez que eu falo, se torna mais claro que, não por acaso, eu fui estudar no mestrado e no doutorado a devoção a uma santa católica que, também hoje, eu faço essa associação... na verdade, no mestrado, o que me levou a pesquisar isso tem a ver com essa trajetória das mulheres da minha família, que eram mulheres católicas que aceitavam um monte de coisa em nome de Deus, em nome da religião e da família, né?! Isso, em um curso de História, isso para mim foi uma questão muito forte. Então, aquilo que me incomodava em termos de uma formação religiosa (tinha sido catequista, inclusive, quando eu tinha uns 13 anos, 14 anos) e eu comecei a transformar isso em objetos de estudo, desde já o curso de História porque eu comecei a estudar as irmandades em Juiz de Fora no século XIX, comecei a me interessar, fiz uma matéria de psicologia e religião [...] O projeto que eu tinha que estudar a Igreja Santa Rita virou um projeto que eu tinha que estudar a santa, a história da santa e não da igreja. Quando eu comecei a estudar a história da santa tinha uma questão de gênero muito forte que aí eu identifiquei muito com a trajetória das mulheres da minha família - e a minha dissertação até dedico para as minhas tias e a minha avó, e para a minha mãe. Eu via que tinha uma questão de gênero, uma proposição de um lugar na religião católica para a mulher como o lugar do cuidado, da aceitação, da resignação e tal. (Luísa, apud Derossi et al., 2021, p. 263-264).

Após os destaques acerca dos aspectos mais enfocados nas trajetórias de vida da professora Luísa, imiscuído com outros elementos, parte-se para as dimensões da formação e do trabalho, não excetuando questões da vida da professora. A docente em sua narrativa fez questão de sublinhar o processo do concurso que fez para a instituição de aplicação que dá aula, uma vez que, ela era recém-saída da universidade, com pouca experiência profissional. Assim, ela relatou que:

Então, quer dizer, eu comecei o meu processo de professora, a minha trajetória docente com muito pouca experiência, experiência que eu tinha do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e eu lembro também que eu tinha substituído uma professora - até dividido com esse amigo que eu falei que fez o cursinho comigo, a gente conseguiu um estágio. Não era um estágio, eu ia substituir uma professora que tinha adoecido, ia dar aula para a 5ª ou 6ª série, eu tinha cinco aulas por semana e eu dividi com ele. Ele pegou duas turmas, eu peguei três, era uma coisa assim. Mas foi durante dois meses, foi muito pouco. Então, o meu processo... é claro que a gente está sempre... até lembra um pouco da coisa do Edward Thompson quando ele fala da classe operária, que ela vai se constituindo. Quer dizer, eu já estou aí com 22 anos de escola, de sala de aula, e uma trajetória que eu fui construindo, de me tornar docente no dia a dia, na prática. Então, acho que essas práticas pedagógicas também foram e ainda são um aprendizado constante. (Luísa, apud Derossi et al., 2021, p. 268-269).

Outra questão muito marcada pela professora foi com relação aos seus processos de ingresso na pós-graduação. Para além das particularidades correlacionadas ao trabalho, Luísa sinalizou como os processos de formação continuada foram significativos para a reflexão e reorientação das práticas pedagógicas. Deste modo, ela narrou que:

Eu comecei a falar isso tudo porque, na verdade, quando eu comecei a falar disso, eu estava falando das minhas práticas pedagógicas porque a passagem pelo mestrado e doutorado, elas tiveram uma importância muito grande para a minha experiência docente. Quando eu voltei do mestrado, eu incorporei muita leitura sobre o que era cultura, sobre principalmente a história das mulheres e de gênero. Então, eu comecei a dar aula trazendo mais essas questões. E aí, eu comecei a usar um texto que eu uso todo ano sobre as representações das mulheres na Idade Média, e é um texto que fala da Idade Média, da História Antiga, de como as mulheres eram concebidas a partir do exemplo de Eva e de Maria, Maria Madalena... E como isso tem a ver, as meninas – principalmente as meninas - conseguem fazer várias relações com o que era representação e qual era o estereótipo feminino na Idade Média e esse lugar da mulher pecadora com o lugar virginal que ela deveria ser que é o lugar de Maria. As questões que eu tive nesses cursos do mestrado e do doutorado, elas influenciaram demais na minha prática pedagógica. Então, quando eu voltei do doutorado, eu comecei a usar funk em sala de aula, tem um funk que os alunos acham muito... eles estranham. Até os estagiários gostam, mas estranham em um primeiro momento que é o da Mc Carol, "Não foi Cabral" [...] Eu uso esse funk para a gente discutir história do Brasil; se é conquista, se é descoberta, o que que é. Também, para pensar o próprio lugar do funk que é associado... a Mc Carol como uma mulher que mora na periferia, que é negra, que é gorda, então, o lugar periférico da mulher no funk, o lugar periférico do funk na história. Então, essas práticas foram muito repensadas a partir também do doutorado, que é onde eu li muita coisa sobre cultura, discussão conceitual de cultura, enfim, muitas questões sociológicas. Então, assim, se o curso de História me abriu uma perspectiva de visão de mundo, o doutorado na Antropologia foi uma coisa indescritível "pra" isso. E aí, durante o doutorado, eu consegui uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e uma bolsa sanduíche. Então, eu fiquei 10 meses estudando na França. Fiz cursos dentro da Antropologia e fiquei 10 meses em Paris. Isso para mim foi uma coisa muito marcante porque as minhas aulas de história medieval, eu tive outra compreensão de história medieval, sabe?! Quando comecei a ver o que era Paris, a formação de Paris, a Catedral de Notre Dame, fui aos museus parisienses... quando podia ir para Versalhes. Nossa, isso aqui, o que a gente estuda de antigo regime, sabe? As coisas ganhavam outro sentido. Eu também comecei a incorporar alguns elementos dessa minha experiência de ter morado lá e até dessa monumentalidade da história. Comecei a entender... "Nossa, por que a nova história surgiu? Esse aqui era o lugar para a nova história surgir mesmo?" (Luísa, apud Derossi et al., 2021, p. 272).

Luísa narrou ainda que, em função da sua inserção profissional, pode desenvolver distintas atividades de pesquisa, de ensino e de extensão e destacou ainda que, sobre a

temática da supervisão do estágio obrigatório, ser a temática original da produção da pesquisa, tem se aproveitado do espaço como um meio de potencializar as dinâmicas formativas. Assim, a professora relatou que:

Eu tenho participado de bancas, eu dei disciplina na Sociologia sobre Antropologia e Sociologia da religião; depois a gente teve um... também tem isso, né, a gente tem uma outra inserção lá no colégio de aplicação no Programa de Pós-Graduação que a gente pode participar de banca. Ano passado, orientei um TCC sobre congado; ano retrasado, orientei também um TCC na Antropologia. Então, assim, tem essa coisa de a gente estar no colégio de aplicação e poder estar em programas também; a gente continua desenvolvendo pesquisas e pesquisas de iniciação científica com os nossos alunos e os estágios. Nisso, eu estava falando do estágio supervisionado porque a partir da inserção da disciplina de História da África, a gente tem tentado fazer essa parceria entre estágio (estágio como um canal de interlocução com os professores de História) e, principalmente, o que eu tenho falado do estágio como um espaço de formação continuada para os professores que já somos na sala de aula em exercício. Então, a minha formação, também na minha trajetória docente, é aquilo que eu falei lá no início quando eu fiz referência ao Thompson, de ser uma formação que... à docência está sendo sempre construída e reconstruída, então não dá para eu falar: "Ah, eu me formei assim: professora." Não, eu me licenci; mas, assim, a formação como professora é no cotidiano, ela é no dia a dia. A gente aprendendo na sala de aula. Eu falo nesse artigo que a gente vai lançar agora, vai sair no livro até sobre a implementação da obrigatoriedade do ensino de História da África e da educação para relações étnico-raciais e de história e cultura africanas e afro-brasileiras. Esse processo do estágio, ele foi um processo de troca, e aí, eu falo isso... que os alunos entram para aprender, mas nós, professores, também aprendemos com eles. É um momento de troca; o estágio, a supervisão como um momento muito importante de renovação, de construção de coisas diferentes, de questões diferentes. Então, nessa relação entre aluno do ensino médio, aluno do ensino superior e eu. Então, assim, tenho tido boas experiências com os estágios supervisionados. Espero que essas pessoas que eu supervisiono também tenham tido, estejam tendo, né?! Mas é um pouco isso, é um lugar muito diferenciado, né?! Eu acho que por essas questões do que a gente pode fazer, do que que a gente... da infraestrutura que a gente tem. (Luísa, apud Derossi et al., 2021, p. 275).

Como as narrativas foram produzidas em contexto pandêmico, Luísa não deixou de relacionar os impactos pessoais e profissionais da pandemia na vida e no trabalho. Embora não seja o interesse temático do artigo, cumpre ressaltar que ela narrou que:

Antes eu almoçava fora; minha faxineira vai uma vez na semana à minha casa, então (...) agora, não. Tinha que fazer o trabalho da faxineira: a comida; gastar tempo com a limpeza de alimentos e continuar o trabalho, um trabalho à distância que um dos principais desafios também e eu acho que isso tem a ver até com o problema que eu te falei que eu tive lá quando eu voltei do doutorado, é que as minhas

aulas são muito dialógicas. Eu não sei chegar em sala de aula e fazer uma aula expositiva, sabe? De 50 minutos que o aluno fica só olhando e eu parada. Eu sempre incentivo os alunos a falarem. Inclusive, eu uso muito material... Às vezes eu coloco os alunos em dupla, um lê uma parte, um lê um texto. Até lembro que tem dois textos que eu usava sobre Peste Negra que eu colocava: Um lia um, o outro lia outro; e aí, um tinha que contar para o outro o que ele leu. Então, assim, às vezes eu mando o da frente virar para o de trás e fazer um exercício juntos. Eu sempre gostei de ouvir os alunos nas aulas porque eu acho que o papel da história, dentro dessa perspectiva de criar; ajudar a formar uma consciência histórica; um pensamento histórico, é "botar" os alunos para refletirem, né?! E isso, eu acho que só pode ser feito com essas aulas mais dialogadas mesmo e menos expositivas. (Luísa, apud Derossi et al., 2021, p. 276).

Então, para além de apontamentos acerca das práticas pedagógicas e das indicações de mudanças que foram necessárias em razão das medidas de contenção do vírus, existe uma clivagem de gênero que, apesar de não figurar no recorte temático do trabalho, deve ser sublinhada. Na minha experiência de pesquisa, citada brevemente na primeira seção do texto, apenas as duas professoras correlacionaram os elementos do trabalho doméstico e com os filhos, diferente dos professores homens ouvidos. Isto ofereceu uma sinalização interessante para o que Rago (2013) demarcou: as escritas de si são clivadas por fatores outros, além de defender que o olhar da mulher expande a compreensão social do mundo.

Logo, as narrativas e análises apresentadas corroboram com a proposição do objetivo do texto, que foi de compreender e analisar as trajetórias de vida, de trabalho e de formação de uma professora de história da educação básica, a partir dos seus relatos (auto) biográficos. Vale destacar que a seção propôs um olhar interpretativo das narrativas da docente a partir do recorte temático do artigo, cabendo outras análises, dentro do mesmo escopo e interpretações distintas, caso se proponha mudanças de objetivos e de temáticas. Cumpre ainda sublinhar que a composição textual apresentada no relato da professora já indica uma meta narrativa, no sentido da proposição de diálogo e de interpretação do pesquisador, bem como de uma possibilidade de pesquisa histórica já relacionada com o que fora discutido no referencial teórico.

Para tanto, defendeu-se que as narrativas autorreferenciais de produção do eu (Gomes, 2004) são forjadas e revelam elementos coletivos, sociais e históricos que servem aos estudos históricos e sociais. Destarte, corrobora-se também com Spivak (2010), em um sentido de ouvir o subalterno, tanto pelas suas narrativas, por ser

professora e ser mulher, com a finalidade de trazer outros olhares para a escrita da história e da educação.

Considerações finais

O artigo sinalizou, trazendo uma perspectiva crítica, a relevância de pensar e ouvir as histórias dos sujeitos, que é uma ação que percorre a produção do trabalho dos professores e dos historiadores. Para a história, os indícios do passado e as reelaborações da memória, com elementos ficcionais e da realidade, evidenciam aspectos do tempo, das sociedades e da subjetividade. Como apontou Ginzburg (2007), as (auto) biografias podem ofertar uma possibilidade de profunda reflexão histórica, cabendo, como em toda fonte, um trabalho minucioso e crítico, estabelecendo outros arranjos em prol da construção do conhecimento.

Nesta perspectiva, assume-se não a dissolução das fronteiras e das particularidades entre a história e a literatura, mas sim, uma relação que permita as comunicações entre as áreas e que se assume, na construção do conhecimento, a subjetividade como dimensão que cliva o trabalho de quem produz e de quem narra uma (auto) biografia. Assim, reconhecem-se os arranjos propostos pelo ser humano acerca de suas experiências no mundo que o compõe e composto por ele, sendo tal movimento, de reflexão e de percepção das rupturas e continuidades, que Ginzburg (2007) acreditou ser o responsável pela formação de saberes.

Deste modo, é interessante perceber nas narrativas (auto) biográficas as dimensões dos elementos histórico e sociais, clivados pelas interpretações dos interesses dos sujeitos. Esta percepção dialoga com a proposição de Bloch (2001) que entendera a necessidade de o historiador dialogar com outras disciplinas das humanidades, para entender as relações entre o tempo, o espaço e as relações humanas. Logo, o artigo além de acompanhar esta noção, propondo uma aproximação da história e das (auto) biografias com a área educacional, mobiliza a escrita tencionando aspectos temporais, históricos, da memória e da formação subjetiva, para pensar nas interseções entre a escrita de si e a escrita da história.

Hobsbawm (1998) marcou que o passado é clivado por lembranças e memórias que puderam ser refletidas em razão dos interesses e da salvaguarda de fontes que, entre elas, figuram as (auto) biografias que oferecem sinais e indícios acerca do passado. Na mesma direção, Lejeune (2008) compreendeu as (auto) biografias como

espaços da salvaguarda intencionada de sensações e de perspectivas de um sujeito sobre o mundo, permitindo refletir sobre o tempo, em uma inflexão que, preso no momento que se escreveu, pode-se fluir entre as outras dimensões temporais vividas e projetadas. Portanto, isto é ratificado por Gagnebim (2002), no sentido de que os vestígios que permeiam as (auto) biografias marcam o par presença/ausência dos sujeitos no tempo, permitindo pensar sobre os significados que eles atribuem aos movimentos que participam e produzem.

Deste modo, seguiu-se a orientação de Ricoeur (1976) de compreender uma análise das narrativas de modo a buscar o entendimento das escolhas e das significações atribuídas pelos sujeitos, reconhecendo as potencialidades das subjetividades das experiências para a construção do conhecimento. É uma dinâmica de interpretação que, para Ricoeur (1976), permite o reconhecimento público de uma esfera experiencial privada, o que Souza (2006) destacou como conhecimento de si. Neste processo de constituição de ser social singular (Delory-Momberger, 2014), o sujeito se imbrica em uma lógica de subjetivação das experiências e do mundo que faz parte e que constrói, evidenciando também, a lógica coletivo-colaborativa dos demais sujeitos, instituições e elementos de socialização e de formação envolvidos nas trajetórias.

Nesta direção, as narrativas da professora encaminharam para as potencialidades heurística e hermenêutica de reflexão sobre a formação e o ensino de história, a partir de um olhar subjetivo inserido nas relações macrossociais. Os relatos da docente, que podem servir para interpretações variadas, dentro do mesmo recorte, bem como, na proposição de outras análises, de outras investigações, assinalaram para três apontamentos interessantes.

Primeiro, que ele representa uma forma de pensar o texto (auto) biográfico como fonte para a pesquisa histórica, como fora amplamente debatido. Segundo, ele oferece uma possibilidade de pensar a interdisciplinaridade nos estudos entre história e educação, como também, refletir uma forma de produzir conhecimentos no campo do ensino de história. Terceiro, as narrativas sinalizaram para o seu potencial de investigação, nas diversas frentes e objetivos, bem como, na sua capacidade formativa, já que, durante a narração, o sujeito reflete, aprende e repensa sobre suas trajetórias.

Logo, o artigo teve como objetivo compreender e analisar as trajetórias de vida, de trabalho e de formação de uma professora de história da educação básica, a partir dos seus relatos (auto) biográficos. Para tanto, mobilizou a partir da literatura especializada

dos campos da história e da educação, os apontamentos teórico-metodológicos necessários para as análises, bem como, o relato transcrito de uma professora realizado na perspectiva da entrevista narrativa. O recorte com a narrativa docente além de privilegiar um constructo produzido em uma investigação, se justificou pela aproximação proposta entre as áreas de educação e de história.

Destarte, a narração e a posterior transcrição da entrevista permitiram pensar, em um prisma metalinguístico, as interações entre os sujeitos envolvidos nos processos. Ao fim, para além disto, as trajetórias reelaboradas socializadas, possibilitaram pensar as dimensões da vida, do trabalho e da formação, sem prescindir, de demais elementos históricos, temporais, sociais, políticos e econômicos próprios da coexistência do sujeito.

Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, M.H.M.B. Memoriais de formação: a (re) significação das imagens lembranças/recordações-referências para a pedagoga em formação. *Educação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 165-172, maio/ago. 2011.

ALBERCA, M. *La escritura invisible: testimonios sobre el diario íntimo*. España: Sendoa, 2000.

ALBERTO, D. P. S. *Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres: Gênero, Ciência e Turismo na Amazônia do século XX*. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 264f, 2022.

ANDRADE, F. J. *O diário íntimo e escrita de si como mulher (Castanhal, 1992-1996)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 124f, 2016.

ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar/2001.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-192.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CERTEAU, M. de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, R. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.13, v.7, p.97-113, 1994.

COSTA JÚNIOR, J. dos S. Herzer, a autobiografia de um dissidente nas tramas do “sexo rei”: quando gênero-sexualidade-geração inventam destinos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 38, e0107, mar. 2023

CUNHA, M. T. Diários pessoais: territórios abertos para a História. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Org.). *O historiador e suas fontes*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2001. p. 251-280.

DAMIÃO, C. M. *Sobre o declínio da sinceridade: filosofia e autobiografia de Jean-Jacques Rousseau a Walter Benjamin*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DELORY-MOMBERGER, C. *As histórias de vida: da invenção de si ao projeto de formação*. Tradução Albino Pozzer. Natal, EDUFRN; Porto Alegre EDIPUCRS; Brasília, EDUNEB, 2014.

DELORY-MOMBERGER, C. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. Tradução de Anne-Marie Milon Oliveira. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, p. 523- 536, set./dez. 2012a.

DELORY-MOMBERGER, C. *A condição biográfica: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada*. Tradução de Carlos Eduardo G. Braga, Maria da Conceição Passeggi e Nelson Patriota. Natal: EDUFRRN, 2012b.

DEROSSI, C. C. *Desenvolvimento profissional e aprendizagem da docência na supervisão do estágio curricular em História: narrativas de professores da Educação Básica*. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. Dissertação (Mestrado em Educação), 404 f, 2021.

DIAS, M. O. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Proj. História*, São Paulo, v. 17, p. 223-258, nov. 1998.

DOMINICÉ, P. A biografia educativa: instrumento de investigação para a educação de adultos. In: NÓVOA, A; FINGER, M. *O método (auto) biográfico e a Formação*. Natal, EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

DUBAR, C. Para uma teoria sociológica da identidade. In: DUBAR, C. *A socialização*. Porto: Porto Editora, 1997. p. 163-172.

DUQUE-ESTRADA, E. M. *Devires autobiográficos: a atualidade da escrita de si*. Rio de Janeiro: NAU: Editora PUC-Rio, 2009.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Vol 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Vegas, Passagens, 1992. p. 129-162.

GAGNEBIN, J. M. O rastro e a cicatriz: metáfora da memória. *Pro-Posições* - vol. 13, N. 3 (39) - set./dez. 2002.

GENOVESI, G. La escuela como narratividad. In: BENITO, Agustini E.; DÍAZ, José M. H. (Comp) *La memória y el deseo: cultura de la escuela y educación deseada*. Valencia: Tirant, 2002. p. 245/263.

GINZBURG, C. *A micro história e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1989.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GOODSON, I. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A. (Org). *Vidas de professores*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2000. p. 63-78.

GOMES, Â. de C. (Org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HENRIQUE, M. C. *Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

HOBBSAWN, E. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOSSO, M.-C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. *Revista Educação*, ano XXX, p. 413-438, 2007.

JOSSO, M.-C. *Experiência e vida e formação*. 2º Ed. revista e ampliada. Natal, EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa Contexto, Imagem e Som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 90-113,

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. p. 461-475.

LEJEUNE, P. Diários de garotas francesas no século XIX: constituição e transgressão de um gênero literário. *Cadernos Pagu*, v.8, n. 9, p. 99-114, 1997.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Organização e tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. *Heloisa Alberto Torres e Marina de Vasconcelos – pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

NÓVOA, A.; FINGER, M. *O método (auto) biográfico e a formação*. São Paulo e Natal: Paulus e EdUFRN, 2010.

PASSEGGI, M. da C. Memoriais: injunção institucional e sedução autobiográfica. In: PASSEGGI, M. da C.; SOUZA, E. C. de (Org.). *(Auto) biografia: formação, territórios e saberes*. Natal: Editora da UFRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 103-131.

PASSEGGI, M. da C.; SOUZA, E. C. de. O movimento (auto) biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. *Revista Investigación Cualitativa*, v. 2, n. 1, p. 6-26, 2017.

RAGO, M. *A aventura de contar-se – feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

REIS, J. C. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICOEUR, P. *Teoria da interpretação*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976.

SANTOS, A. C. de S. *O senador militar – poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 530f, 2020.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SOUZA, E. C. de. *O conhecimento de si: estágio e narrativa de formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador: UNEB, 2006.

SOUZA, E. C. de; MEIRELES, M. M. de. Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar-narrar em educação. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 15, n. 39, p. 282-303, 2018.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THIES, V. G.; PERES, E. Quando a escrita ressignifica a vida: diários de um agricultor – uma prática de escrita masculina. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, p. 216-231, 2009.

VALLE, I. R. Carreira do magistério: uma escolha profissional ou deliberada? *Revista Brasileira de estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 87, n. 176-187, maio/ago, 2006.

WHITE, H. Teoria literária e a escrita da história. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 7, n. 13, 1991.

FRANCISCO FERNANDES PALHA JÚNIOR, O “DELEGADO CHICO PALHA” (1891-1964): A CONSTRUÇÃO DO HERÓI PELAS MANCHETES CARIOCAS.

FRANCISCO FERNANDES PALHA JÚNIOR, “DELEGATE CHICO PALHA” (1891-1964): THE CONSTRUCTION OF THE MYTH THROUGH RIO DE JANEIRO HEADLINES.

107

Gabriel Braz de Oliveira¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo associar o cotidiano de trabalho da Polícia Civil do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, à cobertura dos eventos feita pelos principais periódicos impressos na cidade na primeira metade do século XX. Para tanto, acompanha a trajetória profissional noticiada do guarda civil e investigador de polícia Francisco Fernandes Palha Júnior, vulgo Chico Palha. O caráter majoritariamente apologético de tais manchetes aponta para um projeto de valorização da imagem pública do policial, marcada pela sua personalidade atrabiliária e por seus métodos investigativos violentos. Fundamentada na *Teoria do Agendamento*, compreende-se que a imprensa tenha sido copartícipe no processo de construção do mito do herói. Mesmo após 60 anos da morte do ex-policial, o nome e as lembranças das suas ações permanecem vivos na memória em decorrência do sucesso alcançado pelo samba na virada do século, composto por dois de seus antigos detratores.

Palavras-chave: história da Polícia Civil do Rio de Janeiro; noticiário policial; a polícia no samba; Agendamento; Chico Palha.

¹ Professor de Ensino Fundamental (PEF História) na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Mestre em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Especialista em Metodologia do Ensino de História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Bacharel e Licenciado pelo Instituto de História da UFRJ (IH/UFRJ). Foi bolsista da CAPES de 2020 até 2022 e bolsista PIBIC/CNPq de 2015 a 2020. Esteve vinculado ao Programa de Estudos Medievais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEM/UFRJ). Durante o Mestrado, investigou a produção imagética da Ordem dos Frades Menores durante meados do século XIII. O atual interesse de pesquisa é a relação entre a Polícia Civil do Rio de Janeiro e a grande imprensa carioca em diferentes períodos do século XX: na Primeira República, Era Vargas, Redemocratização (1945-1964) e Ditadura Militar.

Abstract

This article aims to associate the daily work of the Civil Police of Rio de Janeiro, city that was then the Federal District, with the coverage of events made by the main newspapers printed in the city in the first half of the 20th century. To this end, it follows the professional career of the civil guard and police investigator Francisco Fernandes Palha Júnior, aka Chico Palha. The largely apologetic nature of such headlines points to a project to enhance the public image of the police officer, marked by his melancholic personality and his violent investigative methods. Based on the Theory of Agenda Setting, it is understandable that the press was a co-participant in the process of constructing the hero myth. Even 60 years after the death of the former police officer, his name and memories of his actions remain alive in people's minds due to the success achieved by the samba at the turn of the century, composed by two of his former detractors.

Keywords: history of the Civil Police of Rio de Janeiro; police news; the police in samba; Agenda Setting; Chico Palha.

Introdução

Francisco Fernandes Palha Júnior (1891-1964), mais conhecido nos meios policiais e pelas ruas suburbanas cariocas pela alcunha de "Chico Palha", filho do comerciante homônimo português Francisco Fernandes Palha e da carioca Clara de Oliveira Palha, foi um midiático policial civil da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, nas décadas de 1920 a 1940. Presença marcante no noticiário impresso da época, as citações diretas ao seu nome nos periódicos se aproximam de 900. Conhecido principalmente no subúrbio carioca (especialmente Madureira e Méier), conquistou fama e notoriedade, dentro e fora da polícia. Já próximo do fim da sua carreira, foi acusado de comandar um esquema de recebimento de propina para facilitar o jogo do bicho dentro de sua jurisdição. Julgado e condenado, foi preso e expulso da corporação, caindo no anonimato após cumprir a sentença determinada.

Diante dessa intrigante trajetória, algumas questões impulsionaram as reflexões da investigação: Por que o cotidiano profissional desse antigo policial civil do Rio de Janeiro foi amplamente coberto pela imprensa impressa carioca da primeira metade do século passado? Qual é o papel desempenhado pelos periódicos no antigo Distrito Federal

a respeito da segurança pública e do modelo ideal de polícia? A pesquisa tem por objetivo demonstrar os fatores que perpassam e configuram a relação entre a Polícia Civil do Rio de Janeiro e a imprensa escrita em três décadas do século XX, acompanhando a trajetória profissional de um antigo membro de destaque dentro do corpo policial.

O artigo está estruturado em quatro partes: na primeira, apresento as circunstâncias para a delimitação do objeto da pesquisa. Na sequência, apresento a trajetória profissional, seus primeiros passos como agente público de segurança e seu ingresso por concurso público para a Polícia Civil do então Distrito Federal. Encerrando o artigo, o foco da investigação passa a ser a principal fonte de informações sobre a atuação do policial: a repercussão dos casos policiais nos periódicos cariocas. Foram organizadas cronologicamente e classificadas as notícias veiculadas pela imprensa impressa carioca desde o primeiro ano como agente de segurança até a última notícia repercutindo o julgamento que resultou na sua demissão em 1943. Foi privilegiada uma abordagem quantitativa da documentação, devido ao número elevado de registros e evitando extrapolar o caráter introdutório proposto para o artigo. A seção final, por sua vez, agrega as primeiras conclusões oriundas de um olhar qualitativo, sustentado em fundamentos teóricos e metodológicos desdobrados ao longo da discussão.

É fundamental salientar que a pesquisa não tem por objetivo promover um ataque à memória desse policial já falecido. Muito menos procura despertar algo parecido com um revanchismo. Embora se parta da constatação de que o servidor público violou Direitos Humanos no exercício do trabalho, trata-se de uma investigação cujo foco principal de análise é a relação entre imprensa e polícia em meados do século passado na cidade do Rio de Janeiro. O viés crítico do texto recai principalmente sobre o nível institucional. Discute-se como as ações desse agente foram legitimadas pelo Estado ao conseguir promoções em sua carreira na Polícia Civil, ainda que o uso rotineiro da violência fosse uma característica conhecida dos seus métodos. Exaltação replicada paralelamente nas manchetes policiais dos diários de maior circulação na cidade.

O samba e o acaso como pontapés da pesquisa

As circunstâncias para o início da pesquisa se deram de uma maneira completamente fortuita. No ano de 2020, quando cursava o primeiro ano do Mestrado, realizei uma disciplina intitulada “Intolerância Religiosa no Brasil” ministrada pelo Professor Doutor Babalawô Ivanir dos Santos. Como última leitura da ementa curricular,

foi sugerida pelo docente a leitura do capítulo final da sua própria Tese de Doutorado, justamente por abordar em seu cerne a temática da intolerância. Ao discutir a construção histórica dos subúrbios e do centro da cidade como espaços condicionados para a manifestação das práticas religiosas de matrizes africanas, Santos constrói à seguinte passagem:

[...] como podemos observar por meio da publicação do jornal Diário da Noite que, em 3 de dezembro de 1930 (ano 2, n. 360, 1. ed., p. 5), denunciou e condicionou o subúrbio a “paraísos das macumbas” (DIÁRIO DA NOITE, ano 2, n. 360, 1. ed., p. 5, 1930). Segundo o referido jornal, nos arredores da estação ferroviária de Bento Ribeiro, estava em curso o desenvolvimento de jogos e de macumba, devido ao abandono e ao descaso dos policiais do 23º Distrito Policial. A denúncia, que ganhou meia página do referido jornal, ecoou nas esferas públicas e, três dias após a veiculação da matéria, o delegado Carlos Toledo e o investigador Francisco Palha assumiram a administração da região e iniciaram um processo de “saneamento”, que configurou as primeiras décadas do século 20 e que ressoou, principalmente, nos morros e cortiços da cidade do Rio de Janeiro (Santos, 2019, p. 231).

A curiosidade em saber mais a respeito da citada política de saneamento, aliada a uma certa suspeita sobre a intrigante figura do investigador Francisco Palha, levou-me a investigar os registros dos personagens. Saltou-me aos olhos o nome do investigador. Como não poderia deixar de ser, imediatamente me veio a dúvida se o policial envolvido no episódio era o mesmo presente na letra do samba “*Delegado Chico Palha*”, de autoria de Nílton Campolino e Tio Hélio, tradicionalmente datado no ano de 1938. (Santos, 2022; Nascimento, 2019; Dantas, 2018; Fonseca, 2018; Moraes, 2017).

Delegado Chico Palha
Sem alma, sem coração
Não quer samba nem curimba
Na sua jurisdição

Ele não prendia
Só batia

Era um homem muito forte
Com um gênio violento
Acabava a festa a pau
Ainda quebrava os instrumentos

Ele não prendia
Só batia

Os malandros da Portela
Da Serrinha e da Congonha
Pra ele eram vagabundos
E as mulheres sem-vergonhas

Ele não prendia
Só batia

A curimba ganhou terreiro
O samba ganhou escola
Ele expulso da polícia
Vivia pedindo esmola
(Campolino e Santos, 2000).

O samba foi gravado pela primeira vez por Zeca Pagodinho em 2000, mas a história pregressa da música remonta a mais de meio século antes. Em um Rio de Janeiro da década de 40, período mais provável para a composição do samba citando Chico Palha, artistas e gravadoras, situadas nas regiões centrais da cidade, não manifestaram interesse em gravar um samba composto por dois trabalhadores pretos e pobres da Serrinha sobre um policial muito conhecido pela sua atuação nos subúrbios. Esse anonimato se estendeu a outras composições da parceria Nilton Campolino e Tio Hélio que não dependiam de música para retirarem o seu sustento.

As informações mais confiáveis a respeito das circunstâncias para elaboração do samba partem da família do policial Francisco Palha. Localizada pelas redes sociais, a família não só confirmou seus laços com o antigo policial, como reforçou e trouxe episódios de violação de Direitos Humanos excluídos das manchetes policiais ao compartilharem um texto não publicado de autoria própria. Escrito por dois netos de Chico Palha, o artigo mescla episódios presentes em manchetes de jornal, elementos ficcionais e memórias extraídas de conversas com o próprio policial e demais familiares.

Organizada cronologicamente, a narrativa é iniciada em Portugal, onde resgatam a ascendência lusitana da família Palha ao contarem a trajetória do patriarca, o português Francisco Palha. Em um segundo momento, destacam como as dificuldades econômicas e a perspectiva de uma vida melhor atraem o jovem português para o Rio de Janeiro. Em um terceiro momento, contam sobre a chegada, adaptação à nova cidade, o trabalho, o casamento e a constituição de sua família numerosa. Do meio para o fim, o protagonista da trama muda e passa a ser o seu primogênito homônimo, Francisco Fernandes Palha Júnior, o alvo dessa pesquisa. São narradas algumas passagens da vida pessoal, mas sobretudo profissional de Palha Júnior na Polícia Civil do Distrito Federal. A maior contribuição do testemunho familiar corresponde ao período em que a imprensa carioca já não tinha mais interesse pela figura (Palha e Palha, 2020).

Após ser solto da condenação a um ano de prisão, o policial foi morar com a sua amante na rua Sidônio Paes, em Cascadura, e para sobreviver passou a fabricar balas de coco carameladas e vendê-las na ponte da linha do trem. Passando pelo período mais turbulento da sua vida, incluindo tentativas de suicídio, abandonou o negócio das balas de coco e passou a servir pensão em casa. Foi nessa ocasião, que uma dupla de compositores, do Morro da Serrinha, escreveu um samba contando da sua fama. É feita a ressalva que a composição teria fantasiado um período de mendicância após a expulsão da polícia, o qual supostamente não correspondeu aos fatos (Palha e Palha, 2020, p. 29-30).

Além de possibilitar conhecer outras narrativas que extrapolam o samba popularizado por Zeca Pagodinho, a versão da família reverbera um questionamento inicial sobre a datação do samba. Quando conhecida a data de prisão e soltura do policial pelas manchetes, indagou-se a respeito da datação tradicionalmente atribuída do samba para o ano de 1938, uma vez que o policial apenas foi preso e expulso no ano de 1943, embora a música já fizesse menção ao episódio.

Outro aspecto que desacredita o ano de 1938 como o da composição do samba é a suposta idade que teria na época um dos compositores. De acordo com o *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*, Nílton da Silva, o Nílton Campolino, teria nascido em 1926 (DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA, 2019). Logo, em 1938, teria composto o samba junto com Tio Hélio por volta dos 11 ou 12 anos de idade, o que é difícil de acreditar pela restrição da presença de crianças no meio do samba na época. Sendo assim, a datação do samba de Tio Hélio e Campolino, ainda que aproximada, é mais crível para a década de 1940.

O investigador que não era delegado: a trajetória profissional

Os primeiros passos de Francisco Palha como agente público de segurança foram em um já extinto corpo de segurança, exclusivo da cidade do Rio de Janeiro, a Guarda Civil. Há cerca de quinze anos antes do seu ingresso, o serviço policial do Distrito Federal passa por uma profunda reforma durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906). Por meio da Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902, entre outros pontos, o Poder Executivo foi autorizado a “reorganizar a polícia do Distrito Federal, dividindo-a em civil e militar”. A Polícia Civil ficaria subordinada imediatamente ao chefe de polícia, sendo exercida pelos delegados auxiliares, pelos delegados das circunscrições urbanas e

suburbanas e seus suplentes, inspetores seccionais, agentes de segurança e por uma guarda civil, composta de: um chefe, um subchefe, um almoxarife e 1500 guardas divididos entre os de 1^a, 2^a e 3^a classes (Brasil, 1902).

Pouco mais de 2 meses depois, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 4.763, de 5 de fevereiro de 1903, elencando as repartições policiais a partir da nova organização, bem como a “competencia, attribuições e deveres das autoridades e funcionarios” (BRASIL, 1903). Ademais, o decreto sancionou as provas para ingresso nos diversos cargos policiais, regime disciplinar e vencimentos. Conforme indicado por Cyro da Silva, a corporação policial contava com homens em uniformes, destinados ao policiamento do centro da cidade do Rio de Janeiro. Ela teria sido inspirada na Guarda Urbana da Polícia da Corte, brigada criada em 1866 e extinta com o advento republicano. A nova corporação, integrada por servidores de estatuto civil, estava subordinada ao Ministério do Interior e à Polícia Civil do Distrito Federal. (Silva, 2021, p. 75).

Divididos em três classes “conforme o maior gráo de instrução, e a melhor idoneidade moral e profissional” (Brasil, 1903), aos agentes não era exigido nenhum processo seletivo e a prerrogativa indicativa era uma exclusividade do Chefe de Polícia. O ocupante do cargo era o responsável pela nomeação, promoção e demissão dos servidores. O artigo 18 do Decreto de 1903 elencava os pré-requisitos exigidos para a função:

- a) ser cidadão brasileiro;
- b) ser maior de 21 e menor de 50 annos;
- c) saber ler e escrever;
- d) ser de reconhecida moralidade e bom comportamento;
- e) não soffrer de molestia que impossibilite o desempenho do serviço;
- f) ter residencia por mais de um anno no Districto Federal;
- g) não ter sido condemnado nem estar sendo processado em Juizo Criminal. (Brasil, 1903).

A criação da Guarda Civil deve ser vista como um dos ramos da política reformista que teve como alvo as áreas centrais do Rio de Janeiro no início do século XX. O historiador Marcos Bretas classifica a Guarda como um projeto de governo de uma polícia alternativa e concorrente à Polícia Militar. Diante da má avaliação do trabalho ostensivo diário, principalmente após os confrontos ocorridos em novembro de 1904, no que ficou conhecido como A Revolta da Vacina, o projeto saiu do papel e efetivamente iniciou seus trabalhos somente em 1905 (Bretas, 1997, p. 49). Diferente do que estava previsto na lei e no decreto mencionados, os poucos recursos para a sua operação fazem com que em

1907 a corporação tenha em seus quadros apenas 600 dos 1500 guardas previamente planejados (Bretas, 1997, p. 54).

As condições para a seleção de Palha Júnior para a Guarda Civil são desconhecidas. O que se sabe é que em 28 de abril de 1917, Joaquim Potyguara de Macedo, o inspetor geral da Guarda Civil do Distrito Federal, o posto mais alto da instituição, encaminha o ofício nº 1018 ao então Chefe de Polícia Aurelino de Araújo Leal propondo que seja nomeado guarda civil de reserva Francisco Fernandes Palha Júnior. De acordo com Potyguara, o candidato “preencheu todas as exigências regulamentares e é bom candidato”. Dois dias depois, foi oficialmente nomeado como Guarda Civil e convocado a comparecer a comparecer à secretaria da corporação o mais breve possível (Macedo, 1917).²

Os guardas envergavam garbosos uniformes, eram transportados em veículos motorizados, supervisionados por fiscais que circulavam com bicicletas novas e eram designados para o policiamento do centro da cidade e dos principais edifícios (Bretas, 1997, p. 55). O sucesso imediato da Guarda Civil não foi suficiente para assegurar o seu futuro. Quando o ímpeto modernizador do início do século arrefeceu, a guarda viu-se confrontada com a realidade de uma irmã mais poderosa, a polícia militar, e não conseguiu se expandir. O seu efetivo continuou limitado a 1.000 homens, com pequenas alterações (Bretas, 1997, p. 57).

Um primeiro vislumbre de oportunidade de seguir carreira na Polícia Civil veio no dia 17 de julho de 1920, quando foi publicado o edital do concurso de investigador da Inspetoria de Investigação e de Segurança Pública do Distrito Federal. O documento exigia os seguintes pré-requisitos aos candidatos:

- I. Ser brasileiro;
- II. Ser maior de 21 anos e menor de 45;
- III. Residir por mais de um anno no Districto Federal;
- IV. Não ter sido condemnado nem estar processado em Juizo Criminal, por folha corrida do Gabinete de Identificação e de Estatística;
- V. Ser Vaccinado;
- VI. Não soffrer de moléstia contagiosa nem ter defeito que o inhabilite para o desempenho dessas funcções;
- VII. Ter a necessaria robustez physica;
- VIII. Ser de reconhecida idoneidade moral; (SECRETARIA DA POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL, 1920).³

² Acervo permanente do Arquivo Nacional. Notação: BR ANRIO IJ6 622.

³ Acervo permanente do Arquivo Nacional. Notação: BR ANRIO IJ6 553.

O edital previu ainda os tipos de prova e as temáticas abordadas. As provas escritas seriam de noções de língua vernácula e aritmética até proporções. As provas orais avaliariam conhecimento de organização e do serviço policial e noções do Código Penal. A prova prática exigiria noções de datiloscopia (SECRETARIA DA POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL, 1920).

O edital foi elaborado com base no Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920, que estabeleceu um novo regulamento para a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal (Brasil, 1920) A Inspetoria foi uma repartição criada para centralizar e coordenar as atividades de investigação criminal e segurança pública no Distrito Federal.

O decreto detalhava a estrutura organizacional da Inspetoria, incluindo os cargos, funções e procedimentos operacionais. As principais atribuições da Inspetoria incluíam a investigação de crimes, a manutenção da ordem pública e a cooperação com outras forças de segurança. Isso incluía a troca de informações, a realização de operações conjuntas e o apoio mútuo em emergências. Ademais, especificava os procedimentos a serem seguidos durante as investigações, incluindo a coleta de provas, a detenção de suspeitos e a elaboração de relatórios.

Apesar do lançamento do edital em meados de 1920, as provas só aconteceram quase um ano e meio depois. Em dezembro de 1921, Francisco Palha candidatou-se à vaga de investigador de polícia de 3ª classe pela Inspetoria de Segurança Pública. Foi aprovado em 5º lugar e a homologação desse resultado foi publicado na edição do Diário Oficial de 29 de dezembro e noticiada em vários periódicos da grande imprensa carioca. A partir desse momento, torna-se investigador/detetive da Polícia Civil do Distrito Federal ganhando notoriedade na região do 23º Distrito Policial que compreendia Madureira e adjacências.

As principais atribuições do cargo de investigador estavam previstas no capítulo VI do referido decreto. Segue abaixo uma síntese com os principais artigos que regulamentavam a função:

Artigo 25: Os deveres dos investigadores incluem:

1. Comparecer diariamente ao trabalho e registrar presença, exceto quando em missão externa.
2. Vigiar proativamente para prevenir crimes e contravenções.
3. Auxiliar as autoridades policiais na investigação de crimes, indo além das ordens recebidas.
4. Informar o inspetor sobre crimes e ocorrências graves.

5. Executar suas tarefas com diligência e honestidade, seguindo as ordens superiores.
6. Prender ou garantir a prisão de criminosos em flagrante, indivíduos com mandado de prisão, acusados de crimes graves e condenados.
7. Assegurar a detenção e apresentação rápida à autoridade competente de ladrões conhecidos, pessoas com ferramentas de roubo, menores perdidos ou vagabundos, bêbados, vadios, capoeiras, perturbadores da ordem pública, líderes de reuniões ilícitas e “prostitutas escandalosas”.

Artigo 28: Os funcionários da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública não podem revelar seus nomes a estranhos ou divulgá-los oficialmente, independentemente das diligências em que tenham participado. Para garantir o cumprimento dessa regra, cada investigador receberá um número de matrícula na repartição (Brasil, 1920).

A Inspetoria era um desdobramento de um quadro de policiais já presente no texto reformista de 1907 denominado Corpo de Investigação. Enquanto a Polícia Militar e a Guarda Civil eram responsáveis pelo patrulhamento da cidade, o Corpo de Investigação era composto pelo policial disfarçado atuando como detetive. A figura do detetive de polícia surgiu em 1892, mas foi em 1907 que passou por mudanças significativas. A nova legislação criou um corpo de investigação composto por 80 agentes, supervisionados por um inspetor e subordinados ao chefe de polícia. Esses agentes tinham autoridade em todo o território do Distrito Federal e podiam se ausentar em missões, desde que autorizados pelo inspetor (Bretas, 1997, p. 57-58). Tornar-se-ia da maior importância a partir do início da década de 1920, quando a polícia política é configurada como uma resposta ao Tenentismo. Uma estrutura mais oficial foi conferida pelo Decreto 14079 que elevou o *status* da inspetoria e lhe atribuiu um quadro de 225 investigadores (Bretas, 1997, p. 59). Nesse cenário, no início de 1922, ingressa no corpo de investigadores como o de número 43, lotado no 23º Distrito Policial com sede em Madureira, ainda que a numeração para garantir o anonimato exigido não tenha tido um efeito na prática, como veremos.

A Inspetoria deveria se adequar a uma estrutura administrativa pré-existente dentro da polícia do Distrito Federal. O chefe de polícia era a autoridade máxima do órgão, nomeado pelo presidente e escolhido entre advogados com mais de dez anos de prática ou reconhecido conhecimento na área policial. Este cargo era assistido por três delegados auxiliares, e a partir de 1922, por quatro, que se revezavam em plantões de 24 horas na polícia central, representando o chefe em sua ausência (Bretas, 1997, p. 50-51). Abaixo do chefe de polícia e dos delegados auxiliares, o Decreto 6440 de 30 de março de 1907 regulamentou as 28 divisões administrativas da polícia no Distrito Federal, conhecidas como distritos policiais. Posteriormente, foram criados mais dois distritos: o

29º em dezembro de 1907 e o 30º em janeiro de 1916 (Bretas, 1997, p. 28). Os vinte e oito delegados, recrutados entre advogados com dois anos de prática, eram os principais responsáveis pelas áreas específicas da cidade (Bretas, 1997, p. 51).

Quando a Primeira República finda em 1930, a polícia do Rio de Janeiro, sob a liderança de Coriolano de Góes, estava bastante burocratizada. Para Bretas é possível perceber um processo intensificado de “institucionalização no trabalho policial” (Bretas, 1997, p. 79). É notório para exemplificar tal mudança um novo tipo de policial: o agente das delegacias especializadas, que tinha considerável liberdade em suas atividades. O aumento no efetivo de investigadores constatado a partir do decreto de 1920 e que se prolongou nos anos Vargas teria compartilhado responsabilidades, retirando parte da carga dos ombros dos delegados e seus subordinados nos distritos, que antes precisavam dedicar parte de seu tempo a campanhas repressivas nas áreas de interesse do chefe de polícia. Agora, eles teriam mais tempo para despender nas tarefas diárias, no trabalho administrativo da polícia e no policiamento comum.

Embora tenha pontuado em seu livro uma característica do trabalho policial nas delegacias distritais que avança para o pós-1930, o comportamento das polícias na cidade durante a Era Vargas foi analisado com maior detalhamento por Elizabeth Cancelli. Para a historiadora, a polícia passou a ser organizada como o mais importante dos órgãos de poder na sociedade, uma vez que personificava o braço executivo de um novo projeto político ditatorial. A ligação da polícia com Vargas foi crucial para um Estado delineado com as características dos 15 anos de governo Vargas. Como braço executivo do regime, a polícia aparece claramente em toda a estratégia de ação e de domínio. (Cancelli, 1994, p. 47). Todo o aparato burocrático, nas décadas de 1930 e 1940, subordinado à Chefia de Polícia do Distrito Federal superou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça, exercendo controle direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais (Cancelli, 1994, p. 51-52).

Após mais de dez anos lotado no 23º D.P., com esporádicos períodos curtos cedido a outras jurisdições, com enorme notabilidade na região de Madureira e adjacências, em abril de 1933, Francisco Palha foi transferido para o 19º D.P., com sede no Méier. Pouco tempo depois foi nomeado pela Diretoria Geral de Investigações da Polícia Civil como investigador de 1ª classe, passando a chefiar uma equipe de investigadores na Subsecção de Vigilância do Méier, sediada dentro da delegacia do 19º D.P.

O Decreto de 1940 previa as responsabilidades do investigador responsável por seção, o que passou a ser a condição de Chico Palha após sua transferência para o Méier:

Artigo 22: Os investigadores responsáveis por uma seção têm os seguintes deveres:

1. Supervisionar diretamente os serviços da seção.
2. Garantir o cumprimento das ordens recebidas, informando ao subinspetor responsável todas as ocorrências.
3. Substituir o investigador que não puder continuar no serviço.
4. Cumprir e fazer cumprir rapidamente as ordens recebidas.
5. Manter sigilo sobre os serviços sob sua responsabilidade.
6. Informar ao subinspetor sobre as faltas cometidas pelos investigadores da seção, bem como sobre os serviços relevantes prestados.
7. Comunicar as faltas dos investigadores ao serviço.

Artigo 23: O investigador responsável por uma seção será substituído, em caso de impedimento ou ausência, por outro investigador de 1ª classe designado pelo inspetor, considerando a natureza técnica do cargo (Brasil, 1920).

Na Diretoria Geral de Investigações, realizava-se o trabalho interno e especializado da polícia. Este departamento incluía o Instituto de Identificação e Estatística Criminal, o Instituto Médico-legal e o Gabinete de Pesquisas Científicas, que forneciam suporte técnico às investigações. A estrutura da diretoria era bastante diversificada, contando com 45 investigadores de primeira classe, 80 de segunda e 100 de terceira na sua parte geral. Além disso, incluía dois antropologistas, quatro fotógrafos, dois peritos e 55 identificadores do Instituto de Identificação Criminal, dois químicos do Gabinete de Pesquisas Científicas, 15 médicos e dois modeladores do Instituto Médico-legal (Cancelli, 1994, p. 54).

Na prática, a atuação de Palha Júnior com a mudança de função representou mais uma burocratização das suas atividades do que uma especialização técnica dos métodos empregados nas diligências. Com jornadas diárias mais restritas à sede da D.G.I no Méier, ao invés de liderar rondas, apreensões e prisões, o policiamento ostensivo, na maior parte dos registros encontrados, era efetuado pelo grupo de investigadores subordinados a ele. Uma das suas mais novas atribuições era a escrita dos relatórios relativos aos trabalhos da repartição a serem encaminhados à Chefatura de Polícia. Os números exorbitantes de prisões dos documentos eram estampados também em alguns dos principais jornais em circulação na cidade, o que demonstrava que o encarceramento em massa servia como propaganda do *modus operandi* de Chico Palha, agora em função de chefia.

Passados dez anos desde a sua transferência de Madureira para o Méier e mais de vinte desde o seu ingresso na Polícia Civil, Palha teve o destino que é zombado no samba de Nilton Campolino e Tio Hélio. O jogo do bicho foi tratado pelos jornais da época como um dos muitos alvos das diligências comandadas por Palha Júnior. Foi justamente uma associação com esses supostos inimigos declarados a responsável por desmoronar a carreira do policial em seu auge.

A permanência de Chico Palha à frente da D.G.I do Meier durou até o ano de 1943. Pode-se dizer que esse é o ano em que o investigador sai do estrelato e vai para o anonimato. A seguir uma síntese cronológica contendo informações noticiadas pela imprensa e aquelas contidas em um prontuário localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro⁴ (DELEGACIA ESPECIAL DE SEGURANÇA POLÍTICA E SOCIAL, 1943).

- 18/02/1943: ofício expedido pela Delegacia de Estrangeiros e encaminhado ao Delegado Especial solicitando a prisão do detetive em completa incomunicabilidade devido a investigações procedidas naquela delegacia.
- 19/02/1943: Às 02:45 é recolhido à sala de detidos da Delegacia de Estrangeiros.
- 08/03/1943: O prontuário é apresentado à Enfermaria Filinto Müller para tratamento de saúde.
- 13/03/1943: É transferido da enfermaria para o Hospital da Polícia Militar (crise de diabetes).
- 16/03/1943: Recebe alta do hospital e é imediatamente transferido para o Quartel do Regimento de Cavalaria onde deverá permanecer preso.
- 05/05/1943: Processo administrativo instaurado na 2ª Delegacia Auxiliar. O Chefe de Polícia, Coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen, designou o 2º Delegado Auxiliar Fausto Barreto da Câmara Durão e os Delegados Cristóvão Cardoso e Manoel Ferraz para, sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão de inquérito administrativo para apurar a conduta de Palha Júnior e as irregularidades por ele praticadas à frente da Subsecção de Vigilância do Méier.⁵
- 24/05/1943: Presta declarações ao delegado encarregado do inquérito.

⁴ Prontuário nº 37.615. Fundo BR RJAPERJ POL - Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Acervo permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A síntese mencionada foi realizada com a contribuição do pesquisador Eduardo Cavalcante, a quem eu aproveito a ocasião para agradecer a dedicação em colaborar com a pesquisa.

⁵ Trata-se do inquérito administrativo nº 22 de 1943 da Delegacia de Estrangeiros. Ainda não localizado.

- 29/05/1943: Deu entrada no Juízo da 7ª Vara Criminal o inquérito procedido na Delegacia dos Estrangeiros, por ordem do Coronel Chefe de Polícia, Alcides Etchegoyen, no qual Palha Júnior foi acusado de praticar graves irregularidades à frente da Diretoria Geral de Investigações (D.G.I) do Méier. Detido sob a alegação da prática de corrupção passiva por ter recebido dinheiro do jogo do bicho com a finalidade de permitir a prática do mesmo, acabou sendo processado, enquadrado no Artigo 317, parágrafo 1º, combinado com os Artigos 158 e 317, parágrafo 1º e 333, parágrafo único, do Código Penal.⁶ Foi suspenso de suas atividades a bem do serviço público.
- 14/09/1943: requisitada uma sessão do Tribunal do Júri, visando à instrução do processo instaurado para apurar as irregularidades cometidas por Palha Júnior, na qual deveriam ser ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Essa sessão foi presidida pelo Juiz Roberto João da Silva Medeiros, atuando como Promotor Alcides Gentil. O julgamento se estende até o mês de dezembro.
- 07/12/1943: *Habeas Corpus* no Supremo Tribunal Federal.⁷ Relator: Ministro Goulart de Oliveira. Pacientes e recorrentes: Francisco Fernandes Palha Júnior e outros. Recorrido: Tribunal da Apelação. – Negaram provimento, ao recurso, unanimemente. – Vencido na preliminar de não se conhecer do *habeas-corpus*, em vista do estado de guerra, o Ministro Bento de Faria. Usou da palavra, pelo paciente e recorrente, o advogado Dr. Alberto de Castro Pinto.
- 09/12/1943: É demitido a bem do serviço público do seu cargo de detetive classe G através de um decreto elaborado pelo Ministério da Justiça e assinado pelo chefe do governo.
- 17/12/1943: Teve pedida a sua condenação pelo Promotor Edmilson Falcão, da 7ª Vara Criminal, após o membro do Ministério Público apresentar as suas razões por escrito. Além dele, tiveram também suas condenações solicitadas os detetives Aristides Dias Ferro, Agostinho Teixeira, João Dantas de Melo, Hércules Castellano Beleza, Alcides da Silva Bastos, Lauro de Oliveira Campos e Salvador Góes, bem como os contraventores Orlando Nicolau Orofino, Carlos Ruckof

⁶ Trata-se do processo criminal nº 16.573 de 1943 do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ainda não localizado.

⁷ Processo nº 28.595. Autos não localizados. Somente o acórdão, preservado no Arquivo do STF.

Eckstein Filho, Pedro Leitão de Albuquerque, João Gomes Jorge, Juvenal Pimenta e Aires Marques Fernandes.

- 26/01/1944: Foi solto do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar.
- 28/06/1944: Todos foram absolvidos através de um despacho assinado pelo juiz da 7ª Vara Criminal Fausto do Nascimento. A Promotoria, após ter ciência da decisão tomada, apelou da sentença de absolvição, pleiteando e reafirmando a condenação de todos os acusados.
- 19/07/1944: A 1ª Câmara do Tribunal de Apelação reformou a decisão do juízo da 7ª Vara Criminal, que o havia livrado da pena pedida pelo Ministério Público, mantendo a condenação contra ele, além de condená-lo a um ano de reclusão e ao pagamento de multa de Cr\$ 3.000,00. Além disso, foi incurso no Artigo 317 do Código Penal, perda da função pública, ex-vi do disposto no Artigo 668 nº 1, do mesmo código. Foi relator o Desembargador Carneiro da Cunha e revisores Desembargadores Toscano Espínola e Mafra de Laert e Desembargador Ademar Tavares. Já os contraventores Orlando Nicolau Orofino, João Gomes Jorge, Juvenal Pimenta e Aires Marques Fernandes foram condenados a um ano de reclusão, multa de Cr\$ 1.000,00 e incursos no Artigo 333 do Código Civil.

Um panorama da trajetória noticiada pelos periódicos cariocas (1917-1948)

Apresentadas as principais informações a respeito do investigado, este subcapítulo apresenta os resultados iniciais da análise feita a partir do levantamento de notícias que mencionam nominalmente Chico Palha nos periódicos do período.

Antes de apresentar os gráficos com os resultados advindos do levantamento de dados, ressalta-se que a partir de agora partirei de um referencial teórico específico para a interpretação dos dados e proposição das hipóteses. A teoria que norteia o raciocínio sobre a circulação da informação e o papel das mídias para a formação da opinião pública é o *agenda-setting*, ou simplesmente *agendamento*. Ao adotá-la, significa que se partirá de alguns pressupostos básicos:

- ✓ A imprensa não reflete a realidade, mas a constrói a partir de critérios de noticiabilidade e interesses editoriais.
- ✓ A imprensa influencia a percepção do público sobre a importância relativa dos temas, problemas e pessoas na agenda pública.

- ✓ A imprensa pode não ser bem sucedida em dizer às pessoas o que pensar, mas é impressionantemente bem sucedida em dizer às pessoas sobre o que pensar.

Davi de Castro sintetiza o agendamento como a capacidade dos meios de comunicação de massa em dar ênfase a determinado tema e pela possibilidade de os indivíduos incluírem esse tema em sua lista de prioridades após o contato com a informação mediada pelo veículo midiático. Nesta perspectiva, os membros da audiência não são seres autômatos à espera de serem programados pelos veículos de notícia. O papel central atribuído aos veículos noticiosos se justifica, então, pela capacidade deles em definir itens para a agenda pública, isto é, os assuntos comentados pelas pessoas. (Castro, 2014, p. 201).

Subentende-se a partir da Teoria do Agendamento que o acompanhamento praticamente diário da atuação policial de Francisco Palha em determinados momentos da sua trajetória policial colaborou para que as pessoas comentassem os seus feitos impulsionando a sua fama pública. Diante dos resultados apresentados nos gráficos abaixo, veremos que essa pauta pública recebeu um claro direcionamento apologético por parte da grande imprensa impressa.

Marialva Barbosa, ao caracterizar a produção midiática a partir dos anos 1920, acaba por fazer uma síntese do tipo de documentação selecionada para análise nesse estudo: as notícias policiais. Os primeiros passos de Chico Palha como investigador da Polícia Civil são simultâneos a um processo de reconfiguração do jornalismo da época. Além do aparecimento de uma imprensa inteiramente sensacionalista, que fará do escândalo e dos dramas do cotidiano o destaque de seu conteúdo, surgem jornais estruturados em moldes empresariais, grupos isolados que passam a dominar mais de um título (Barbosa, 2007, p. 48). Os conglomerados midiáticos estão nascendo.

Barbosa assim descreve as histórias contidas nas narrativas enunciadas:

Envolvendo crimes, desastres, roubos, incêndios, enfim, as tragédias diárias, transportam para os textos um Rio de Janeiro construído de lugares existentes e personagens perfeitamente identificáveis. A sociedade parece de tal forma contida nessas narrativas que o leitor tem a impressão de participar daquela realidade. Composto o texto a partir de um mundo, o repórter gera um novo mundo: um mundo que mescla realismo e romance, uma vez que a estrutura narrativa lembra a dos romances folhetins, ainda que os personagens sejam retirados da realidade. Ao procurar transpor a realidade para a narrativa, o autor dessas notícias procura construir personagens e representações arquetípicas. Quando isso ocorre, a narrativa passa a representar a existência, atingindo, em consequência, diretamente o público. Não é representação de dados concretos que produz o senso de realidade, mas

a sugestão de uma certa generalidade. O público é, assim, movido tanto pelo inusitado da trama quanto pela participação - ainda que indireta - na vida daqueles personagens. (Barbosa, 2007, p. 50).

Duas marcas das narrativas midiáticas da grande imprensa do período mencionadas no recorte acima, são os pilares para a construção argumentativa que está por vir: a confluência entre romance e realismo e a construção de representações arquetípicas. Vejamos primeiramente os resultados do levantamento do material, para em seguida refletir sobre como tais premissas podem elucidar a cobertura midiática da trajetória de Chico Palha.

As notícias foram agrupadas, ordenadas e classificadas. Ao todo 881 notícias em um período que vai desde 1917, ano de ingresso na Guarda Civil, até 1948, ano da última notícia referenciando o pesquisado. Citações nominais a Francisco Palha foram encontradas nos seguintes veículos: *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Diario da Noite*, *Gazeta de Noticias*, *O Globo*, *O Jornal*, *Diario Carioca*, *O Paiz*, *A Época*, *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, *A Rua*, *Jornal do Commercio*, *A Razão*, *O Brasil*, *A Manhã*, *Revista Criminal*, *A Esquerda*, *A Critica*, *O Fluminense*, *A Batalha*, *Diario de Noticias*, *O Radical*, *A Nação*, *O Estado* (SC) e *Correio Paulistano* (SP).

O primeiro gráfico apresenta uma tipologia das manchetes envolvendo Francisco Palha em um recorte temporal que vai do seu ano de ingresso na Guarda Civil até o último em que foi possível localizar uma notícia repercutindo o julgamento e a condenação do ex-policial. Das 881 menções em 348 (40%) foram manchetes cujos casos eram isolados e não tiveram repercussão em nenhum outro jornal ou edição do mesmo periódico. Somando as notícias de uma publicação àquelas com no máximo duas chegamos ao número expressivo de 520 do total de 881, o equivalente a 59%. Propus essa tipologia com o objetivo de evidenciar o tipo de cobertura superficial, ainda que porventura contínua, da imprensa policial do período.

Vale lembrar que as notícias englobadas no levantamento foram praticamente todas noticiadas pela imprensa de grande circulação na cidade, localizada sobretudo na região central da cidade. Por se tratar de ocorrências registradas em delegacias suburbanas, na maioria dos casos relacionados a Chico Palha, os repórteres policiais desses veículos de comunicação nem chegavam a comparecer às delegacias distritais do 19º e 23º D.P's. Os responsáveis por relatar as ocorrências eram os próprios policiais que estivessem de plantão, que telefonavam para as redações dos jornais para contar os feitos

do dia. Isso ajuda a explicar a formatação padrão de vários relatos e a publicação deles em textos idênticos ou muito similares em diferentes periódicos.

A Figura 2 quantifica as notícias veiculadas a partir do seu ano de publicação. Esse olhar panorâmico proporcionado pelo gráfico permite que a trajetória de Chico Palha como agente público de segurança no Distrito Federal ao longo de mais de 25 anos seja dividido em três partes: um período com raras menções entre 1917 e 1925 marca a fase ordinária da carreira policial de Palha. Não se notabilizava como um policial que merecesse ter seu nome devidamente exposto. No espaço de oito anos, seu nome foi mencionado nos jornais 40 vezes, uma média de 5 aparições anuais. Nos 8 anos seguintes, entre 1926 até 1934, ano em que assume a chefia da D.G.I no Méier, Palha vive o apogeu da repercussão das suas ações na imprensa. Das 881 aparições em manchetes, 700 (79%) foram produzidas aqui.

É notório perceber que mesmo com um volume bem relevante, a partir de 1931 houve um contínuo processo de queda no número de menções ao seu nome, o que credito não a uma perda de relevância da sua figura, mas a fatores macropolíticos relativos ao fim da Primeira República e a nova ordem representada pela ascensão de Vargas. Uma linha de interpretação possível é que o noticiário policial do subúrbio carioca tenha perdido espaço para os eventos políticos que movimentaram o centro do poder longe das áreas mais afastadas.

Por fim, os últimos 8 anos, de 1935-1943 representam uma conjunção de fatores que ajudam a explicar os números inexpressivos de alguém que ostentou seu nome nas manchetes rotineiramente nos anos anteriores. Como fator externo, é indissociável o baixo número de menções ao seu nome com as dificuldades impostas na cobertura da imprensa no período, com maior contundência a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado Novo. Como fator interno à organização policial está a transferência de distrito e a mudança de função, já comentada anteriormente, que resultou em menos ocorrências na rua e por consequência menor atuação direta de Palha na resolução de casos.

A última figura é uma tipologia das notícias envolvendo Chico Palha quanto ao teor da notícia no que tange a sua atuação policial. Foram criadas cinco categorias para a classificação das manchetes: positiva, negativa, neutra, dúbia e não se aplica. Foram enquadradas como positivas as publicações com adjetivações positivas quanto ao papel desempenhado por Palha, mas também aquelas que mesmo sem elogios explícitos

contaram com a sua participação e tiveram uma resolução positiva, como por exemplo a prisão de supostos criminosos. As enquadradas como negativas contam com críticas a sua figura ou críticas indiretas a ele por atacar as forças policiais naquele caso. Já as neutras não demonstraram notório enviesamento, fosse positivo ou negativo. As dúbias foram os relatos em que há uma avaliação positiva e negativa da atuação policial dentro da mesma publicação. Na maior parte dos casos, era um elogio à figura de Francisco Palha ao mesmo tempo em que se fazia a crítica ao trabalho da Polícia Civil. Aquelas que não noticiavam nada sobre a atuação profissional de Palha, mas o mencionaram por motivos diversos ficaram na categoria “não se aplica”. Salta aos olhos o número elevado de notícias positivas e o reduzido de negativas. 671 das 881 representam 76% de menções favoráveis enquanto 71 das 881 representam 8% de citações pejorativas.

Chico Palha: um herói interessante para as autoridades policiais e para a grande imprensa

Faz-se necessário mais um posicionamento teórico desse estudo para compreensão do argumento central do trabalho que é o processo de “*heroicização*” da figura de Chico Palha. A pesquisa e os autores citados adiante estão situados no campo dos *Estudos Narrativos*. De acordo com Marcelo Bolshaw Gomes, como campo de reflexão teórica, tais estudos são formados por quatro escolas: a) os estudos clássicos extraídos da *A Poética* de Aristóteles; b) os estudos míticos baseados na Psicologia; c) os estudos estruturalistas e; d) os estudos hermenêuticos (Gomes, 2017, p. 237). Pressupostos assumidos a partir da quarta corrente, a dos estudos hermenêuticos, alinhados a um referencial teórico da segunda corrente, a ideia de arquétipo, fundamentam a hipótese a ser desdobrada nos parágrafos a seguir.

O principal expoente dos estudos narrativos hermenêuticos é Paul Ricoeur, que consegue, para Gomes, agregar contribuições das três correntes anteriores em suas formulações. A tese central da trilogia *Tempo e Narrativa* é afirmar a identidade estrutural entre historiografia científica e narrativa ficcional. Ricoeur afirma que não há diferenças estruturais entre as narrativas reais e as imaginárias. Narrar histórias é enredar pessoas também em textos científicos e jornalísticos. Dos autores que realizam análises de narrativas, optou-se por Luiz Gonzaga Motta, identificado por Gomes como principal introdutor das ideias de Paul Ricoeur no estudo do Jornalismo (Ricoeur apud Gomes,

2017, p. 240-241), primordial para essa pesquisa cujo *corpus* documental base são notícias veiculadas em jornais.

Motta compreende a narrativa como “o nexos de uma relação entre interlocutores”. São os aspectos dessa relação que interessa compreender. Para não perder o viés crítico de análise, deve-saber que

As narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca ser analisadas isoladamente, sob pena de perderem o seu objeto determinante. As narrativas são dispositivos argumentativos produtores de significados e sua estruturação na forma de relatos obedece a interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o seu interlocutor, o destinatário ou audiência (MOTTA, 2013, p. 120-121).

A análise pragmática do processo de comunicação narrativa requer, portanto, que o texto seja analisado como ponto de referência entre o narrador, alguém que construiu sua expressão narrativa, e o interlocutor, alguém induzido a interpretar os fenômenos relatados conforme a intenção do primeiro (Motta, 2013, p. 127).

A análise pragmática do processo de comunicação de Motta propõe três instâncias de análise: o plano da expressão (linguagem ou discurso), o plano da estória (*story* ou conteúdo) e o plano da metanarrativa (tema de fundo) (Motta, 2013, p. 134-135). Como proposta para esse artigo, limitaremos a análise ao plano da metanarrativa. Este é o plano da estrutura profunda, menos formal e mais abstrato, que evoca imaginários culturais, cuja dimensão ética ou moral integram as ações da estória como um pano de fundo (Motta, 2013, p. 138). E como proposta de análise da metanarrativa que perpassa a trajetória noticiada de Francisco Fernandes Palha Júnior, recorro a um autor da segunda corrente dos Estudos Narrativos, que desdobra no campo literário a ideia de arquétipo, elaborada na psicologia analítica de Carl Gustav Jung.

O livro “A Jornada do Escritor”, do roteirista Christopher Vogler, apresenta uma estrutura mítica para escritores, baseada na teoria da *Jornada do Herói* de Joseph Campbell (Campbell, 1989). Segundo Vogler, todas as histórias heróicas seguem um padrão comum, que consiste em doze etapas pelas quais o herói passa em sua aventura. Essas etapas são: 1) O mundo comum; 2) O chamado à aventura; 3) A recusa do chamado; 4) O encontro com o mentor; 5) A travessia do primeiro limiar; 6) Testes, aliados e inimigos; 7) A aproximação da caverna oculta; 8) A provação suprema; 9) A recompensa; 10) O caminho de volta; 11) A ressurreição; 12) O retorno com o elixir (Vogler, 2015). Devido à complexidade da tarefa, não me proponho aqui a mostrar os pontos de

conciliação na trajetória de Chico Palha com os estágios da teoria da Jornada do Herói de Vogler, mas iniciar tal discussão com base nas características do arquétipo do herói.

Os arquétipos são expressões das partes que compõem uma personalidade completa (Vogler, 2006, p. 56). Para Vogler, o arquétipo é uma ferramenta indispensável para se compreender o propósito ou a função dos personagens em uma história. Pode-se pensar nos arquétipos como máscaras, usadas temporariamente pelos personagens à medida que são necessárias para o avanço da história (Vogler, 2006, p. 48-49). Tal afirmação de Vogler ecoa as ideias das máscaras sociais do clássico *A representação do eu na vida cotidiana* de Erving Goffman, cuja contribuição é fundamental para os Estudos Narrativos. Na obra, Goffman se apropria de conceitos da Teoria do Teatro para analisar as relações sociais. Para Goffman, a representação faz parte integrante da vida cotidiana, na qual o relacionamento social é montado como uma cena teatral, com seu cenário, seus adereços e seu *script*, por meio da qual os atores se dirigem às audiências encenando determinados papéis (Gomes, 2017, p. 241; Goffman, 2013).

Percebe-se como pertinente ao objeto de estudo do artigo tal teoria pela assunção do agente policial de seu papel social como defensor da ordem, da justiça e da moralidade. Com a fama, da mesma forma, portanto, que Chico Palha se reconhecia como baluarte nos meios policiais de sua época, suas ações eram performadas a partir dessa percepção. E essa autoimagem, reverberada nas malhas policiais e pelos principais veículos de imprensa da época, era a de um herói.

A palavra herói vem do grego, de uma raiz que significa "proteger e servir". Um herói é alguém que está disposto a sacrificar suas próprias necessidades em benefício dos outros. A raiz da ideia está ligada a um sacrifício de si mesmo. O propósito dramático do herói é proporcionar aos interlocutores “uma janela para a história”, nas palavras de Vogler. Os heróis têm qualidades com as quais podemos nos identificar e nos reconhecer. São impelidos por impulsos como o desejo de ser amado e compreendido, de ter êxito, de sobreviver, de ser livre, de obter vingança, de consertar o que está errado, de buscar autoexpressão. As histórias nos convidam a investir neles uma parte de nossa identidade pessoal, enquanto dura a experiência. Em certo sentido, durante algum tempo, nós nos projetamos na *psique* do Herói, vemos o mundo com seus olhos (Vogler, 2006, p. 52-53).

Eles devem ter qualidades, emoções e motivações comuns: vingança, raiva, desejo, competição, territorialidade, patriotismo, idealismo, cinismo, desespero etc. Mas os Heróis também precisam ser únicos, sendo assim uma mescla entre universalidade e

originalidade. O que ressalta tal originalidade é uma combinação única de muitas qualidades e impulsos, alguns deles conflitantes. E quanto mais conflitantes, melhor. Um personagem que tenha uma combinação única de impulsos contraditórios, como confiança e suspeita, ou esperança e desespero, parece mais realista e humano do que outro que apresente apenas um traço de caráter e por isso mais comovente (Vogler, 2006, p. 53).

Para findar essa discussão conceitual em torno da ideia de herói, destaco a relação essencial entre o heroísmo e a capacidade de sacrifício, inclusive da própria vida. É comum que se priorize atributos como força ou coragem, mas essas qualidades são secundárias em relação à capacidade de sacrifício, esta sim a principal marca do herói, de acordo com Vogler. No âmago de toda história existe um confronto com a morte, seja ela real ou simbólica (Vogler, 2006, p. 54). Concluo o artigo, exemplificando o processo de *heroicização* da figura de Francisco Palha dimensionando a cobertura midiática, a partir de um estudo de caso de evento ocorrido em meados de 1930.

O anoitecer do dia 13 de maio de 1930 se aproximava quando dois investigadores do 23º Distrito Policial, Francisco Palha e Joaquim Teixeira, cumprindo ordens do delegado Lino Martins, dirigiram-se a Madureira, especificamente ao largo homônimo. Tal localidade era próxima ao mercado e em frente à estação de Magno da Linha Auxiliar – atual estação Mercadão de Madureira do Ramal Belford Roxo. Foram incumbidos pela chefia de apreender armas. Ao se aproximarem do local, um suposto comício de caráter comunista que vociferava contra o Presidente da República e contra a classe burguesa ocorria diante de uma multidão. Teixeira interpele o orador principal do evento, de nome Octavio Brandão, identificado como chefe comunista, a interromper o comício imediatamente. Uma fala dita pelo chefe enfureceu os populares que partiram para cima de Teixeira e Palha com socos e pontapés. Nosso investigado foi alvejado com um tiro no pescoço e seu companheiro desmaiado após o linchamento foi arrastado e jogado na linha do trem. Ambos foram resgatados por um fiscal da Light chamado Dantas.

Tal narrativa com os rostos dos dois policiais envolvidos estampou as páginas do jornal *A Noite* no dia seguinte com a manchete: “A AUDACIA CRIMINOSA DOS COMUNISTAS – num comício, em Madureira, atiram contra a policia – DOIS INVESTIGADORES FERIDOS” (A NOITE, 1935, p. 1; 5). Com mais ou menos detalhes, contando com o mesmo teor heroico aos policiais e condenatório aos participantes do comício noticiaram o caso entre os dias 14 e 15 os jornais *Correio da*

Manhã, Diário da Noite, Gazeta de Notícias (2 edições), *O Globo, O Jornal, Diário Carioca e O Paiz*.

Em pequena nota reparatória, no entanto, publicada no dia 17, quatro dias depois do evento, exclusivamente pelo jornal *Diário da Noite*, o inquérito policial instaurado para apurar as origens do comício revelou se tratar na verdade de um protesto sem relações com o comunismo. O motivo da revolta, apontado pelo jornal, seriam os abusos cometidos durante a campanha autoritária e violenta promovida pela 4ª Delegacia Auxiliar contra as “armas proibidas” e executada pelas autoridades policiais do 23º D.P. (DIÁRIO DA NOITE, 1935, p. 3). Nesse momento, não me vem à cabeça outro pensamento que não seja o postulado clássico de Jacques Le Goff: "Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva" (Le Goff, 1990, p. 348).

Concluo que a Polícia Civil do Rio de Janeiro, nos mais variados estágios pelos quais atravessou entre as décadas de 20 a 40, aproveitou-se da notoriedade de um de seus membros para propagandear sua função de mantenedora da ordem e da moralidade social. Esse policial, famoso pela truculência em seus métodos de abordagem e diligências, teve exaltado aspectos de sua personalidade pela cobertura jornalística: virilidade, coragem e disposição para combater o crime foram instantaneamente vinculados à instituição de segurança a qual integrava. A corporação, na maior parte do tempo, entendia como benéfica para ela que esse agente estivesse na agenda pública, estimulando, inclusive, promoção em sua carreira apesar das menções a abusos. Ele ocupava um papel de referência interna, servindo como modelo de bom policial para os demais. Quando foi constatado um desequilíbrio demasiado entre ônus e bônus nessa balança (prisão por corrupção passiva) foi sumariamente removido dos quadros da Polícia Civil e simultaneamente abandonado pelas redações jornalísticas.

Ao longo dos anos Francisco Palha ocupava um *status* praticamente ilibado perante a imprensa de massa, com raros posicionamentos criticando a sua ação. Chico Palha pode ser enquadrado na metanarrativa do herói, pois mesmo quando o teor da cobertura é negativo, na maioria dos casos, o ataque é direcionado à instituição, elogiando apesar disso a sua postura. É o policial-herói em sua jornada para combater o crime, superando os obstáculos que surgem – a imprensa tendenciosa, a falta de estrutura e a corrupção no meio policial –, símbolo polarizador que cativava a atenção dos leitores, fossem eles apoiadores ou detratores.

Considerações finais

O artigo recontou a trajetória noticiada de um antigo integrante da Polícia Civil do Rio de Janeiro, além da reverberação do seu *modus operandi* em um samba do período. Foi reunido e analisado o noticiário relativo ao guarda civil e investigador Francisco Fernandes Palha Júnior (1891-1964), vulgo Chico Palha, entre os anos de 1917 a 1948. O número elevado de prisões, bem como a truculência e os abusos cometidos nas diligências fizeram com que ele se tornasse figura notória dentro e fora dos meios policiais. As denúncias sobre violência não significaram, contudo, um obstáculo na escalada dentro da carreira policial e nem foram responsáveis pela sua demissão.

Considerando a cobertura contínua e duradoura da atuação diária desse agente da lei e da repressão, a problemática da pesquisa era pensar em como os periódicos em circulação no antigo Distrito Federal fomentaram com seus diferentes pontos de vista um debate público sobre o modelo ideal de polícia. O objetivo do artigo, sendo assim, era relacionar a atuação da Polícia Civil do Rio de Janeiro à cobertura policial da imprensa escrita carioca. Empregando métodos quantitativos e qualitativos, a pesquisa esteve fundamentada no agendamento para a coleta, categorização e interpretação das notícias relativas ao servidor público.

Os resultados preliminares apontaram para tendências de postura na cobertura midiática. Chico Palha foi plenamente exaltado, encontrando episódicas referências negativas ao seu nome, por vezes sendo tratado como uma exceção dentro de uma estrutura policial precária e ineficiente. Foi sugerido que a imprensa da época tentou pautar a agenda pública sobre um modelo de policial-herói cuja personalidade fosse a de um homem destemido, impetuoso e incorruptível, viés que se mostrou benéfico tanto para a Polícia Civil quanto para os grandes veículos de imprensa do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O samba dedicado ao investigador, por sua vez, em tom crítico, apresentou-se como uma resposta ao silenciamento da imprensa de massa diante dos abusos cometidos pelo servidor no exercício da profissão, ainda que não tenha alcançado repercussão midiática à época, estando de fora dos círculos das gravadoras da cidade.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRASIL. Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920. Aprova o regulamento da Inspeção de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14079-25-fevereiro-1920-515945-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 4.763, de 5 de fevereiro de 1903. Dá regulamento ao serviço policial do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4763-5-fevereiro-1903-504295-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902. Reforma o serviço policial no Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-publicacaooriginal-107022-pl.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CAMPBELL, Joseph. *O Herói de Mil Faces*. São Paulo: Pensamento, 1989.

CAMPOLINO, N.; HÉLIO, T. *Delegado Chico Palha*. Intérprete: ZECA PAGODINHO. In: *Água da minha sede*. Rio de Janeiro: PolyGram, 2000. CD.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

CASTRO, Davi de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. *Intexto*, Porto Alegre, n. 31, p. 1-24, jul./dez. 2014.

DANTAS, Leila. *O samba urbano contemporâneo e sua desafricanização: um estudo sobre as transformações do samba no bairro da Lapa entre os anos 2000 e 2017*. 104f. 2018. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24616/tese%20final%2009%2008.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

DELEGACIA ESPECIAL DE SEGURANÇA POLÍTICA E SOCIAL. Prontuário nº 37.615 de 1943. Fundo BR RJAPERJ POL - Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIÁRIO DA NOITE. Ainda o Comício de Madureira. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 17 maio 1935. Edição 189.

DIÁRIO DA NOITE. A audácia criminosa dos communistas. Diário da Noite, Rio de Janeiro, 13 maio 1935. Edição 6642.

DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Nilton Campolino*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<<https://dicionariompb.com.br/artista/nilton-campolino/>>. Acesso em: 30 set. 2024.

FONSECA, Christian Gonçalves Vidal da. O Morro Não Tem Vez? Ressonâncias de Uma Política Republicana Excludente nas Obras de Leci Brandão e Bezerra da Silva. *Historiador*, n. 10, p. 90-106, março de 2018. Disponível em:

<https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/download/192/196>. Acesso em: 30 nov. 2024.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Marcelo Bolshaw. A narrativa midiática: mediações dos acontecimentos. *Triade*, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, p. 230-246, jan./jun. 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP. São Paulo, 1990.

MACEDO, Joaquim Potyguara de. Ofício nº 1018 ao Chefe de Polícia Aurelino de Araújo Leal propondo a nomeação de Francisco Fernandes Palha Júnior como guarda civil de reserva. 28 abr. 1917. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Notação: BR ANRIO IJ6 622.

MORAES, Caio Sérgio de. *A Cidade do Feitiço: Feiticeiros no Cotidiano Carioca Durante as décadas iniciais da Primeira República - 1890 a 1910*. 163 f. 2017. (Dissertação de Mestrado) -- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2125.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

NASCIMENTO, Jorge Luiz do. Violência policial, racismo e resistência: notas a partir da MPB. *Contexto*, n. 35, p. 193-218, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/contexto/article/download/23023/15556>. Acesso em: 30 set. 2024.

PALHA, Laerte; PALHA, Jorge. *Chico Palha e sua sina*. Não publicado, 2020.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos. Quem Caminha e quem Marcha. In: *Marchar não é Caminhar: Interfaces políticas e sociais das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro contra os processos de Intolerância Religiosa (1950-2008)*. Rio de Janeiro: Pallas, 2019, p. 220-279.

SANTOS, Pedro Henrique Souza dos. *Discursos sobre o samba e os sambistas no Rio de Janeiro da Primeira República*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13395?show=full>. Acesso em: 30 set. 2024.

SECRETARIA DA POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL. Edital do concurso para provimento do cargo de investigador de 3ª Classe da Inspetoria de Investigação e de Segurança Pública. 17 jul. 1920. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Notação: IJ6 553.

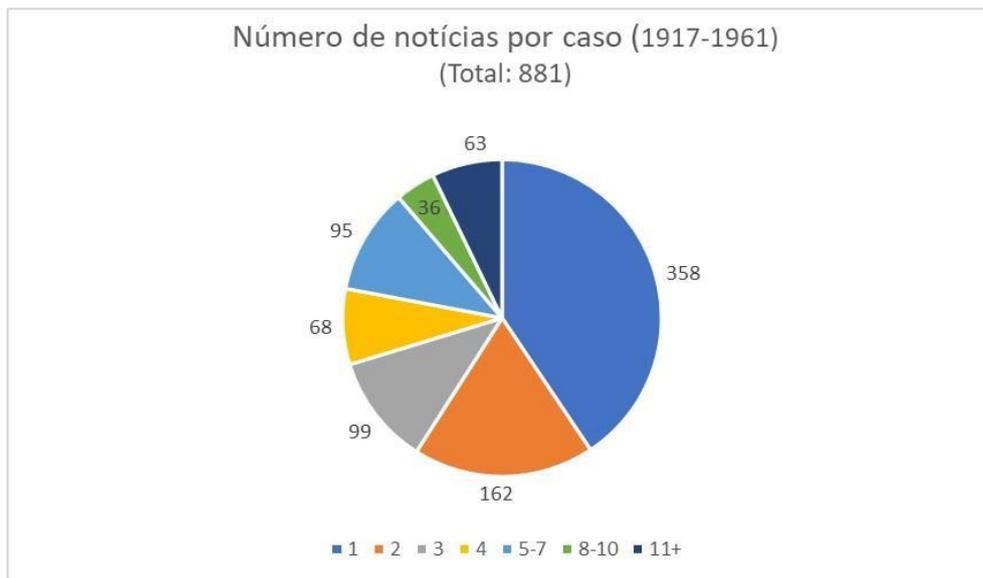
SILVA, Cyro Advincula da. *A Polícia do Rio na República*. São Paulo: Clube de Autores, 2021.

VOGLER, Christopher. *A Jornada do Escritor: Estrutura Mítica para Escritores*. São Paulo: Aleph, 2015.

Anexos

Figura 1 – Número de notícias por caso (1917-1948)

Total: 881



Fonte: Imagem criada pelo autor

Figura 2 – Número de notícias por ano (1917-1948)

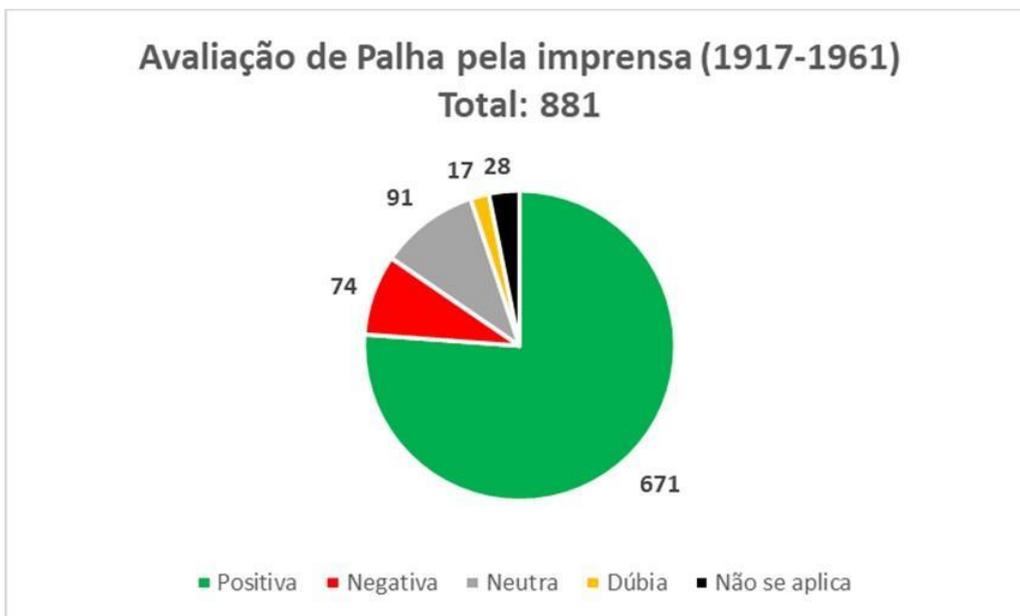
Total: 881



Fonte: Imagem criada pelo autor.

Figura 3 – Avaliação pela imprensa (1917-1948)

Total: 881



Fonte: Imagem criada pelo autor.

**JOSUÉ DE CASTRO (1908-1973) E A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA****JOSUÉ DE CASTRO (1908-1973) AND THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY
DICTATORSHIP**Lucas Barroso Rego¹**Resumo**

O presente artigo analisa a trajetória polissêmica de Josué Apolônio de Castro (1908-1973), uma das personalidades investigadas pelo projeto de pesquisa “A UFRJ e a ditadura civil-militar (1964-1985): lugares de memória e trajetórias”, vinculado à Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse contexto, são analisados os principais eventos que Josué de Castro vivenciou antes e durante a ditadura civil-militar brasileira, em sua atuação no campo da geografia, sociologia, política e diplomacia. Os caminhos metodológicos partem de uma abordagem qualitativa. Os resultados revelam a tensão entre a repressão ditatorial e a resistência em sua vida, na qual, mesmo à distância no exílio, buscou criar alternativas para continuar sua luta por um mundo mais justo, fraterno e igualitário. Este estudo contribui para a compreensão da importância de sua atuação, que deixou marcas indeléveis na história do Brasil e no campo internacional, servindo como inspiração para futuros estudos sobre as trajetórias impactadas pela repressão ditatorial brasileira.

Palavras-chave: Trajetória; Josué de Castro; ditadura.

Abstract: The present article analyzes the multifaceted trajectory of Josué Apolônio de Castro (1908-1973), one of the figures studied by the research project “UFRJ and the civil-military dictatorship (1964-1985): places of memory and trajectories”, linked to the Division of Institutional Memory (DMI) of the Library and Information System (SiBI) of the Federal University of Rio de Janeiro. In this context, the main events that Josué de Castro experienced before and during the Brazilian civil-military dictatorship are examined, focusing on his work in geography, sociology, politics, and diplomacy. The methodological approach follows a qualitative perspective. The results reveal the tension between dictatorial repression and resistance in his life, where, even from exile, he sought to create alternatives to continue his fight for a more just, fraternal, and egalitarian world. This study contributes to the understanding of the importance of his work, which left an

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com Bolsa Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o mundo do trabalho e em Currículo e prática docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ambos pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Licenciado em História pela Universidade Candido Mendes (UCaM), licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi) e bacharel em História pela UFRJ. Ao longo de sua trajetória acadêmica, apresentou resultados de suas pesquisas em eventos nacionais e internacionais. Possui experiência no ensino básico, na organização de eventos acadêmicos e em editoração científica. Tem interesse nas áreas de Ensino de História, História Contemporânea, História Oral, História e Memória das Ditaduras na América Latina, Autoritarismos, Movimentos Sociais, Futebol, Gênero e Sexualidade.

indelible mark on Brazilian history and the international arena, serving as inspiration for future studies on trajectories impacted by Brazilian dictatorial repression.

Keywords: Trajectory; Josué de Castro; dictatorship.

Introdução

Essa investigação se insere no projeto de pesquisa intitulado “A UFRJ e a ditadura civil-militar (1964-1985): lugares de memória e trajetórias”, vinculado à Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O projeto tem como um de seus objetivos investigar os impactos repressivos e as violações de direitos humanos ocasionados pelo regime ditatorial na Universidade e também compreender as relações de conflito, conciliação e apoio de integrantes do corpo social da instituição com o governo autoritário. Além disso, analisa a trajetória dos quarenta e cinco docentes da instituição que foram cassados durante o regime ditatorial brasileiro².

No último contexto ditatorial, as reformas no Ensino Superior combinaram a racionalização de recursos, expansão de vagas, fomento à pesquisa e reorganização da carreira docente com práticas repressivas, como censura a ideias progressistas, vigilância da comunidade acadêmica e subjogação do movimento estudantil. Embora inspiradas em propostas anteriores ao golpe, as reformas refletiram o caráter autoritário do regime, que buscava disseminar valores tradicionais por meio de propaganda e disciplinas de moral e civismo, como os Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), ao mesmo tempo em que afastava intelectuais críticos e reprimia manifestações contrárias à política universitária (Motta, 2014, p. 56).

A UFRJ, antiga Universidade do Brasil (UB), assim como outras instituições de ensino superior, foi profundamente impactada pela ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964. A repressão se manifestou por meio de vigilância, perseguições e expulsões de membros do corpo social, além da censura às bibliotecas e às pesquisas. A violência afetou diretamente a vida de estudantes, técnicos e professores.

Apesar de tentativas do regime de alinhar o ensino superior a seus ideais conservadores, como a criação de programas de pós-graduação (Motta, 2014, p. 56), a UFRJ enfrentou um esvaziamento significativo de docentes e a expulsão de estudantes.

² Para ler mais trabalhos sobre outros docentes da UFRJ cassados durante a ditadura civil-militar, ver: Rego e Queiroz (2024) e Rego (2024; 2025).

Esse cenário afetou diretamente o desenvolvimento de áreas como ciências humanas, sociais e artes, além de intensificar o controle sobre acervos das bibliotecas universitárias e sobre o que podia ser ensinado, pesquisado e publicado na instituição.

Logo após o golpe, em abril de 1964, dois docentes da UFRJ foram presos: o físico e professor da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), Plínio Sússekind Rocha, e o médico e professor da Escola de Enfermagem, Manoel Isnard de Souza Teixeira. Poucos meses depois, em agosto, o físico e professor José Leite Lopes, também da FNFfi, foi detido, ilustrando o rápido alcance da repressão política dentro da então Universidade do Brasil (Queiroz, 2021, p. 189).

Dentre os quarenta e cinco docentes da UFRJ cassados durante a ditadura, destaca-se Josué Apolônio de Castro (1908-1973). Médico, filósofo e intelectual de renome internacional, ele foi uma figura polissêmica no campo da saúde e das humanidades no âmbito nacional e internacional. Nascido em 5 de setembro de 1908, em Recife (PE), foi o filho único da professora Josepha Carneiro de Castro e do comerciante paraibano Manoel Apolônio de Castro.

Oriundo de uma família de classe média, frequentou os melhores colégios da capital pernambucana. Iniciou sua educação em um colégio local e depois foi aceito no Instituto Carneiro Leão, onde estudou sob a orientação de Pedro Augusto Carneiro Leão. Em 1921, aos 13 anos, ingressou no Ginásio Pernambucano, uma das instituições de ensino mais tradicionais do Brasil. Aos 15 anos, após terem burlado a sua idade em um documento (Melo; Neves, 2007, p. 41), foi admitido precocemente na Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), como desejavam seus pais.

Em dezembro de 1929, transferiu-se da FAMEB para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se aos 21 anos. Mais tarde, em 1939, graduou-se também em Filosofia pela mesma instituição. O recém-formado iniciou sua carreira docente lecionando Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife e esteve presente na fundação da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, onde ensinou Antropogeografia Social.

Mais tarde, foi nomeado para a cátedra de Antropologia na Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro. Com o fechamento da UDF em 1939, porém, sua estrutura docente foi incorporada à Universidade do Brasil (UB), onde Josué assumiu a cátedra de Geografia Humana na FNFfi. Tempos depois, também foi professor e diretor do futuro Instituto de Nutrição da universidade.

Ao longo de sua carreira, o pernambucano ocupou diversas cadeiras, foi candidato ao Prêmio Nobel de Medicina em 1954 e ao da Paz em 1963 e 1970. No campo político,

filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, em 1952, tornou-se presidente do Conselho Consultivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, ocupando o cargo até 1956. Foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1954 e reeleito em 1958. Em 1962, renunciou ao mandato para assumir o cargo de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, nomeado pelo presidente João Goulart.

Contudo, em março de 1964, viu sua trajetória política nacional ser interrompida por um golpe civil-militar. No dia 09 de abril, o intelectual foi exonerado de seu cargo diplomático, e no dia seguinte, com a publicação do Ato Institucional nº 1, seus direitos políticos foram cassados por um período de dez anos, sendo um dos primeiros docentes da UB a sofrer as sanções do novo regime ditatorial.

Ao longo de sua trajetória intelectual, estando no Brasil ou no exterior, Josué de Castro investiu sua energia nos problemas da alimentação, na diversidade étnico-racial, na justiça social e na geografia urbana brasileira. Viveu exilado na França, em decorrência da repressão ditatorial, até sua morte, em 24 de setembro de 1973, deixando um legado de dezenas de importantes obras publicadas em diversos países.

O recifense atuou como geógrafo, cientista social, político e escritor, destacando-se como a principal referência brasileira no combate à fome em sua época. Reconhecido mundialmente, foi pioneiro no estudo da desnutrição, dedicando sua vida à luta contra a escassez de alimentos e as desigualdades sociais. Partindo de suas contribuições e legados, o artigo possui o objetivo de analisar os principais eventos que Josué de Castro vivenciou antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

O presente trabalho é, assim, fruto de uma investigação qualitativa (Aires, 2011), fundamentada em um estudo de caso (Yin, 2005). Para esse fim, o caminho metodológico utilizado neste artigo é de base indiciária (Ginzburg, 1989), que sugere que uma escala específica de análise influencia a produção de determinado conhecimento, bem como sua própria estrutura e narrativa (Revel, 1998, p. 19-20).

Metodologia

As memórias subterrâneas, aquelas que foram silenciadas e marginalizadas pela história oficial construída por agentes estatais, são cristalizadas nos pequenos detalhes de seus indivíduos dominados. A compreensão e análise dessas memórias e seus receptáculos emergem, portanto, como fundamentais para desvelar as lacunas e distorções presentes na chamada “narrativa oficial” (Jelin, 2012, p. 71-72). Nesse contexto, a trajetória de vida é reivindicada na historiografia como um caminho possível para esse

processo analítico.

Assim como o próprio rumo da história, a trajetória de uma vida não é guiada por um deslocamento lógico, linear, coerente, unidirecional, orientado e teleológico. Existem encruzilhadas, emboscadas, imprevisibilidades e acontecimentos que marcam, de modo singular e diversificado, a passagem de cada existência individual. Narrá-la é, portanto, percorrer por fragmentos de acontecimentos dessa existência individual, cuja vida está inserida em contextos amplos de condicionantes temporais, sociais, econômicos e culturais (Bourdieu, 1996, p. 184).

Nessa concepção, a trajetória de um certo indivíduo adquire um significado crucial ao se tornar um elemento constituinte – não apenas contido dentro, mas formador – da sociedade. Nesse contexto, a memória desse indivíduo ganha uma grande relevância historiográfica. Com isso, suas experiências pessoais, desejos, sofrimentos, decepções, privações e traumas são os pontos de referência que delineiam a singularidade de sua identidade como indivíduo social (Ferreira, 1997, p. 2).

Em meio à recente virada biográfica da história, a investigação da vida dos indivíduos está atrelada aos desenhos de seus amplos panoramas sociais, políticos e culturais que estão inseridos. Desta forma, os vastos cenários (econômicos, culturais, institucionais, legais) nos quais as pessoas se inserem estão relacionados a tomadas de decisão pragmáticas que podem impactar toda uma sociedade de modo micro ou macro. Essa lógica permite, portanto, reconstituir a complexidade, a multiplicidade e a diversidade das experiências sociais e individuais ao longo da história.

Nesse cenário, esse caminho metodológico é estruturado na concepção de que uma escala particular de observação produz efeitos e estratégias de conhecimento, bem como alterações significativas em sua forma e trama. Mudando a escola das escalas de observação, é possível transformar o próprio conteúdo daquilo que é representado e, por conseguinte, analisado (Revel, 1998, p. 19-20).

Essa proposta visa enriquecer a análise social, tomando como base os comportamentos individuais, as relações entre indivíduos, as experiências sociais e a constituição de identidades. Assim, adota-se uma perspectiva a nível local, em que a defasagem entre categorias exógenas e endógenas é mais definida. A partir da análise dos comportamentos de indivíduos, visa-se à reconstrução das modalidades de agregação e de associação social.

De acordo com essa lógica, a escolha individual não é considerada como totalmente oposta à social; ela, ao contrário, visa possibilitar uma abordagem distinta do contexto

social, ao seguir o caminho de um destino específico – seja de um indivíduo ou de um grupo de pessoas – e, junto com ele, a diversidade de espaços e tempos, desvendando a complexidade das relações nas quais se inserem (Revel, 1998, p. 19-20).

Os caminhos abertos por essa perspectiva desembocaram, assim, em uma “nova” história política, social e cultural, cujos limites são voláteis e fluidos. Uma história mais próxima de seus próprios atores e sujeitos, cujos processos sociais passaram a possuir uma dimensão mais humanizada. Uma história capaz de “[...] dar cor e sangue aos acontecimentos, que não ‘acontecem’ naturalmente, mas são produzidos por homens reais, quer das elites, quer do povo” (Gomes, 1998, p. 124).

À luz desses contributos, este trabalho visa analisar a trajetória de Josué de Castro, explorando os principais eventos que vivenciou antes e durante a ditadura civil-militar brasileira, utilizando uma abordagem qualitativa (Aires, 2011) e indiciária (Ginzburg, 1989, p. 150-152; Revel, 1998, p. 19-20), baseada em um estudo de caso (Yin, 2005). Os objetivos, hipóteses e conclusões foram tecidos a partir de fontes contidas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), no Diário Oficial da União (DOU) e na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Consolidação de Josué de Castro como profissional e intelectual renomado no Brasil (1929-1950)

Em dezembro de 1929, aos 21 anos, Josué de Castro concluiu o curso de Medicina. Durante o curso, foi escolhido para fazer parte da Caravana Médica Brasileira, uma expedição à região do rio da Prata entre o final de 1927 e o início de 1928. Na referida Caravana, atuou como representante dos discentes da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), antiga UFRJ³.

Ainda que não tivesse participado da solenidade de sua formatura (Melo; Neves, 2007, p. 30), terminou o curso com aprovação distinta em todas as disciplinas cursadas e, por isso, foi contemplado com outra viagem. Após sua passagem pelo México, seguiu para Nova Iorque, nos Estados Unidos. Por lá, estagiou na Universidade de Colúmbia e no Medical Center.

Ao retornar ao Brasil, se transferiu para Recife, deixando o Rio de Janeiro e passando a morar com sua mãe em uma nova residência no bairro da Capunga, na capital

³ O percurso desse ciclo de viagens diplomáticas às Repúblicas Platinas foi informado em algumas edições do *Jornal Pequeno*. Uma das entrevistas concedidas por Josué de Castro após a viagem está transcrita em Barroso e Queiroz (2025).

pernambucana. Impedido de ser empregado pela Secretaria de Educação, em virtude da Revolução de 1930, o recém-formado montou, com dinheiro emprestado, uma clínica no centro da cidade e, de forma concomitante, também começou a trabalhar como médico em uma grande fábrica local (Melo; Neves, 2007, p. 30).

Essa última experiência permitiu que Josué de Castro empreendesse investigações acerca da subnutrição proletária como condição de sua baixa produtividade. O médico realizou, assim, um primeiro inquérito sobre as condições de vida da classe operária da capital pernambucana, pesquisando cerca de oitocentas famílias empregadas em manufaturas de três bairros da cidade. Esse estudo foi condensado em seu livro *As condições de Vida das Classes Operárias do Recife* (1932) e teve grande repercussão no Brasil, sendo até utilizado como argumento de embasamento para a aplicação do salário-mínimo (Amorim, 2016, p. 76). A partir desse momento, o intelectual começou a focalizar suas atenções investigativas no problema da fome.

Esse período em Recife que foi fundamental para a consolidação da múltipla faceta política, crítica e pesquisadora de Josué Apolônio de Castro. O choque violento com a realidade miserável presente nos bairros da capital pernambucana, iniciada nesse momento, gerou um entusiasmo e inquietação perante a subnutrição e a desigualdade. Segundo o próprio, futuramente em *Homens e caranguejos* (1967):

Não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo (Castro, 1967, p. 12).

A partir do início dessa nova década, passou a lecionar em Recife. Em 1932, inscreveu-se e foi aprovado em um concurso de livre-docência da cátedra de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife. De início, sua aprovação foi vetada, sob alegação de que não teria idade suficiente, mas o diretor da faculdade, o professor Otávio de Freitas, permitiu seu ingresso (Amorim, 2016, p. 77). Para ocupar a cadeira, defendeu a tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Assumiu a cátedra e, em pouco tempo depois, foi eleito como representação docente da unidade.

Pouco tempo depois, Castro, seguindo o caminho das Ciências Humanas, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, inaugurada em 22 de setembro de 1933. Nessa instituição pioneira em Pernambuco (PE), lecionou a disciplina de Antropogeografia Social também exerceu a função administrativa de vice-

diretor. Nesse momento, a partir de seus estudos da área de antropologia, houve uma aproximação com o grande campo da geografia.

Após cinco anos em Recife, retornou ao Rio de Janeiro, deixando a estabilidade de sua clínica e carreira catedrática. Na capital da República, abriu outra clínica, que rapidamente se popularizou. Além disso, na área da docência, como vislumbrado pelo próprio Josué de Castro, já referência nacional nas áreas de nutrição e antropologia, recebeu uma indicação de Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e foi admitido como responsável pela cátedra de antropologia na recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF).

Nessa função, lecionou as disciplinas de Antropologia Física e Geografia Humana. Entretanto, com a implementação da ditadura do Estado Novo e a consequente perseguição política a dissidentes políticos, a UDF foi obrigada a encerrar suas atividades e as estruturas docente, discente e física foram realocadas para a nova Universidade do Brasil (UB), antiga Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Em 1939, Castro se graduou em Filosofia pela Universidade do Brasil (UB).

No ano de 1930, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), abrangendo as licenciaturas e as humanidades da UB, foi criada. Em 1940, Josué de Castro foi indicado pelo governo de Vargas e nomeado para a cátedra de Geografia Humana na nova instituição. Nesse novo cargo, seu primeiro trabalho publicado foi a tese para o concurso de professor titular, sob o título *Fatores da localização da Cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana*, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ao longo da década de 1940, atuou também como Chefe do Departamento de Geografia e do Conselho Departamental da FNFfi.

Em 1943, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o professor Josué de Castro idealizou a construção do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) da Coordenação de Mobilização Econômica, criado a partir da portaria nº 5/42, de 19/10/1942. Com a sua criação, Castro foi designado como chefe do órgão, que tinha como objetivo orientar a produção agrícola no Brasil. Posteriormente, em 1946, o Serviço passou a ser vinculado à Universidade do Brasil (UB) e se transformou no Instituto de Nutrição, no qual o cargo de diretor continuou ocupado pelo professor. Unindo sua aproximação teórica com o ramo geográfico e a sua experiência no campo da nutrição, em 1946, aos 38 anos, publicou sua célebre e pioneira obra *Geografia da Fome* (1946).

A entrada de Josué de Castro na política brasileira e internacional (1950-1964)

Josué de Castro permaneceu na cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (UB) até o início da década de 1950, quando se ausentou de seu cargo catedrático para ingressar na vida político-partidária brasileira de forma mais incisiva e direta. Em 1950, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para concorrer às eleições parlamentares do mesmo ano como deputado federal por Pernambuco. Mesmo com grandes propagandas locais e com apoio direto de Getúlio Vargas, não chegou a receber nem 5.000 votos e não foi eleito, ficando com a sexta suplência dos dez deputados federais eleitos pelo partido.

Com a vitória democrática de Vargas, Josué de Castro foi nomeado como presidente da Comissão Nacional de Alimentação, ainda mantendo suas atribuições como Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (UB). Em 1951, também foi indicado para ocupar o cargo de vice-presidência da nova Comissão Nacional do Bem-Estar Social (CNBS), chefiada pelo então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Danton Coelho (1906-1961).

Os seus cargos políticos nessas Comissões fizeram com que Josué de Castro adquirisse uma maior visibilidade internacional a partir de uma participação mais efetiva nos debates e eventos globais, fomentando até um vínculo institucional maior com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no qual era integrante desde 1947. Em 1952, por uma diferença de apenas quatro votos, Castro foi eleito presidente do Conselho Consultivo da FAO, exercendo essa função diplomática até 1956. As reuniões do Conselho aconteciam de forma semestral, o que não exigiu uma mudança de residência.

A partir da FAO, sua influência em políticas internacionais se ampliou, consolidando-o como uma referência mundial em assuntos relacionados ao subdesenvolvimento — termo do qual se orgulhava de ter sido o criador (Manchete, 1973) —, à subnutrição e à fome. Em 1952, o professor Josué de Castro chegou a ser recebido em Washington pelo então presidente Harry S. Truman (1884-1972). A conversa entre os dois rondou em torno do combate à fome e de uma proposta de Castro de organizar uma reserva internacional de alimentos voltada às populações de países em desenvolvimento que sofressem da subnutrição.

Em 1954, mesmo não ganhando, foi indicado ao Prêmio Nobel de Medicina. Entretanto, nesse ano, realizou uma façanha muito esperada. Para as eleições legislativas de 03 de outubro de 1954, Josué de Castro, ainda filiado ao PTB de Pernambuco, tentou novamente sua candidatura ao cargo de deputado federal. Todavia, nesse momento, a

partir de uma coligação partidária com outros seis partidos e da articulação de uma ampla rede de apoios, Castro, com 14.076 votos, foi eleito representante pernambucano na Câmara Federal, sendo o sétimo mais votado da coligação. Em seu novo cargo político, atuava de forma ativa nos debates da tribuna da Câmara dos Deputados, também em comícios, manifestações e ministrando conferências no Brasil e no exterior (Amorim, 2016, p. 159).

Em 1955, em virtude de seus feitos, foi agraciado com o recebimento do Prêmio Internacional da Paz, condecoração concedida à época pela União Soviética (URSS). O recebimento desse prêmio abriu portas para que, anos mais tarde, ocupasse, de forma unânime, um cargo de membro estrangeiro na Academia Nacional de Ciências de Moscou. Além disso, em 1957, em conjunto com o padre Louis-Joseph Lebreton (1897-1966) e outros intelectuais, fundou, em Paris, a Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM) e tornou-se presidente da organização, que desenvolveu importantes ações no Nordeste brasileiro.

Em uma grande votação para as eleições de 1958, Josué de Castro foi eleito para o seu segundo mandato, tornando-se, na época, o deputado federal mais votado da história do estado de Pernambuco e de toda a região do Nordeste, recebendo 33.656 votos. Nesse mesmo ano, também foi agraciado com a Ordem do Mérito Médico, condecoração recém-criada pela lei nº 1074/1950 com o objetivo de premiar feitos e serviços notáveis de médicos nacionais e estrangeiros ao país.

No dia 1º de julho de 1960, o deputado Josué de Castro, representante do Brasil, foi eleito o presidente da primeira sessão do Comitê Consultivo da Campanha Mundial contra a Fome, sob égide da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Ainda nesse ano, Castro também foi um dos três representantes do estado de Pernambuco (PE) que disputavam o cargo de chefia do Ministério da Agricultura. Segundo o deputado federal pernambucano, ele se dizia candidato há anos. Entretanto, ainda no ano de 1960, João Goulart (1919-1976), o vice-presidente de Juscelino Kubitschek (1902-1976), vetou formalmente a sua indicação.

Em 1962, estando desiludido com a política brasileira, Josué de Castro renunciou ao seu mandato de deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do estado de Pernambuco, a fim de ser nomeado, pelo então presidente da República João Goulart, para o cargo de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, com a categoria de Embaixador para assuntos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu novo cargo, desenvolveu importantes investigações acerca de mudanças políticas e

sociais no Brasil e no mundo, exercendo também atividades de representante do Brasil junto ao Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de chefe da delegação brasileira na Conferência do Desarmamento, no qual era um dos seus grandes entusiastas (Amorim, 2016, p. 30).

O diplomata também expressava seu público e explícito apoio às Ligas Camponesas, movimento pela reforma agrária no Brasil, iniciado nos anos 1950, tendo como principal líder e impulsionador o advogado e deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião (1915-1999) (Gomes, 2019).

Em virtude de seus empreendimentos em prol do desarmamento e da paz mundial, em 1963, Josué de Castro foi um dos indicados ao Prêmio Nobel da Paz, cuja candidatura foi lançada formalmente pela Associação do Parlamento Mundial e apoiada por personalidades e diversas agremiações científicas e governamentais na Europa, Ásia, América e Brasil. Mesmo com a indicação de mais de quinze países, o governo do Brasil não expressou nem solidariedade à sua candidatura. O Prêmio foi vencido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha e pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em decorrência de suas atuações em prol da defesa global dos direitos humanos.

De janeiro de 1963 a dezembro de 1964, Josué de Castro também foi membro do Conselho Diretor do Instituto Cultural Brasil-Cuba, organização fundada em 16 de fevereiro de 1962 cujo presidente era Oscar Niemeyer (1907-2012). Sua relação com a Revolução Cubana (1959) era um pouco mais antiga. Um fato disso é que em 26 de julho de 1962, juntamente com outras personalidades, assinou um manifesto de solidariedade ao Povo Cubano, conforme consta em relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) datado de 16 de setembro de 1975.

Josué de Castro e a ditadura civil-militar (1964-1973)

O ambivalente mês de março de 1964 foi decisivo para os rumos do Brasil e para a carreira de Josué de Castro. No início do mês, mais precisamente no dia 13 de março, o embaixador estava presente no histórico comício da Central do Brasil e almejava mudanças concretas (Melo; Neves, 2007, p. 69), porém, ao final do mês, assistiu incrédulo à eclosão de um golpe militar que o destituiu de seu cargo diplomático e cassou seus direitos políticos. Vale destacar que Josué de Castro foi um dos primeiros professores da Universidade do Brasil (UB) a ser cassado pelo Ato Institucional nº 1.

No dia 09 de abril de 1964, Ranieri Mazzilli (1910-1975), o então presidente da Câmara dos Deputados em exercício do cargo de presidente interino da República,

dispensou Josué Apolônio de Castro da função de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra. A exoneração foi publicada nesse dia no Diário Oficial da União. No dia seguinte, após a outorga do primeiro Ato Institucional, o governo militar publicou, também em Diário Oficial, a primeira lista de suspensão de direitos políticos, cassando os direitos de cem personalidades políticas por um prazo de dez anos. Josué de Castro apareceu na trigésima posição da lista.

Sobre sua dispensa e cassação, Castro, em Genebra, classificou-as como inacreditáveis e, no momento posterior do recebimento da notícia, encontrava-se perplexo diante da decisão, uma vez que, mesmo com a deposição de João Goulart pelos militares, tinha a expectativa de continuar exercendo seu cargo diplomático. *O Jornal*, periódico carioca diário que apoiou o golpe e o governo militar, informou a população acerca da reação de Josué de Castro à sua exoneração:

Em Genebra, o embaixador Josué de Castro, chefe da delegação brasileira à Conferência de Desarmamento, definiu como ‘incrível’ a deliberação dos chefes militares brasileiros de cassar mandatos parlamentares. Disse o sr. Josué de Castro: “Considero-me ainda representante oficial brasileiro junto a Conferência de Desarmamento. Não recebi qualquer comunicado. Do que sei pela imprensa, posso afirmar que fatos como êsses jamais se tinham verificado no Brasil, até o momento” (*O Jornal*, 1964, p. 1, 8).

Em 14 de abril de 1964, antes do início de uma das sessões da Conferência do Desarmamento, em Genebra, um porta-voz da delegação brasileira anunciou à imprensa a destituição de Josué de Castro de suas funções como embaixador-chefe das missões brasileiras. A decisão causou diversas reações nos presentes e em algumas associações internacionais, que expressaram numerosas manifestações de solidariedade, entre elas, por exemplo, a Liga dos Direitos do Homem. Ao ser notificado, Castro deixou o cargo de forma imediata e a Suíça, entregando até a chapa diplomática de seu carro ao governo suíço, porém dias depois recebeu-a de volta com a informação governamental de que ele continuava gozando das prerrogativas de embaixador (*Última Hora*, 1965, p. 4).

O cargo vago de Chefe da Delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, em Genebra, passou a ser ocupado inicialmente pelo diplomata Eduardo Moreira Hosannah. Já para o posto de liderança da Delegação Permanente do Brasil, também em Genebra, foi nomeado o diplomata Antônio Correia do Lago, antigo embaixador do Brasil em Caracas, capital da Venezuela, tendo a responsabilidade de representar o Brasil em dez organismos internacionais diferentes.

Dias após sua exoneração, Josué de Castro, juntamente com outros professores

brasileiros cassados pelo regime ditatorial militar, foi formalmente convidado pela reitoria da Universidade do Chile para compor seu corpo docente. Mesmo declinando do convite, essa proposta, dias após ser exonerado de um importante cargo diplomático, demonstrou a continuidade de sua brilhante carreira internacional. Recebeu ainda outras solicitações catedráticas de mais doze universidades internacionais, sendo nove delas localizadas na América, como no México, no Uruguai e no Peru, por exemplo, e também em África. Meses após, concluintes do curso de Sociologia da Universidade Central da Venezuela o elegeram como seu paraninfo.

Entretanto, ao final do mês de abril de 1964, o ex-embaixador-chefe brasileiro, após alguns países terem aberto as suas portas para asilá-lo, despediu-se de Genebra e resolveu fixar residência em Paris, capital da França, a fim de dirigir a nova filial francesa do Centro Internacional de Desenvolvimento (CID), uma instituição financiada por industriais franceses que tinha o objetivo de contribuir para o pleno desenvolvimento de países do chamado Terceiro Mundo. Em território francês, também lhe foi proposto ser docente em cursos regulares sobre a temática de problemas de geografia humana no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social e no Instituto de Altos Estudos Latino-Americanos, ambos vinculados à Universidade de Paris.

Sobre essas oportunidades, em suas palavras,

“Não tive dúvidas em aceitar a direção do centro internacional para o desenvolvimento, e estabelecer-me em Paris” - declarou em Genebra Josué de Castro, a um correspondente do jornal francês “Le Monde”. [...] “Serei o primeiro diretor deste novo organismo - declarou de Castro - e sou grandemente comovido pela honra. Tenho a esperança de que a importância do Centro permitir-me-á levar a bom fim minha tarefa. É um setor que é para mim particularmente atrativo” (Jornal do Commercio, 1964, p. 1).

Nesse contexto, Gomes (2019) aponta que, após a indicação de Castro para esse cargo diplomático, a Seção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores solicitou à Embaixada em Paris informações detalhadas sobre o CID, tais como os nomes dos seus dirigentes e financiadores, bem como o tamanho de suas instalações e seus projetos. Além disso, a Embaixada brasileira, ao longo da permanência do geógrafo na França, enviava ao Itamaraty todas as publicações do intelectual na imprensa, que, frequentemente, o consultava, diante de sua proeminência intelectual, sobre questões latino-americanas (Gomes, 2019).

No início do mês de maio de 1964, a Universidade Livre de Bruxelas e a Universidade Católica de Lovaina convidaram Josué de Castro para pronunciar

conferências na capital da Bélgica. Após essas palestras, o chanceler belga Paul Henry Spaak (1899-1972) também o convidou para participar do futuro Seminário do Centro Internacional do Diálogo, que seria realizado no mês seguinte no Castelo de Karreveld, a fim de ministrar acerca da situação econômica da América Latina e de possíveis contribuições de países europeus ao seu pleno desenvolvimento. Ao final do mês de maio, também palestrou no Centro Europeu de Investigações Nucleares, em Genebra, sobre sua especialidade teórica e prática: a luta contra a fome (Jornal do Commercio, 1964, p. 1).

Em junho de 1964, além de ser conferencista na Bélgica, Josué de Castro também foi convidado para debater os planos de atividades do Instituto de Altos Estudos da Califórnia, nos Estados Unidos, no qual foi eleito presidente do Conselho Diretor. No mês seguinte, participou do Colóquio do Mediterrâneo, organizado no Palácio Vecchio, em Florença, pelo síndico Giorgio La Pira (1904-1977), advertindo os presentes acerca da subalimentação e do armamento nuclear. Já na primeira quinzena de agosto de 1964, Josué de Castro foi convidado para palestrar para os delegados da Assembleia Mundial da Juventude e participar de uma mesa-redonda realizada na Universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos, sobre a temática de tendências políticas e econômicas da América Latina. Em território estadunidense, também presidiu, em Nova Iorque, uma das reuniões da Convenção Pré-constituição Mundial (Última Hora, 1964, p. 3).

Entre 17 e 20 setembro de 1964, Josué de Castro presidiu os trabalhos do IV Simpósio Internacional Teilhard de Chardin, evento realizado em Bruges, na Bélgica, e organizado pela Sociedade Pierre Teilhard de Chardin. Patrocinado pela rainha Elizabeth II, o evento teve como tema “A energia universal e a ação humana”. Em outubro, ainda em território belga, Castro, em uma audiência especial com o chanceler Henri Spaak, apresentou o seu plano de criação de uma Universidade Internacional do Desenvolvimento, com o objetivo de formar quadros intelectuais e políticos nos países em desenvolvimento para que possam ser capazes de participar de forma efetiva em seus processos de crescimento. Já em dezembro de 1964, foi convidado pelo primeiro-ministro inglês Harold Wilson (1916-1995) para viajar à Inglaterra a fim de opinar sobre um plano de desenvolvimento do terceiro mundo (Manchete, 1964, p. 37).

No primeiro semestre de 1965, Josué de Castro viajou à América Latina com o objetivo de ministrar cursos e conferências em diversas universidades latino-americanas. Inicialmente, aportou no México e depois seguiu para o Peru. Em Lima, foi condecorado com o título de doutor “honoris causa” e com uma bandeja de prata pelos corpos docente e discente da Universidade Nacional de Engenharia, onde palestrou sobre a dinâmica do

desenvolvimento latino-americano (Diário de Natal, 1965, p. 1).

Depois seguiu para o Chile, onde pronunciou uma conferência intitulada “A Fome e o Subdesenvolvimento na América Latina” na Universidade do Chile. Em seguida, se encaminhou para o Equador. Por fim, a convite da Universidade de Buenos Aires, viajou à Argentina para dissertar sobre o tema “Brasil, São Domingos e a situação atual da América Latina” na aula magna da Faculdade de Medicina e para jantar com as principais autoridades do país, como, por exemplo, o presidente da República Arturo Umberto Illia (1900-1983) (O Jornal, 1965, p. 5).

Durante a segunda quinzena de junho, foi convidado para participar de uma conferência sobre o futuro da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada na Califórnia, nos Estados Unidos. No início de agosto, tirou férias de duas semanas na Praia de Estoril, em Lisboa, capital de Portugal. Findado o curto período sabático, retornou, por via marítima, a sua residência em Paris (Tribuna da Imprensa, 1965, p. 10).

Em 1966, Josué de Castro continuou palestrando na Europa. No primeiro semestre, novamente, pronunciou conferências em Genebra (Suíça) e em Bruxelas (Bélgica) sobre a fome e o subdesenvolvimento. Em maio, presidiu a sessão inaugural da conferência da União Nacional das Cooperativas Agrícolas de Cereais. Já em agosto do mesmo ano, Castro divulgou a sua iniciativa, juntamente com o filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980) e outras sete personalidades intelectuais, de formação de um tribunal especial, sediado em Paris, para julgar os crimes de guerras cometidos no Vietnã pelo presidente estadunidense Lyndon Johnson (1908-1973) e seus secretários de Estado, Dean Rusk (1909-1994), e da Defesa, Robert McNamara (1916-2009) (Jornal do Comércio, 1966, p. 13).

No ano de 1967, em abril, viajou para a América do Norte, a convite da Rádio Televisão do Canadá, para falar sobre a fome e o subdesenvolvimento no mundo. Em território canadense, também se reuniu com alguns professores, com o reitor da Universidade de Montreal, Roger Gaudry (1913-2001), e com o ministro de Educação de Quebec, Jean Jacques Bertrand (1916-1973). Depois seguiu para os Estados Unidos para acompanhar o lançamento da edição em inglês de um de seus livros. No mês seguinte, foi recebido como hóspede oficial do governo do Irã por 10 dias. Sendo recebido pelo Xá Maomé Reza Pálavi (1919-1980) e pelo primeiro-ministro Hoaveyca, Josué de Castro expôs seus planos de cooperação mútua entre o governo iraniano e o CID (O Jornal, 1967, p. 2).

No dia 20 de junho de 1967, o Consulado-Geral do Brasil em Nova Iorque emitiu

um passaporte comum para Josué de Castro com validade até 19 de junho de 1971. Oito dias depois da emissão, mas gozando das prerrogativas do passaporte da ONU, vindo dos Estados Unidos, desembarcou no Aeroporto do Galeão e retornou ao Brasil em missão oficial na qualidade de presidente do CID e representante europeu do Instituto de Formação Humana e Pesquisa. Sua viagem foi gerida no sentido de debater e investigar problemas específicos ligados à subnutrição e à fome em países em vias de desenvolvimento. Em seu retorno, reviu familiares e amigos. Um dia após sua chegada, o *Jornal do Commercio* noticiou o estado de espírito e as primeiras ações de Josué de Castro em sua estadia em solo brasileiro:

O professor Josué de Castro, que ontem almoçou com amigos, recebeu visitas de outros e telefonemas de alguns (“muitos amigos ainda não souberam de minha chegada, que era conhecida apenas da família”) disse à noite, ao *Jornal do Commercio*, ter sido um dia absolutamente normal, “de um cidadão brasileiro que retorna à sua Pátria”. Informou não ter tido qualquer problema e que sua visita não inclui nenhuma atividade política, mas sim dos seus trabalhos específicos da ONU. Disse também não ter feito qualquer consulta prévia sobre o seu retorno. Mostrou-se feliz em ter encontrado tudo bem de volta, “sua família, sua biblioteca” (*Jornal do Commercio*, 1967, p. 12).

Um outro objetivo da viagem diplomática de Castro ao Brasil era discutir acerca das possibilidades de instalação de uma filial do Centro Internacional do Desenvolvimento (CID) no Rio de Janeiro, que já possuía sedes na Suíça, França e Canadá. Entretanto, em uma reunião com alguns empresários brasileiros, o presidente do CID concluiu que o momento político ditatorial brasileiro não propiciaria a instalação de um organismo internacional desse tipo.

Em seu embarque de saída no Aeroporto do Galeão, no dia 16 de agosto de 1967, Josué de Castro teceu considerações sobre sua passagem em solo brasileiro, depois de mais de três anos. Dizendo que “[...] é muito difícil uma apreciação exata do momento brasileiro” (*O Jornal*, 1967), o cassado pela ditadura afirmou que encontrou “o Brasil muito vazio e sem rumo definido, numa expectativa geral em busca de uma saída, que ninguém sabe apontar qual” (*Tribuna da Imprensa*, 1967, p. 8).

Depois de sua estadia de quase dois meses no Rio de Janeiro, em continuação a sua missão, seguiu para Caracas a convite da Fundação Criolla, uma organização do país focada na formação humana. Na capital venezuelana, foi recebido pelo presidente Raúl Leoni (1905-1972). Em seguida, viajou para Nova Iorque, ainda na condição de presidente da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM). Depois regressou à sua residência em Paris.

No mês seguinte, Josué de Castro participou como ouvinte da Conferência dos 77, evento organizado pelo Grupo dos 77, uma coalizão de nações em desenvolvimento para a garantia de seus interesses econômicos coletivos. A conferência aconteceu em Argel, capital da Argélia. Ainda em novembro, junto com outros vinte participantes, participou da mesa redonda inaugural de uma conferência sobre a “América Latina do Ano 2000”, organizada pelo Instituto para a Integração da América Latina e ocorrida na sede da Escola Latino-Americana de Ciências Políticas e Administração Pública, em Santiago, Chile. O evento foi patrocinado pela Escola e pelo Fundo Jurídico Mundial (Jornal do Commercio, 1967, p. 9).

Ainda no final de 1967, palestrou na Terceira Conferência Latino-Americana de Ciências Políticas e Sociais, realizada na República Dominicana. No início de dezembro, Josué de Castro foi agraciado com homenagens no Brasil. A turma da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) o elegeu como seu patrono. Além disso, os discentes do curso de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, localizada em Natal, no Rio Grande do Norte, batizaram a sua entidade representativa estudantil de Diretório Acadêmico Josué de Castro (Manchete, 1967, p. 46).

No primeiro semestre de 1968, viajou mais uma vez ao Brasil. Esteve presente na realização brasileira do Encontro de Royaumont, realizado inicialmente na França em 1961. E em abril, também fez parte da realização da 1ª Reunião dos Conselhos de Cultura, ocorrida no auditório do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e presidida pelo então ministro da Educação Tarso Dutra (1914-1983) (O Jornal, 1968, p. 6).

Já em maio, participou de uma conferência nos Estados Unidos, falando sobre o desenvolvimento sul-americano e os interesses estadunidenses na região. Ao final do primeiro semestre de 1968, foi ouvinte de um seminário sobre imperialismo, promovido, em Paris, pela revista católica *Espirit*, e que reuniu importantes personalidades políticas, como os brasileiros Waldir Pires (1926-2018), Max da Costa Santos (1921-1978) e Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) (O Fluminense, 1968, p. 4). Em setembro foi à África para uma reunião prospectiva sobre o mundo subdesenvolvido.

O final do ano de 1968 rendeu episódios de reconhecimento ao professor. Em 26 de outubro, Josué de Castro, em Paris, foi condecorado pelo ministro de Educação da Venezuela Siso Martínez (1918-1971) com a Ordem Venezuelana Andres Bello. A distinção foi criada para premiar os altos valores do espírito. A cerimônia aconteceu na residência do embaixador venezuelano Luiz Croze, na capital francesa, e contou com um

alto quórum de personalidades latino-americanas e francesas, principalmente embaixadores e diplomatas. Já na primeira quinzena do mês seguinte, voltou a proferir conferências. Palestrou em Madrid, capital da Espanha, sobre o tema “Recursos humanos e desenvolvimento econômico”, na ocasião de inauguração do ciclo cultural do Ateneu de Madrid. Em dezembro, esteve em Túnis, capital da Tunísia, para uma das reuniões da Associação das Universidades Francófonas (AUF) (Jornal do Commercio, 1968, p. 5).

Por fim, ainda no final do ano de 1968, Josué de Castro se candidatou e foi nomeado pelo governo francês como Professor Associado do Departamento de Ciências Geográficas do Centro Universitários de Vincennes, vinculado à Universidade de Paris. O professor brasileiro foi um dos fundadores do centro universitário experimental, recém-criado em 1968 pela nova lei do ensino superior do governo de Charles de Gaulle (1890-1970) e que, já em seu primeiro ano, contava com cerca de 6200 alunos inscritos (Correio Braziliense, 1969, p. 23). Castro era o único estrangeiro do grupo de dezesseis docentes franceses do Departamento de Geografia.

No ano seguinte, em 1969, continuou exercendo suas funções de educador e diplomata. Em fevereiro, Josué de Castro, já na condição de docente de Ciências Geográficas na Universidade de Paris, foi convidado para falar na Conferência Internacional de Desenvolvimento, em Monte Carlo, em Mônaco (Diário de Notícias, 1969, p. 9). Em maio, o Consulado-Geral do Brasil em Paris prorrogou o seu passaporte comum, emitido no Consulado em Nova Iorque no dia 20 de junho de 1967.

No meio do ano de 1969, com vocação de resolver os grandes problemas da época, o Congresso dos Povos, em sua primeira eleição mundial realizada, elegeu Josué de Castro como seu delegado por um período de dez anos. Em setembro do mesmo ano, pronunciou uma conferência pública no Quebec, província do Canadá. Em sua palestra, abordou as temáticas da violência, do subdesenvolvimento, da distribuição desigual das riquezas e da fome. Condensando a sua exposição em trechos, o *Jornal do Brasil* noticiou suas falas nessa conferência:

Quebeque (AP-JB) - O economista brasileiro Josué de Castro afirmou ontem nesta cidade que a distribuição desigual dos bens materiais representa o problema “mais ameaçador de nossa época”. Durante uma conferência pública, o Sr. Josué de Castro disse que “a pessoa com fome será obrigada a se rebelar, a menos que consiga uma parte da abundância do mundo”, e que “devemos prosseguir no desarmamento e descolonização ao mesmo tempo. Para este fim, a ONU deve ser uma organização supranacional, em lugar de internacional, pois de outra forma o mundo se destina a uma catástrofe” (JORNAL DO BRASIL, 1969, p. 45).

Em outubro de 1969, Josué de Castro também foi convidado para fazer parte da Comissão Internacional do concurso internacional “Os Heróis da Comunidade Mundial”, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Com prêmios de menções, viagens e publicações didáticas, o concurso procurou premiar contribuições de personalidades históricas para a comunidade mundial. Três mil concorrentes venceram (Correio da Manhã, 1969, p. 9).

Na virada para uma nova década, seis anos após a sua exoneração e cassação, mais uma punição oriunda da ditadura civil-militar brasileira atingiu o professor. Em 15 de janeiro de 1970, baixou-se o Ato Complementar 78, que determinava o afastamento de servidores públicos que tivessem sofrido a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandato eletivo. Assim, mesmo já estando no exterior, Josué de Castro foi aposentado compulsoriamente de seu cargo de professor de Ensino Técnico no Brasil. Sua reação imediata foi de consternação.

Após o recebimento dessa notícia, participou da “Semana da América Latina”, realizada em fins de fevereiro de 1970, em Fresnes, subúrbio de Paris. O evento, que contou com a presença de diversos conferencistas franceses especialistas em política e economia, foi dinamizado em exposições de filmes, exposições artísticas, conferências, espetáculos e vendas de livros.

Entre os dias 10 e 11 de maio de 1970, convidado pelo Instituto Centro-Americano de Administração Pública, Josué de Castro viajou à cidade de San José, capital da Costa Rica, a fim de palestrar sobre a fome. Em território costarriquenho, se reuniu com o presidente José Figueres Ferrer (1906-1990). Sua chegada ao país foi noticiada pelo jornal *La Nación*, em 10 de maio de 1970. Já no final de maio, partiu para a Cidade do México, capital do México, para tratar sobre questões pertinentes ao desenvolvimento da América Latina e à integração latino-americana (O Jornal, 1970, p. 6).

Em 1970, foi novamente indicado para o Prêmio Nobel da Paz, mas agora pela Associação Médica Internacional, em virtude de seus feitos no combate à fome. Entretanto, o prêmio foi vencido pelo engenheiro agrônomo estadunidense Norman Borlaug (1914–2009), por conta de suas contribuições na produção de alimentos.

Ao longo do início da década, Castro continuou participando de eventos internacionais e pronunciando conferências em diversos países ao redor do mundo. Em abril de 1971, viajou a Havana, capital de Cuba, para participar do V Congresso da Associação Médica Internacional. Já em maio de 1972, ajudou a organizar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, capital da

Suécia.

Em julho do mesmo ano, foi à Venezuela, em visita oficial, sendo convidado por diversos organismos técnicos do país para palestrar em várias regiões do país. Em Caracas, foi entrevistado pela Rádio Rumbos e recebido pelo presidente Rafael Caldera (1916-2009). Em 02 de setembro de 1972, deixou o Brasil pela última vez, com visto de saída, concedido pelo Instituto Félix Pacheco. Em agosto, solicitou ao Consulado-Geral em Paris a prorrogação de seu passaporte comum, que havia sido expedido em 13 de maio de 1971 e tinha validade até 12 de maio de 1973.

Não obstante, ao passo que se consolidava ainda mais como uma figura pública internacional, Josué de Castro mantinha o desejo de retornar ao Brasil e reassumir o cargo de docente de Geografia Humana na nova Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil (UB), onde era catedrático antes do golpe civil-militar de 1964. No primeiro semestre de 1973, em face de se completar o prazo de dez anos de seus direitos políticos terem sido cassados, Castro entrou com recursos para anular a sua aposentadoria compulsória resultante do Ato Complementar 78 de 1970.

O pedido de reintegração foi indeferido inicialmente pelo general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). Entretanto, a sentença foi recorrida e transformada em grau de apelação no Tribunal Federal de Recursos (TFR). O ministro Armando Leite Rollemberg (1921-1994), então presidente do Tribunal, transferiu a incumbência da tomada final de decisão para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse ínterim, ainda foi convidado para participar da conferência dos não-alinhados, que foi realizada em Argel, capital da Argélia (Diário de Notícias, 1973, p. 6).

Em meio a recusas do Consulado Brasileiro em revalidar o seu passaporte e aguardando a decisão de sua reintegração ou não, Josué de Castro, ainda desejoso de retornar ao Brasil, foi encontrado morto por sua companheira, Glauce Rego Pinto, em seu quarto na manhã do dia 24 de setembro de 1973, aos 65 anos. No exílio, faleceu vítima de uma crise cardíaca, deixando sua única esposa e três filhos.

O seu funeral religioso aconteceu na parte da manhã do dia 27 de setembro na Igreja Saint-Philippe-Du Roule, em Paris. Um dia após, seu corpo foi trasladado para o Brasil, chegando pelo então estado da Guanabara, onde, no dia seguinte, foi sepultado pela manhã na Capela Real Grandeza do Cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. A cerimônia fúnebre foi acompanhada por cerca de 150 pessoas, entre familiares e amigos próximos. Seu corpo jaz no túmulo 6358/A.

Considerações finais

Reafirma-se a relevância de Josué de Castro como uma figura emblemática que enfrentou a repressão da ditadura civil-militar brasileira, no qual ocasionou em seu desterro e cassação de seus direitos políticos. Mesmo afastado do cenário político nacional, continuou a contribuir significativamente no campo internacional, ocupando posições de prestígio em universidades, eventos e organizações globais, demonstrando sua persistência em promover o desenvolvimento humano e o combate à fome.

Como evidenciado, Josué não apenas se destacou por sua atividade política no Brasil. Durante o exílio, funções acadêmicas na Universidade de Paris e em outros organismos internacionais prevaleceram como formas de resistência. Nesse sentido, seu lugar de combate à ditadura civil-militar se configura em sua atuação intelectual no cenário global. A análise de sua trajetória evidencia, portanto, que o geógrafo resistiu por meio da palavra, do conhecimento e do debate global em torno de assuntos socialmente relevantes em seu período e na atualidade.

A sua resistência ao golpe e sua conseqüente reintegração ao cenário intelectual global, a partir de centros de estudo na Europa e na América Latina, evidenciam sua dedicação a causas sociais, especialmente a erradicação da fome. As inúmeras homenagens e convites que recebeu em diversos países reforçam seu reconhecimento como uma voz ativa e respeitada no contexto das discussões sobre subdesenvolvimento e justiça social.

Ao analisar sua trajetória entre 1964 e 1973, percebe-se que, mesmo diante da repressão política e do exílio forçado, Josué de Castro não se afastou de seu compromisso com o desenvolvimento humano, em especial nas nações do Terceiro Mundo. Sua atuação internacional reforça a complexidade de sua figura como intelectual, político e ativista, além de destacar como a ditadura brasileira afetou não apenas a política interna, mas também a imagem do Brasil no cenário global.

Sua atuação política durante o regime ditatorial revela uma trajetória marcada pela ambigüidade entre resistência e afastamento. Sua relação com ditadura foi, portanto, atravessada pela tensão entre o desejo de retorno e as barreiras impostas pela repressão, culminando em sua cassação e aposentadoria compulsória. Essa convivência forçada com o autoritarismo o afastou do protagonismo político direto no país, mas o posicionou como uma figura influente no debate global sobre justiça social. Sua luta, embora deslocada do Brasil, reflete os desafios enfrentados pelos intelectuais exilados, que precisaram encontrar novos espaços para expressar suas resistências em um contexto de

silenciamento político e censura.

Portanto, o percurso do pernambucano durante a ditadura revela a tensão entre a repressão autoritária e a resistência de intelectuais que, como ele, buscaram criar alternativas e continuar sua luta por um mundo mais justo, mesmo à distância. Este estudo contribui, portanto, para a compreensão da importância de sua atuação, que deixou marcas indeléveis na história do Brasil e no campo internacional, servindo como inspiração para futuros estudos sobre as trajetórias impactadas pela repressão ditatorial brasileira.

Fontes primárias

Correio Braziliense. *Sociais de Brasília*. Brasília, 14 jan. 1969.

Correio da Manhã. *Correio no Ensino*. Rio de Janeiro, 03 out. 1969.

Diário de Natal. *Quarenta mil bombas atômicas ameaçam a paz, no mundo*. Natal, 06 maio 1965.

Diário de Notícias. *Periscópio*. Rio de Janeiro, 11 fev. 1969.

Jornal do Brasil. *Economista vê risco em desigualdade*. Rio de Janeiro, 29 set. 1969.

Jornal do Commercio. *Sartre, Russel e Josué vão julgar Lindon Johnson*. Manaus, 14 ago. 1966.

Jornal do Commercio. *Josué de Castro ficará em Paris*. Rio de Janeiro, 24 abr. 1964.

Jornal do Commercio. *Josué de Castro no Rio em missão da ONU*. Rio de Janeiro, 29 jun. 1967.

Jornal do Commercio. *J. Castro deixa Genebra por Paris*. Rio de Janeiro, 23 maio 1967.

Jornal do Commercio. *Reunião no Chile para dar panorama do mundo em 2.000*. Rio de Janeiro, 15 nov. 1967.

Jornal do Commercio. *Josué diz em Madri como prefere o desenvolvimento*. 23 nov. 1968.

Manchete. *Posto de escuta*. Rio de Janeiro, 05 dez. 1964.

Manchete. *Posto de escuta*. Rio de Janeiro, 02 dez. 1967.

Manchete. *Josué de Castro: um homem contra a fome*. Rio de Janeiro, 06 out. 1973.

O FLUMINENSE. *Frente Ampla*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1968.

O JORNAL. *Incrível*. Rio de Janeiro, 15 abr. 1964.

- O JORNAL. *A notícia em poucas palavras*. Rio de Janeiro, 10 jul. 1965.
- O Jornal. *Josué deixa o Irã*. Rio de Janeiro, 24 maio 1967.
- O Jornal. *Josué deseja criar Universidade*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1967.
- O Jornal. *Tarso instala Conselho e pede união de esforços*. Rio de Janeiro, 23 abr. 1968.
- O Jornal. *Conflito de interesses*. Rio de Janeiro, 27 maio 1970.
- Tribuna da Imprensa. *Tribuna no mundo*. Rio de Janeiro, 25 ago. 1965.
- Tribuna da Imprensa. *Josué: Brasil está sem rumo definido*. Rio de Janeiro, 17 ago. 1967.
- Última Hora. *Gente por aí*. Rio de Janeiro, 22 ago. 1964.
- Última Hora. *Josué*. Rio de Janeiro, 30 ago. 1965.

Referências bibliográficas

- AIRES, Luísa. *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.
- AMORIM, Helder Remigio de. “*Um pequeno pedaço do incomensurável*”: a trajetória política e intelectual de Josué de Castro. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- BARROSO, Lucas.; QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A trajetória polissêmica de Josué de Castro. *Revista Cantareira*, v. 1, n. 39, 24 jan. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. A fome no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1946.
- CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 157-164, abr. 1997.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998.

GOMES, Paulo César. *Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (Orgs.). *Josué de Castro*. Perfis parlamentares, n. 52. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

158

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. As memórias em disputa sobre a ditadura civil-militar na UFRJ: lugares de memória, sujeitos e comemorações. *Tempo*. Niterói: PPGH/UFF, v. 27 n. 1, p. 184-203, jan./abr. 2021.

REGO, Lucas Barroso. A repressão da ditadura civil-militar às universidades brasileiras: uma análise da trajetória de três professores cassados pela UFRJ. *Ensaio de História*, v. 25, n. 1, p. 37-52, 2025.

REGO, Lucas Barroso. As universidades e a repressão da ditadura civil-militar (1964-1985): a cassação de 45 docentes pela UFRJ. *Eris - Defesa e Segurança Internacional*, v. 5, p. 22-26, 2024.

REGO, Lucas Barroso; QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. Ditadura, repressão e resistência: o caso de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1919-2013). *Revista de Ciências Humanas*, v. 25, n. 2, p. 240-258, 2024.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap. 1. p. 15-38.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**JUSTINA MARIA DO ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO DE CASO PARA
COMPREENDER GÊNERO, ESCRAVIDÃO E MATERNIDADE A
PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO RIO DE
JANEIRO**

159

**JUSTINA MARIA DO ESPÍRITO SANTO: A CASE STUDY TO
UNDERSTAND GENDER, SLAVERY, AND MOTHERHOOD FROM THE
SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY IN RIO DE JANEIRO**

Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória de Justina Maria do Espírito Santo, mulher liberta e mãe do jornalista José do Patrocínio, que viveu na cidade de Campos dos Goytacazes a partir da década de 1850, em relação a importantes marcadores sociais mobilizados pela sociedade patriarcal e escravista, como gênero, escravidão e liberdade, articulando-os com a temática da maternidade. A abordagem adotada parte da História Social da Escravidão, que integra questões de gênero ao estudo da escravidão, para lançar luz sobre Justina Maria do Espírito Santo. Sua vida pode ilustrar como as mulheres negras escravizadas teriam enfrentado formas de opressão, sendo exploradas não apenas como forças de trabalho, mas também reprodutoras de escravos. No entanto, mesmo em condições adversas, essas mulheres encontravam formas de proteger seus filhos da violência, recorrendo, frequentemente, a redes de apoio jurídico para fazer valer o direito à maternidade. Portanto, a trajetória dessa mulher é importante para compreender a complexidade da escravidão e da liberdade, bem como as formas pelas quais essas experiências se cruzavam com os desafios relacionados ao gênero e à maternidade. Para tanto, utilizaremos como fonte a imprensa, biografias e o assentamento de batismo de José do Patrocínio.

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade de Nova Iguaçu (Unig). Especialista em Neuropsicopedagogia pela Universidade de Nova Iguaçu (Unig). Graduada em História, bacharelado e licenciatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente trabalha como professora de História na Rede Municipal de Duque de Caxias.

Palavras-chaves: Gênero; Escravidão; Liberdade; Maternidade; Abolicionismo.

Abstract

The objective of this work is to analyze the trajectory of Justina Maria do Espírito Santo, a freed woman and mother of the journalist José do Patrocínio, who lived in the city of Campos dos Goytacazes from the 1850s, in relation to important social markers mobilized by the patriarchal and slaveholding society, such as gender, slavery, and freedom, while linking them to the theme of motherhood. The approach adopted is based on the Social History of Slavery, which integrates gender issues into the study of slavery, to shed light on Justina Maria do Espírito Santo. Her life can illustrate how enslaved Black women would have faced forms of oppression, being exploited not only as labor forces but also as reproducers of slaves. However, even under adverse conditions, these women found ways to protect their children from violence, often turning to legal support networks to assert their right to motherhood. Therefore, the trajectory of this woman is important for understanding the complexity of slavery and freedom, as well as the ways in which these experiences intersected with gender and motherhood challenges. For this purpose, we will use sources such as the press, biographies, and José do Patrocínio's baptism record.

Keywords: Gender; Slavery; Freedom; Maternity; Abolitionism.

Introdução

No dia 19 de agosto de 1885, às 14 horas, teve início o enterro da liberta Justina Maria do Espírito Santo, que faleceu aos 45 anos, no dia anterior, vítima de uma “cachexia cancerosa” (D. Justina Maria do Espírito Santo, *Gazeta da Tarde*, 19 de agosto de 1885). O préstito partiu da casa nº 30 da rua Figueira de Mello, em São Cristóvão, em direção ao cemitério São Francisco Xavier, no bairro do Caju. A notícia de seu falecimento e sobre todo o processo envolvendo o enterro e homenagens foi divulgada em vários jornais, incluindo a *Gazeta da Tarde*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Diário Portuguez*, *La France*, *L'Italio*, *Diário Mercantil* (São Paulo), *A Província*

(Amazonas) e *Vinte e Cinco de Março* (Campos dos Goytacazes). Durante vários dias, foram manifestadas condolências ao seu filho e à sua família.

Segundo a imprensa, o velório foi um evento de grande relevância para a cidade do Rio de Janeiro, com a presença de mais de 100 carros acompanhando o féretro até o cemitério. Pessoas influentes no cenário político e na imprensa não apenas estiveram presentes na cerimônia fúnebre, como também participaram ativamente, tanto ao carregar o caixão quanto depois ao segurar as argolas. O caixão “inteiramente coberto de coroas, foi levado de casa ao coche fúnebre pelos Srs. senador Dantas, deputado Campos Salles e Prudente de Moraes, conselheiros Rodolpho Dantas e Rui Barbosa, João Clapp e o diretor desta folha.” (Gazeta de Notícias, 20 de agosto de 1885). Do cemitério ao local de sepultamento seguraram as argolas os senhores: “Abel da Trindade, Augusto Liberato e Benedito Gomes Teixeira, representantes da Caixa Libertadora José do Patrocínio, e João Ribeiro da Silva, Gomes dos Santos, Gonçalves da Silva e Antônio Pereira Pacheco.” (D. Justina Maria do Espírito Santo, Gazeta da Tarde, 20 de agosto de 1885).

Além das personalidades ilustres², compareceram representantes de diversas associações, a exemplo da Confederação Abolicionista, Caixa Libertadora José do Patrocínio, Club dos Libertos de Niterói, Loja Maçônica Amparo da Virgem, Centro João Clapp, Club Musical Recreio de São Cristóvão e Centro Gomes dos Santos. Os funcionários da *Gazeta da Tarde*, assim, lamentavam: “Resta-nos apenas, como sinal da nossa mágoa, deixar cair sob o tumulo de quem soube ser mãe, a triste capela de finados, molhada ainda pelas nossas lágrimas.” (D. Justina do Espírito Santo, Gazeta da Tarde, 19 de agosto de 1885). A missa de sétimo dia também foi noticiada:

O ato religioso foi celebrado com acompanhamento com a orquestra regida pelo maestro Martini, [...] A solenidade compareceram, além dos representantes de quase toda a imprensa desta Corte, grande número de senhoras e cavaleiros distintos, amigos e parentes da Exma. Família da finada e comissões de diversas sociedades” (D. Justina Maria do Espírito Santo, Gazeta da Tarde, 24 de agosto de 1885).

A liberta em questão, merecedora de tantas homenagens, era mãe de José Carlos do Patrocínio, jornalista e proprietário, à época, do jornal *Gazeta da Tarde*, e atuante na Corte em defesa da abolição dos escravizados sem indenização. Ela viveu em uma

² Segundo os jornais compareceram ao funeral os senhores: senador Dantas, Rodolpho Dantas, Rui Barbosa, Sodré, Joaquim Nabuco, Campos Salles, Prudente de Moraes, Álvaro Botelho, Aristides Spinola, Campos da Paz, Cyro de Azevedo, Ferreira de Araújo e João Clapp, para citar alguns. (Gazeta da Tarde, 20 de agosto de 1885).

sociedade patriarcal, escravocrata e profundamente marcada por questões raciais e de gênero. Sua figura foi exaltada por importantes pessoas do cenário político, em um momento de crescente movimento abolicionista pelo fim da escravidão sem indenização. Cabe indagarmos: por que, em uma sociedade tão fortemente escravista e patriarcal, um grupo influente de pessoas se debruçou no caixão de uma mulher negra e liberta? O que realmente sabemos sobre Justina Maria do Espírito Santo? Em que sua história de vida se aproxima e/ou se distancia da vida de outras mulheres negras, escravas e libertas do Rio de Janeiro, da segunda metade do século XIX?

Essas são questões que merecem ser investigadas e refletidas. Pesquisar sobre Justina Maria do Espírito Santo ajuda a reconstruir as histórias e contribuições das mulheres negras, frequentemente marginalizadas dos registros históricos oficiais em sociedades historicamente patriarcais e escravistas, e nos permite entender as diversas maneiras de resistir diante das estruturas opressivas que as cercavam. É um reconhecimento histórico não apenas da trajetória de vida de Justina Maria do Espírito Santo, mas de tantas outras mulheres negras escravizadas, libertas e livres.

Para tanto, teremos como base teórica o trabalho de Diana Paton³, fundamental para compreender a relação entre gênero e escravidão, em que o papel reprodutivo da escravizada e da mulher africana é crucial para a reprodução social do sistema escravista. Além disso, inclui-se ao debate o conceito de gênero, que será abordado a partir de Raewyn Connell, ou seja, como uma determinada sociedade maneja os corpos biológicos ao atribuir funções e regras. Por fim, consideramos também o trabalho de Saidiya Hartman sobre a sexualização do corpo da mulher negra.

A vida dessa personagem nos possibilita entender a complexa sociedade em que ela estava inserida. Justina Maria do Espírito Santo abre o caminho para diversas discussões, nas quais as autoras citadas estarão envolvidas: escravidão e gênero, escravidão e maternidade, sexualização e corpos negros.

Justina Maria do Espírito Santo: fontes históricas

³ Diana Paton (nascida em 1969) é uma historiadora e acadêmica britânica, graduada pela Universidade de Warwick, com doutorado pela Universidade de Yale. A historiadora é especialista na história do Caribe, antiga região colonizada pelos ingleses, com especial destaque para a Jamaica. Sua pesquisa segue importantes linhas, incluindo escravidão, crime e punição, religião e história de gênero. ROBERTSON, William. Professora Diana Paton (Bacharelado, Doutorado). *The University of Edinburgh* (Site). Disponível em: <https://edwebprofiles.ed.ac.uk/profile/diana-paton>. Acesso em 22 de dez. de 2024.

Sabemos pouco sobre a trajetória de Justina Maria do Espírito Santo. Não foram encontrados documentos, como assentamento de batismo, carta de alforria, processo civil ou judicial, inventário ou testamento, que pudessem fornecer informações sobre sua vida. As poucas informações que temos sobre ela nos chegam por fontes indiretas, como o assentamento de batismo de seu filho José do Patrocínio, além das biografias do jornalista, bem como menções na imprensa por ocasião de seu falecimento.

Maria Odila Leite da Silva Dias, em seu trabalho *Quotidiano do Poder*, já mencionava a dificuldade de encontrar documentos referenciais para a realização de pesquisas sobre o cotidiano das mulheres pobres, escravizadas, libertas e livres, em seu caso ao longo do processo de urbanização da cidade de São Paulo. Este silêncio documental seria, em grande parte, resultado do preconceito e menosprezo ao trabalho doméstico e à mulher. “Figuras anônimas no processo de sobrevivência dos primeiros tempos do Império, apareciam incidental e esparsamente nos documentos da época.” (Dias, 1995, p. 29). Seguiremos, entretanto, a orientação do historiador Giovanni Levi:

Devemos usar muita fantasia em nosso trabalho. Não inventar coisas, nem criar documentos falsos, e sim ver nos fragmentos que nós temos, que perguntas nos sugerem. Se tivermos um crânio de um Neandertal, ele é um documento para fazer muitas perguntas. Se tivermos dez crânios de Neandertal, o rendimento já fica decrescente. [...] Não é a quantidade de documentação o fundamental (Levi, 2014, p. 11).

A personagem Justina Maria do E. Santo nos chega como a mãe do abolicionista José do Patrocínio. A projeção social alcançada por seu filho trouxe um pouco de luz sobre a sua experiência de vida, impedindo seu total apagamento na história - destino que acometeu tantas outras mulheres. Aqui, não atribuímos valorização de importância a Patrocínio sobre Justina, mas destacamos como um reflexo não apenas da dificuldade de fontes documentais – esquecidas e marginalizadas por questões que envolvem patriarcalismo e escravização, marcas de uma época –, mas também resultado do próprio ofício histórico. Justina Maria representa muitas mulheres cujas histórias foram negligenciadas pela historiografia tradicional. Quando se afirma que seu filho impediu o seu desaparecimento, isso se deve à escrita de sua biografia; escrever sobre o filho impunha-se a necessidade de escrever sobre sua origem familiar, seus pais.

No entanto, as biografias⁴, frequentemente lineares e de cunho pedagógico, visando enaltecer a figura heróica de José do Patrocínio, deram acesso a Justina Maria. Como toda narrativa biográfica, elas trazem informações da intimidade do indivíduo, suas redes de relações, alianças, rompimentos, dúvidas, escolhas – os diferentes aspectos de sua vida que não encontramos em fontes oficiais governamentais, por exemplo. Neste trabalho, as biografias foram um caminho para encontrar nossa personagem central, o que possibilitou analisar e cruzar essas narrativas com o intuito de verificar a consistência das informações e examinar a imagem que foi instituída para ela.

Ainda falando sobre documentos, outra fonte que viabilizou esta pesquisa foi a imprensa⁵. Justina Maria do Espírito Santo figurou nas notícias da imprensa nos meses que antecederam ao seu falecimento e durante o velório. Cabe ressaltar que, neste trabalho, utilizaremos os jornais em que José do Patrocínio trabalhou e foi proprietário, o que nos aproximará de uma narrativa fraternal criada para enaltecer mãe e filho. Imprensa que se tornou atuante ao longo do Império e inserida “como um agente político, pode produzir estratégias que agem com alto grau de mobilização e [...] contribuir para o estabelecimento de novas realidades” (Machado, 2014, p.118). Como veículo de comunicação, é uma importante fonte histórica. Objeto de construção coletiva, ela traz em suas páginas ideais e valores, sendo tanto produtora quanto produto de seu contexto político, econômico e social. Os jornais possuem uma periodicidade, são impressos e destinados a um determinado público; são multi autorais e possuem um perfil editorial definido (Barros, 2023). “Os textos dos periódicos não transmitem, simplesmente, as notícias daquele determinado dia, mas a narrativa do autor, segundo a sua perspectiva” (Machado, 2014, p.120). É com esta metodologia que iremos trabalhar com os jornais.

E assim, como o documento não é neutro, ou seja, não carrega uma verdade absoluta sobre algo ou alguém, mas como afirma Levi, é sempre parcial e fruto de uma “ação e

⁴ Biografias são narrativas que se dedicam à história de vida de um indivíduo, sendo uma construção de pesquisa, entre outras possibilidades de escrita. Não trazem a verdade absoluta, mas necessitam de maior proximidade com o indivíduo e com informações particulares e íntimas. Para Pierre Bourdieu, o grande risco da biografia é fazer uma análise cronologicamente linear, como se houvesse um sentido coerente, evidente e orientado, como se a personagem não vivenciasse dúvidas e oscilações ao longo de sua vida, o que o autor chamou de “ilusão biográfica” (Bourdieu, 2006).

⁵ A *Gazeta de Notícias* foi fundada por Manuel Carneiro, José Ferreira de Araújo e Elísio Mendes em 1875. Em 1877, José do Patrocínio assumiu a redação do jornal e escreveu para a coluna *Semana Política*, fazendo duras críticas à Monarquia e à escravidão. Em 1881, Patrocínio ingressou na *Gazeta da Tarde*, jornal criado por Ferreira de Menezes para combater a escravidão. Em 1887, Patrocínio criou o jornal *Cidade do Rio*, com a participação de escritores e jornalistas como Olavo Bilac e Coelho Neto (Machado, 2014).

decisão” (Levi, 2014, p.10), da mesma forma, o fazer do historiador perpassa por escolhas e pelo seu contexto – “Toda leitura do passado é irremediavelmente afetada pelo presente.” (Ferreira; Franco, 2013, p.45). Ao olharmos para a historiografia como um todo, e mais detidamente à História da Escravidão Atlântica, percebemos o quanto é recente a perspectiva que lança um olhar sobre temáticas históricas por meio de categorias como gênero e/ou com objetos de pesquisa que problematizam a maternidade, o trabalho doméstico e a infância, por exemplo. Adriana Dantas Reis, em breve balanço historiográfico sobre a História da Escravidão, pontuou o aparecimento de trabalhos nessa perspectiva no Brasil a partir da década de 1980⁶. Essas análises nos ajudam a compreender a contemporaneidade da problematização da escravidão, especialmente quando atrelada ao gênero.

Um trabalho que enriquece este debate foi desenvolvido por Diana Paton, intitulado *História das Relações de Gênero, História Global e Escravidão Atlântica: Sobre Capitalismo Racial e Reprodução Social*. De acordo com a autora, a reprodução social do sistema escravista está intrinsecamente ligada ao papel reprodutor da mulher africana, principalmente na África, uma vez que garantia o fornecimento de mão de obra escravizada ao mundo atlântico. A história global da escravidão é marcada pela questão do gênero. É o “trabalho reprodutivo de mulheres escravizadas como uma das bases do capitalismo” (Paton, 2023, p. 592). São as vidas invisíveis de milhares de mulheres africanas e seu trabalho reprodutivo social que precisam vir à tona, relata Paton ao discutir a escravidão.

Neste trabalho, utilizamos o estudo da autora como uma referência para a necessária abordagem da escravização a partir da perspectiva de gênero. A autora parte de dois conceitos: o primeiro é a reprodução social do sistema escravista, intrinsecamente ligada ao papel reprodutor da mulher africana, principalmente na África, o que garantia o fornecimento de mão de obra barata local e, em grande medida, para as *plantations* entre os séculos XVIII e XIX. O segundo é o patriarcalismo existente na Europa, que segmentava as mulheres em virtuosas e não virtuosas, embora todas permanecessem submissas aos homens (Paton, 2023).

⁶ Segundo Adriana Dantas Reis, um dos primeiros trabalhos foi: *Quotidiano do poder em São Paulo no século XIX*, de Maria Odila Leite da Silva Dias, publicado em 1984. Ela apresenta outros trabalhos publicados no final da década de 1980 e o crescente número ao longo dos anos 2000 (Reis, 2017).

Segundo Paton, a hierarquia patriarcal foi racializada para legitimar o processo escravista e impor às mulheres negras uma violência segregacional que definia a hereditariedade da escravidão com base no gênero. Essa hierarquia era legitimada pelo direito romano, no qual o princípio jurídico do casamento afirmava que a mulher transmitia seu status aos filhos – *partus sequitur ventrem*. Nesse contexto, as mulheres negras, caracterizadas como não virtuosas, transmitiam a condição de escravidão aos seus filhos. O custo da reprodução social do sistema escravista recaía sobre a mulher negra, afetando-a fisicamente, emocionalmente e financeiramente, ao perder o filho que poderia contribuir para o sustento de toda a família. Por isso, é essencial incluir a questão de gênero nos estudos sobre a escravidão atlântica, considerando uma história global, mas sem negligenciar as particularidades locais e as diferentes formas de produção e relação de produção.

Justina Maria do Espírito Santo – mãe, mulher e liberta

É nessa jornada que nos encontramos a liberta Justina Maria do Espírito Santo. Apesar das escassas fontes, sabemos que ela foi escravizada e posteriormente liberta. Trabalhou como quitandeira em Campos dos Goytacazes⁷, onde viveu grande parte de sua vida, vindo a falecer na Corte em 1885, aos 45 anos de idade. Sua origem permanece incerta. Para o biógrafo de José do Patrocínio, Uelinton Farias Alves⁸, Justina Maria nasceu em Campos dos Goytacazes⁹, filha de escravizados, e teve como proprietária a fazendeira Emerenciana Ribeiro do Espírito Santo. Raimundo Magalhães Júnior afirmou, também em biografia, “[...] a julgar pelo nome, devia descender de pais já bem aclimatados na região e cristianizados pelo menos na aparência.” (Junior, 1969, p.9).

⁷ A cidade de Campos dos Goytacazes, criada em 1835, foi grande produtora de açúcar, chegando a ter 245 engenhos em 1875. Utilizou de mão de obra escravizada e foi palco de campanhas abolicionistas lideradas por Carlos de Lacerda com apoio de José do Patrocínio. Está localizada ao norte do Estado do Rio de Janeiro. Informações obtidas no site do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/historico>. Acesso em 28 dez. 2023.

⁸ O pesquisador participou do documentário realizado pela TV Câmara do Município de Campos dos Goytacazes, lançado no ano de 2016. Neste trabalho confirmou ser Justina uma campista de origem nação Mina. Justina Maria do Espírito Santo, Mãe de José do Patrocínio. *Câmara Municipal de Campos* (Site). Disponível em: <https://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/635-2/#bwg2/163>. Acesso em 02 dez. 2023.

⁹ Por ocasião da sua morte em 1885, foi publicado um artigo que afirmava: “O nosso colega e chefe da redação desta folha, José do Patrocínio acaba de sofrer cruel e profundíssimo golpe com o desaparecimento da vida de sua mãe. A Exma. Sra. D. Justina Maria do Espírito Santo, **natural do município de Campos**” (D. Justina Maria do Espírito Santo, *Gazeta da Tarde*, 19 de agosto de 1885). Destaque dado pela autora.

No entanto, segundo o *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade* (Brasil; Schumacher, 2000), Justina teria nascido na costa ocidental da África e sido trazida por tráfico ainda pequena. Posteriormente, aos 13 anos, teria sido comprada por Emerenciana Ribeiro do Espírito Santo, que a cedeu ao Cônego João Carlos Monteiro, pai de José Carlos do Patrocínio. A *Enciclopédia Negra: biografia afro-brasileira* (Gomes; Lauriano; Schwarcz, 2021) também corrobora esta assertiva, indicando que a menina chegou ao Brasil ainda pequena, vinda da África, e que, bem jovem, foi cedida ao religioso, passando a residir em sua casa.

A dúvida quanto à sua origem pode ser intencional. Se de fato ela chegou ao Brasil ainda pequena e morreu em 1885, aos 45 anos, presume-se que seu nascimento tenha ocorrido por volta de 1840. Portanto, sua escravização seria ilegal, dada a existência da Lei de 7 de novembro de 1831, que proibia a importação de escravizados. Raimundo Magalhães Júnior descreve que o pai de José do Patrocínio foi um dos “muitos beneficiados pela escandalosa distribuição de “africanos livres” [...] dados em “depósitos”. Tal era a procedência da maioria dos 92 escravos do cônego campista” (Junior, 1969, p. 8). Ou seja, os africanos livres ilegalmente traficados para o Brasil para serem escravizados, quando apreendidos pelas autoridades, não conseguiam retornar à sua terra natal e ficavam sob a guarda do governo. No entanto, muitos foram utilizados como empregados tutelados pelo próprio governo ou concedidos a particulares, vivenciando, na verdade, a reescravização¹⁰.

De acordo com o autor Raimundo Magalhães Júnior, nesse contexto de contrabando dos africanos, o pai de Patrocínio foi beneficiado por sua influência política e religiosa, recebendo a tutela, chamada de “depósito”, de grupos africanos com a justificativa de ensinar a língua do país, um ofício e a disciplina do trabalho aos africanos. Humberto Fernandes Machado também faz referência a essa questão da reescravização de africanos livres, ao afirmar que o enterro de Justina Maria do E. Santo adquiriu, de certa forma, um caráter político de denúncia contra a atuação escravista do cônego (Machado, 2014). O próprio Patrocínio, meses antes do falecimento da mãe, relatou a situação em seu jornal,

¹⁰ “Art. 6º Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados por conta para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fora do Império, que mais conveniente parecer ao Governo; e enquanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares.” A Lei Eusébio de Queiroz foi promulgada em 4 de setembro de 1850 com o objetivo de instituir medidas de repressão ao tráfico ilegal de escravos proibido desde 1831. BRASIL. Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850. Lei Eusébio de Queiroz. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em 24 de dez. 2024.

por ocasião da discussão sobre os debates da Lei dos Sexagenários sobre a ilegalidade dos escravizados do pai:

O ponto capital da questão servil é apurar a legalidade da escravatura existente. A propaganda abolicionista afirma que a escravatura atual é produto da pirataria e o tem provado com a história na mão [...] quis Deus que eu fosse vítima de uma dor profunda. Fui rever uma lista de africanos livres, confiados à guarda de pessoas de maior exceção; africanos, que tendo sido aprisionados tinham pelo Estado garantida sua liberdade. Não é a primeira vez que folheio este tristíssimo documento, [...], mas um, nome havia me escapado. [...] Este nome é o de meu pai! (Semana Política, Gazeta da Tarde, 16 de maio de 1885)

Em 2014, foi lançado o *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil* (Abreu; Mattos; Guran, 2014) que apresenta 100 lugares relacionados ao tráfico de escravizados e à história dos africanos. Dentro da temática Desembarque ilegal, encontramos a cidade de Campos dos Goytacazes, na província do Rio de Janeiro, como um importante local que recebeu muitos africanos do comércio ilegal. De acordo com o levantamento realizado pelo The Trans-Atlantic Slave Trade Database – Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico – entre 1836 e 1850, cerca de 74 mil africanos foram forçados a desembarcar entre Campos e Macaé, tornando-se as maiores áreas de recepção de escravizados após a lei de 1831 (Pereira; Pessoa, 2019). Assim, a falta de conhecimento sobre o local de nascimento de Justina Maria abre possibilidade de conjecturas sobre sua escravização ilegal.

E como Justina Maria do Espírito Santo se tornou uma escravizada de João Carlos Monteiro? Outras dúvidas surgem. Não se sabe se ela foi vendida, alugada ou cedida ao cônego; apenas que pertencia a Emerenciana R. do E. Santo e depois passou a ser do religioso citado. Trabalhos recentes afirmam que ela foi cedida como presente de Emerenciana a João. Aos 13 anos, engravidou de seu proprietário, na época com 54. Podemos questionar se o relacionamento sexual era consensual. Quais eram as percepções de Justina diante da gravidez? Ela tinha alternativas e possibilidades de escolhas afetivas? Nunca saberemos seus reais objetivos e sonhos, assim como tantas outras mulheres negras em situações semelhantes. Não podemos esquecer que estamos inseridos nos anos de aproximadamente 1850, época em que o café era um produto de grande importância comercial, demandando uma quantidade significativa de mão de obra, o que fortalecia o sistema patriarcal.

O relacionamento e a gravidez de Justina Maria do Espírito Santo aparecem nas biografias de Patrocínio em frases como: “Logo os encantos da negrinha, precocemente púbere, ataçaram a cobiça sexual do fogoso vigário, que sem demora engravidou a menina, agindo antes que ela se ‘perdesse’” (Farias, 2009, p.15), como também, “Tinha precisamente 54 anos quando se deixara enfeitiçar pelos encantos de uma negrinha adolescente, entre 12 e 13 anos, alta e esguia, [...] fizera ferver o sangue do senhor” (Junior, 1969, p. 8 e 9), ou ainda: “Sem qualquer muita demora, o fogoso vigário de 54 anos, submeteu e engravidou a ainda menina, agindo antes que ela se “perdesse” com algum negro, fosse do convívio da sua casa, no das senzalas na fazenda, ou pelas ruas da cidade populosa, onde ela trafegava com certa desenvoltura” (Farias, 2020, p.7).

Desta forma, observa-se o quanto o corpo da mulher negra escravizada, liberta ou livre foi amplamente sexualizado, revelando a “determinação da raça no dispositivo da sexualidade” (Hartman, 2022, p. 24). Enquadrado como insaciável, o corpo que está sempre querendo e preparado para o sexo, como analisa Saidiya Hartman, Justina Maria aparece, então, como a sedutora, aquela que enfeitiçou o seu proprietário religioso, quando na verdade, ela era escravizada e, como tal, subordinada ao domínio do próprio. Ou seja, vivenciava uma relação hierarquizada.

Os equívocos que cercam as questões das relações sexuais consensuais sob dominação, a elisão da violência pela imputação do apetite sexual ou falta de virtude da escrava e a presunção de consentimento como consequência da total impotência do seu “não” (a filosofia do não significa sim) são constituintes importantes do discurso da sedução (Hartman, 2022, p. 34).

Por isso, gênero é um conceito importante para entendermos as relações escravistas e a escravidão, uma vez que “diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade” (Connel, 2015, p. 49). Isso significa a forma como uma determinada sociedade lida com os corpos biológicos, atribuindo padrões, valores, normas, comportamentos e funções. É a “primeira forma de significar as relações de poder”, em que as diferenças sociais são estabelecidas e construídas socialmente partindo das “diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1996, p. 11 apud Reis, 2017, p. 20). Justina Maria do Espírito Santo estava inserida em uma sociedade dominada pelo sistema social patriarcal, no qual a “autoridade dos senhores deve ser garantida, o poder deve ser emanado do senhor e o padrão deve ser mantido, apesar de existirem mulheres e homens proprietários de status social, cores e etnias distintas” (Reis, 2017, p.23). É esse

sistema de organização social europeu que instrumentalizou e legitimou a escravização de africanos ao impor às mulheres africanas uma violência segregacional que definia a hereditariedade da escravidão a partir do gênero.

Os postulados patriarcais reforçaram a herança matrilinear africana. Como enfatiza Paton: “a contribuição das relações de poder marcadas pelo gênero foi fundamental para a reprodução social [...] da economia atlântica” (Paton, 2023, p. 609). E o que ratificou a hierarquização com base no gênero racializado viabilizando a escravização, foi o princípio jurídico romano *partus sequitur ventrem* – filho segue o ventre. As mulheres escravizadas tornavam-se reprodutoras de escravizados, mesmo os pais sendo livres ou libertos.

Neste momento, nos deparamos com outras incertezas quanto à vivência da nossa personagem: a relação da maternidade e sua liberdade. Justina Maria do Espírito Santo é mãe de Patrocínio, e o documento oficial que confirma é o assento de batismo da criança. Afirma o documento:

O Reverendo José Joaquim P. de Carvalho, batizou e pôs os Santos Óleos ao inocente José, exposto ao 9 do mês passado em Santa Casa de Misericórdia, digo em a Casa do Cônego doutor João Carlos Monteiro, foram padrinhos: o vigário Cesário Gomes Lírio e Dona Emerenciana Ribeiro do Espírito Santo, de que para constar mandei fazer este assento, que assinei. O coadjutor, João Luiz da Fonseca Ozório. Por despacho Revmo. Vigário da 1ª Vara, Cônego Pereira Nunes, faço a seguinte: José, nascido aos 9 do mês passado, filho natural de **Justina Maria do Espírito Santo**. Dr. Pelinca (Destaque dado pela autora).¹¹

O assentamento de batismo era a identificação social de uma pessoa, ou seja, um importante documento que informava a condição social, se a pessoa era livre ou escravizada, sua origem familiar e rede de sociabilidade com o apadrinhamento. No caso de Patrocínio, a certidão afirmava que ele fora exposto, isso significava na teoria que ele teria sido abandonado e seus pais desconhecidos. No entanto, na prática, seus pais eram de conhecimento de todas as pessoas envolvidas na cerimônia religiosa, desde os padrinhos até as testemunhas e religiosos. Primeiramente, seu pai. Coincidentemente, a criança foi deixada na casa do cônego João Carlos Monteiro, após a retificação que negou o abandono em Santa Casa de Misericórdia. Em segundo lugar, sua mãe. O nome de Justina Maria do Espírito Santo foi acrescentado ao documento. Na infância o jornalista

¹¹ O despacho que reconheceu a maternidade de Justina Maria do Espírito Santo a José do Patrocínio foi anotado à margem esquerda da certidão de batismo. A Academia Brasileira de Letras possui a segunda via do documento presente em seu Centro de Memória, Coleção José do Patrocínio.

morava na propriedade paterna, “[...], o que não impediu de dizer: ‘sou filho de uma pobre quitandeira’ e do ‘vigário de Campos que não me perfilhou, mas que toda gente sabe que era meu pai’” (Junior, 1969, p. 163-164 apud Machado, 2014, p. 23).

Indagações surgem quanto ao acréscimo do nome da mãe: foi feito no mesmo dia do batismo? Caso não, quando ocorreu? Por que a origem materna não constou diretamente no documento? Será que Justina Maria ainda era escravizada? O reconhecimento paterno não era esperado, especialmente devido à sua atividade religiosa – ser padre –, no entanto, por que inicialmente invisibilizaram a mãe? Conforme o princípio jurídico *partus sequitur ventrem*, se Justina Maria fosse escravizada quando Patrocínio nasceu, ele também seria considerado um escravo. Para fugir de tal situação, muitas mulheres abandonavam seus filhos na Santa Casa de Misericórdia, no caso da Corte, a Casa dos Expostos (Carula, 2022), para assim eles não seguissem a escravização. Talvez colocar Patrocínio, no momento do batismo, como exposto, fosse dar-lhe a possibilidade de crescer como uma criança livre. Podemos até conjecturar se Justina obteve sua alforria no dia do batismo, como uma benevolência do cônego, o que possibilitaria o reconhecimento materno com a inclusão do seu nome por meio de um despacho.

Contudo, Justina Maria do Espírito Santo parece ter alcançado a sua liberdade em pouco tempo, como afirmam os biógrafos relatados, se de fato ela foi cedida aos 13 anos e tornou-se mãe aos 14/15 anos. Sidney Chalhoub, ao analisar os processos de liberdade entre 1830 até o fim da escravidão no Brasil, destacou os escravizados e sua participação na luta pela liberdade, desmitificando o conceito errôneo de “escravo-coisa”, que os retratava ora submisso, ora violento. Conceito, por sua vez, que legitimava a ótica racista e escravista dos proprietários, traficantes de escravos e viajantes enquanto negligenciava a percepção dos escravizados sobre sua própria condição, seus desejos, valores e sentidos que atribuíam à liberdade. Assim, a liberdade era a “causa dos negros, uma luta que tinha significados especificamente populares – [...] eram elaborações culturais próprias, forjadas na experiência do cativo” (Chalhoub, 1990, p. 173). É possível que Justina Maria tenha encontrado, dentro de um arranjo social e no campo de costume, uma possibilidade de negociar sua liberdade com seu proprietário, por meio da gravidez e do nascimento da criança. Não existe nenhuma evidência desta passagem, nem quanto ao momento em que a alforria foi concedida, tampouco se foi paga ou gratuita.

Sheila de Castro Farias apresenta dados interessantes de alforrias para Campos dos Goytacazes, entre os anos de 1714 e 1799, concedidas em testamentos: “Deve-se notar a quantidade de mulheres alforriadas e o percentual de crianças libertas em testamentos, a grande maioria gratuitamente para os escravos envolvidos, induzem à ideia de que muitos deles eram parentes dos testadores.” (Faria, 2000, p. 73-74). O caso de Justina Maria e Patrocínio não ocorreu em testamento, como a última vontade do senhor. Para Patrocínio, a consagração do batismo como uma criança exposta reconhecia o seu direito à liberdade; para sua mãe, talvez esse direito não tenha demorado muito, uma vez que seu nome foi incluído na certidão de assentamento.

Outro elemento a ser considerado na certidão de batismo são os padrinhos escolhidos: Vigário Cesário Gomes Lírio e Dona Emerenciana Ribeiro do Espírito Santo. O apadrinhamento poderia significar o estabelecimento de laços de amizade e/ou familiares, de troca de favores, proteção e ajuda mútua. Ana Carolina Feracin da Silva alerta para a “coincidência do sobrenome” entre a mãe e a madrinha, que pode reforçar a leitura de uma relação de antiga proprietária e sua ex-escravizada:

Assim, os ex-escravos poderiam utilizar tanto sobrenome de seus ex-senhores e senhoras, como também poderiam escolher outros de motivos religiosos e/ou bem-aventurança. “Espírito Santo”, neste caso, constitui um nome bem inscrito na lógica habitual de “nomear” características de libertos em processo de adquirir um nome (Silva, 2006, p. 62).

A exclusão inicial do nome da mãe na certidão de José do Patrocínio pode, por sua vez, nos levar a refletir sobre a vivência da maternidade entre as mulheres escravizadas e libertas no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX. No Brasil escravista, a vida de uma gestante, lactante, mãe não era nada fácil, com trabalho extenuante, péssima alimentação e condições de vida precárias. Muitas não conseguiam levar a gravidez até o fim e precisavam conviver com as incertezas sobre os cuidados com suas crianças, a amamentação e se permaneceriam com elas. Em 1869, foi aprovado o Decreto nº 1.695 durante o Ministério do Partido Conservador de Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí. Este decreto estabelecia a proibição de leilões e exposição pública de escravizados, bem como a venda que separasse membros familiares escravizados. Ou seja, segundo a lei, não era permitido separar marido e mulher, nem os filhos menores de 15 anos de seus pais.

Anos depois, em 28 de setembro de 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que acabava com o princípio *partus sequitur ventrem* - como já foi discutido, a mulher

escravizada exercia duplo papel de reprodutora de riqueza, seja como trabalhadora, seja como reprodutora. A partir de então, seus filhos e filhas nasceriam livres. Desfazia-se, da mesma forma, o poder exclusivo do escravista sobre a prerrogativa da liberdade, permitindo aos escravizados acumular pecúlio e impedindo a venda ou transmissão de escravizados cônjuges e filhos menores de 12 dos seus pais.

Apesar das brechas presentes na lei e das tentativas dos escravistas em impor seu domínio sobre as mulheres escravizadas ou libertas e seus filhos, elas conseguiram, tanto no cotidiano quanto juridicamente, enfrentar as dificuldades para exercer a maternidade. Destaca-se uma quantidade expressiva de processos cíveis iniciados por mulheres em busca de sua liberdade e de seus filhos. São processos que evidenciam a reivindicação pelo direito de vivenciar a maternidade, mostrando a fragilidade dessas mulheres e as dificuldades em exercer seu papel de mãe ao enfrentar o escravizador e a burocracia estatal, administrada pelos juízes de órfãos.

Justina Maria do Espírito Santo e José do Patrocínio viveram na casa de João Carlos Monteiro por um bom tempo, tanto na casa no Largo da Matriz quanto na Fazenda Lagoa de Cima, onde ela pode experimentar a sua maternidade e estar com seu filho até os 14 anos, quando ele foi morar na Corte, em 1868. A experiência de liberdade dessa liberta representava o direito à maternidade negado a muitas mulheres negras em situação de escravização ou de liberdade, julgadas pela sociedade escravista como incapazes de gerenciar uma família e cuidar dos seus. Mesmo nos anos finais da escravidão, diversas crianças foram impedidas pelo Juízo de Órfãos de serem criadas por suas mães, principalmente quando eram sós, sendo concedidas aos cuidados de terceiros ou permaneciam com os escravistas (Ariza, 2022).

A força simbólica da maternidade na luta abolicionista de José do Patrocínio

A maternidade também foi um tema de debate aos abolicionistas como José do Patrocínio, ao longo dos anos de 1880, um caminho que trilharam para criar empatia e compaixão entre as pessoas livres com os sentimentos e as dores maternas das escravizadas. Mulher, mãe e filhos foram incorporados como novos elementos sociais. Os jornais em que Patrocínio trabalhou e de sua propriedade como, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde e Cidade do Rio*, usaram de tal artifício para combater a escravidão e impulsionar as pessoas ao movimento abolicionista, promovendo reuniões, conferências e festas. “Os teatros, nesta década, já não eram apenas fonte de entretenimento; eles

havam se tornado campo de recrutamento e vitrine para as mobilizações abolicionistas.” (Cowling, 2018, p.186-187).

Para celebrar o aniversário da promulgação da Lei do Ventre Livre e homenagear Visconde do Rio Branco o jornal *Gazeta da Tarde* publicou um artigo em que podemos compreender claramente o caráter político e simbólico atribuído à maternidade pelos abolicionistas. Em certo momento, se direciona à Princesa Isabel e clama por sua intervenção junto ao Imperador:

Sua alteza é mãe, e mãe que tem sofrido. Viu morto o seu primeiro filho. Provou o fel da separação do ente amado. Viu arrancares-lhes dos delicados elos dos seus braços [...] uma estrofe viva da poesia do seu primeiro amor. [...] Quanto mais doloroso não deve ser para a mãe escrava o quadro da separação do filho. [...] A mãe escrava mísera que ela é, vê partir o filho para a tortura, para o desamparo, para a saudade em que são proibidas as lágrimas, para a vida sem afago, para o eito, para o feitor, para o serão, para o fecho da fazenda. (28 de setembro, *Gazeta da Tarde*, 28 de setembro de 1882)

Percebe-se que a trajetória da mãe de Patrocínio foi diferenciada em relação a inúmeros casos de mulheres escravizadas e libertas, impedidas de concretizar o materno. A *Gazeta da Tarde* trouxe um exemplo da separação entre mãe e filho no dia sete de janeiro de 1884. A escravizada Leocádia, que estava alugada, retornou à casa do proprietário quando estava próxima de ganhar seu bebê. Quando nasceu, em 6 de janeiro de 1884, foi imediatamente separada da mãe e “arreatada a criança, e com certeza, mais uma vez, a roda abriu-se para receber um desgraçado. Em poucos dias, logo que abandone o leito, irá criar um filho alheio” (Mãe, filho e Senhor, *Gazeta da Tarde*, 7 de janeiro de 1884). Era mais um protesto do abandono e do aluguel da escravizada como ama de leite. Mesmo diante de tais situações, denunciadas nos jornais abolicionistas, as mulheres negras buscaram na justiça o direito de criar seu filho ou sua filha, ainda após a promulgação da Lei Áurea (Ariza, 2022).

Em agosto de 1886, ao meio-dia, Patrocínio participou de um festival organizado pela Confederação Abolicionista, com a presença da cantora de ópera russa Nadina Bulicioff, no Teatro Lucinda (O festival de amanhã, *Gazeta da Tarde*, 21 de agosto de 1886). De acordo com a *Gazeta da Tarde*, foram entregues, nesta festividade, cartas de alforria a sete escravizadas, resultado de doações realizadas pela cantora homenageada no dia, com presentes e discursos, tornando-se sócia benemérita da Confederação Abolicionista. A própria folha vespertina *Cidade do Rio* foi lançada por Patrocínio no dia

em que se comemoravam 15 anos da Lei do Ventre Livre, tamanha a importância que o abolicionista empreendeu à lei.

A luta pelo fim da escravização no Brasil foi a bandeira principal de luta do jornalista, e em inúmeros momentos de sua vida, ele se reportou à sua origem materna com orgulho, assim como o fato de ser negro, para defender-se de agressões verbais e até física que tinham o preconceito de raça e social como temática para atacá-lo. Defendendo-se de um insulto proferido pelo deputado citado como Moreira de Barros, o jornalista afirmou:

O folhetinista não tem vexame da consanguinidade com os escravos; pelo contrário, faz desse fato a inspiração santa do seu ardor pela causa da abolição. Apela desassombradamente para as suas faces, onde mais do que a cor da sua raça, vê-se a escuridão do destino dela. Tem mesmo orgulho quando pode encarar de frente um senhor de escravos. É o orgulho do descendente do roubado diante do ladrão: é o orgulho do homem do trabalho diante do que vive a chupar o sangue dos seus irmãos. (Semana Política, Gazeta de Notícias, 19 de julho de 1880)

Já na república, em 1901, Patrocínio foi chamado pelo advogado Edmundo Bittencourt de “um negro do ganho” e aquele respondeu da seguinte forma:

Sim, sou negro do ganho. Trabalho desde menino, fiz-me à custa da minha perseverança, porque antes de tudo quis honrar os negros, de que tenho orgulho de descender, porque a história deles é esta: **Meus avós conquistaram a sua liberdade pela sua honradez** e minha mãe amou tanto ao trabalho que ao chegar aqui e vendo que o meu escritório da reação tinha duas portas, pediu-me uma delas para continuar com a quitanda, a sua querida quitanda companheira fiel e arrimo da sua honestidade. **Sou negro do ganho, sim,** recebo o salário do meu trabalho honesto; não vendo as causas que me confiam, bato me por elas, lealdade, e d'aí sobra-me de minha economia moral forças e desinteresse para transportar gratuitamente fardos pesadíssimos de alheios crimes. (Amonea a um bêbado, Cidade do Rio, 15 de julho de 1901) Destaque dado pela autora.

Patrocínio precisou reafirmar sua ascendência materna de forma positiva diante de um cenário social marcado pelo racismo e pela escravidão. Para ele, ser descendente de negros — pessoas honradas e trabalhadoras — era motivo de orgulho, constituindo um importante legado deixado por Justina Maria à sua trajetória como indivíduo e abolicionista. Sua mãe amava tanto o trabalho que, mesmo doente no Rio de Janeiro, não esquecia de sua quitanda, ofício que realizou durante grande parte da vida na cidade de

Campos do Goytacazes, antes mesmo de tornar-se uma escravizada de João Carlos Monteiro.

Passaram-se longos anos para que ocorresse o reencontro entre mãe e filho. Ele havia saído de Campos no ano de 1868 e somente retornou em 1885. Reencontraram-se em março deste ano, quando ele visitou a cidade campista. Seu amigo Carlos de Lacerda com ajuda de sua esposa e mãe, promoveu o reencontro em um banquete oferecido a Patrocínio. Esse momento foi relatado com uma narrativa emotiva no jornal *Gazeta da Tarde*. Reforçando a imagem de um filho carinhoso, amável e preocupado com a saúde de sua mãe, mulher que se transformava em grande símbolo materno, aquela que gestou e amamentou o maior dos campistas.

Então, Carlos de Lacerda e S. Exmas. Senhora e mãe, trouxeram, ao salão a preta, enferma e velha, mãe de José do Patrocínio, e o chefe do movimento campista declarou que em nome de seus correligionários oferecia a presidência do banquete a Sra. Justina Maria do Espírito Santo, que foi o seio escolhido pela natureza para amamentar o maior dos campistas (Em Macaé, *Gazeta da Tarde*, 14 de março 1885).

Em 18 de março de 1885, eles chegaram à Corte com ela muito doente, “mas com braços bastantes grandes para abraçar seu filho e lágrimas suficientes para lembrar a criança de ontem e o soldado de hoje” (José do Patrocínio, *Gazeta da Tarde*, 18 de março de 1885). Conforme o biógrafo Raimundo M. Junior, Justina Maria chegou a realizar tratamento na Santa Casa de Misericórdia, mas sua doença encontrava-se em estágio avançado. Cinco meses depois, faleceu. José do Patrocínio perdia sua referência de ancestralidade, sua mãe, a quem qualificava de honrada e extremosa mãe. “De humilde condição e obscura origem a mãe do nosso colega teve a fortuna de sentir-se nobilitada pela alta categoria social conquistada por seu filho” (O Paiz, 19 de agosto de 1885).

Conclusão

A morte de Justina Maria do Espírito Santo foi lembrada ao longo dos anos com notas no *Cidade do Rio* sobre a realização de missas em sua homenagem, como em 1895, 1899 e 1900. “Faz hoje 10 anos que faleceu a sua idolatrada mãe D. Justina Maria do Espírito Santo, cujo nome para ele e para nós é extremamente venerando e sagrado” (Dez anos, *Cidade do Rio*, 18 de agosto de 1895). Se inicialmente a sua maternidade foi, por pouco, negada e revelada por um despacho, anos depois ela foi reverenciada e

reconhecida como a idolatrada mãe, saudosa progenitora, extremosa mãe, Exma. Sra. Justina Maria do Espírito Santo e respeitável mãe.

Pronomes e adjetivos que indicam a distinção atribuída à liberta, com a ressignificação da maternidade para as mulheres negras como o direito mais sagrado, durante a campanha pelo fim do trabalho escravizado. Justina Maria ajudou a personificar a imagem da mãe bondosa, aquela que trabalhou para garantir a sobrevivência do filho.

Não obstante os significados atribuídos à maternidade tenham se transformado ao longo da experiência escravista nas Américas – aproximando-se dos modelos sentimentalizados referidos a família nuclear burguesa somente ao longo do século XIX – os impedimentos à experiência materna, à possibilidade de cuidados do filho, à gestão e manutenção, a longo prazo, dos vínculos familiares, foram desde sempre impostos as mulheres escravizadas (Ariza, 2022, p.21).

Embora a trajetória de Justina Maria do Espírito Santo possua lacunas documentais e incertezas, a análise de fontes indiretas, como biografias e registros de batismo, revela aspectos significativos de sua vida enquanto mulher, mãe e liberta no Brasil escravista. Sua história nos possibilita refletir sobre as complexas relações de poder e gênero que permeavam a sociedade patriarcal e escravista do século XIX, assim como a importância de repensar as narrativas tradicionais da historiografia. Ao revisitar a memória de Justina, reconhecemos as contribuições de mulheres negras para a formação social e cultural do Brasil, transformando a invisibilidade a que foram relegadas por um sistema que instrumentalizava e marginalizava suas vidas.

Atualmente, ela foi tema de um documentário desenvolvido pela Câmara dos Vereadores de Campos dos Goytacazes, com o intuito de resgatar a memória e a valorização de sua trajetória como mulher negra liberta, quitandeira e mãe do líder abolicionista. Sua identidade como mulher preta foi ressignificada como um símbolo de resistência e luta para as atuais mulheres negras. Noinha do Jongo compôs um ponto de jongo em seu tributo: “Vamos homenagear a mãe de um grande idealista, filho do padre João e Tigre de Abolição, eu falei pra você: é Justina, é Justina, mãe de um grande herói, é uma benção divina.” (Noinha do Jongo).

Fontes

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; GURAN, Milton (orgs.). *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*. Niterói: PPGH – UFF, 2014.

ARIZA, Marília B. O longo caminho: usos da Lei do Ventre livre por mães libertas (São Paulo, década de 1880). In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. (Org.). *Escravidão e maternidade no mundo atlântico: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade os séculos XVIII e XIX*. Niterói: Eduff, 2022, p. 322-352.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2023.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. *Lei Eusébio de Queiroz*. Portal da Legislação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em 24 de dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.695, de 13 de novembro de 1869. *Proíbe as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública*. Portal da Legislação. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1695.htm: Acesso em 03 de dez. de 2023.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Lei do Ventre Livre*. Portal da Legislação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em 03 de dez. de 2023.

BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. *Lei dos Sexagenários*. Portal da Legislação. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em 03 de dez. de 2023.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma. *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CANELAS, Letícia Gregório; SOUSA, Caroline Passarini; TARDIVO, Giovana Puppini. *Mulheres escravizadas, direito e alforria no Brasil e no Caribe francês*. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 230-266, 2022.

CARULA, Karoline. *Nutrindo enfeitados: amas de leite escravizadas na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX*. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 86-117, 2022.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade – Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CIDADE DO RIO. Dez anos, *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, ano X, n. 190, 18 de ago. de 1895, p. 1.

CONNELL, Raewyn. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano do poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. rev., 1995.

FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras – riqueza e estigma social*. Revista Tempo, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000.

FARIAS, Tom. *José do Patrocínio: a pena da abolição*. São Paulo: Kapulana, 2020.

FARIAS, Uelinton. *José do Patrocínio: a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; FRANCO, Renato. *Aprendendo História: reflexão e ensino*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª edição, 2013.

GAZETA DA TARDE. D. Justina do Espírito Santo. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 189, 19 de ago. de 1885, p.1.

GAZETA DA TARDE. D. Justina Maria do Espírito Santo. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 190, 20 de ago. de 1885, p.1.

GAZETA DA TARDE. D. Justina Maria do Espírito Santo. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 193, 24 de ago. de 1885, p. 2.

GAZETA DA TARDE. Em Macaé. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 60, 14 de mar. 1885, p.1.

GAZETA DA TARDE. Gazeta de Notícias. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 190, 20 de ago. de 1885, p.1.

GAZETA DA TARDE. José do Patrocínio. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 63, 18 de mar. de 1885, p.1-2.

GAZETA DA TARDE. Mãe, filho e Senhor. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano V, n. 5, 7 de jan. de 1884, p.1.

GAZETA DA TARDE. O festival de amanhã. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 191, 21 de ago. de 1886, p.1.

GAZETA DA TARDE. 28 de setembro. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano III, n. 222, 28 de set. de 1882, p. 1.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Enciclopédia negra: biografia afro-brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HARTMAN, Saidiya. *A sedução e as artimanhas do poder e O ventre do mundo: dois ensaios de Saidiya Hartman*. Tradução: Stephanie Borges; Marcelo R. S. Ribeiro; Fernanda Silva e Sousa. São Paulo: Crocodilo, 2022.

IBGE. Campos dos Goytacazes. *IBGE* (Site), 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/historico>. Acesso em 28 de dez. 2023.

JUNIOR, Raimundo Magalhães. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá LTDA, 1969.

JUSTINA Maria do Espírito Santos, mãe de José do Patrocínio. *Câmara Municipal de Campos* (Site). Direção: TV Câmara Campos. Produção: Totall Comunicação, 2016. Disponível em <https://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/635-2/#bwg2/163>. Acesso em 02 de dez. de 2023.

LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar*. Revista Tempo, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora UFF, 2014.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 353-360.

MATRIZ DE SÃO SALVADOR DE CAMPOS. DIOCESE DE NITERÓI. “Segunda via da certidão de batismo de José do Patrocínio, 1853”, constante do acervo de manuscrito da Academia Brasileira de Letras. ABL, 6 de set. de 1920, Centro de Memória, Coleção José do Patrocínio, JP dp 001.

O PAIZ. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano II, n. 229, 19 de ago. de 1885, p.1.

ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

PATON, Diana. *História das relações de gênero, história global e escravidão atlântica: sobre capitalismo racial e reprodução social*. Afro-Ásia, Salvador, n. 67, p. 583-633, 2023.

PATROCÍNIO, José. Amonea a um bêbado. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 246, 15 de jul. de 1901, p. 1.

PATROCÍNIO, José. Semana Política. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 111, 16 de maio de 1885, p.1.

PATROCÍNIO, José. Semana Política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 199, 19 de jul. de 1880, p. 1.

PEREIRA, Walter Luiz C. de M.; PESSOA, Thiago Campos. *Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o sudeste brasileiro (c. 1830 – c.1860)*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 79-100, janeiro-abril 2019.

181

REIS, Adriana Dantas. *Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão no Brasil*. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v.6, n.2, out. 2017.

ROBERTSON, William. Professora Diana Paton (Bacharelado, Doutorado). *The University of Edinburgh* (Site). Disponível em: <https://edwebprofiles.ed.ac.uk/profile/diana-paton> . Acesso em 22 de dez. de 2024.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De papa-pecúlios a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) -Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2006.

**O FORMAR-SE DO “AFRICANO” “NEGRO ANDRÉ”: A TRAJETÓRIA
DE ANDRÉ REBOUÇAS A PARTIR DE SUAS EXPERIÊNCIAS NA
CONSTRUÇÃO DE DIREITOS PARA ALÉM DA LIBERDADE, 1870-1880**

**THE MAKING OF THE “AFRICAN” “NEGRO ANDRÉ”: THE
TRAJECTORY OF ANDRÉ REBOUÇAS BASED ON HIS EXPERIENCES
IN THE CONSTRUCTION OF RIGHTS BEYOND FREEDOM, 1870-1880**

Leandro Duarte Montañó¹

Resumo

O objetivo do presente artigo é apresentar elementos da trajetória do intelectual abolicionista negro André Pinto Rebouças, buscando compreender de que maneira a sua atuação e suas reflexões sobretudo no tocante à educação podem ser compreendidas através das transformações pelas quais passou em suas experiências dentro e fora do Brasil. O foco será o de explorar possibilidades de análise biográfica alicerçada no que convencionou chamar de dimensão atlântica de suas experiências, o contato com outros povos e culturas e de que maneira isto teria influenciado nas mudanças que ele sofreu e que teriam influenciado os papéis que desempenhou, sobretudo nos anos de 1870 e 1880.

Palavras-chave: intelectual atlântico; abolicionismo; racismo; identidade.

Abstract

The aim of this article is to present elements of the trajectory of the black abolitionist intellectual André Pinto Rebouças, seeking to understand how his actions and reflections, especially regarding education, can be understood through the transformations he

¹ Historiador e pesquisador, pós-doutorando em História (UFRJ), Doutor em Educação (PPGE/UFRJ) e Mestre em História Comparada (PPGHC/UFRJ), graduou-se com licenciatura plena em História (UFRJ). Atualmente é servidor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, exercendo atividades voltadas aos campos de ensino, pesquisa e gerenciamento acadêmico. Suas pesquisas englobam História do Brasil e Atlântica, sobretudo no século XIX, com ênfase nos campos de demografia histórica, história intelectual, história das ideias, educação e escolarização, cidadania e participação política dos setores subalternos (livres, libertos e escravizados) no contexto da escravidão e pós-emancipação. Atua também nos campos da História Pública e da Divulgação Científica, produzindo conteúdos para públicos não especializados em plataformas digitais e nas redes sociais, em particular.

underwent in his experiences inside and outside Brazil. The focus will be on exploring possibilities of biographical analysis based on what is conventionally called the Atlantic dimension of his experiences, contact with other peoples and cultures and how this would have influenced the changes he underwent and which would have influenced the roles he played, especially in the 1870s and 1880s.

Keywords: Gender; Slavery; Freedom; Maternity; Abolitionism.

Introdução

[...] quando em dezembro de 1860, por malditos preconceitos de cor, negaram a mim e ao Antonio o prêmio de viagem à Europa e até o concurso aprovado pelo regulamento da escola redigido pelo liberal ministro J. Francisco Coelho, disse meu pai: “Minha Carolina (sua mãe), venderei os meus livros, mas os meninos hão de terminar sua educação na Europa” (Rebouças Apud Jucá, 2001, p. 42).

Nós necessitamos de instrução e capital. E como não é possível construir escolas, comprar livros e pagar mestres sem capital, é preciso resolver simultaneamente o problema do capital e o problema da instrução: “Não se pode ensinar a ler a quem tem fome.”

É preciso capital para instrução, e capital para a indústria. É preciso dar simultaneamente ao povo -- instrução e trabalho. Dar instrução aos brasileiros para que eles conheçam perfeitamente toda a extensão de seus direitos e de seus deveres; dar-lhes trabalho para que eles possam ser real mente livres e independentes! (Rebouças, André Pinto., 1878, p. 284)

Ora eu vim para a África, não para caçar leões, como um Lord; mas sim para combater a escravidão e o monopólio territorial. Desembarquei em Port Saïd a 2 de abril de 1892 e logo dei o 1º combate. Claro está que não narro as vitórias por horror ao Quixotismo; mas estou contente comigo mesmo e fico em dúvida se devo morrer na África ou no Brasil. (Carta de André Rebouças a Visconde Taunay. Cape Town, 4 de abril de 1893. André Rebouças tirou a própria vida em Funchal, na Ilha da Madeira, no ano de 1898.)

As palavras acima foram escritas por André Rebouças em três momentos de sua vida. No primeiro plano, palavras ressentidas que marcaram a memória de um jovem que acusavam o preconceito contra a cor de sua pele como o responsável, na década de 1860 (e reproduzidas décadas mais tarde) pela frustração dos projetos pessoais que passavam pelos seus estudos no exterior com subsídio governamental; no segundo caso, já quase na virada da década de 1870 para a seguinte, temos o mesmo indivíduo, mais maduro,

estabelecido e engajado com causas diversas, dentre as quais o abolicionismo, que julga que os mesmos estudos que foram de alguma forma negados a ele seriam a chave para o progresso cultural, social e moral de outros indivíduos. Por fim, no terceiro caso, já nos últimos anos de sua vida em seu autoexílio em território africano, vemos palavras de uma pessoa aguerrida e segura de suas convicções, desenvolvidas nas décadas anteriores – a luta contra o latifúndio e a escravidão.

No primeiro caso, os esforços de sua rede de apoio, no caso, de sua família, foram fundamentais para que ele e seu irmão, Antônio, pudessem completar os estudos na Europa; no caso da maioria dos brasileiros e brasileiras pobres, em especial, afrodescendentes, não haveria essa possibilidade. O racismo sofrido por André e seu irmão nessa ocasião deixariam marcas que acreditamos teriam moldado as lutas seguintes deles em favor da educação e do progresso. Talvez ambos não tivessem essa dimensão naquele momento em específico, dada a complexidade das experiências com as quais lidaram. Mas, sem dúvida, essa memória seria mobilizada mais tarde, por ocasião de seu contato com outras sociedades e culturas que tinham em comum a presença de africanos e afrodescendentes e onde ele enxergava experiências em comum, algo que parece se confirmar pelos relatos seguintes. Explorar essas possibilidades a partir de recortes de suas experiências e de seus relatos/escritos tendo como fio condutor as causas da educação e dos direitos civis será o caminho seguido para entender o personagem André Rebouças e, a partir de sua dimensão micro, alcançar realidades e experiências macro da sociedade escravista brasileira.

Rebouças em passagens

André Pereira Rebouças nasceu em 13 de janeiro de 1838, na cidade de Cachoeira, na província da Bahia, filho de Antônio Pereira Rebouças e de Carolina Pinto Rebouças. Mudou-se com a sua família para o Rio de Janeiro em 1846 e completou seus estudos secundários² nessa cidade e em Petrópolis. Recusado junto com seu irmão Antônio na Escola de Marinha, prestou exames para o curso de Engenharia da Escola Militar (posteriormente, Escola Politécnica) em 1854, formando-se, junto com seu irmão, nesse curso no ano de 1860. Viria a se tornar um respeitado engenheiro, participou da Guerra do Paraguai em 1865, foi responsável, ao lado do irmão Antonio Pereira Rebouças Filho,

² O ensino no Império do Brasil era dividido em “Primário”, “Secundário” e “Superior”, o que seria, em termos atuais, ensinos Fundamental, Médio e Superior, respectivamente.

pelo plano de abastecimento de água do Rio de Janeiro e pela construção das docas da Alfândega, além do projeto da estrada de ferro ligando a cidade de Curitiba ao litoral do Paraná, na cidade de Antonina, e posteriormente (quando da execução) teve o trajeto alterado para o porto de Paranaguá.

Ele era um indivíduo com muitas facetas: empresário, inventor, engenheiro, pesquisador, professor, escritor, ativista da causa abolicionista, para citar alguns exemplos de seus campos de atuação durante a vida. Ele é mais comumente reconhecido ora pelo seu prestígio no campo da engenharia, realizando projetos e empreendimentos responsáveis pela modernização do Brasil, ora pela luta abolicionista, sendo umas das principais figuras dessa luta dentro e fora do Brasil.

A notoriedade de sua trajetória nesse campo de atuação técnico e científico é digno de nota através das inúmeras biografias e textos dedicados a ele (Jucá, 1988; Brito, 2019; Schueler; Pinto, 2013; Silva, 2022). Mas o que interessa aqui é menos seu brilhantismo no campo da engenharia e mais na construção de “pontes” que permitiriam a transgressão de limitações sociais e políticas impostas aos indivíduos em suas trajetórias de vida. Sua atuação como educador ou como uma das figuras centrais à causa abolicionista, algo que, aliás, marcou profundamente sua trajetória, o identifica com um intelectual multifacetado que se dedicou a pensar sobre o Brasil e sobre os brasileiros, formulando projetos que visavam não apenas resolver questões práticas e imediatas, mas, sobretudo, para o desenvolvimento e o futuro do país.

Paralelamente, ao se dedicar a essas construções (metafóricas), há (trans)formações que se operam em si a partir de seu trânsito entre ideias, experiências e lugares. Esse trânsito se deu a partir de sua busca por soluções e respostas para questões que o inquietavam. Sua avidez por respostas o levava a entrar em contato com circunstâncias suas e de terceiros que acabaram por transformá-lo em um intelectual cada vez mais comprometido com questões coletivas que ele enxergava como centrais, num primeiro momento, a seu país e, até o fim de sua vida (em 1898) no exílio em terras africanas³ universais. Ele se transformava ao mesmo tempo que tentava transformar aspectos da realidade à sua volta.

³ “Ora eu vim para a África, não para caçar leões, como um Lord; mas sim para combater a escravidão e o monopólio territorial. Desembarquei em Port Saïd a 2 de abril de 1892 e logo dei o 1º combate. Claro está que não narro as vitórias por horror ao Quixotismo; mas estou contente comigo mesmo e fico em dúvida se devo morrer na África ou no Brasil” (Rebouças, 1898).

Sua condição de negro nascido livre em uma família de pessoas letradas, intelectual e politicamente atuantes, teria marcado a sua trajetória e teria estimulado seu caminho pelos estudos. Os exemplos e estímulos familiares e a sua visão de superação das limitações impostas a pessoas de sua cor em um país hierarquizado e escravista, formariam uma concepção de que poderia chegar longe se se esforçasse. Essa noção teria sido reforçada não apenas por uma carreira bem-sucedida nos negócios, na engenharia e na academia, como pelas suas experiências fora do país⁴. Essa sua visão, em princípio, idealista do esforço individual como motor da transformação marcaria passagens de sua vida e, em determinados momentos, seria testada pelas circunstâncias estruturais do racismo intrínseco às variadas experiências com as quais lidou. Como se pode imaginar, essa tensão teria moldado sua percepção de mundo e a forma como se enxergava e enxergava as pessoas à sua volta.

Ele teve uma produção intelectual profícua, inserindo-se nos debates acerca das mais variadas causas, desde a engenharia até questões sociais como a abolição, a reforma agrária e a promoção da educação. Em uma de suas obras chamada *Agricultura Nacional Estudos Econômicos: propaganda abolicionista e democrática*⁵ há um investimento intelectual que consegue congrega sua linha de pensamento entre os anos de 1870 e 1880. Nela são defendidas uma série de medidas necessárias para o desenvolvimento do país, sobretudo no que tange a questões econômicas e sociais que, segundo ele, passavam pelo principal elemento de nossa economia: a agricultura. Para ele, sem a modernização das técnicas de produção, a centralização agrícola, a reforma agrária e a educação que dotassem os trabalhadores egressos da escravidão de terras e formação, o Brasil continuaria “atrasado” se comparada a países como os Estados Unidos da América (EUA).

A comparação com os EUA não seria fortuita, afinal, se tratava de uma país com dimensões continentais situado no continente americano, com um grande potencial econômico, que apresentava atrativos migratórios (como os incentivos governamentais

⁴ Sempre que o historiador se propõe em discutir trajetórias individuais é importante que não perca de vista as dimensões sociais e históricas dessas trajetórias e sua conexão com dimensões macro e micro de suas existências. Elas permitem, como lembra Jacques Revel, recompor e pensar questões mais amplas relativas às relações familiares, de formação escolar/acadêmica, às estratégias de socialização e de ação no mundo, fugindo das armadilhas teóricas que isolam o agente das redes de sociabilidade nas quais se inseriu e a partir das quais se formou e transformou (Revel, 1998).

⁵ Segundo Joselice Jucá (1988, 210) “a primeira versão deste trabalho, iniciado por volta de 1872, surgiu sob a forma de artigos publicados no Jornal do Comércio e no Novo Mundo ao longo dos anos setenta” do século XIX.

para o assentamento em terras ou a ocupação de postos de trabalho na crescente indústria). Para além disso, apresentava um passado colonial “recente” atrelado a uma potência europeia, um largo histórico de uso da mão-de-obra escravizada consolidada e expandida após a independência e uma participação ativa no tráfico internacional de seres humanos, negociando com o Brasil, inclusive.

Do ponto de vista ideológico, os EUA, mais especificamente, os estados do Sul⁶, teriam contribuído para a formação de um *ethos* social e político que, em muitos aspectos, dialogava com as visões de mundo das elites políticas e econômicas brasileiras.⁷ Na verdade, vários setores sociais daquele país dialogavam com a sociedade brasileira através das experiências de grupos migratórios, seja por afrodescendentes, seja por escravistas⁸.

A organização das comunidades com as quais teve contato na América do Norte e, em seu interior, a forma como os afro-americanos eram tratados e como lidavam com as variadas formas de segregação impostas estruturalmente por uma elite majoritariamente branca e racista trouxeram elementos que aguçaram a percepção de que as semelhanças e diferenças poderiam servir como uma forma de experiência pedagógica para André. Afinal, diante de circunstâncias hostis e de difícil superação, a comunidade negra criava estratégias, seja pela ação individual ou através do associativismo, para construir meios de superar os obstáculos impostos por graus variados de segregação sociorracial, econômica e política. As semelhanças e diferenças não param por aí, evidentemente, mas as circunstâncias observadas teriam deixado marcas que seriam observadas nas reflexões e ações desse intelectual negro brasileiro.

Em um dos seus artigos escritos após seu retorno da viagem que fez aos EUA em 1873, Rebouças deixa clara a sua visão sobre aquele país:

Há negros nas universidades, nas academias, nos colégios e nas escolas; há negros médicos, advogados, em todas as profissões; há negros deputados e senadores; há negros padres, em todos os ramos da religião cristã. [...] e ninguém ousa mais pôr em dúvida que se possa educar o

⁶ Se tomarmos como base até o ano de 1861 aproximadamente, a expansão para o Oeste teria alagado esse “Sul” e contribuído para o alargamento das fronteiras da escravidão para além das colônias do Sul presentes na costa atlântica.

⁷ Gerald Horne (2010) analisa resumidamente o escravismo sob uma perspectiva atlântica e como as elites escravistas dos EUA e do Brasil se associariam não apenas economicamente, como também para formar uma espécie de “cordão sanitário” contra as ideias abolicionistas e a pressão sobretudo inglesa pela abolição do tráfico e, quiçá, sob o fim da escravidão.

⁸ Algumas pesquisas demonstram (SILVA, 2007) que alguns agricultores confederados migraram para o Brasil após a Guerra de Secessão (1861-5), buscando no vizinho do Sul condições propícias para suas atividades econômicas e adaptação social, como no caso de Campinas.

negro nos mais elevados princípios da ciência e de moral cristã (Rebouças, 1879, p. 250).

Suas experiências na viagem feita inicialmente à Europa e, por fim, aos EUA, em busca de ter contato com novos conhecimentos no “mundo civilizado”, teriam gerado um impacto transformador na formação intelectual e política de Rebouças. Na verdade, como lembra Antonio Carlos Higino (2018), a viagem teria sido motivada pelo desgaste provocado entre ele, à frente das Docas D. Pedro II, o governo de Rio Branco e grupos contrários ao modelo de negócios que ele tentava implementar na modernização portuária da capital. Essa não foi a única vez que ele e seu irmão tiveram que lidar com a oposição ferrenha de pessoas dentro e fora do poder público.

Talvez ele tenha vivenciado algo similar com aquilo que Frederick Douglas (1818-1895) experimentou ao sair dos EUA (1845-7) pela primeira vez, indo para as ilhas britânicas (Inglaterra, Irlanda, Escócia e Gales) e lá tendo um tratamento diferente do que experimentava na sociedade estadunidense na qual ainda era um escravo fugitivo e que tinha que provar o seu valor a cada momento de sua existência. Essas experiências - às avessas das de André Rebouças - aguçou ainda mais em Douglas um sentimento de revolta contra a escravidão e teve um efeito potencializador de sua expectativa quanto a superação da escravidão⁹.

Nas palavras do próprio André, era a viagem “de alguém que vai estudar e aprender”. Na Europa, por exemplo, o acesso e diálogo com os setores de elite europeus, principalmente na França e Inglaterra, “sobretudo aquelas ligadas à sua área de atuação profissional, a engenharia, fez com que [ele] tivesse notícias do que havia de mais moderno no campo das obras públicas, sobretudo o sistema marítimo e o transporte ferroviário” (Brito, 2019). No caso dos EUA, onde encerrou sua viagem, teve contato com uma sociedade com forte presença negra, em seu período pós-abolicionista, com um passado escravista recente e em que o racismo (Munanga, 2003) e as estruturas sociais criavam obstáculos à aquisição/gozo de direitos civis e políticos da população negra. Tais

⁹ Em seu texto “Preconceito de Cor” (1850) em que escreveu a partir de uma experiência racista e violenta em Nova Iorque, ele afirma sobre os EUA que “(...) excetuando-se os vinte meses que passamos na Inglaterra (**onde cor não é crime, e onde a adequação de um homem à sociedade respeitável é medida por seu valor moral e intelectual**), não nos recordamos de ter feito uma única turnê abolicionista por qualquer parte deste país em que não sofrêssemos o ataque desse mesquinho espírito de casta” (Douglas, 2021).

circunstâncias teriam gerado desconfortos e, de certo modo, uma mudança de seu olhar sobre o Brasil e sobre si próprio, como será visto mais adiante.

Os contrastes e nuances de suas experiências dentro e fora do Brasil marcariam a maneira como ele via os horizontes que se abririam à sociedade brasileira. Como ele mesmo registrou, em um episódio na cidade de Nova Iorque, que ficava no norte do EUA, portanto, fora do eixo tradicionalmente identificado com o racismo e com a escravidão - o Sul, ele sofreu uma experiência de discriminação racial, na qual o seu *status* e prestígio no Brasil não fizeram diferença diante da cor de sua pele¹⁰. Em seu diário, ele registra que “[...] compreendi que era a dificuldade da cor a causa de recusas de aposentos” (Apud Jucá, 2001). Assim, na década seguinte, mais uma vez ele se depara com situações que escapam ao seu controle e em que pouca serventia teria o seu prestígio ou suas grandes capacidades. Tudo aquilo que conquistara até aquele momento, todo o seu esforço em transgredir obstáculos, seriam represados por uma ordem poderosa e transnacional que colocava não apenas ele, como milhares de outras pessoas negras, sejam quais forem as suas origens, em uma condição de subalternidade. Mais uma vez os trânsitos geográficos e culturais geravam choques de realidade, por assim dizer, que colocariam em questão convicções a respeito de sua condição.

As experiências e as histórias com as quais se deparou e vivenciou até aquele momento em sua viagem teriam despertado nele a visão que sustentaria durante anos de que algo deveria ser feito para romper com as amarras que impediam o “progresso” social, cultural, moral etc. das pessoas. Os caminhos que seguiu a partir desse momento e as batalhas que resolveu lutar, individualmente ou junto de outras pessoas, buscavam transformar aspectos do mundo que ele enxergava como equivocadas. Em certo sentido, não apenas a liberdade jurídica, fundamental a condição humana e central a causa abolicionista, mas a educação seriam as chaves para o processo de emancipação e progresso social. Aquilo que ele experienciou até aquele momento e mesmo depois reforçaram a sua visão sobre a educação como uma das formas de transgredir as barreiras que os impediam de prosperar, essa parecia ser uma bandeira importante a ser defendida¹¹.

¹⁰ Episódios como quando não conseguiu um hotel sem a intervenção do Cônsul brasileiro, ou quando não lhe foi servido alimento em restaurantes, trens e o caso do Opera House. Para mais detalhes, ver: Brito, 2019.

¹¹ A historiadora Hebe de Mattos (2018) observa que as viagens de Rebouças aos EUA e ao continente africano marcaram sua formação política e sua subjetividade, gerando um comprometimento pessoal com a busca de modelos de modernização em sociedades pós-escravistas que incluíssem pessoas negras nesse processo.

Como alguns historiadores chamam a atenção (Schueler; Pinto, 2013; Mattos, 2018), esse tipo de percepção e as experiências com as quais lidou, geraram desconfortos e pontos de contato entre as experiências dos afro-americanos, sua história pessoal e a forma como o Brasil se organizava.

Rebouças na imprensa: pensando o Brasil

O trânsito pelo Atlântico¹² fez com que André Rebouças tomasse contato com ideias e correntes intelectuais que marcariam sua trajetória nesse período. O contato com as ideias que circulavam nos EUA e na Europa a respeito de direitos civis, transformações sociais e econômicas e, sobretudo, sobre o enfrentamento da escravidão, fizeram com que se conectasse à círculos intelectuais comprometidos com ideias de reformas sociais através do progresso econômico e da luta pelo fim da escravidão.

Uma das formas em que é possível de se verificar essa aproximação é através de sua participação como colaborador do periódico intitulado *O Novo Mundo*, juntamente com outras figuras brasileiras como José Carlos Rodrigues (fundador e proprietário), Souza Andrade, Salvador de Mendonça e mesmo Machado de Assis que demonstravam seu alinhamento a uma visão de mundo desejosa de promover reformas nos alicerces sócio-políticos e culturais brasileiros, tendo como ponto de referência os EUA. Segundo Mônica Ascitti (2010, 38), “Joaquim de Sousa Andrade, André Rebouças e Salvador de Mendonça integram o grupo de intelectuais que tiveram participação sistemática em *O Novo Mundo*, convictos (ao menos por algum período) da conveniência da adoção dos parâmetros estadunidenses para que o Brasil fosse alçado ao nível de desenvolvimento compatível com os países ‘civilizados’”.

Resumidamente, se tratava de um periódico que circulou entre 1870 e 1879, editado nos EUA, composto por figuras latino-americanas e direcionadas a leitores brasileiros, propondo-se não apenas a dar notícias dos Estados Unidos, “mas expondo as principais manifestações do seu progresso e discutindo sobre as causas e tendências deste progresso” (Ascitti, 2010, p. 33). Segundo José Carlos Rodrigues, haveria um interesse na América Latina e no Brasil pelo estudo profundo daquele país e o seu periódico iria contribuir com essa tarefa (Idem, 33-4)

¹² O Atlântico aqui é pensado como um lugar e uma metáfora sobre a circularidade de ideias e de pessoas que influenciou na formação de correntes intelectuais, ideologias, projetos, identidades etc. A esse respeito, ver Linebaugh, Rediker, 2008; Gilroy, 2001.

Se contraponto a ideia de centralidade europeia, a postura editorial seguida por esse periódico era a de que os EUA seriam o “paradigma de civilização” a ser seguido e a partir do qual eram desferidos ataques à sociedade brasileira em temas como ausência de relações modernas de trabalho (e, nesse ponto, a centralidade das críticas ao sistema escravista), a persistência de uma estrutura econômica identificada como “colonial”, a existência de instituições monárquicas e a falta de instrução da população. Com exceção do tema da monarquia¹³, Rebouças comungava do mesmo entusiasmo e das ideias de seus “colegas” de jornal e isso se tornaria presente através de suas contribuições escritas.

A participação em *O Novo Mundo* fez com que André tivesse contato com diversos intelectuais, abolicionistas inclusive, que defendiam ser possível que uma sociedade de origem escravista, a exemplo dos EUA, tivesse capacidade de se desenvolver através de investimentos em setores técnico-científicos e educacionais. Entretanto, se aquele jornal parece levantar a bandeira de uma certa vanguarda reformista tendo nos EUA o seu grande exemplo, algumas circunstâncias que marcariam a *intelligentsia* daquele país também se espraíavam.

Embora tivesse tendências progressistas/abolicionistas e que tenha colaborado para o desenvolvimento dos debates a respeito desse e de outros temas, é importante entender que aquilo que era escrito nas páginas daquele jornal fora feito por pessoas que vivenciavam as experiências de sociedades escravistas do século XIX. Portanto, visões hierarquizadas, evolucionistas, preconceituosas fazem parte de seu repertório ideológico, como podemos notar pelo trecho a seguir:

[...] Grande maioria da população negra vive na mais completa miséria e degradação. Muitos delles teem comprado quadras de terras e tentam cultivar-as; mas nessas terras, já fatigados, não viceja a plantação sinão á custa de muit'arte, e agricultura é o que os negros absolutamenie ignoram. Entretanto devemos dizer que não é exacto que ó negro seja, por via de regra, vadio: inintelligente e dependente como é, elle trabalha bem em boas terras, e, sendo feitorado, até trabalha mais e melhor do que quando escravo. Sem governo, porém, elle torna-se inútil, pois carece inteiramente do senso de responsabilidade. De facto, a condição moral dos libertos é abjecto até o suprasummo. Elles não conhecem o que é virtude: a sua moral é relaxada como se podia esperar do escravo. Elles não tomam conta de si, nem physica nem moralmente, e o resultado é que estão fenecendo mui depressa, a proporção da mortalidade entre eles sendo maior do que entre os brancos. / Todos esses males pro vêem de longe: todos são o justo castigo do grande crime da escravidão: não foi só com a guerra civil que Norte e Sul

¹³ Rebouças era um monarquista convicto, acreditava que o sistema poderia ser reformado e modernizado, sem a necessidade de rupturas profundas no sistema ou sua substituição por um sistema republicano como o dos EUA, por exemplo.

pagaram pela iniquidade: a punição dura ainda na corrupção do país em geral, causada pela guerra, e na desolação desesperada de alguns dos Estados do Sul (O Novo Mundo, 23 de julho de 1874, p. 178).

Com o objetivo de atacar a escravidão como uma instituição que teria “corrompido” os EUA e a sua população (juntamente com a Guerra Civil, também causada por ela), o autor acaba por desumanizar os afro-americanos. No tocante a este grupo, uma espécie de “mácula” os acompanharia mesmo após a sua liberdade, afinal, os libertos, seriam “vadios”, “ininteligentes” (sic), “sem senso de responsabilidade”, “dependentes”, “sem governo”. Os adjetivos utilizados para “sensibilizar” o leitor (branco) sobre os males da escravidão, pensavam num pós-abolição em que esses indivíduos fossem “instruídos” para “viverem em liberdade”, como se fossem incapazes de abandonarem por iniciativa própria a sua condição de cativos.

Portanto, ele mira na instituição que seria responsável pela “desumanização”, mas acerta precisamente naqueles que seriam suas “vítimas” ao desumanizá-las e bestializá-las. As palavras acima deixam transparecer, a contrapelo do que provavelmente pretendia, preconceitos intrínsecos que alicerçam o próprio sistema que ele afirma combater. Eles deveriam ser civilizados, talvez? Civilizar, leia-se, torná-los “dóceis”, “adequados”, à sistemas sociais e laborais dominados por brancos de elite.

Retomando o fio condutor da análise, percebe-se que os paralelismos estabelecidos nesse periódico entre os EUA-Brasil ou EUA-Europa indicaria uma ruptura paradigmática com o modelo civilizacional centrado na França, indicando uma relação dúbia com o cosmopolitismo: ao mesmo tempo que indica ausências no Brasil, projeta possibilidades em seu futuro. Pegando o tema apontado no trecho acima, o da agricultura, central quando se fala de escravidão nas Américas, é possível perceber a sua correlação não apenas econômica, mas também sociocultural na formação de padrões de comportamento, hierarquias e sistemas de poder, sobretudo, nos estados do Sul dos EUA. Naquele país, a Guerra Civil (1861-5) e a luta entre dois modelos de sociedade orbitavam nas concepções da posse da terra e de outros seres humanos. Nesse contexto, fornecer terras aos afro-americanos livres seria a chave para um modelo societário liberal baseado na propriedade privada e na iniciativa individual.

André Rebouças sentia-se compelido pelas ideias da socialização da propriedade rural através de sua fragmentação e a preparação dos indivíduos para a vida em liberdade em defender a reforma agrária e a educação no Brasil como formas de fornecer renda,

trabalho e educação aos mais pobres e, sobretudo, aqueles egressos da escravidão e, com isso, promover o desenvolvimento do país. Em sua concepção, a concentração de terras, o latifúndio, e a falta de oportunidades seriam obstáculos a serem transpostos mediante reformas que levassem em consideração a realidade brasileira e seu povo.

Se as ideias pareciam encontrar eco entre seus colegas de redação e em parcelas dos ciclos intelectuais mais refinados e comprometidos com a causa da abolição da escravidão, fazer com que elas promovessem alguma mudança na maneira como o Brasil se organizava era uma coisa completamente diferente. Havia um abismo que separava tais ideias e a ideologia dominante dos latifundiários e seus representantes. A última se amparava em uma realidade complexa e historicamente construída para manter as engrenagens sociais e econômicas do país sem grandes alterações e a quem o sistema político servia como reprodutor das desigualdades.

Podemos citar como exemplo as teses dos Congressos Agrícolas realizados em 1878¹⁴. Nelas, principalmente nas do Rio de Janeiro, percebemos uma possível interlocução entre os grandes proprietários de terras e André Rebouças. Uma avaliação entre os temas¹⁵ apresentados e o tratamento recebido revela que as expectativas dos delegados da lavoura corroboram para esse fim. É possível identificar, por exemplo, leituras negativas sobre o liberto, o ingênuo, sobre o trabalhador nacional e positiva, em alguns aspectos, em relação ao europeu, não apenas em relação ao trabalho, mas ao que ele poderia agregar (fisicamente, culturalmente etc.) ao povo brasileiro. Há momentos em que as propostas pró-imigração, sob a ótica de “falta de braços”, não conseguiam ocultar uma dimensão eugênica de que africanos ou asiáticos não seriam uma boa opção para serem agregados ao Brasil. Portanto, parece no mínimo plausível presumir que os debates travados aqui diziam muito mais a respeito do projeto de Brasil que se visava desenhar.

A esse respeito, Rebouças esclarece que sem mexer na estrutura fundiária, de nada adiantaria tentar atrair imigrantes europeus, pois apenas colonos provenientes da Ásia aceitariam as condições como eram postas.

¹⁴ CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1878; sobre o de Recife, ver: SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO, 1879.

¹⁵ Dentre os temas tratados, podemos destacar: a oferta de créditos agrícolas, a manutenção da grande propriedade; a associação do trabalho e do trabalhador ao sistema de clientela e dependência; os preconceitos raciais e sociais com relação ao imigrante asiático e aos africanos e seus descendentes, que além de criarem problemas no trabalho, sobretudo após 1871, acabavam por criar problemas na formação da população brasileira devido à sua origem “inferior”; além disso, havia a questão da ordem pública que, segundo os representantes da lavoura, seria ameaçada pela grande aglomeração de desocupados que serviriam apenas como “massas de manobra” nas mãos de senhores de terras em tempos de eleições.

[...] A verdadeira interpretação da frase oficial – carencia de braços - é que o Imperio necessita de reformas sociaes, economicas e financeiras importantissimas, que permittam o aproveitamento de milhares e milhares de individuos, que vegetam nos nossos sertões, e, ao mesmo tempo, attraiam a immigração espontanea da população superabundante da Europa. Ora, já dissemos por vezes nestes Estudos, o principal attractivo da immigração é a propriedade facil e immediata do sólo. Serão infructiferos, e até contraproducentes, todos os esforços feitos para substituir colonos aos escravos. Só ha um desgraçado colono que se presta a essa miseranda substituição: é o infeliz Chim. [...] (Rebouças, 1988, p. 383)

Portanto, para defender ideias que funcionavam nos vizinhos do norte, Rebouças e seus colegas teriam como desafio um país rural, patrimonialista e latifundiário comandando por uma elite diretamente ligada à concentração de terras, de poder político e da exploração da mão-de-obra negra. Era necessário lidar, portanto, com a resistência dos poderosos da terra e daqueles que defendiam seus interesses nas esferas parlamentares, governamentais e jurídicas, bem como na opinião pública formada por jornais e revista comprometidas com tais interesses, além de críticas diretas da própria “lavoura” através de seus representantes, muitos deles com fortes *lobbies* em setores chave do país.

André Rebouças e as facetas de um intelectual atlântico

Retornando a André Rebouças, sua realidade estava muito distante da maioria dos africanos e afrodescendentes residentes no Brasil. Ele nasceu livre, fazia parte de uma família de prestígio no Império, sendo seu pai um conceituado advogado, político importante e Conselheiro de D. Pedro II (Grinberg, 2002, p.310). Milhares de outras pessoas africanas e afrodescendentes nasceram e morreram sem sequer conhecer a liberdade e sem ter tido acesso à educação formal. Seu contato com determinados círculos intelectuais dentro e fora do país e os contatos com as experiências de discriminação racial bem como a superação dessas experiências pelas comunidades negras (dentro e fora do país) teriam tido um efeito catalizador em sua vida, pois transformaram suas perspectivas sobre si próprio e sobre o seu papel no mundo.

Quanto mais se aproximava das experiências de vida de pessoas que sofriam com a escravidão e com os preconceitos e violências a ela atreladas, mais isso se tornaria um catalisador intelectual que fez com que buscasse oportunizar saídas para essa realidade. Provavelmente, isso contribuiu para que se aproximasse dos círculos abolicionistas e de

intelectuais como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, como teria contribuído para a fundação de associações e jornais abolicionistas, bem como participar de iniciativas de libertação e de educação de escravizados e seus descendentes¹⁶.

Portanto, a biografia dessa figura seria marcada por experiências sociais que colaboraram para as construções e modificações de suas visões de mundo e de sua trajetória de vida, potencializadas pelas redes sociais das quais fez parte, muitas delas marcadas por intelectuais com as quais estabeleceu relações de afetividade e de admiração (Sirinelli, 2003). A trajetória histórica de uma pessoa se traduz em experiências que podem representar importantes circunstâncias de aprendizagem sobre os diversos significados da liberdade. Isso é especialmente verdadeiro para alguém que nasceu livre em uma família afrodescendente de prestígio, com um pai autodidata que construiu uma carreira intelectual e política destacada. Essas experiências incluem contatos com diferentes formas e graus de preconceito, além de vivências transnacionais e locais junto a populações escravizadas ou libertas, superando obstáculos para a conquista de direitos.

Acredita-se que essas experiências funcionaram como uma espécie de prática pedagógica, que, aliada aos conhecimentos acadêmicos adquiridos e à trajetória educacional dessa pessoa, transformaram sua visão sobre a escravidão. A ideia de passar adiante sua visão de educação emancipatória que empoderaria aos mais pobres através da expansão de seus horizontes viria de sua apreensão dos sentidos da liberdade. Sua pedagogia pessoal traduzida pelas experiências vivenciadas e pelos contatos com agentes históricos variados serviriam como propulsor de sua transição para um abolicionismo cada vez mais ativo e para uma transição de sua visão acerca da educação como principal transformadora de vidas. Afinal, para ele, “alfa de toda a reforma é a educação” (Rebouças, 1988, p. 325).

Retomando a linha original do parágrafo anterior, a realidade socioeconômica e cultural de André Rebouças estava distante da maioria dos “pretos” e “pardos” de seu tempo, mas as experiências que vivenciou fizeram com que estas realidades distantes se cruzassem produzindo uma transformação pedagógica no intelectual que se tornou abolicionista e que buscava na educação o caminho para a liberdade. Coincidentemente,

¹⁶ A exemplo de Frederick Douglas e suas viagens para fora dos EUA, os contatos com outras culturas e povos teria despertado a busca por respostas que se materializaram em uma atuação combativa contra a escravidão e a favor dos direitos civis e políticos. Partindo de choques culturais, as experiências de Rebouças e de Douglas antes dele, teriam gerado transformações em suas perspectivas ou reforçado algumas ideias que traziam de suas histórias pregressas.

sua maior aproximação com as causas da abolição e sua dedicação mais ampla com a causa dos direitos civis, políticos e com a educação emancipatória coincidiram com rupturas em suas redes originais, marcadas pela perda de seu irmão, Antônio, em 1874, após seu retorno dos EUA, e do falecimento de seu pai, em 1880¹⁷. Essa associação talvez tenha desencadeado algum efeito psicológico em André ou talvez sirva apenas como recurso metafórico e teórico de que as figuras importantes e que ajudaram em sua formação teriam o deixado e, talvez, a partir de suas perdas, ele encarasse que estaria incumbido de levar adiante seus legados, ressignificando-os, juntamente com os legados de muitos outros negros e negras, brasileiros ou não, que lutavam contra as limitações impostas pelo racismo e pela escravidão.

Seu pai teria sido seu primeiro “professor” e seu irmão um amigo e companheiro intelectual. As rupturas pressupõem reconstruções e Rebouças teria se reconstruído após suas experiências traumáticas (nos EUA e no Brasil), desempenhando transformações em sua trajetória. Ele não era seu pai, mas aprendera com ele, bem como com seu irmão, alguns ensinamentos transversais que marcariam a sua trajetória, mas, sua reconfiguração iria além deles, porque suas experiências o permitiriam ir. Como seu pai, acreditava no valor do esforço individual e nos estudos como meios para se atingir um fim, mas, ao contrário dele, não acreditava na escravidão como um “direito” de quem pertence¹⁸, mas uma condição de quem é “pertencido”. Uma condição injusta que poderia ser superada, tanto pelo esforço individual, quanto pelas forças das redes de associação que oportunizavam acesso aos meios para ser livre.

Os estudos a respeito e as fontes analisadas indicam que há uma plausibilidade na associação entre uma educação emancipatória, a conquista de direitos e as transições pelas quais passou André Rebouças até assumir seu papel de destaque na causa abolicionista. Como intelectual ávido por conhecimento, suas visões a respeito de direitos civis e sobre

¹⁷ Segundo Leo Spitzer, depois da morte de seu pai Antônio Pereira Rebouças, André Rebouças “envolveu-se apaixonadamente na luta pela Abolição, porque se sentia, então, totalmente convencido de que a escravidão e o sistema de exploração em que se baseava, ‘manchava a terra’ e era o maior empecilho ao estabelecimento de uma nação progressista e moderna, na qual poderia dominar uma democracia rural, a liberdade de pensamento e o livre comércio.” Spitzer, 1980, p. 43.

¹⁸ Segundo Keila Grinberg, até o fim de sua vida, Antônio Rebouças permaneceu fiel à tese de que a liberdade não era um “direito natural”, mas uma conquista reservada a quem fizesse por merecê-la. No final da vida, por exemplo, já consolidado no mundo jurídico, manteve sete escravizados em sua casa e só concedia liberdade aos que conseguissem formar o pecúlio e comprar a própria alforria. A renda como um direito pessoal advindo do esforço individual e não de mudanças ou reformas. Para a autora, “seu intuito real era estabelecer a renda como critério eficaz de qualificação dos cidadãos” (Grinberg, 2002, p. 150).

a própria noção de escravidão se alargariam durante os anos seguintes, mas ele manteria viva a dimensão emancipatória atrelada a direitos mais amplos.

A escravidão não está no nome, mas sim no fato de usufruir do trabalho de miseráveis sem pagar salário ou pagando apenas o estrito necessário para não morrer de fome. Aviltar e minimizar o salário é reescravizar. Mesmo nos países que se supõem altamente civilizados, a plutocracia faz todo o possível para reduzir o salário ao mínimo absoluto; a landocracia, principalmente, é reescravizadora por atavismo: não compreende a agricultura sem escravo ou sem servo da gleba (...) (Rebouças Apud Jucá, 1988, p. 209).

Essas palavras, esboçadas em 1895 em uma carta privada, demonstrariam que suas visões de liberdade e de abolição estariam atreladas não apenas ao ato da aquisição imediata de liberdade, mas ao pós-libertação, isto é, aos desdobramentos da conquista ou da concessão desses direitos. Essa dimensão já estaria presente em sua obra *Agricultura Nacional*, quando ele apresenta o questionamento de que o que se faria com (e o que fariam) aqueles que se tornariam livres da escravidão no Brasil. Era preciso educá-los, dar-lhes terras e emprego para que sua liberdade não significasse cair em outras formas de “escravidão”, manifestas pela dependência econômica ou simbólica de seus antigos senhores. Emancipar seus corpos e mentes para que efetivamente fossem livres. No trecho acima, ele se refere a exploração do trabalho dos imigrantes cujas condições se assemelhavam àquelas enfrentadas pelos escravizados que não mais existiam (legalmente) nesse momento, o que demonstra que a condição de escravizado corta suas reflexões, mesmo quando não se referia a pessoas formalmente submetidas a mesma.

A associação das posturas assumidas por esse intelectual com os debates pós-lei Rio Branco (1871)¹⁹ e com os esforços institucionais para fazer frente a realidade criada pela lei e as pressões sociais dos setores associados a escravidão dentro e fora do parlamento tornariam os debates acerca de educação, direitos políticos, trabalho e acesso à terra como um tema transversal que cortaria a questão servil. André Rebouças faz essa associação na década de 1870 e no decorrer das décadas seguintes devido ao seu comprometimento intelectual cada vez maior com a causa, uma vez que não via outro caminho senão através de reformas mais profundas. Ele reconheceu nas medidas pouco

¹⁹ Também conhecida como “Lei do Ventre Livre”, a lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 tornava livre o filho de mães escravizadas a partir de sua promulgação e daria outras providências. Embora a “liberdade” envolvesse tutela (controle) do senhor de sua mãe ou do Estado, e todas as controvérsias a esse respeito, essa lei reconheceu uma série de direitos cotidianos dos escravizados, como no caso do pecúlio e da compra de alforria.

abrangentes do gabinete conservador de 1871 (Rio Branco), no imobilismo dos governos posteriores em tratar a questão dos ingênuos e na associação de liberais como Sinimbu (1879) ao poder estabelecido (latifundiários e escravocratas) o sinal de que era necessário pressionar ainda mais por mudanças.

A dimensão de “empoderamento” talvez coubesse aqui como um conceito teórico e heurístico para se analisar os efeitos que a dotação de capacidades aos indivíduos ou grupos, seja por ações individuais e pessoais, seja pela oportunização de meios por terceiros para esboçar o entendimento do processo de construção da ideia de que os indivíduos seriam capazes de superar dificuldades a partir de seu esforço. Embora se possa incorrer em anacronismos, visto que a mesma palavra teria sido cunhada cem anos mais tarde (década de 1970) no contexto de luta por direitos civis, o sentido de que a educação teria um efeito transformador para os trabalhadores poderia ajudar a entender os sentidos que a educação e outras formas de aquisição de mecanismos de insurgência contra a ordem consolidada assumiriam para as pessoas que aprendiam a ler e escrever em uma sociedade que dizia que isso não as pertencia.

A alfabetização e o letramento não devem ser associados unicamente a uma ação política em sentido restrito, afinal, ela teria sentidos práticos imediatos, como o exercício de atividades profissionais. Todavia, a sua dimensão política (que não exclui a possibilidade anterior) forneceria mecanismos sociais de construção e de divulgação de ideias, muitos dos quais historicamente negados a determinados grupos sociorraciais. Essa ação permitiria a transgressão de barreiras e preconceitos de estruturas simbólicas que associavam o domínio da educação formal à civilização e essa às pessoas de posses e/ou brancas. Nesse sentido, educar-se e, sobretudo, aprender a ler e escrever, seria também um ato político.

Para Rebouças, educação e emancipação caminhavam juntas, no sentido que dariam ferramentas (concretas e simbólicas) aos seus portadores para que pudessem seguir adiante e progredir em suas vidas. Ele tinha uma visão de elite a esse respeito²⁰, afinal, ele partia de um espaço de privilégios culturais e econômicos que o distanciava de outras pessoas negras e pardas. Mas isso não significa que não tenha enxergado nessas mesmas pessoas o potencial transformador ao confiar que a educação fornecida seria

²⁰ Angela Alonso identifica em André Rebouças e Joaquim Nabuco duas figuras de maior destaque entre os novos liberais. Embora membros da elite imperial, filhos de família de destaque na monarquia e próximos ao monarca, eram “marginais” por se manterem à distância do núcleo Saquarema. Portanto, tiveram que trilhar um caminho distinto para acessar determinadas esferas do poder. Ver: ALONSO, 2002.

capaz de despertar neles aquilo que despertou em si próprio: o desejo e os meios para transgredir. Ao se aproximar e se familiarizar com as experiências de gente comum, “de cor”²¹, ao enfrentar os obstáculos em suas vidas para conseguir sobreviver ou para ascender socialmente, ele teria aprendido que para essas pessoas a busca por educação também era uma forma de autotransformação e de transformação social.

As experiências das pessoas “de cor” e da gente comum demonstrariam as possibilidades para além do cosmopolitismo de elite que marcaria as visões de muitos intelectuais como Rebouças. Entretanto, esse cosmopolitismo que se traduzia por visões e projetos de elite que pensavam que a falta de educação formal seria um problema a ser superado para o desenvolvimento e o progresso também constituía parte de seu *etos* social. Afinal, essa ideia também seria utilizada pelos defensores (conservadores ou liberais) das reformas políticas para justificar a restrição do voto dos analfabetos, por exemplo, realidade de boa parte da população brasileira no período, mesmo diante da riqueza civilizacional de culturas ágrafas africanas que foram trazidas e ressignificadas no Brasil pelas pessoas traficadas. Mas, como o mesmo Rebouças demonstra, esse cosmopolitismo não seria uma “venda ideológica” intransponível, visto que a luz dos debates da mesma reforma, vozes do parlamento se levantariam contra tal exclusão sob a justificativa que o aprendizado político também se daria no diálogo (concreto e simbólico) e nas ruas (Andrade e Silva, 1879, p. 438).

A própria insistência de André em encarar as pessoas comuns como agentes ativos de transformação através da educação e do trabalho demonstraria não apenas uma espécie de visão híbrida de dimensões de mundo limítrofes – cosmopolita e popular – ausentes em outros intelectuais, como reconhecia nesse hibridismo a possibilidade de levar adiante seu projeto de país. Aqui importa menos o analfabetismo como um problema e mais os efeitos transformadores de uma ideia de educação emancipadora que ele defendia e que poderiam ser aproveitadas como bandeira de luta e como mecanismo de transgressão pelas pessoas que buscavam educar a si e aos seus descendentes.

A crença na “capacidade de fazer algo” transgredia uma ideia naturalizada de que grupos raciais como os negros e mulatos (africanos e afrodescendentes) seriam incapazes

²¹ A partir do final da década de 1870, as legislaturas dos estados do sul dos EUA aprovaram leis segregacionistas que obrigavam a separação entre “brancos” e “pessoas de cor” em diversos espaços públicos ou privados. Geralmente, qualquer pessoa de ascendência negra determinável ou suspeitava em qualquer grau era para esse fim uma “pessoa de cor”. As aspas foram utilizadas não só por se tratar de um termo historicamente usado e, embora apresente cunho preconceituoso, resolvemos mantê-lo para conservar a ideia por trás do contato entre categorias socioculturais distintas.

de fazê-lo. Isso dialoga com a interrogação de que esses grupos seriam naturalmente “brutos” ou foram “embrutecidos” pelas experiências de aprendizagem violentas a que se submeteram? A resposta depende de quem pergunta.

Transitando pelo mesmo Império do Brasil da segunda metade do oitocentos e tendo como foco a questão da educação, é possível identificar personagens da história da educação popular brasileira que podem ajudar a encontrar uma resposta para a pergunta anterior. O professor negro Pretextato dos Passos e Silva e a comunidade com a qual dialogava – seus alunos e seus pais/responsáveis – responderam ao questionamento anterior (ou as limitações simbólicas e estruturais da sociedade em que se inseriam) com ação direta e mobilização em torno da mesma ideia emancipatória e “progressista”, por assim dizer. Uma educação que se materializou em sua escola para pretos e pardos e no ensino inclusivo dessas populações diante de circunstâncias de exclusão baseadas em preconceitos de raça e de classe social.

Não seria uma ação não isolada das circunstâncias sociais de seu tempo, afinal, seu sucesso dependia da capacidade de se adequar a determinadas circunstâncias, como a história desses personagens demonstrou (Silva, 2000; Ferreira, 2020). O diálogo com a visão das elites sobre como deveria ou não ser a educação dessas pessoas, seja se aproximando ou se distanciando delas, era igualmente fundamental para o sucesso da empreitada²².

O professor e o engenheiro tinham que lidar com uma realidade marcada não apenas por dimensões concretas de exclusão e de preconceito, mas também de ideologias que classificavam as pessoas conforme sua classe social, a cor de sua pele e a sua origem. No caso de Rebouças, ele se inseriu em batalhas intelectuais e políticas que podiam ser percebidas através de seus textos em *O Novo Mundo* e no *Jornal do Comércio*, sobretudo na série de artigos intitulados “Agricultura Nacional”, produzidos no decorrer dos anos de 1870, com a qual lidava diretamente com as ideias defendidas pela lavoura a respeito de temas como propriedade agrícola, força de trabalho, educação entre outras.

Lidar com essa elite que ele bem conhecia e que, ora o aproximava, ora o repelia, fez com que André se sentisse cada vez mais mobilizado em debater causas que considerava não apenas fundamentais, mas urgentes. A noção de urgência que provavelmente fora despertada nas suas andanças pelo mundo, indicava que o Brasil

²² Haveria uma lacuna temporal entre as experiências mais de Pretextato e aquelas tratadas por Rebouças, não fosse pelo fato do primeiro ter permanecido em atuação até pelo menos a década de 1870.

precisava enfrentar seus “demônios” caso quisesse ter algum papel no “mundo civilizado”. E ele agiu nesse sentido, juntamente com outros indivíduos ou grupos. Mas, para além de uma questão geopolítica ou econômica na ordem capitalista internacional, era preciso que se olhasse com mais cuidado para seu povo, para os trabalhadores, lhes proporcionando meios para subsistência (como acesso à terra e emprego), educação e oportunidades.

Neste sentido, ele aponta em outro trecho de *Agricultura Nacional* transcrito abaixo:

[...] Quanto á escravidão!.... essa nos serve de obstaculo em tudo e por tudo. Na vida intima, na vida publica, na vida internacional, sempre a escravidão como um anathema fatal! É a escravidão, que impede a emigração espontanea para o Brazil. É a escravidão o primeiro argumento dos governos europeos contra a colonisação no Brazil.
[...] No emtanto é preciso que, em ponto algum, o Brazil seja inferior a qualquer nação do mundo. E para alcançar quanto antes este apogeo, é necessario, é urgente, é indispensavel acabar, logo que possivel fôr, com a escravidão [...] (Rebouças, 1988, p. 290).

Ao refletir sobre a “*Agricultura Nacional*”, setor chave da economia, que empregava durante séculos a maior parte dos trabalhadores, muitos dos quais, escravizados e de onde advinham as elites que controlavam os destinos do país, André mirava naquilo que ele considerava chave para a compreensão do porquê o Brasil era daquele jeito e o que deveria ser mudado.

Tais porquês e suas explicações ora correspondiam às realidades que ele observava, a engenhosidade e o conhecimento por ele adquiridos, ora esbarravam nas resistências estruturais representadas pela relutância em aceitar qualquer tipo de mudança que pudesse ameaçar as estruturas de poder, as lógicas de dominação e exploração e as desigualdades. Os defensores da lavoura e da sociedade como era conhecida selaram barricadas em torno de questões como a posse da terra, a liberdade do trabalho, o direito à participação política, o acesso à educação formal, pontos que Rebouças considerava nevrálgicos às melhorias que ele acreditava serem necessárias. O fato de o Brasil ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888, e de não ter realizado nenhuma política, no imediato pós-abolição, que garantisse aos ex-escravizados e seus descendentes condições adequadas de vida sinaliza que tipo de visões e interesses estariam em jogo e contra os quais Rebouças teve que lutar.

Considerações finais

Costuma-se dizer que André Rebouças, como algumas figuras de destaque na história humana, seria uma pessoa “à frente de seu tempo”. Pegando tudo aquilo que planejou, executou, registrou e construiu seria fácil identificá-lo como tal. Mas essa premissa é, ao mesmo tempo, tentadora e empobrecedora. Ele definitivamente era uma pessoa de seu tempo, com particularidades que o fizeram cultivar admiradores e inimigos variados, alguns poderosos, inclusive. Ele foi, acima de tudo, um pensador social, um intelectual comprometido com as causas de seu tempo. Isso diferencia ele de outras figuras que foram seus contemporâneos ou mesmo de gerações anteriores, como o seu pai.

A forma como se colocou e encaminhou determinadas questões são parte de seu legado. A luta por justiça social, pela educação dos mais pobres, pelos direitos dos afrodescendentes entre outros seriam marcas daquilo que ele foi e que, da mesma forma, nos ajudaram a compreender o período histórico e as questões analisadas.

Sua biografia nos ajuda a entender questões mais complexas e amplas. O momento em que defende inicialmente suas ideias reformistas, que escreve artigos a respeito de pontos que considera problemáticos e, portanto, centrais às suas reflexões sobre o Brasil, coincide com um período histórico em que aumenta a pressão por direitos civis e políticos da população escravizada e de seus descendentes, algo que teria influenciado na intensificação dos debates sobre a fim da escravidão, sobre direitos civis (como a educação) e políticos (como a participação eleitoral) e, simultaneamente, é o momento em que a resistência do escravismo se fazia mais aguerrida na política. A década de 1870 é a década da aprovação da Lei do Ventre Livre, do retorno dos Liberais, dos debates sobre o voto direto e sobre reformas educacionais. Era nesse contexto em que ele se inseria e que produziu artigos que marcariam sua atuação pela década seguinte, em favor da abolição da escravidão e da educação de negros e pobres.

André Rebouças, junto a outros intelectuais da "geração de 1870", buscava espaço na carreira pública e ativismo político. Eles exploraram lacunas deixadas pela crise do sistema político saquarema, marcada pelo indianismo romântico, liberalismo estamental e catolicismo hierárquico. Essa crise intensificou-se entre as décadas de 1860 e 1870, culminando no governo Rio Branco e nas reformas moderadas que esvaziaram bandeiras do partido Liberal, como a abolição e a reforma eleitoral.

Sua estada nos EUA fez com que observasse situações similares à brasileira que despertariam nele sentimentos conflitantes. O fascínio com a rápida modernização e crescimento experimentado por aquele país no período de reconstrução (1863-77), o emprego de novas tecnologias e as medidas adotadas sobre a escravidão e a forma como as comunidades negras conseguiram se organizar a partir das experiências no pós-guerra impressionariam positivamente André. Porém, o racismo encarniçado representado por políticas como a de *Jimmy Crow* (1877-1950) que o fez se sentir ameaçado, mesmo diante de suas grandes capacidades e de seu prestígio em solo brasileiro, teriam marcado a sua percepção sobre aquele país. Diferente de Inglaterra e França, e apesar das especificidades, os EUA fizeram com que ele se lembrasse do Brasil, seus desafios e suas possibilidades. O contato com o “outro” fez com que ele (re)visitasse a si próprio.

Ele retorna ao Brasil diferente, o que teria aguçado a sua autopercepção da condição de uma pessoa negra que “embranquecera” pelos costumes e pelos círculos sociais que frequentava, mas que tentava se reconectar com seu país e seu povo mediante o seu engajamento sobre as causas sociais, políticas, econômicas e culturais. Sua luta em favor de reformas estruturais no Brasil, na defesa da reforma agrária, da educação dos mais pobres, do fim da escravidão e a favor de um período pós-abolição que incorporasse negros e negras em uma sociedade livre e mais justa em que todos tivessem oportunidades, como ele teve, para seguir os seus caminhos.

Sua “engenharia social” (ou “socionomia”, como gostava de chamar) dialogava com tudo aquilo que viu e viveu até aquele momento e com aquele que ele se tornou. Os desafios no Brasil, alguns exitosos, outros não, as perdas familiares, a busca por se associar cada vez mais com causas que impactavam diretamente a vida de milhões de pessoas, o uso de sua inteligência e perspicácia metódica para transformar o mundo e a percepção cada vez maior de sua condição de “africano” e de “negro” nas décadas seguintes fizeram com que ele se transformasse. Tais experiências múltiplas fizeram com que André Rebouças se reconhecesse como uma pessoa com raízes atlânticas, pois o seu trânsito pelos quatro cantos do mundo e o seu autoexílio em África no final da vida, embora amargurado com os rumos que a história humana tomava, manifestaram a imagem de uma pessoa que ousou desafiar as ordens estabelecidas, ora por dentro, ora por fora, através do que aprendera e desenvolvera observando o mundo a sua volta.

Uma passagem de Paul Gilroy a respeito da identidade consegue auxiliar na compreensão desse complexo processo pelo qual passou André Rebouças em suas múltiplas experiências.

A propensão não nacional da diáspora é ampliada quando o conceito é anexado em relatos antiessencialistas da formação de identidade como um processo histórico e político, e utilizado para conseguir um afastamento em relação à ideia de identidades primordiais que se estabelecem supostamente tanto pela cultura como pela natureza. Ao aderir à diáspora, a identidade pode ser, ao invés disso, levada à contingência, à indeterminação e ao conflito (Gilroy, 2012, p. 19).

Quanto mais ele conhecia o mundo e, conseqüentemente, a si próprio, menos ele se identificava com aquilo que foi e mais ele se sentia impelido a se reinventar e, a partir dessas novas versões de si próprio, que dialogavam com o seu passado, ele criava uma identidade cada vez mais comprometida com as causas que considerava mais urgentes e com a necessidade imperiosa de transformação. A forma trágica como encerrou a sua trajetória de vida em Funchal, na Ilha de Madeira, apenas seria mais um capítulo para o legado deixado por um homem que reinventou a si próprio para tentar transformar o mundo.

Fontes

BRASIL. Anais da Câmara dos Senhores Deputados do Brasil, 1879, Tomo I.

BRASIL. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 147, 1871.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO. *Anais*. [Edição Fac-Similar], Rio de Janeiro: FCRB, 1988.

JORNAL DO COMÉRCIO, 12 de março de 1878.

REBOUÇAS, *Agricultura nacional*. Estudos Econômicos – propaganda abolicionista democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux, 1883, Ed. fac-simile. Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, Recife, 1988.

REBOUÇAS, André. Carta de André Rebouças a Visconde Taunay. Cape Town, 4 de abril de 1893.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878*. Compreendendo os documentos relativos aos fatos que o procederam coletados e publicados integralmente por

deliberação do mesmo Congresso. Recife: Tipografia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1879.

O NOVO MUNDO. Periodico Illustrado do Progresso da Edade. Vol. IV, nº 46. New York, 23 de julho de 1874.

Referências

205

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Edição do Kindle.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ASCIUTTI, MÔNICA M. R. Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879). 2010. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRITO, Luciana da Cruz. “Mr. Perpetual Motion” enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 32, nº 66, p. 241-266, janeiro-abril 2019.

DOUGLAS, Frederick. *Narrativa da vida de Frederick Douglas e outros textos*. São Paulo: Penguin Books/Cia das Letras, 2021.

EISENBER, Peter. “A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, pp. 167-194

FERREIRA, Higor Figueira. *Com Tintas de Liberdade: Professores, Raça e Cartografias da Educação na Corte Imperial*. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

GRINBERG, Keila, *O fiador dos brasileiros - cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HORNE, Gerard. *O Sul mais distante, o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MATTOS, Hebe. Um livro “tosloico” contra a “brutalidade yankee”: A África e a abolição da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia na escrita de si de André Rebouças (1870-1898). In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila;

REIS, Gabriel Aarão (org.). *Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p. 74-123

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SILVA, Adriana Maria Paulo. *Aprender com perfeição e sem coação. Uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Série Passado/Presente. Brasília: Editora Plano, 2000

SILVA, Antônio Carlos Higino. *André Rebouças no divã de Frantz Fanon*. 1ª. ed. Curitiba: Editora Appris, 2022.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Livro I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. Pensamento e projetos educacionais do professor André Pinto Rebouças (1838-1898). In: CARULA; Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia. (Org.). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013, p. 21-48

SILVA, Celio Antonio Alcantara. *Quando mundos colidem: a imigração confederada para o Brasil (1865- 1932)*. 2007. Dissertação de Mestrado (Mestre em História Econômica) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas - SP, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.

JUCÁ, Joselice. A questão abolicionista na visão de André Rebouças. *Caderno de Estudos Sociais*, Recife, V.4, n.2, p. 207-218, jul./dez., 1988.

JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001

SPITZER, Leo. Assimilação, marginalidade e identidade: os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig. Rio de Janeiro: *Estudos Afro-Asiáticos*, n.3, CEEA/UCAM, 1980.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/09/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> Acesso em: 03.02.2024.

Os lugares dos *lugares de memória* dentro do espaço biográfico: vestígios transnacionais e a escrita da trajetória de padre Pietro Colbacchini

The places of *places of memory* within biographical space: transnational traces and the writing of Father Pietro Colbacchini's trajectory

Fábio Luiz Machioski¹

207

Resumo

No presente texto proponho uma discussão teórico-metodológica para refletir de que maneira a memória integra o campo conceitual definido como espaço biográfico. Mais especificamente, ao elencar os lugares de memória, físicos e/ou simbólicos, existentes nos espaços geográficos e sociais que foram ocupados pela personagem histórica investigada, pretendo perceber como os vestígios contidos nessas construções narrativas podem ser úteis para a escrita de sua história de vida. Almejo inferir sobre o quão semelhantes e/ou divergentes podem ser as memórias sobre um mesmo sujeito em seus diferentes contextos, e como essa constatação pode contribuir para o desenvolvimento de uma escrita histórico-biográfica. Para refletir sobre a referida problemática, farei uso das definições de lugares de memória e de espaço biográfico, respectivamente, apontadas por Pierre Nora e Leonor Arfuch, colocando-as em diálogo com uma gama de outras ideias conceituais de estudiosos como David Lowenthal, Joël Candau, Roland Barthes, Sabina Loriga e Walter Benjamin. Por fim, pretendo operar empiricamente e apresentar os espaços de memória existentes sobre a figura histórica de padre Pietro Colbacchini, que é objeto de minha pesquisa e cuja história de vida estou disposto a narrar.

Palavras-chaves: História; Lugares de memória; Espaço biográfico; Trajetória; Pietro Colbacchini.

Abstract

In this text I propose a theoretical-methodological discussion to reflect on how memory integrates the conceptual field defined as biographical space. More specifically, by listing the places of memory, physical and/or symbolic, existing in the geographic and social spaces that were occupied by the historical character investigated, I intend to understand

¹ Doutorando em História junto ao PPGHIS da Universidade Federal do Paraná pela linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História. Desenvolve pesquisas e possui interesse sobre as seguintes áreas e temas: História Cultural; Nova História Política; Micro-história: Trajetórias e Biografias de Imigração; Imigração Italiana e Patrimônio Imaterial.

how the traces contained in these narrative constructions can be useful for writing their life story. I aim to infer how similar and/or divergent memories about the same subject may be in their different contexts, and how this finding can contribute to the development of historical-biographical writing. To reflect on this issue, I will use the definitions of places of memory and biographical space, respectively, pointed out by Pierre Nora and Leonor Arfuch, placing them in dialogue with a range of other conceptual ideas from scholars such as David Lowenthal, Joël Candau, Roland Barthes, Sabina Loriga and Walter Benjamin. Finally, I intend to operate empirically and present the existing memory spaces about the historical figure of Father Pietro Colbacchini, who is the object of my research and whose life story I am willing to narrate.

Keywords: History; Places of memory; Biographical space; Trajectory; Pietro Colbacchini.

1. Introdução

O que almejo, com a elaboração da presente discussão, é elencar algumas definições e aportes teóricos que podemos considerar conceitos indispensáveis para se pensar e analisar as relações entre dois temas fundamentais no campo da escrita da História, a memória e a biografia. Meu principal objetivo é, portanto, refletir como a memória pode ser útil no processo de produção de uma escrita historiográfica, particularmente, de uma narrativa que seja ao mesmo tempo histórica e biográfica. Mais especificamente, tenho a pretensão de investigar o papel que os suportes que promovem rememorações, conhecidos como lugares de memória, podem ocupar em uma pesquisa empírica voltada para a investigação da experiência de vida de um sujeito e, conseqüentemente, na elaboração de uma narrativa de cunho histórico e biográfico.

Nessa direção, pretendo compreender se os ditos lugares de memória, conforme apresentados pelo historiador francês Pierre Nora, podem ser classificados como uma espécie de dispositivos “biografemáticos”. Por meio da referida perspectiva, desejo analisar se eles podem ser enquadrados na concepção de “biografemas” apontada por Barthes, ou seja, se oferecem pormenores a respeito de uma vida e, dessa maneira, tornam possível o seu uso para a escrita de uma biografia. Sendo assim, a problemática que apresento é: poderíamos, por meio dos lugares de memória, inferir sobre a existência de uma memória “biografemática”, enquanto categoria útil para a construção de uma narrativa histórica?

Essa minha indagação é motivada, sobretudo, por conta da pesquisa que desenvolvo sobre o percurso trilhado por um missionário italiano que atuou no Brasil no final do século XIX. Trata-se da personagem histórica de Pietro Colbacchini, missionário católico que exerceu sua atividade religiosa nas regiões de colonização italiana de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Em recente pesquisa, por meio do método conhecido nas ciências sociais como análise do discurso, tive a oportunidade de realizar um estudo acerca da prática discursiva que o referido religioso desempenhou em meio aos imigrantes italianos que se estabeleceram no Paraná. Na ocasião, pude me debruçar sobre os escritos produzidos pelo padre Colbacchini durante os anos de 1886 e 1901.

A maior parte dessas fontes, que foram arroladas na citada pesquisa, foi escrita pelo próprio sujeito investigado e constitui um agrupamento de cerca de 300 correspondências, alguns relatórios, uma homilia, um guia espiritual e um mapa que, conseqüentemente, formam também uma espécie de narrativa autobiográfica do sacerdote. Sendo assim, tais fontes, que já foram analisadas preliminarmente e, que certamente, serão utilizadas para a construção de uma história biográfica do indivíduo estudado, revelaram a possibilidade de avançar na pesquisa por meio de um novo modelo de investigação, agora de caráter biográfico. Elas me impulsionaram não só para uma releitura do material, sob essa nova perspectiva de análise, como também para a busca de novas informações sobre aquele que as escreveu, contidas em outros escritos e tipos de fontes históricas.

O que me leva a pensar nos suportes de rememoração, como fornecedores de indícios para a escrita de uma biografia, é meu interesse em perceber como as descrições feitas por outros sobre a personagem histórica de Colbacchini, que se fazem presentes em vários trabalhos de cunho memorialístico, podem contribuir para a produção de uma narrativa historiográfica de sua trajetória.

Nesse sentido, busco apresentar as formas como o referido sacerdote é descrito e representado em algumas obras que, ao tratar da história do seu local de origem, da congregação à qual o mesmo pertenceu, como também, das colônias italianas nas quais ele atuou, comportam uma série de memórias sobre o dito sacerdote e, conseqüentemente, fazem delas diversos usos que, por sua vez, correspondem aos seus diferentes interesses. Com isso, desejo visualizar quais são os vestígios históricos presentes nas formas de rememoração que se referem a sua pessoa, promovidas tanto em sua terra natal na Itália, como nas regiões de colonização italiana do Brasil em que o mesmo exerceu a sua

atividade missionária. Em outras palavras, pretendo elencar o conjunto de indícios transnacionais contidos nos diferentes lugares de memória produzidos sobre a, ou ainda, em torno da personagem do referido padre, cuja trajetória de vida estou disposto a narrar.

Anseio refletir ainda sobre qual seria o papel que esses lugares de memória, sejam eles físicos ou simbólicos, desempenham em um determinado espaço biográfico, no caso do presente estudo, àquele ocupado pela figura histórica de um missionário católico italiano em meio aos seus conterrâneos e os imigrantes desta mesma etnia. Estou me referindo às memórias compartilhadas por estes últimos com seus descendentes e, que de alguma forma, foram herdadas por suas novas gerações, chegando até o tempo presente. Para tal empreitada, almejo me ancorar teoricamente em categorias de análise e conceitos elaborados por uma série de estudiosos que se debruçaram sobre as temáticas da memória e da biografia e, sobretudo, abordaram como o historiador pode se valer delas para produzir narrativas e operar a escrita da história.

2. Os lugares de memória como “biografemas”: vestígios para a constituição de uma narrativa biográfica

Um conceito primordial para dar início a análise aqui proposta, e que já foi, e ainda é muito discutido e utilizado na historiografia, é a definição de memória. Inúmeros estudiosos das ciências sociais, incluindo muitos historiadores, já realizaram ricos e intensos debates em torno do tema e produziram diversas contribuições a seu respeito.

Uma dessas discussões sobre a temática, que rendeu incontáveis estudos, deu-se em torno das categorias de memória individual e de memória coletiva. O fato é que, pelas duas categorias estarem imbricadas e andarem sempre entrelaçadas, ao citar uma não há como não envolver a outra. Creio ser esse o motivo de tamanha dedicação ao tema: há uma relação dialética entre as duas, na qual a memória coletiva está ligada ao compartilhamento intersubjetivo de lembranças e memórias de indivíduos que constituem determinado grupo social, que por sua vez formulam suas memórias individuais pautados em um sentimento de pertença oferecido por uma memória que lhes é, em certa medida, comum e compartilhada.

Segundo Pierre Nora, que ao desenvolver trabalhos sobre a identidade francesa se tornou uma das autoridades sobre o assunto, a memória é

[...] sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do

esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (Nora, 1993, p. 9).

Ainda segundo o autor, isso se dá pela *aceleração da história*, que significa o “arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo”. (Nora, 1993, p.7). Diante dessas afirmações, formuladas pelo referido historiador, pode-se compreender que a memória é preservada por meio de vestígios de acontecimentos e experiências vividas no passado que de alguma forma são mantidos e transmitidos pelos grupos sociais que vivem no presente, que por sua vez as perpassam e transmitem para as gerações futuras. E, principalmente, que a memória é passível de atualizações, transformações, mutilações e multiplicações decorrentes dos usos de que dela fazem os indivíduos e suas coletividades.

Penso que é isso que Nora quis explicar ao escrever que, por ser “afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções”. (1993, p. 9). E ainda, ao afirmar que “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. (Ibidem).

Portanto, a memória é ao mesmo tempo múltipla e seletiva, pois é carregada por uma imensa variedade de grupos vivos que escolhem o que e como lembrar e esquecer, o que e como deve ser mantido e aquilo que deve ser descartado. Essa seleção parte das experiências e dos interesses dos grupos que escolhem qual memória deve ser reforçada e as maneiras com que ela deve ser trabalhada e comunicada, enfim, usada. Ou seja, é o grupo que define que uso fará da narrativa que quer produzir para se promover, e o que quer que seja comunicado para si mesmo e/ou de si para os outros. Dito de outra maneira, é o grupo que age como o narrador de si mesmo. É este esforço, esta produção feita por parte dos indivíduos de certo agrupamento, que construirá a sua memória.

Com esse processo, a memória se constitui como organizadora da experiência dos indivíduos, pois é ela que estrutura e que dá sentido de ser e existir ao grupo que a concebe, pois este a produz pensando em si mesmo e a gesta como uma representação coerente com os seus interesses, com aquilo que o mesmo define como sendo a sua referência, capaz de promover a manutenção de si próprio e de sua identidade.

Sendo assim, pode-se afirmar que a memória é um fenômeno construído e organizado em torno das preocupações e intenções de quem a promove. A memória trabalha para perpetuação da identidade do seu grupo promotor, tendo este por função fazer ressurgir da sua experiência aquilo que o mesmo imagina, ou por algum motivo precisa e quer considerar, fundamental para a sua história. Assim, para que exista a construção da memória em uma comunidade é preciso primeiro existir um desejo, ou seja, uma vontade de memória, que por sua vez pode ser traduzida como a promoção dos interesses de quem a promove.

Os indivíduos de um determinado grupo ao selecionarem e promoverem as lembranças que pretendem registrar e divulgar, concomitantemente, ao deixarem de expor e silenciarem outras recordações, pelo fato de as considerarem não condizentes com a sua história, estarão assim definindo a sua memória e, conseqüentemente, forjando sua identidade. Não é errado inferir, portanto, que na realidade a memória é constituída apenas de alguns vestígios de determinados eventos e acontecimentos históricos, pois ela rememora somente os fragmentos e as parcialidades que interessam aos membros do grupo que a constrói e a mantém.

Entendo que é isso que, Candau explica ao afirmar que “nós não captamos senão acontecimentos passados cujo afastamento contínuo no tempo não concede mais do que fragmentos do real em pedaços, em suma, vestígios fugazes e infinitesimais a partir dos quais nós depois tentamos refazer uma totalidade”. (Candau, 2005, p. 141). Nesse sentido, a memória nunca é total, mas sempre fragmentada, pois ela é manipulada para atender certos objetivos, expectativas, vontades e, sobretudo, por meio disso, reconstruir e afirmar identidades.

Por ser, ao mesmo tempo, formadora do grupo social na qual ela é produzida e promovida, a memória se torna um forte elemento de constituição da identidade, ou seja, do sentimento de pertença dos indivíduos à sua coletividade. Conseqüentemente, como também afirma Candau, “não há lugar para distinguir memória e identidade de tal forma as duas noções estão ligadas”, não tendo como se produzir e manter uma sem a outra. (2005, p. 142). Então, por consequência, os lugares de memória se constituem em estruturas simbólicas para a identidade dos grupos ou dos indivíduos que os criam como representações de si e de suas experiências. Neles, o pertencimento torna-se um discurso patrimonial, que se fundamenta frequentemente num apelo à sobrevivência de uma identidade local, regional ou nacional. (Candau, 2005, p. 145).

De acordo com Nora (1993), os lugares de memória são essas estruturas simbólicas que transmitem identidade, pois de alguma forma registram, documentam e legitimam a vida de indivíduos e grupos. São espaços, que podem ser físicos ou não, mas que sempre serão simbólicos por guardarem vestígios das ações passadas com o anseio de imortalizá-las no tempo e impedir o seu esquecimento. São lugares onde a memória trabalha e é trabalhada, e que na maioria das vezes surgem de maneira intencional, como documentos, museus, arquivos, festas, datas, comemorações, coleções, cemitérios, tratados, monumentos, santuários, associações, documentários, etc. Marcos testemunhais de uma era que passou, mas que em certa medida permanece por meio de ilusões de eternidade, que são escolhidos para serem registrados e preservados devido aos interesses que representam.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar comemorações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se ancora. [...] E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. (Nora, 1993, p. 13).

Pautando-me sobre essas últimas afirmações, gostaria de inferir, mais uma vez, que os lugares de memória são vestígios da história, fragmentos e partes não aleatórias dos eventos históricos que são mantidos com a intenção de preservar apenas particularidades. Na minha concepção, eles devem ser encarados pelos desbravadores da história como a ponta de um iceberg, pois eles escondem em sua parte submersa uma amplitude muito maior a se descobrir sobre a personagem e/ou o fato histórico do qual só uma pequena porção eles permitem enxergar.

Ao fazer esta afirmação, sempre tendo em mente a vontade de fazer uso dos lugares de memória a fim de realizar uma pesquisa de cunho biográfico, me remeto à quão válida é, para essa perspectiva de narrativa histórica, a ideia de *biografia coral* apresentada por Sabina Loriga. Esta historiadora, ao estudar os modelos clássicos de biografias, que classificam o homem biografado ora como herói, ora como patológico, e outra ainda como partícula, aponta para uma nova possibilidade e potencialidade de narrativa biográfica, pautada não na negação dessas formas de se narrar as histórias de

vida dos sujeitos, mas na existência de inúmeras outras características que vão além delas, e permitem enxergar a multiplicidade de vozes existentes em um mesmo indivíduo.

Segundo a autora, o biografado não deve ser narrado como um todo, capaz de assumir o papel de representante de apenas uma única categoria, que exclui no mínimo a coexistência de um anti-herói, do não patológico e de uma subjetividade múltipla, mas também inúmeros outros fragmentos de um mesmo sujeito que revelariam seus conflitos e os aspectos singulares da sua existência. Pelo contrário,

[...] a biografia coral concebe o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder. (Loriga, 1998, p. 249).

Penso que, fica fácil imaginar que os lugares de memória são construções com propósitos determinados por normas pensadas por grupos que procuram se afirmar por meio de uma suposta homogeneidade, e que visam apresentar indivíduos históricos como lineares, na tentativa de afirmar suas identidades e promover a manutenção de si próprios. Esses agrupamentos acabam por enclausurar o indivíduo em apenas uma particularidade, apresentada como se fosse o seu todo, fazendo com que os lugares de rememoração, na maioria das vezes, escondam a pluralidade do sujeito neles representado.

Porém, se tivermos a consciência que, o mesmo o lugar de rememoração comporta apenas um fragmento, uma partícula do passado, e não é o passado em si, mas sim uma parte que o desponta, ou seja, que aponta para a busca de sua totalidade e indica sua complexidade, nos daremos conta que ele carrega em si um grande valor histórico. Assim, para o caso de uma investigação histórica sobre um indivíduo, que é minha maior preocupação neste momento, creio que podemos considerar o lugar de memória que o representa, enquanto um fragmento de sua experiência, como um forte indicador de seu valor biográfico.

Dessa forma, a melhor maneira que teríamos para desvendar o passado, seria mesclar o que David Lowenthal denominou como as três origens que promovem o seu conhecimento: a história, a memória e os fragmentos. Segundo este último historiador:

Memória, história e fragmentos oferecem caminhos para o passado que se percorrem melhor quando combinados. Cada caminho exige os outros para que a jornada seja significativa e confiável. As relíquias dão início às recordações que a história confirma e expande recuando no tempo. A história em isolamento é estéril e desprovida de vida; fragmentos significam apenas o que a história e memória transmitem. De fato, muitos artefatos surgiram como testemunhas da história ou da memória. Uma apreensão significativa do passado exige compromisso com prévia experiência, própria e dos outros, ao longo de todos os três caminhos. (Lowental, 1998, p. 166-167).

Defendo, portanto, que os lugares de memória enquanto fragmentos do passado funcionam verdadeiramente como dispositivos para a construção da escrita da história, mais especificamente, para a elaboração de uma história biográfica. Por ser um caminho que aponta para o passado, e também para a trajetória e experiência dos indivíduos que viveram nele, creio que os lugares de rememoração são de fato portadores e/ou indicativos dos fragmentos da vida desses sujeitos.

Ao contrário de memória e história, fragmentos não são processos, mas resíduos de processos. [...] Cada caminho para o passado – memória, história e fragmentos – é um campo reivindicado por disciplinas especializadas, explicitamente pela psicologia, história e arqueologia. Mas conhecer o passado envolve perspectivas mais amplas do que aquelas abrangidas normalmente por essas disciplinas. (Lowental, 1998, p. 66).

Trazendo essa afirmação para a perspectiva biográfica, penso que conhecer o vivido no passado por uma personagem histórica exige também uma análise ampla que abarque todos os resíduos deixados por ela, estejam eles presentes na história ou na memória. Estes resíduos do e/ou sobre o sujeito histórico investigado são na verdade meios para se vislumbrar as inúmeras agências e processos que o mesmo vivenciou e experimentou em sua existência. Eles permitem a construção de uma narrativa não linear da História, na qual o que importa não é o real por si só, mas sim o inteligível, isto é, as formas de entender e explicar o possível real, que sabemos ser inatingível.

Dessa maneira, é possível compreender que os lugares de memória criados em torno de um indivíduo, enquanto fragmentos de seus processos, agências e experiências, constituem-se em lugares reveladores de vestígios do vivido por uma trajetória. Posso afirmar, portanto, que estou sim considerando os lugares de memória, acerca de uma personagem histórica, como lugares biografemáticos, pois os concebo como resíduos do vivido por ela, ou seja, ocupam o seu espaço biográfico. Segundo Leonor Arfuch, que

demonstrou quão ampliado é o *espaço biográfico*, é o *valor* encontrado na construção e na ação de uma personagem que possibilita assumir uma *ordem narrativa* que é, ao mesmo tempo, uma orientação ética.

O *valor biográfico* é extensivo ao conjunto de formas significantes em que a vida, como cronotopo, tem importância... O conceito tem, na minha opinião, uma dupla valência: a de envolver uma ordem narrativa que é, ao mesmo tempo, uma orientação ética. Efetivamente, haverá diferentes tipos de valor biográfico: um valor heroico, transcendente, que alimenta desejos de glória, de posteridade; outro cotidiano, baseado no amor, na compreensão, na imediatividade; e ainda é perceptível um terceiro, como “aceitação positiva do fabulismo da vida [...]” (Arfuch, 2010, p. 69).

Portanto, creio que seja correto imaginar que os lugares de memória, ao apontarem para as ações e os processos vivenciados pelos sujeitos históricos neles presentificados, revelam o valor biográfico de determinados indivíduos. Ainda mais se, entendido nessa dupla dimensão de narrativa e ética, como infere Arfuch, o valor biográfico contido nos lugares de memória “se transforma num interessante vetor analítico para nosso tema, um modo de leitura transversal suscetível de articular não apenas gêneros discursivos, mas também os diversos “modelos” que emigram de uns a outros”. Ao indicar vozes, caracterizadas como narrativas e éticas, essas formulações memorialísticas “plasmam as vidas ideais, do eco aristotélico da “vida boa” às várias peripécias heroicas cujos traços sobrevivem em nosso tempo, incluídas evidentemente as mais recentes do “anti-herói”. (Arfuch, 2010, p. 70).

Ainda de acordo com essa última autora, que apoiou seu estudo acerca do tema no dialogismo bakhtiniano, um valor biográfico não só pode organizar uma narração sobre a vida do outro, mas também “ordena a vivência da vida mesma e a narração da nossa própria vida, esse valor pode ser a forma de compreensão, visão e expressão da própria vida”. (Arfuch, 2010, p. 55). Na minha concepção, é nesse ponto que se pode encontrar uma função para os lugares de memória, que ao referenciar o passado querem falar ao presente, visando ordenar as vidas e as identidades daqueles grupos e indivíduos que os narram e interpretam.

Percebe-se, que está em jogo também nesse espaço de construção e manutenção de lugares de memória “a lógica – compensatória – da falta, esse vazio constitutivo do sujeito que convoca a necessidade constante de identificação, a busca, por meio das narrativas, de uma hipotética completude...” (Arfuch, 2010, p. 99). Os sujeitos que narram

e, conseqüentemente, que interpretam essas narrativas que constituem os lugares de memória, se valem desse processo dialógico para incessantemente vivenciar e comunicar essa busca por identidade, que até pode ser individual, mas é, sobretudo, coletiva.

Porque, e isso é essencial, sabemos que não há possibilidade de afirmação da subjetividade sem intersubjetividade; conseqüentemente, toda biografia ou relato da experiência é, num ponto, *coletivo*, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade. (Arfuch, 2010, p. 99 e 100).

Há, portanto, nesses lugares de memória, enquanto vestígios do passado e construções biográficas, uma relação de alteridade que produzem identidade, “articulação indissociável entre o *eu* e o *nós*”. Essa inter-relação entre passado e presente, que tem por objetivo promover identidades, faz desses lugares verdadeiras narrativas que se multiplicam, ou seja, que se tornam representações de variadas vozes dentro de um espaço biográfico, ocupados pela pluralidade de grupos sociais ligados a ele. Isso se dá porque eles despertam a imaginação e a criação de

[...] modos como as diversas narrativas podem abrir, para além do caso singular e da “pequena história”, caminhos de autocriação, imagens e identificações múltiplas... Novas narrativas, identificações, identidades (políticas, étnicas, culturais, religiosas, genéricas, sexuais, etc.) que supõe a pugna e o conflito [...] (Arfuch, 2010, p. 100).

Assim, a narrativa sempre terá múltiplas utilidades. Primeiramente, haverá àquelas concernentes às pessoas e às identidades daqueles que nela são narrados. Em seguida, existirão as que se referem à construção do narrador e de suas formas narrativas. E em um terceiro momento, terá as utilidades que lhe darão aqueles que com ela interagirem e dela fizerem uso. Conforme ensinou Benjamin, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. (1994, p. 201). Dessa maneira, creio que o centro desse processo está nas mãos do narrador, é ele que tem a possibilidade de escolher o que narrar, o que quer contar e o que quer descartar em sua história. Ele é, portanto, um construtor de identidades por excelência.

Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida - de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. (Benjamin, 1994, p. 200).

Compreendo assim, com a ajuda dos conceitos citados, que os lugares de memória, enquanto vestígios do passado, funcionam como uma espécie de construção narrativa que tem como objetivo perpetuar aquilo que quem narra escolhe como sendo o mais significativo e simbólico para a identidade daqueles que com ele interagem, incluindo nesse processo intersubjetivo, o indivíduo narrado e o narrador.

Nessa direção, as formas como os interlocutores se utilizam, ou seja, os valores que empregam a determinado lugar de memória, podem revelar muito sobre os processos do passado que nele estão representados, pois ele contém não só aqueles fragmentos que se apresentam na superfície, que estão escancarados, mas escondem em si uma gama muito maior de informações, vestígios submersos, dos quais não se podem negar a existência, pois estão ali escondidos, como acontece com um iceberg. Sendo assim, acredito que os lugares de memória sobre uma personagem histórica são constituintes de seu espaço biográfico e, portanto, servem potencialmente como uma espécie de ‘biografemas’, pois contém e ao mesmo tempo escamoteiam vestígios úteis, vozes potenciais para a investigação dos processos e experiências vivenciadas pelo sujeito pulverizado nesses fragmentos.

Dessa maneira, os lugares de memória serviriam para o historiador biógrafo, e principalmente para a sua narrativa de cunho histórico e biográfico, conforme bem apontou Barthes, como “alguns pormenores, alguns gostos, algumas inflexões, digamos: ‘biografemas’, em que a distinção e a mobilidade poderiam deambular fora de qualquer destino e virem contagiar, como átomos voluptuosos, algum corpo futuro, destinado à mesma dispersão; em suma uma vida com espaços vazios”. (Barthes, 1990, p. 12). Seriam, enfim, indícios de uma personagem histórica que apontam para a experiência de vida que se pretende narrar, que por um lado sabe-se não poder alcançar em plenitude, mas que por outro, por meio desses pedaços que revelam partes desse sujeito esborado e disperso em pequenos detalhes, acredita-se poder dizer tudo o que a história precisa saber sobre o indivíduo a ser narrado.

Nessa perspectiva, o historiador biógrafo se torna o narrador do sujeito que está representado nos lugares de memória, pois ao unir essas fragmentações narrativas, construídas no tempo e no espaço, o mesmo se mune de ‘biografemas’, que por sua vez lhe permitem operar a escrita por meio do preenchimento das lacunas que esses pormenores rememorados lhe oferecem. Entendo, portanto, que a função que os lugares

de memória assumem é a de uma espécie de pontas de icebergs, apontamentos que apesar de não definir a personagem narrada por completo, têm a importante tarefa de indicar a direção de como o sujeito pode ser ou não narrado.

3. Os lugares de memória de Colbacchini: biografemas transnacionais entre lembranças e esquecimentos

Penso ser útil iniciar minha análise empírica falando da existência de um lugar de memória físico, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário na cidade de Colombo-Paraná, mais especificamente, o seu campanário, que por sua vez possui um conjunto de três sinos. Acredito que esta construção e estes objetos tenham se constituído, conforme a analogia que fiz anteriormente, na primeira ‘ponta de iceberg’, que funcionou como uma espécie de dispositivo, que me fez vislumbrar a pesquisa em torno do indivíduo que almejo biografar.

Fato é que, me recordo que desde a minha infância ouço o badalar desses sinos, assim como a história de que eles vieram da Itália e que foram doados por um padre em forma de agradecimento ao povo da ex-colônia italiana de Alfredo Chaves. Mais tarde, descobri que o dito sacerdote era Pietro Colbacchini, padre que foi responsável pela organização do atendimento religioso aos imigrantes italianos instalados em toda a região de colonização italiana formada no entorno de Curitiba no final do século XIX.

Porém só recentemente, ao visitar o alto da torre e ver de perto estes objetos sacros que se constituem neste lugar de rememoração, e ao mesmo tempo me aprofundar nas experiências vividas pelo citado religioso na região, foi possível descobrir que de fato eles são originários da região do Vêneto no norte da Itália, terra natal do sacerdote investigado, onde foram fabricados pela *Fonderia Colbachini* no ano de 1887. (Gabardo, 2022). Mas qual seria o motivo da gratidão que o fez dar tão expressivo presente para essa comunidade? Conforme relatos históricos e memorialísticos, escritos ou orais, Colbacchini presenteou a comunidade colombense com os sinos provenientes da fábrica de seus familiares, por esta ter-lhe oferecido esconderijo quando o mesmo sofreu perseguições políticas e ideológicas na capital paranaense, que culminaram em atentados contra a sua vida por parte de alguns italianos maçons e nacionalistas durante, e logo após, o período da revolução federalista. (Machioski, 2018).

Foi assim, que esse primeiro lugar de memória me suscitou o desejo de buscar por possíveis vestígios sobre a personagem histórica investigada que estariam do outro lado do atlântico, na província e cidade de origem do sacerdote. Seguindo os indícios que possuía até então, um primeiro espaço de rememoração encontrado na comuna vicentina de Bassano del Grappa foi a casa onde nasceu o sujeito a ser biografado. Ao identificar a residência, localizada na Via Angarano, número 61, foi possível descobrir que se tratava de uma moradia que abrigava uma típica e abastada família pertencente à burguesia local, que possuía posses e negócios de grande porte. Tanto é que, o nome *Pietro Colbachini fu Gio*, progenitor de nosso investigado, assim como sua nobre ocupação, *Fonditore di Campane*, estão até hoje estampados na fachada da construção, que contém ainda desenhos de sinos em alto relevo.

Outra descoberta, a de que o prédio é tombado e protegido como um bem arquitetônico e paisagístico da região, confirma que ali funcionou uma pujante fábrica de propriedade de uma notória família da cidade. Da mesma maneira, a existência de uma rua chamada Via Colbacchini reforça a ideia de que se tratava de um grupo familiar ilustre perante a sociedade de Bassano del Grappa. Penso que tais informações são importantes para me reportarem ao universo da infância e juventude do sujeito que pretendo biografar, almejando entender que tipo de educação ele recebeu e como se deu sua escolha pelo sacerdócio, assim como quem eram os outros personagens, familiares e grupos sociais, com os quais ele teve contato e de que maneira eles podem ter interferido na subjetividade do investigado.

Outro exemplo de lugar de memória, encontrado na cidade de origem de padre Pietro, é um documentário escrito sobre a sua pessoa, produzido em 1951, ano do cinquentenário de sua morte, e que é denominado *‘Il missionario’*. Neste material, impresso e distribuído pelo Instituto Scalabriniano, congregação religiosa ao qual Colbacchini pertenceu, é possível perceber que o sacerdote, cujo jubileu de morte foi comemorado na ocasião, é revestido do papel simbólico do missionário e munícipe exemplar que realizou grandes feitos, como podemos ver no extrato a seguir, assinado pelo padre Francesco Prevedello, superior geral dos scalabrinianos naquele período:

Comemorar Pe. Pietro Colbacchini, fulgida glória da gentil cidade de Bassano, exaltar a memória deste glorioso pioneiro na assistência religiosa e civil dos emigrantes italianos, dedicar ao seu nome uma rua, é reconhecer e afirmar a missão benéfica da Igreja, a qual por meio de

seus filhos enfrenta e resolve os problemas sociais do momento. (Prevedello in *Il Missionario*, 1951, p.2).

Por esta fonte, é facilmente perceptível o uso que é feito da personagem histórica para enaltecer o instituto religioso, a Igreja Católica e a municipalidade, e assim lhes propagandear. No mesmo documento, podemos encontrar ainda outros lugares de memória simbólicos, como os representados pelas expressões o “pioneiro” e o “fundador”, assim como telegramas e mensagens trocados entre as cidades de Bassano del Grappa e Nova Bassano no Rio Grande do Sul, utilizando a rememoração da figura do padre Colbacchini como uma espécie de ponte da amizade que liga os dois espaços geográficos separados pelo oceano atlântico.

Essa forma de representação simbólica será um contínuo nos lugares de memória produzidos pela congregação Scalabriniana. Assim sendo, outra rememoração construída em torno da figura da personagem histórica de Pietro Colbacchini é aquela na qual o sacerdote italiano, que exerceu sua missão no Brasil, é descrito pela Congregação dos Missionários de São Carlos como *il fulcro brasiliano*, remetendo o mesmo perpetuamente a posição de *pioneiro*. Dessa forma, a referida ordem religiosa se apropria da imagem do missionário para afirmar a sua própria origem e identidade. Para isso, o sujeito investigado é sempre citado como um dos “heróis” da obra Scalabriniana no Brasil, como é o caso do trabalho de Mario Francesconi, membro da dita congregação que escreve:

Padre Colbacchini, chegou no Brasil por conta própria em 1885, tinha a intenção de fundar uma congregação de missionários para os emigrados naquela nação... Quando Colbacchini soube por padre Mantese que monsenhor Scalabrini havia fundado uma Congregação para os emigrados, a ela aderiu imediatamente. O bispo lhe respondeu que contava com ele para a fundação de uma “casa central” para os missionários. Pe. Colbacchini escolheu como lugar ideal Água Verde, uma colônia italiana dentro de Curitiba, onde estava construindo a igreja. (Francesconi, 1985, p. 1020).

Diante de tais elogios, cabe uma pergunta: será que o homenageado possuía esse sentimento de pertencimento e almejava ser um modelo da referida congregação religiosa, como é então descrito nesses textos memorialísticos?

Ainda sobre a história dos missionários carlistas, pode-se citar outro trabalho, o do padre Redovino Rizzardo, no qual a figura de Pietro Colbacchini recebe o adjetivo de ‘*o precursor*’. (1990, p. 8.) Neste livro, o autor traz pequenas biografias dos missionários scalabrinianos que atuaram no Brasil, sendo que a de número 1 refere-se à vida do

sacerdote que estou investigando. Mas diferente do anterior, esse colega de congregação faz consideráveis revelações sobre a formação do caráter do mesmo:

[...] a breve permanência entre os jesuítas foi suficiente para lhe consolidar, ou imprimir, vários aspectos de sua personalidade empreendedora, independente e autoritária. Aliás, durante toda a vida se sentirá muito ligado aos discípulos de santo Inácio de Loyola, às vezes mais até do que a própria Congregação dos Missionários de São Carlos [...] (Rizzardo, 1990, p. 9).

Apesar de, por meio do adjetivo de precursor, também o colocar na condição simbólica de pioneiro dos scalabrinianos, a descrição produzida sobre Colbacchini pelo último autor revela que ele possuía um apego muito grande aos jesuítas. Essa segunda narrativa aponta para existência de outra voz identitária que compõe o sujeito que é objeto da presente pesquisa. Esses dois exemplos de narrativas, que se constituem lugares de memória simbólicos, construídos por membros da Congregação Scalabriniana demonstram como os discursos produzidos por ela são utilizados e podem ser estudados e interpretados: havendo desde um reforço da identidade missionária da ordem que se dedica aos imigrantes, até um posicionamento de diferenciação com outra congregação católica, a qual Colbacchini teria como referência.

Outros lugares de memória acerca de Pietro Colbacchini, que se constituem em vestígios de sua trajetória, são aqueles produzidos nas colônias em que ele atuou. A primeira delas foi a já citada por Francesconi, o núcleo Senador Dantas instalado na localidade de Água Verde, hoje um bairro nobre do centro urbano de Curitiba. A narrativa, presente neste local, revela a devoção e o caráter empreendedor do padre italiano que lá trabalhou, como podemos conferir no trecho a seguir coletado do site da Paróquia Sagrado Coração de Jesus:

Pe. Pietro Colbachini, missionário italiano, enviado pelo Papa Leão XIII, chegou no bairro, celebrando a primeira missa na casa do Sr. Antônio Bonato, a 25 de maio de 1886, residindo nesta casa por três anos. Entusiasmou os colonos italianos para construir a primeira Igreja no Água Verde. O Bispo de São Paulo, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, por um decreto, a escolheu para sede do reitor desta igreja para todos os núcleos italianos do Paraná, a 24 de fevereiro de 1888. O Padre Pietro Colbachini inaugurou a igreja de alvenaria (com torre e sinos que existem até hoje) a 29 de junho de 1888. Em uma carta datada de 10 de março de 1888, Padre Colbachini solicitou ao Bispo, hoje São João Batista Scalabrini, o envio de uma estátua do Sagrado Coração de Jesus.

Nesta última narrativa que, como defendi anteriormente, é na verdade apenas uma voz parcial do passado, parece haver uma relação harmoniosa entre os colonos, Colbacchini e os Bispos. Porém, é facilmente perceptível que essa é uma imagem que a igreja católica local construiu para se identificar como um espaço sagrado da instituição, e que esconde os atritos decorrentes das relações de poder que existiam entre as personagens narradas. Especificamente, a figura do padre é lembrada como o missionário que vem de longe a mando do chefe maior dos católicos romanos para trazer a boa nova, mas deixa “submersos” os conflitos vivenciados pelo mesmo, que inclusive o fizeram mudar a sede de sua missão para a colônia vizinha de Santa Felicidade.

Já no livro escrito por Susete Moletta (2007), uma descendente dos imigrantes italianos que se instalaram no núcleo Senador Dantas, que narra a história da referida colônia, Colbacchini é descrito como o grande defensor do Paraná como sendo *il paradiso del Brasile*. Nele a autora, apesar de também manter o tom laudatório, é mais incisiva e descreve da seguinte maneira a personalidade e a ação do missionário:

Astuto, minucioso, com uma boa visão prática da vida em colônia vivenciada por longos anos, e acima de tudo muito estudioso, Pe. Colbacchini fez uma proposta ao governo italiano de uma colônia-modelo no Paraná. Essa proposta foi objeto de profundo estudo em 1892, na Itália. [...] Dotado de personalidade forte, invocava o controle de todas as colônias italianas, criando uma espécie de ciúme por parte do clero local. [...] Dividir poder e recursos não fazia parte dos seus planos e do seu caráter. (Moletta, 2007, p. 102-103).

Por sua vez, essa última voz narrativa revela muito sobre o caráter do sujeito investigado, como também aponta para as relações de poder e, conseqüentemente, para os sentimentos que sua atividade missionária despertou em Curitiba. As variadas experiências, que Colbacchini vivenciou nos diferentes núcleos da região de colonização italiana do entorno da capital paranaense, refletem as diversas formas como ele é lembrado e/ou esquecido em cada uma dessas localidades. Após ter passado a primeira temporada no Água Verde, foi na colônia de Santa Felicidade que o sacerdote estabeleceu definitivamente a sua casa de missão.

Portanto, não é coincidência que neste último local sejam encontrados mais lugares de memória acerca da referida personagem. Isso se deve ao trabalho de memória realizado pela comunidade local, que inclusive é a única das ex-colônias da região que ainda tem até hoje sua paróquia sendo dirigida pelos padres carlistas. Isso explica porque, já no início do século XX, poucos anos após a passagem de Colbacchini, um dos seus

sucedores, o padre Giuseppe Martini, que o intitula como “*sentinela*”, ao recolher a memória dos imigrantes ali instalados, tratou logo de escrever:

E Santa Felicidade não deve esquecer que o Padre Pietro Colbacchini foi um dos seus maiores benfeitores e deve lembrar e colocar em prática as salutares advertências que, de viva voz e por escrito, deixou na sua partida. Ele mereceria que a colônia lhe levantasse um monumento que o recordasse aos pôsteres e testemunhasse a gratidão que se conserva por ele. Mas, aquilo que mais agrada ao padre e será útil para a colônia, é que se mantenham as obras realizadas por ele e pelos seus sucessores e caminhe naquele comportamento que ele traçou com as palavras e com o exemplo. (Martini, 1908 *apud* Geremia *et al.*, 2004, p. 38).

É nítida a apropriação que Martini faz da imagem e do discurso de Colbacchini para impor a moral católica para os colonos italianos do lugar. Porém, apesar de pedir que a rememoração maior do missionário se dê por meio da manutenção das práticas e comportamentos morais e religiosos por ele ensinados, o que se realizou na comunidade foi uma multiplicação de lugares de memória constituídos como espaços físicos que visam preservar a lembrança do sacerdote. E o primeiro exemplo partiu da iniciativa da própria igreja, ao fazer questão de expor no interior do seu templo parte dos seus restos mortais. Também a construção da igreja é constantemente citada como uma obra que foi idealizada e executada pela liderança de Colbacchini.

Figura 1 – Fêmur de Colbacchini em Santa Felicidade.



Fonte: Acervo do autor.

Seguindo o exemplo dos líderes religiosos, a comunidade civil organizada, por meio de seus representantes políticos, tratou também de conseguir colocar o nome do seu “herói” em uma das ruas do bairro. Porém, essas lembranças físicas talvez sejam indicativos de que os comportamentos morais e religiosos dos descendentes dos colonos não sigam as práticas discursivas do missionário. Ou seja, funcionam como uma espécie de compensação, já que são formas mais fáceis de cristalizar lembranças do que a manutenção de práticas que correspondem à vivência de um discurso moral religioso.

Outro lugar de memória, ligado à figura do sacerdote investigado, é o ocupado por ele em relação à criação dos processos escolares instalados nas colônias, isso porque o mesmo também exerceu a função de *inspetor escolar* junto aos núcleos italianos da região. Este lugar de memória, que aponta para importância de perceber qual foi o posicionamento e a interferência de Colbacchini a respeito do processo escolar vivido pelos imigrantes, tem como um de seus representantes uma Escola Estadual, que também fica no bairro de Santa Felicidade, que ao carregar seu nome o tem como seu patrono.

A citada instituição de ensino chegou a possuir inclusive um jornal interno batizado de “O Cobalca”, apelido dado para a mascote da escola, que por sua vez foi inspirado no sobrenome de seu patrono. Neste eram recorrentes publicações de textos que contavam especificidades da trajetória do padre Pietro Colbacchini que recebiam títulos bem sugestivos como: Quem foi padre Colbacchini?; O padre dá adeus; padre escritor...; padre construtor?; padre fundador? e; padre encrenqueiro.

Figuras 2 e 3 – Jornal e Mascote da Escola Estadual Padre Colbacchini.



PADRE CONSTRUTOR?



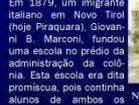
Padre Colbacchini ajudou e organizou a construção de diversas capelas em madeira e igrejas em alvenaria pelas colônias que atendia, muitas vezes indo de uma a uma em lombo de cavalo. Dentre as igrejas construídas, temos a da colônia Dantas (hoje bairro do Água Verde), inaugurada em 29 de junho de 1888 (ver foto). Esta construção substituiu a antiga capela de madeira. Porém, a primeira missa feita nesta colônia não foi nem na capela nem na nova igreja. Colbacchini rezou em 25 de maio de 1886, na casa de um colono, Sr. Antonio Bonato.

PADRE FUNDADOR?



Quando retornou ao Brasil em 1896, Padre Colbacchini foi destinado ao Rio Grande do Sul, para dar assistência religiosa aos colonos italianos que ali moravam. Lá, fixou-se em uma colônia recém formada por cerca de 30 famílias, inicialmente chamada de Bassano Del Grappa, local pertencente à época à Legação Vermelha. Seu nome era uma homenagem à região de origem da maioria dos moradores e do próprio padre. Colbacchini fundou a igreja matriz local (ver foto atual). Esta colônia se tornou cidade em 1964, com o nome de Nova Bassano. O padre e estas famílias são considerados os fundadores desta cidade.

PADRE ENCRENQUEIRO?

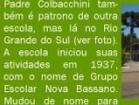


Em 1879, um imigrante italiano em Novo Tirol (hoje Piraquara), Giovanni B. Marconi, fundou uma escola no prédio de administração da colônia. Esta escola era dita promíscua, pois continha alunos de ambos os sexos o que era incomum na época. Com as visitas do padre Colbacchini, que possuía um espírito autoritário, começaram as discussões entre este e o professor. O padre acusava Marconi de ser liberal demais. Com a força do padre, influente entre colonos, o professor foi expulso da escola em 1888. A escola funcionou até 1890. A partir de 1893, ele voltou a ter alunos, mas só meninos eram aceitos.

Você Sabia?



COLÉGIO ESTADUAL PADRE COLBACCHINI?



Padre Colbacchini também é patrono de outra escola, mas lá no Rio Grande do Sul (ver foto). A escola iniciou suas atividades em 1937, com o nome de Grupo Escolar Nova Bassano. Mudou de nome para Grupo Escolar Pe. Pedro Antônio Colbacchini em 1959, em homenagem a um dos considerados fundadores da cidade. O nome atual é de ano 2000. A escola oferece desde educação infantil, ensino fundamental e médio, EJA e curso técnico de Administração. Em sua estrutura possui laboratórios de informática e de ciências, biblioteca, ginásio de esportes, auditório, sala de artes, refeitório e parque infantil.

Fonte: Acervo do autor.

Diferentemente de Santa Felicidade, que possui vários lugares de memória físicos a respeito do sujeito investigado, estes aparecem de maneiras bem mais tímidas nos outros núcleos da região de Curitiba nos quais ele também atuou. Essa realidade aponta para um trabalho de esquecimento no qual a figura do padre foi substituída por outras memórias simbólicas e outros supostos “heróis”. Isso é perceptível no caso da ex-colônia italiana Alfredo Chaves que deu origem à Vila de Colombo e, posteriormente, ao município de mesmo nome. Em 1890, ano em que houve a referida emancipação, Colbacchini chegou a ser nome de uma das ruas centrais da localidade, ou seja, tratou-se

de uma homenagem em vida, pois o sacerdote ainda desenvolvia sua atividade missionária no local.

Atualmente, porém, não há mais nenhuma rua e nem outro tipo de monumento com o seu nome, sendo que o único lugar de lembrança sobre ele é um retrato escondido numa sala lateral da igreja matriz da cidade, que contém a galeria de todos os padres que por ali passaram. Em contrapartida, outro sacerdote ocupa agora o lugar de destaque, padre Francisco Bonato, que inclusive tem seus ossos expostos no interior do templo e é nome de uma das ruas centrais da localidade.

Figura 4 – Retrato de Colbacchini em Colombo/PR.



Fonte: Acervo do autor.

Outra forma de rememoração sobre a figura de Colbacchini, que antes estava na memória coletiva da comunidade e era transmitida pela tradição oral, agora só existe em poucos registros escritos, mas que também são pouco divulgados e lidos, como o exemplo do relato que segue:

Pe. Pietro Colbacchini – 1894 - Um acontecimento imprevisto abala a comunidade italiana ordeira e laboriosa de Colombo: um fugitivo marcado para morrer está pedindo abrigo. É um italiano, um padre: Padre Colbacchini, que teria feito ele? Durante um bom tempo uma casa de família de Colombo é transformada em Igreja, porque ali se instalou o fugitivo que num ímpeto de zelo apostólico enfrentou os desmandos

da autoridade civil em Curitiba. Foi por acaso que sentados num 'restaurante' da praça Tiradentes dois italianos de Colombo escutaram o plano dos assassinos. Voando em sua charrete Francisco Busato e seu companheiro João Tosin correram até Santa Felicidade avisar o Padre Colbacchini do perigo que corria. (Busato, José in Colombo, 100 anos de paróquia. 1995, p.7).

Portanto, a comunidade que um dia o escondeu para poder preservar sua vida, agora decretou a sua morte por meio do esquecimento. Certamente, isso se deve ao fato de que ali há muito tempo, desde 1915, já atua outra congregação religiosa, a dos padres passionistas. Algo semelhante acontece com as comunidades italianas de Campo Largo e Piraquara. A primeira, apesar de ter ficado por mais tempo sendo dirigida pela congregação scalabriniana, tem como principal figura heróica outro sacerdote carlista, o padre Natal Pigato. Já a segunda, apresenta um esquecimento ainda maior, pois como revela a descrição a seguir, feita por um descendente dos imigrantes italianos que lá se instalaram, esse processo iniciou por meio de conflitos existentes entre Colbacchini, o clero brasileiro e os próprios colonos, já no final do século XIX:

Em 1.885 aparece o Padre Giovanni Maria Cybeo, jesuíta italiano radicado em Nova Trento SC. Atendia as colônias italianas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. [...] No ano seguinte chega outro jesuíta, o Padre Pietro Cobalchini. Estabelece-se na Água Verde e atende 42 colônias italianas, através da Capelania Italiana instituída pelo bispo de São Paulo em 1.888. [...] Ocorre que em 04 de fevereiro de 1.899, fora criado o curato de Piraquara. O primeiro cura foi o franciscano Frei Xisto Meiwes. [...] Sucedeu-o o secular francês Padre Jean Michel, que também residia em Curitiba. Esse padre exigiu a retirada de Novo Tirol da jurisdição da Capelania Italiana. Proibiu os missionários de entrarem em sua paróquia. [...] Contudo acreditamos que as pressões eram anteriores ao Padre Jean Michel. Em levantamento efetuado nos livros da Capelania, constatou-se de que o último casamento efetuado por capelães italianos em Novo Tirol foi em 11 de outubro de 1.898. (Tomaz et al, 1998, p. 67).

Neste trecho se lê que Colbacchini é citado rapidamente, mas que é lembrado não como um scalabriniano, mas sim como um jesuíta. Quais seriam os motivos dessa lembrança seletiva? Nossa hipótese, que evidentemente precisa ser aprofundada, é que o referido sacerdote tenha vivenciado vários embates com os clérigos e os colonos do local, o que inclusive tenha provocado a retirada do referido núcleo colonial da capelania italiana, como também é indicado na descrição acima.

Portanto, a única colônia no Paraná em que Pietro Colbacchini ocupará um lugar de destaque é Santa Felicidade, o que aponta para o trabalho de memória exercido pela

congregação scalabriniana, ainda lá presente. Não é à toa que nos seus relatórios o missionário apontará esse núcleo como sendo uma colônia modelo. Isso se deve, acredito, pelo fato de que tenha sido nela que o religioso encontrou mais colaboradores e, conseqüentemente, seu discurso teve, ao menos aparentemente, mais êxito.

Formas semelhantes de lugares de memória a seu respeito só serão encontradas na cidade de Nova Bassano no Rio Grande do Sul, onde o sacerdote atuou de 1896 até sua morte em 1901. Sobre o padre pode-se ler a seguinte descrição no site da câmara de vereadores da municipalidade: “Os primeiros imigrantes chegaram da Itália em torno de 1890. Entre eles estava o padre scalabriniano, Pedro Antonio Colbacchini (ital. Pietro...), que é considerado, com seus companheiros, o fundador da cidade”.

Nesta cidade, portanto, Colbacchini recebe o status de *fundador*, havendo inclusive uma praça, como também um colégio estadual com o seu nome, ou seja, lugares de memória parecidos aos que se encontram em Santa Felicidade no Paraná, o que indica, ao menos em um primeiro momento, que ali o indivíduo que é narrado e os seus narradores tenham vivido processos semelhantes. Porém, esses são apontamentos de como e onde continuar a minha investigação histórica a respeito da vida deste missionário católico italiano que atuou no Sul do Brasil.

4. Reflexões finais

A reunião do material, exposto neste artigo, desde os conceitos e definições sobre memória e biografia aos lugares de memória ocupados pela figura histórica do missionário italiano investigado, se constitui numa mostra de como esse caleidoscópio de vozes e imagens sobre um indivíduo, no caso Colbacchini, pode ser utilizado para a escrita de uma trajetória.

Por meio de todas as narrativas presentes nos lugares de rememoração apresentados, compostas por espaços físicos, escritos e lembranças que integram o espaço biográfico formado pela personagem histórica, foi possível perceber o valor de sua atuação no processo imigratório dos italianos no Brasil, devido ao intenso envolvimento que o sujeito teve nos diferentes âmbitos de organização das colônias da referida etnia. Assim, considero que o presente trabalho serviu de indicativo de que analisar e escrever o percurso biográfico deste missionário se constituiu como tarefa historiográfica de grande valor e que, para isso, deve se valer também da memória para que venha encontrar êxito.

Ao partir de alguns biografemas, constituídos pelos vestígios presentes nos lugares de memória e suas diferentes interpretações, acabei reafirmando o quanto e como Colbacchini, que é representado de forma fragmentada, pode ter sua história de vida narrada. Nesse sentido, penso que um dever do historiador biógrafo e, conseqüentemente, no papel de narrador, é a coleta e a costura desses retalhos da vida do sujeito investigado. Isso porque um indivíduo que se constitui no objeto de pesquisa, como procurei demonstrar aqui, é categorizado por uma infinidade de adjetivos, dos quais muitas vezes só alguns são facilmente visíveis, ao serem indicados pelos vários grupos e redes sociais com os quais o mesmo interagiu e pelos diversos lugares onde passou. Nas palavras de Barthes (2010) o historiador, enquanto narrador e biógrafo, assume a função de um amigo que recolhe pedaços do indivíduo biografado e o entrega para o deleite do leitor.

No meu caso, entre os adjetivos biografemáticos que aparecem nas fontes e bibliografias já consultadas, das quais apenas uma parte foi aqui apresentada, posso elencar os seguintes: padre secular, padre scalabriniano, missionário apostólico, sacerdote, jesuíta, superior, conservador, ultramontano, romanizador, representante pontifício, intransigente, antiliberal, antinacionalista, vicentino, vêneto, italiano, alpino, camponês, sentinela, uma lenda, ponto de referência, conselheiro, amigo, orientador, escritor, mediador, fundador, inspetor escolar, pintor, decorador, construtor, arquiteto, imprudente, autoritário, arbitrário, testardo, encenqueiro, etnocêntrico, racista, crítico, ave notívaga, inimigo dos napolitanos, etc. Percebe-se assim, que enquanto um ser múltiplo, o indivíduo clama por uma biografia coral, nos moldes apresentados por Loriga (1998).

Essas características, positivas e negativas, antagônicas e protagônicas, atribuídas a personagem histórica investigada emergem das fontes como verdadeiros biografemas, sejam elas fragmentos da história e/ou da memória, que como apresentei são constituídas também por lugares de memória, tanto físicos como simbólicos, que ao revelar a multiplicidade de identidades existente na unicidade do referido sacerdote, apontam para um processo de construção de uma subjetividade individual que estou definindo como “*a persona grata et non grata* de padre Pietro Colbacchini”.

Referências

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: os dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AZZI, Riolando. *A Igreja e os migrantes. V.1. A imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil, 1884-1904*. São Paulo: Paulinas, 1987.

BALHANA, Altiva Pilati. *Santa Felicidade, um processo de assimilação*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia Ltda., 1958.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. Trad. de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRAIDO, Jacir Francisco. *O Bairro que chegou num navio: Santa Felicidade, centenário*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1978.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*; tradução Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CEQUINEL, Valdemar José. *Igreja de Rondinha: 100 anos de História e Fé*. Campo Largo: 2006.

COLOMBO, *100 anos de paróquia*. Documentário escrito do centenário da Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Colombo, Outubro de 1995.

FEDALTO, Dom Pedro Antônio Marchetti. *Reminiscências: 90 anos de idade – 50 anos de bispo*. Curitiba: 2017.

FERRARINI, Sebastião. *O Município de Colombo*. Curitiba: Champagnat, 1992.

FRANCESCONI, Mario. *Giovanni Battista Scalabrini, vescovo di Piacenza e degli emigrati*. Roma: Città Nuova Editrice, 1985.

GABARDO, Diego. *A nossa Matriz: um olhar para além do que se vê - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário Colombo/PR*. YouTube, 31 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g99ASCMgU28>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

GEREMIA, Mario & VIVIAN, Ervino. *Santa Felicidade – Curitiba, o início de uma bela história*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IL MISSIONARIO. Istituto Scalabriniano dei missionari per gli italiani all'estero. Bassano del Grappa, 1951.

GUIZZARDI, Laurindo. *Nova Bassano: das origens ao rair do Século XX*. Caxias do Sul: EDUCS, 1992.

Jornal da Escola Estadual Padre Colbacchini, Novembro – 2011, nº 01.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, nº 17, 1998.

MACHIOSKI, Fábio Luiz. *Uma luta ultramontana: O discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX (1886-1901)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 2018.

MARTINI, P. Giuseppe. *Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade*. Curitiba: 1908.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. *A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de italianità e brasilità (1875 – 1930)*. Tese (Doutorado em Educação) - UFPR, Curitiba, 2012.

MOLETTA, Susete. *Da Itália para o Brasil, o casal da Capelinha da Água Verde: Luigi Moletta e Anna Bordignon*. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

233

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n° 10, 1993.

RADIN, Firléia Guadagnin. *Centenário da primeira missa em Nova Bassano, 25.12.1896 a 25.12.1996*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

REBELLATO, Franco. Mérica, Mérica, Mérica: “basta de miséria!” *La grande emigrazione veneta di fine ‘800, sulle tracce del bassanese don Pietro Colbachini, missionário e fundador de Nova Bassano, in Brasile*. Bassano del Grappa/Romano d’Ezzelino: Comitato per la storia di Bassano/Grafiche Fantinato, 2018.

RIZZARDO, Redovino. *Raízes de um povo: missionários escalabrinianos e imigrantes italianos no Brasil (1888/1938)*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1990.

SCARPIM, Fábio Augusto; TREVISAN, Mariana Bonat. *História e Memória: diálogos e tensões*. Curitiba: InterSaberes, 2018.

TOMAZ, Antonio e THOMAZ, Ariel José. *Colônia Imperial Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra: 120 anos de história*. Curitiba: Editare, 1998.

**A NAÇÃO BRASILEIRA NO CATÁLOGO DA
EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL (1882) DA BIBLIOTECA NACIONAL**

**THE BRAZILIAN NATION IN THE CATALOG OF THE BRAZILIAN HISTORY
EXHIBITION (1882) AT THE NATIONAL LIBRARY**

Marcelo Augusto Mendonça Domingues¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as concepções de nação brasileira a partir do Catálogo da Exposição de História do Brasil (1882) da Biblioteca Nacional. A referida exposição foi um evento organizado em 1881 por Ramiz Galvão, então diretor da Biblioteca Nacional, e contou com a exibição de diversos documentos, objetos e obras de arte que narravam a história do Brasil até aquele momento. A produção de tal catálogo foi uma forma não somente de inventariar os materiais expostos, como também de apontar como esses materiais contavam a história da recente nação tropical. Desta forma, acreditamos que esse catálogo, para além de uma organização e representação dos materiais exibidos, foi uma maneira de construir um discurso sobre essa história, como ela deveria ser contada e por quem seria contada.

Palavras-chave: História do Brasil; catálogo; exposição de História do Brasil; Biblioteca Nacional (Brasil).

Abstract

The present work aims to reflect on the conceptions of the Brazilian nation based on the Catalog of the Brazilian History Exhibition (1882) of the National Library. The aforementioned exhibition was an event organized in 1881 by Ramiz Galvão, then director of the National Library, and featured the display of various documents, objects and works of art that narrated the history of Brazil up to that time. The production of such a catalog was a way not only to inventory the materials on display, but also to point out how these materials told the history of the recent tropical nation. In this way, we believe

¹ Marcelo Domingues é doutorando pelo PPGH/UERJ onde desenvolve tese sobre Bibliotecas Populares na província do Rio de Janeiro entre 1871 e 1889. Tem interesse e desenvolve trabalhos na área de História do Livro, das Bibliotecas e da Leitura.

that this catalogue, in addition to organizing and representing the materials displayed, was a way of constructing a discourse about this story, how it should be told and by whom it would be told.

Keywords: History of Brazil; Catalog; Brazilian History Exhibition; National Library (Brazil).

Introdução

Quando falamos em romantismo brasileiro, observamos um movimento artístico e intelectual interessado em pensar em um grande projeto de Brasil, por sua vez, baseado em um projeto de ocidentalização² (Rodrigues, 2022). Percebemos, então, a relação que o movimento romântico possui com a questão da Nação, visto que, no Brasil, isso coincide com a sua independência (Rouanet, 1999). Por conseguinte, esse movimento foi, também, uma oportunidade de refletir sobre a emancipação política e cultural nacional (Ricupero, 2004). Nesse sentido, ressaltamos que a ideia de nação perpassa, assim, pela noção da construção de elementos culturais e intelectuais próprios, de forma que “[...] a elite intelectual do Segundo Reinado, impregnada das idéias românticas, considera que para existir nação é preciso que haja literatura e historiografia brasileiras” (Ricupero, 2004, p. 86).

Se o romantismo utilizou a história como elemento fundamental em sua concepção de mundo (Barros, 1986), também é verdade que, “no caso específico de uma História Nacional, selecionam-se os episódios que permitam – ou deem essa impressão – que se acompanhe o crescimento dessa Nação, desde o seu nascimento, ou, [...], desde as suas origens ou a sua fundação” (Rouanet, 1999, p. 19). Desta forma, podemos pensar na história nacional como um elemento aglutinador da população, uma forma de construir um componente que seja comum. Em outras palavras, a história nacional pode ser elaborada como uma trajetória de modo que sejam elencados eventos, espaços e heróis que sintetizem, e que unam um povo, que suscitem um sentimento de pertencimento a um grupo social maior que suas pequenas comunidades.

² Segundo Huntington (1996), em suma, a *ocidentalização* seria uma integração entre a modernidade e o Ocidente. Nesse sentido, ao absorver elementos da cultura ocidental, o Brasil, enquanto nação, estaria caminhando em direção ao progresso e desenvolvimento. Pensar o Brasil – ou o projeto de Brasil -, naquele momento, como parte de um projeto/processo de ocidentalização, é entender que a própria concepção de nação que se pretendia construir passava pelas instâncias de progresso e desenvolvimento, visando inserir o país no rol de nações civilizadas.

Foi com a proposta de pensar sobre a história nacional, e apresentá-la aos cidadãos brasileiros que Ramiz Galvão, então diretor da Biblioteca Nacional entre 1870 e 1882, organizou a *Exposição de História do Brasil* na referida instituição. No presente trabalho, contextualizaremos essa exposição e a confecção do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, e refletiremos sobre a nação brasileira a partir deste instrumento, um importante documento para ponderarmos sobre qual era a visão de Brasil vigente naquele momento (inícios da década de 1880). Isso é, por meio do catálogo citado, pretendemos compreender qual era a visão da nação que se propagou na época. As fontes utilizadas, ressaltamos, foram analisadas tendo como embasamento a História do Livro e das Bibliotecas, que dialoga intrinsecamente com a catalogação e sua história. Assim, ao examinarmos o catálogo supracitado, principal fonte deste trabalho, o consideramos ferramenta de representação de um acervo que esteve sob a guarda de uma importante instituição brasileira. O catálogo, nesse sentido, foi também a maneira de propagar uma visão tanto do acervo exposto, como de uma ideia.

Romantismo brasileiro e a ideia de nação

O Romantismo foi um evento sociocultural que indicou um afloramento histórico. Em sua conjuntura, esse movimento identificou a relevância que a memória de acontecimentos sociais têm para a consciência humana (Guinsburg, 1985). Desta maneira, “[...] o Romantismo, na sua propensão *historicizante*, aglutina as sociedades em mundos, comunidades, nações, raças, que têm antes culturas do que civilizações, que suscitam uma individualidade peculiar, uma identidade, não de cada indivíduo, mas do grupo específico, diferenciados de quaisquer outros” (Guinsburg, 1985, p. 15). Aliás, o Romantismo tem como algumas de suas características “[...] a valorização da originalidade, da visão pessoal, das diferenças entre as nações” (Leite, 2002, p. 216). Em vista disso, é como se, ao fundar uma tal consciência, o Romantismo respaldasse a criação da ideia de nação.

Se considerarmos que o Romantismo brasileiro surge por volta da década de 1830, também é possível refletir que parte desse movimento “[...] foi vivida num ambiente de entusiasmo pela vida nacional, de confiança no futuro do jovem país, de celebração de sua natureza [...]” (Leite, 2002, p. 219). Assim como ocorreu em outros contextos, no Brasil o romantismo foi um momento de refletir sobre a nação.

O contexto romântico brasileiro

Quando falamos de literatura brasileira, há dois movimentos que “vitalizam toda a inteligência”: o Romantismo, no século XIX, e o Modernismo, no século XX (Candido, 2006, p. 119). Tanto um quanto outro, cada um à sua forma, pensavam na “construção de uma nação moderna e soberana” (Figueiredo, 2000, p. 91-92). Nos interessa aqui, dado nosso escopo, tratar do primeiro – seu contexto e algumas características.

Em se tratando de Romantismo, seu cuidado residia em expressar a singularidade dos grupos humanos, em especial aqueles que haviam sido reconhecidos como nação há pouco tempo (Ricupero, 2004). O caso brasileiro não se afastou de tal questionamento, pelo contrário: os românticos da ex-colônia portuguesa buscavam formas de estabelecer as particularidades da recente nação, ao mesmo tempo que necessitavam separar a história brasileira daquela da antiga metrópole – por mais que essas histórias se encontrassem, o Brasil tinha uma história própria.

Logo, “como em todos os países empenhados então na independência política, o Romantismo foi no Brasil um vigoroso esforço de afirmação nacional: tanto mais quanto se tratava aqui, também, da construção de uma consciência literária” (Candido, 2006, p. 123). Não podemos, assim, analisar um movimento puramente empenhado em situar literariamente o país. Antes, refletir sobre o romantismo brasileiro significa, também, percebermos um movimento artístico e intelectual que igualmente foi político, na medida em que pretendeu pensar sobre nação, bem como seus elementos constituidores.

Tanto na conjuntura europeia quanto na brasileira, a narrativa romântica primava por legitimar o Estado nacional, de forma a conceber explicações a respeito do passado histórico daqueles que habitavam o território, assim como interpretar os acontecimentos de modo a atribuir níveis de importância a eles – a construção de uma memória e tradição da nação (Figueiredo, 2000). Pensemos ainda que “no Brasil, inventar a tradição significava contornar condições incômodas da maneira como nos inserimos na modernidade e da própria situação do país de passado colonial recente” (Figueiredo, 2000, p. 93).

Na segunda metade do século XIX, no contexto romântico brasileiro, surgiu um grupo que ficou conhecido como a *geração de 1870*. Como grupo heterogêneo, esse conjunto de pensadores buscava, por meio de sua produção intelectual entender, esclarecer e apresentar a nacionalidade brasileira, posto que sua análise do Brasil passava, antes, por uma avaliação das relações da ex-colônia com sua antiga metrópole (Mota, 2013). Isto é, por meio de sua produção crítica, essa geração pensava uma tradição mais ampla – que incluía, inclusive, o período colonial. Vale ressaltar que “[...] alguns traços

recorrentes do pensamento dessa geração: a preocupação com a origem da nacionalidade e o critério étnico para explicá-la” (Mota, 2013, p. 7).

Elaborando sobre a questão da Nação

Formulemos algumas observações. A primeira delas diz respeito ao conceito de nação. O termo surge no contexto da Revolução Francesa, ainda que seu uso admitisse mais de um significado; além de aparecer no romantismo alemão como forma de expressão linguístico-cultural (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998). Ressaltamos, também, o papel da Revolução Industrial nesse processo, uma vez que o desenvolvimento dos sistemas de produção por ela provocado “[...] criou mercados de dimensões ‘nacionais’, ampliou conseqüentemente os horizontes da vida cotidiana de camadas cada vez mais amplas da população e ligou ao Estado um conjunto de comportamentos econômicos, políticos, administrativos, jurídicos que, na fase anterior, eram totalmente independentes (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 798).

À segunda observação cabe entendermos que uma nação é uma comunidade construída artificialmente, nas palavras de Anderson (2013), uma nação é uma comunidade imaginada. Um dos motivos que o autor aponta em seu argumento, é que há a imagem de uma comunhão entre os membros de uma nação, muito embora cada um desses membros não conheça todos os outros; há entre eles um sentimento de pertencimento. Além disso, Anderson (2013) aponta que uma nação pode ser entendida sob a ótica tanto das práticas culturais como das administrativas. Termos em mente que uma nação é uma produção artificial ou imaginada, significa percebermos que os elementos que a constituem não nasceram naturalmente, de forma espontânea, antes, foram engendrados politicamente.

Lembramos que, muitas vezes, uma nação é estabelecida a partir de um grupo dominante, onde tal grupo utiliza de elementos específicos de sua cultura como forma de unir território e Estado (Weber, 1994 *apud* Silva; Silva, 2009). Sob esta ótica, “a Nação, em seu significado mais simples, é uma comunidade humana, estabelecida neste determinado território, com unidade étnica, histórica, linguística, religiosa e/ou econômica” (Silva; Silva, 2009. p. 308). Assim, “normalmente a Nação é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto, eternos – [...] – e que, por causa desses laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma de Estado nacional” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 796).

Também podemos depreender do conceito de Nação sua forma de concepção: laços naturais; pessoa coletiva ou organismo; modos de viver. Comumente associada à raça, a primeira diz respeito à formação da Nação por meio de grupos de pessoas – nem sempre com limites bem definidos. Já a segunda, concerne aos elementos comuns aos grupos (como a língua, a religião, os costumes, o território). Por fim, a terceira relaciona-se com a maneira que esses grupos – que possuem laços e que podem ter características comuns – estabelecem formas de viver (neles mesmos e entre eles e outros grupos) (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998).

A Nação ainda deve ser considerada como a ideologia de um tipo de Estado. Sob esta ótica, a ideia de Nação possui uma função: “criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 797). Sentimento esse que pode ser criado tanto pela “extensão forçada de conteúdos da nacionalidade espontânea”, quanto pela falsa ideia de que alguns desses conteúdos são comuns a todos (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 797). Essa ideia de nação engendrada pelo Estado, sublinhamos, é uma construção artificial, na medida em que se apresenta como uma ideia de nação construída de cima para baixo, a partir da perspectiva estatal e regulada por este mesmo Estado – e não partindo do imaginário da população.

Ramiz Galvão e a Biblioteca Nacional

Benjamin Franklin Ramiz Galvão nasceu em 1846 na província do Rio Grande do Sul. Formou-se bacharel em letras pelo Colégio Pedro II e em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sócio fundador do Instituto dos Bacharéis em Letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional (BN) em 1870, e preceptor dos príncipes, filhos da Princesa Isabel, em 1882. Publicou: “Do valor terapêutico do calomelano”, “O calor, a luz, o magnetismo e a eletricidade”, dentre outros. Como bibliotecário da Biblioteca Nacional, dirigiu a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* entre 1876 e 1881 e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* em 1882 (Blake, 1893).

A trajetória de Ramiz Galvão teve a reformulação da Biblioteca Nacional como ponto central de seu percurso biográfico. Tal reorganização teve dois sentidos: um voltado às mudanças cotidianas e de funcionamento institucional (oferta de serviços), outro direcionado a transformar a BN em local de estudos em consonância com a intelectualidade da (Caldeira, 2013). Ambos os sentidos se conectam se pensarmos que para haver usos e usuários de biblioteca é necessário que os serviços oferecidos estejam

estruturados. Por exemplo: Galvão buscou aumentar o acervo da BN com documentos diversos sobre história do Brasil, ao mesmo tempo em que tentou divulgar esse acervo (Caldeira, 2013) – seja com a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* ou mesmo a publicação do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, que falaremos mais adiante. Essas ações, em certa medida, só foram possibilitadas uma vez que houve a estruturação dos serviços a serem oferecidos. Podemos supor que, ao gerenciar tal instituição, Galvão estimulou sua equipe a pensar em que serviços poderiam ser ofertados e como fariam para que o fossem.

Refletir sobre a gestão de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional, significa entendermos que foi durante sua gestão que a BN foi reformulada de maneira a transformar-se em uma biblioteca da nação brasileira (Caldeira, 2013). Neste sentido, isso poderia significar tanto ser uma biblioteca mais próxima dos usuários (dispondo de mais serviços ou com o aprimoramento daqueles já existentes), quanto com um acervo que representasse melhor a nação (salvaguardando documentos diversos sobre o Brasil).

Cabe ressaltar que durante os 12 anos da gestão de Ramiz Galvão a Biblioteca Nacional se desenvolveu, seja no aumento do número de usuários (inclusive por conta da ampliação do horário de funcionamento), seja pelas melhorias estruturais, ou mesmo a partir do seu fortalecimento como instituição de memória da nação (Caldeira, 2010).

A Exposição de História do Brasil e seu catálogo

As diversas exposições promovidas durante o Império brasileiro tinham como objetivo, de certa forma, apresentar o Estado e criar uma imagem pública tanto para autoconhecimento da população, quanto para mostrar que a nação se aproximava dos ideais de civilização e progresso da época (Turazzi, 2006). É nesse contexto que, em finais dos oitocentos, várias instituições e intelectuais brasileiros elaboraram projetos nacionais com o intuito de modernizar os principais ambientes de saber do Império. Projetos que, por sua vez, foram tocados por intelectuais como Ramiz Galvão (Caldeira, 2017). Como já mencionado, a modernização da Biblioteca Nacional engendrada por ele dizia respeito aos seus serviços, acervo e maior abertura aos eruditos da época.

Galvão buscou reunir documentos, constituindo coleções, de modo a tornar a instituição sob sua direção um espaço útil aos letrados da Corte. Em vista disso, ele “[...] atuou não só na organização que conferiu significado ao acervo existente na Biblioteca, como também na definição e patrimonialização dos documentos tidos por indispensáveis para o estudo da história da pátria” (Caldeira; Macedo, 2017, p. 46). No contexto da época

(décadas de 1870 e 1880), tais ações simbolizavam a modernidade dos estudos históricos no país (Caldeira; Macedo, 2017).

A *Exposição de História do Brasil*, ocorreu nessa conjuntura, de tentativa de construção de uma nação moderna, ocidental, na parte sul do continente americano. O romantismo, nessa perspectiva, se inseriu como uma ferramenta de construção imagética nessa recente nação tropical, tentando encontrar elementos que, ao mesmo tempo, singularizasse essa nação e a colocasse em patamar semelhante a outras.

Um evento dessa magnitude já vinha sendo pensado desde a década de 1870 e encontrou em Ramiz Galvão a oportunidade de sair do papel (Turazzi, 2006). Assim, por meio do Aviso de 27 de setembro de 1880, a *Exposição* foi autorizada. Em 21 de dezembro do mesmo ano, um outro aviso dava conta de instituir uma comissão que foi dividida em 5 seções temáticas: Geografia; História Civil, Eclesiástica e Militar; História Natural, Etnografia e Linguística; História Econômica; História Literária e das Artes. Os integrantes dessa comissão, cada um em sua seção, deveriam analisar os assuntos submetidos para a realização das conferências que, a princípio, também fariam parte do evento (Brasil, 1882).

Sua realização visava apresentar ao público diversos documentos sobre a história e geografia do Brasil, tanto aqueles já parte do acervo da Biblioteca Nacional, quanto aqueles que estavam nas mãos de particulares ou compunham os acervos de outras organizações. Para sua execução, Ramiz Galvão pediu que particulares, instituições diversas, assim como governos das províncias enviassem documentos históricos à Biblioteca Nacional (Caldeira, 2013). Embora diversas províncias tenham ignorado o pedido do bibliotecário, muito material foi remetido à instituição para compor a exposição – e parte do que foi emprestado passou a figurar em seu acervo após o evento (Caldeira, 2010). Desta forma,

Planejada para ser uma exposição de dimensões extraordinárias, várias pessoas e instituições fizeram doações ou empréstimos de obras à Biblioteca. Destacam-se o barão Homem de Mello, conselheiro do Império; d. Francisco de Assis Mascarenhas; dr. Ladislau Neto; dr. F. A. Pimenta Bueno; o senador Cândido Mendes de Almeida, conde de Baependi; o Mosteiro de São Bento; o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano e o Gabinete Português de Leitura, entre outros (Amadeo; Kury, 2014, *online*)

Em 2 de dezembro de 1881, com a presença do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina, foi inaugurada a *Exposição*. Apesar das condições em que se encontrava a Biblioteca Nacional, graças ao empenho de Ramiz Galvão e dos demais funcionários, a

exposição foi bem sucedida – inclusive tanto o bibliotecário como os outros funcionários receberam diferentes graus da Ordem da Rosa (Brasil, 1882), dada a relevância dos serviços prestados com o referido evento.

Ramiz Galvão também recebeu elogios de periódicos da época. A *Revista Ilustrada* de 10 de dezembro de 1881, publicou nota dizendo que a imensa exposição com variados documentos da história do Brasil foi um importante serviço prestado às Letras e à História brasileira, que deveria ser apreciado (Chronicas..., 1881). O *Globo Ilustrado* de 18 de dezembro de 1881, por sua vez, chamou de ideia patriótica e lamentou que parte dos itens expostos tivesse que voltar às mãos de seus possuidores (Chronica..., 1881). Já o periódico *A Estação* de 15 de dezembro de 1881, exaltou o patriotismo de Ramiz Galvão dizendo que ele era a alma da Biblioteca Nacional e relatou que a exposição não se tratava somente de livros, mas que ela continha também outros itens, como pinturas (A Cidade..., 1881). A *Gazeta de Notícias* de 3 de dezembro de 1881, informou que “a impressão de quem visita a exposição é das mais agradáveis. Especialmente no tocante aos subsídios para a história do Brasil, há ali verdadeiras revelações mesmo para os mais lidos e sabidos” (Exposição..., 1881). Vemos, então, como a exposição organizada pelo diretor da Biblioteca Nacional foi bem recebida socialmente e vista como um evento de grande valor para a pátria, dados sua organização, seu objetivo e os materiais expostos.

Ao todo, a *Exposição* recebeu 7.621 visitantes no decorrer dos dias em que ficou aberta ao público (Brasil, 1882). Ela ficou assim organizada: os itens sobre Geografia foram expostos na Sala Ayres de Casal; os de História Eclesiástica, Parlamentar e Diplomática, na Sala Varnhagen; os documentos sobre História Militar, Natural, Literária e das Artes, na Sala Velloso; e os itens relacionados a Economia e Biografia, na Sala Silva Lisboa (Amadeo; Kury, 2014).

É interessante refletirmos que, para além dos documentos escritos, ao apresentar ao público um vasto acervo iconográfico em “uma das principais instituições de memória do Estado Imperial”, a *Exposição* organizada na Biblioteca Nacional passou uma outra mensagem: esse acervo iconográfico visou, também, construir uma imagem da nação brasileira, ele mostrou ao público que “esse era o Brasil” (Turazzi, 2006, p. 2).

O Catálogo da Exposição de História do Brasil (1882)

A história das bibliotecas e dos catálogos – ou da catalogação – está diretamente imbricada. Desde as primeiras bibliotecas foi necessário criar um instrumento que ao

mesmo tempo descrevesse um acervo, de modo a representá-lo, e auxiliasse a encontrar os itens ali arrolados. Desta forma, um catálogo ordena um pensamento sobre um determinado acervo, organizando-o mais ou menos de em um conjunto homogêneo; como representação de uma coleção, ele é uma forma de publicizá-la (Sordet, 2019). Um catálogo é, assim, um documento que dá sentido a um dado conjunto de itens através da disposição organizada destes; ele apresenta e representa um acervo. No *Catálogo da Exposição de História do Brasil* o sentido que lhe cabe é o pensamento sobre a nação brasileira através de documentos bibliográficos e iconográficos nele relacionados.

O *Catálogo* se divide em 3 tomos, sendo dois volumes e um suplemento. A partir disso ele é estruturado em duas seções: Seção Literária (contendo: Parte I - Preliminares e Parte II - História do Brasil) e a Seção Artística. Depois, ele é pensado em 20 classes: Geografia do Brasil; Estatística; Publicações Periódicas; História Civil; História Administrativa; História Eclesiástica; História Constitucional; História Diplomática; História Militar; História Natural; História Literária e das Artes; História Econômica; Biografia; Numismática; Vistas. Paisagens. Marinhas; História; Tipos. Usos. Trajes; Genealogia. Heráldica; Retratos. Estátuas. Bustos; História Natural³. As 10 classes iniciais se encontram no tomo I e as dez finais no tomo II⁴. No suplemento se encontram, além da relação de outros mais de mil itens, uma tábua de monogramas, índice de autores e índice onomástico de artistas, uma chave de classificação - que é uma espécie de sumário do catálogo - e uma errata.

Por meio dos 19.288 itens arrolados no *Catálogo*, além dos outros 1.049 itens elencados no suplemento, essas classes tentam dar conta de apresentar uma produção bibliográfica e iconográfica sobre a história do Brasil. Ramiz Galvão, no prólogo do *Catálogo*, ressalta, contudo, que há lacunas no trabalho realizado e que houve resistência tanto por parte dos particulares quanto das províncias imperiais (Biblioteca Nacional, 1882).

Logo na classe inicial, Geografia do Brasil, o *Catálogo* já mostra a que veio: há um Brasil a ser conhecido, haja vista seu tamanho quase continental.

³ Aqui podemos compreender o pensamento de Sordet (2019) sobre um catálogo organizar um pensamento em algo que seja mais ou menos homogêneo. No catálogo em questão, vemos como as classes que compõem o material tentam dar um sentido não somente à obra, como também à narrativa. Ou seja, por meio das classes elencadas, supomos que se pretendia descrever uma história brasileira a partir das particularidades de cada categoria, ao mesmo tempo em que elas produzissem algum sentido de unidade da história brasileira.

⁴ As 14 primeiras na Seção Literária: das classes I a IX dentro de I – Preliminares, da classe X a XIV dentro de II - História de Brasil. As classes 6 restantes, da XV a XX, estão na Seção Artística.

Quadro 1 – Resumo do Sumário do *Catálogo* referente à Seção Literária – I Preliminares

Catálogo	
Classes	Divisões
Geografia do Brasil	Do Brasil em Geral Rios do Brasil Costa e portos do Brasil Geografia das Províncias Roteiros Viagens Cartas geográficas, hidrográficas e topográficas
Estatística	
Publicações Periódicas	Anuários e Almanques Gazetas e Periódicos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de *Galvão* (1998)

Pelo título de cada uma das classes e suas divisões podemos perceber que há uma mensagem, que como comentado anteriormente, se trata de uma chamada para conhecer o Brasil, a começar por sua geografia, pelas estatísticas produzidas e pelos periódicos. Em relação à geografia brasileira, notamos como o território e sua descrição tem importância para a formação da nação; é nele que a nação se ergue (Amadeo; Kury, 2014). As estatísticas, por sua vez, mostravam como essa nação que se levantava sobre um imenso território se constituiu⁵. A última classe dessa parte, sobre as publicações periódicas, pode simbolizar uma forma de dizer que a leitura desses materiais formava a opinião pública (Amadeo; Kury 2014).

Quadro 2 – Resumo do Sumário do *Catálogo* referente à Seção Literária – II História do Brasil

Catálogo	
Classes	Divisões
História Civil	Histórias Gerais História do Brasil por Épocas
História Administrativa	Ministérios Conselho de Estado Administração Provincial Câmaras Municipais
História Eclesiástica	A Igreja Brasileira em Geral História das Dioceses História das Missões História das ordens religiosas

⁵ Lembramos que o primeiro censo imperial foi realizado somente em 1872, 50 anos após a Independência.

História Constitucional	Regime Eleitoral Eleições Assembleias Legislativas Legislação
História Diplomática	Obras Gerais Tratados e questões diplomáticas Questões de limites
História Militar	Lutas com os holandeses Lutas com os espanhóis Lutas com a Guiana Francesa Lutas com os Estados Platinos Guerra do Paraguai Cartas Militares
História Natural	Obras Gerais Etnografia e Linguística Zoologia Botânica Mineralogia e Geologia
História Literária e das Artes	Instrução Pública Associações Científicas Associações Literárias Bibliografia Crítica História das Artes
História Econômica	Indústrias e Manufaturas. Exposições Comércio. Finanças. Bancos. Caixas Econômicas Associações e Companhias Estradas. Navegação Telégrafos. Correios Colonização. Civilização dos Índios Estabelecimentos de Beneficência. Irmandades. Maçonaria Penitenciárias Elemento Servil
Biografia	Genealogia e Heráldica Biografias e Documentos Biográficos
Numismática	Obras Gerais Moedas Medalhas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Galvão (1998)

Já a parte II da Seção Literária, que trata sobre a História do Brasil, mostra justamente o que seu nome sugere: o Brasil tem uma História a ser reconhecida, lembrada e contada. Cada parte dessa história tem suas particularidades, e ainda que deva ser pensada dentro do contexto geral brasileiro, pode ser compreendida de acordo com cada um desses aspectos. Também é interessante pensarmos como cada divisão dessas classes, de certa maneira, elege e delimita o que é importante conhecer. Por exemplo: a História

Eclesiástica aborda o cristianismo (principalmente o católico); a História Militar, por sua vez, elenca contendidas e eventos bélicos específicos; e assim por diante, as outras classes também o fazem. Isto é, as classes escolhidas para integrar este catálogo direcionam o leitor para aquilo que foi julgado como relevante na construção da história brasileira. Quando recordamos que a *Exposição* teve aval e apoio do Estado Imperial, as classes que compõem o *Catálogo* ganham uma importância maior, como se elas fossem uma espécie de sanção governamental.

Quando analisamos essas classes, observamos que algumas delas – História Civil, Eclesiástica, Diplomática, Natural e Numismática – possuem divisões gerais e algumas específicas, como se tivéssemos que pensar nelas a partir da generalidade e, então, ponderar as individualidades. Por outro lado, as classes que não apresentam tal aspecto – História Administrativa, Constitucional, Militar, Literária e das Artes, Econômica e Biografia – é como se a generalidade já estivesse abarcada pelas características específicas.

Quadro 3 – Resumo do Sumário do Catálogo referente à Seção Artística

Catálogo	
Classes	Divisões
Vistas. Paisagens. Marinhas	Vistas e Paisagens Marinhas
História	1500-1623 1624-1654 1655-1821 1822-1831 1831-1881 Campanha Oriental e do Paraguai Retratos (de estrangeiros, que se prendem à História do país)
Tipos. Usos. Trajes	Tipos Usos Trajes
Genealogia. Heráldica	
Retratos. Estátuas. Bustos	Reis de Portugal Príncipes titulares do Brasil Família Imperial Ministros de Estado (séries e grupos) Corpo Legislativo (séries e grupos) Séries e grupos vários Retratos avulsos
História Natural	Etnografia Zoologia Botânica Geologia

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Galvão (1998)

Por sua vez, na Seção Artística, notamos que ela “abrange estampas, pinturas, litografias, desenhos e fotos de paisagens, vistas marinhas, costumes e indumentárias”, de modo que “a própria exposição privilegiou os documentos não textuais, como forma de atrair a atenção do público” (Amadeo; Kury, 2014, *online*). A presença de obras de arte e itens que representassem a cultura brasileira nessa exposição indicou, conjecturamos, uma intenção de retratar uma visão sobre a nação. Isto é, ao exibir materiais diversos (como objetos, indumentária, pinturas, etc.) a *Exposição* provavelmente tentou traçar uma imagem do que era o Brasil em termos de paisagens, fauna e flora, cultura.

É interessante como a *Exposição* – e, por consequência, seu *Catálogo* – pensou nas categorizações de Literária e Artística para suas seções, mostrando como a história de uma nação pode ser pensada, ao mesmo tempo, por meio de suas letras e documentos e através de sua produção artística, sem deixar de considerar que obras de arte, os objetos, a indumentária e os costumes do povo são, também, documentos que narram a história brasileira. Desta forma, a *Exposição* foi vitoriosa ao utilizar diferentes materiais como forma de apresentar e narrar a história do Brasil.

É válido salientarmos que antes desse catálogo, os outros produzidos – como o da *Exposição Camoniana*⁶ – foram parciais ou estavam incompletos, de modo que essa foi, também, a primeira vez em que se realizou exaustivo trabalho na Biblioteca Nacional para inventariar suas obras sobre o Brasil (Amadeo; Kury, 2014). Também podemos dizer que “seus objetivos não foram além do estabelecimento de um grande inventário. A novidade foi a ênfase no trabalho infatigável de funcionários ‘patrióticos’ e abnegados” (Amadeo; Kury, 2014, *online*). Ainda que esse evento tenha focado num esforço inventariador – como sugerem Amadeo e Kury (2014) –, de certa forma a *Exposição* tentou abranger diversos aspectos da história da recente nação tropical, o que não havia sido feito até aquele momento.

Pensar na associação entre o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* e a questão da Nação significa ponderarmos que ao elencar momentos da história brasileira e alguns de seus personagens, e ao relacionar obras de arte, objetos e determinados costumes, ele se tornou um instrumento político porquanto apresentou uma determinada

⁶ Exposição realizada na Biblioteca Nacional em 1880 por ocasião do tricentenário de falecimento do escritor português Luís de Camões (c.1524 – 1580).

visão a respeito dessa Nação. A escravidão, por exemplo, é abordada sob o tímido título de “Elemento servil”, dentro da classe de História Econômica (Amadeo; Kury, 2014). Isso nos mostra uma nação que tem ciência de suas ações, ao mesmo tempo em que prefere não elaborar muito sobre o assunto. Isto é, nesse caso em específico, a Nação brasileira se colocou de modo a atenuar a escravidão – e sua marca – em sua própria história; ao escolher não dar destaque a tal questão tanto a *Exposição* quanto o *Catálogo* deixaram uma mensagem: esse é um evento menor em nossa história, há outros que merecem maior visibilidade.

No *Catálogo*, a nação brasileira é pensada a partir de elementos próprios de sua cultura, história, geografia e arte, sem deixar de mencionar os vínculos com a antiga metrópole – quando necessário. Tanto na *Exposição* como no catálogo que se produziu a partir dela, isso se refletiu naquilo que foi exibido: materiais bibliográficos diversos sobre história e geografia do Brasil e das províncias, obras de artes sobre o Brasil, objetos variados que contavam sobre a história do país, etc. A nação brasileira foi ponderada principalmente através de suas características singulares.

Por outro lado, também podemos dizer que tanto a *Exposição* assim como seu *Catálogo* evocaram, de certo modo, uma nacionalidade brasileira. Por meio dos materiais bibliográficos e iconográficos expostos, tentou-se construir uma nacionalidade através de um passado que foi transformado em mito. Isto é, ao eleger episódios da história brasileira, assim como personagens específicos, tentou-se apresentar elementos definidores e comuns ao povo brasileiro (Silva; Silva, 2009). A nacionalidade brasileira foi pensada a partir de uma afirmação da nação, um posicionamento de sua existência.

Considerações Finais

Um documento fala do tempo em que foi produzido. Quando exposto, ele integra uma política de memória, de modo que ao fazer parte de um determinado acervo, ele passa a ser importante para uma dada memória ou história; de forma semelhante, quando ele figura em um acervo, significa que há interesse na preservação do que ele representa. Ao exhibir documentos diversos sobre o Brasil, a *Exposição* reconheceu a importância desses materiais na construção da narrativa de uma história brasileira e na evocação de um passado nacional.

À vista disso, é possível analisarmos o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* como um documento/monumento⁷. Como *documento* ele registrou uma produção bibliográfica e iconográfica sobre o Brasil até aquele momento (década de 1880) – pensá-lo como documento também implica em perceber que há uma intenção em sua produção. Já como *monumento*, as obras nele arroladas funcionam como uma recordação/evocação do passado brasileiro; por outro lado, o *Catálogo* circunscreveu aquilo que deveria ser considerado ao pensarmos na história brasileira (seus eventos e personagens, suas obras artísticas, seus costumes, seu território, etc.).

Conjecturamos que a intenção maior da *Exposição* fosse não somente mostrar o que se havia produzido sobre o Brasil, mas indicar que esse país possuía uma História e que havia produção intelectual a seu respeito – tanto bibliográfica quanto iconográfica. Era, também, construir uma imagem da nação de modo que fossem elegidos episódios e heróis nacionais como forma de unificação dessa nação (construção de um passado comum), sobretudo ao lembrarmos que tal evento contou com apoio do Império brasileiro. Podemos ainda ponderar que, em se tratando do contexto romântico da época, tratava-se também de uma forma de delimitar os contornos da nação brasileira em oposição à antiga metrópole – muito embora alguns itens exibidos remetessem a Portugal.

Consideramos ainda que executar um evento como a *Exposição de História do Brasil* em um contexto onde as discussões sobre o que era o Brasil aconteciam a todo vapor, era uma forma de alimentar as reflexões sobre a nação brasileira. Produzir um catálogo sobre tal exposição foi uma maneira de apontar a partir de que perspectivas essa reflexão foi feita – isto é, que autores e obras foram utilizados durante o processo.

A análise sobre catálogos nos leva a pensar que é por meio desses documentos que temos conhecimento sobre acervos de outrora. Ponderar sobre o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, porém, é estarmos cientes que não só ele fala do acervo da Biblioteca Nacional e das outras instituições, províncias e particulares participantes do evento; para além disso, esse catálogo buscou demonstrar uma visão de nação. Como instrumento político, ele mostrou que o Brasil tinha uma História, um passado que precisava ser lembrado – e que partes desse passado deveriam ser lembradas.

Portanto, podemos dizer que como *documento/monumento* o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* discursou sobre que história da nação brasileira deveria ser contada e como ela poderia ser lembrada. Como tal, ele foi uma importante ferramenta

⁷ Ver LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

não somente para analisar os itens nele relacionados, assim como para avaliar que mensagem sobre a nação brasileira constava nele e a quem ela atingiria.

Fontes Primárias

A CIDADE e os theatros. *A Estação*. Rio de Janeiro, ano 10, n. 23, 15 de dezembro de 1881, p. 4. A cidade e os theatros. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709824>. Acesso em 06 jan. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL - Catalogo da exposição de historia do Brasil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881, constante no acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional. 3 documentos. Biblioteca Nacional, seção de Manuscritos, localização: salão.

BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Relatório do anno de 1881 apresentado a Assembléa Legislativa na 2ª sessão da 18ª legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1881_00001.pdf. Acesso em 02 dez. 2022.

CHRONICA Fluminense. *O Globo Illustrado*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 18 de dezembro de 1881, p. 6. Chronica Fluminense. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343242>. Acesso em 05 jan. 2023.

CHRONICAS FLUMINENSES. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 277, 10 de dezembro de 1881, p. 2. Chronicas Fluminenses. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747>. Acesso em 6 jan. 2023.

EXPOSIÇÃO de História do Brazil. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 335, p. 1, 3 de dezembro de 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02. Acesso em: 07 jan. 2023.

Referências Bibliográficas

AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelai. *O catálogo da Exposição de História do Brasil (1881)*. (Site). [S.l.], 2014. Publicado em: 29, jun. 2014. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-catalogo-de-exposicao-de-historia-do-brasil-1881/>. Acesso em 06 jan. 2023.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BARROS, Roque Spencer Maciel. A ilustração brasileira. In: BARROS, Roque Spencer Maciel. *A ilustração brasileira e a ideia de universalidade*. São Paulo: EdUSP, 1986.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A historiografia brasileira oitocentista a partir de outro ponto de observação: Ramiz Galvão e a edificação da Biblioteca Nacional. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, RN: Associação Nacional de História, 2013. Natal, RN: Associação Nacional de História, 2013, p. 1-15.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Ramiz Galvão e a ideia de biblioteca como vitrine da nação: modelos europeus e trocas culturais no processo de modernização da Biblioteca Nacional. *Revista História*, São Paulo, Assis, v. 36, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/QkNtJdwTw4Y4PKyQYFtbN9j/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2022.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Viver em meio a livros: a atuação de Ramiz Galvão na Biblioteca Imperial (1870-1882). *Anais do XIV Encontro regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, RJ: Associação Nacional de História-Rio de Janeiro, 2010. Rio de Janeiro, RJ: Associação Nacional de História-Rio de Janeiro, 2010, p. 1-9. http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/8/1276562146_ARQUIVO_ANPUH2010-Viveremmeioalivros.pdf. Acesso em: 03 dez. 2022.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MACEDO, Adriana Mattos Clen. Ramiz Galvão, historiador e bibliotecário: práticas e lugares da produção historiográfica no Brasil de fins do século XIX e início do século XX. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 9, n. 22, 2017. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1123>. Acesso em: 3 dez. 2022.

CANDIDO, Antônio. Literatura e Cultura de 1900 a 1945. In: CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain. Revisitando os mitos românticos da nacionalidade. *Alceu*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, jul. a dez. 2000. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n1_Vera.pdf. Acesso em 04 dez. 2022.

GALVÃO, Ramiz (org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/191793>. Acesso em 13 jan. 2023.

GUINSBURG, Jacob. Romantismo, historicismo e história. In: GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 13-22.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 6. ed. rev. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. A geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, RN: Associação Nacional de História, 2013. Natal, RN: Associação Nacional de História, 2013, p. 1-18.
[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364682113_ARQUIVO_AGeracao de1870eainvencaosimbolicadoBrasil.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364682113_ARQUIVO_AGeracao%20de1870eainvencaosimbolicadoBrasil.pdf). Acesso em 05 dez. 2022.

252

RICUPERO, Bernardo. A independência literária. In: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *O moderno e a modernidade: demarcações conceituais*. 2022. Notas de aula.

ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In: José Luís Jobim (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro, Ed. Universidade / UERJ, 1999, p. 9-63.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SORDET, Yann. *Da argila à nuvem: uma história dos catálogos de livros (II milênio – século XXI)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2019.

TURAZZI, Maria Inez. A exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. *Anais do XII Encontro Regional de História: Usos do passado*. Rio de Janeiro, RJ, Associação Nacional de História-Rio de Janeiro, 2006. Rio de Janeiro, RJ: Associação Nacional de História-Rio de Janeiro, 2006, p. 1-10. Disponível em:
<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Maria%20Inez%20Turazzi.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.